



resenha

de Política Exterior do Brasil

Número 72, 1º semestre de 1993

1. III Reunião de Cúpula dos Países Ibero-Americanos
2. Seminário sobre Integração Latino-Americana
3. O Brasil e a Integração Européia
4. Visita oficial do Chanceler da China ao Brasil
5. Visita do Ministro Fernando Henrique Cardoso ao Chile
6. Ministro Fernando Henrique Cardoso fala sobre a política externa brasileira na Câmara dos Deputados
7. Visita oficial ao Brasil da Ministra das Relações Exteriores da Colômbia
8. Visita Presidencial à Argentina
9. Presidente Itamar Franco na Assembléia Geral do Uruguai
10. Tratados, Acordos e Convênios

Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO CARLOS LESSA



resenha

de Política Exterior do Brasil

Ministério das Relações Exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

número 72, Iº semestre de 1993

ano 19, ISSN 0101 2428

A *Resenha de Política Exterior do Brasil* é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada pelo Centro de Documentação (CDO), do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD) e editada pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG).

Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD)
Ministro Adolf Libert Westphalen

Chefe do Centro de Documentação (CDO)
Secretária Maria Feliciano Nunes Ortigão de Sampaio

Montagem
O.C. Antônio Teixeira de Barros

Revisão
Izabel P. Carneiro
Maria Aparecida de C. M. Fenerich

Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)
Embaixador João Clemente Baena Soares

Diretora de Administração Geral
Ministra Irene Pessoa de Lima Câmara

Setor de Publicações da FUNAG
Coordenação: Izabel Patriota Pereira Carneiro

Apoio Técnico: Ednete Moraes Lessa
Elizabeth Maria de Mattos
Maria Aparecida de C. M. Fenerich

Endereço para correspondência
Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)
Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, Térreo, Sala 190
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (061) 211-6847, 211-6857; fax: (061) 322-2931

Resenha de Política Exterior do Brasil

Ano 1 — nº 1 — junho de 1974 — Brasília, Ministério
das Relações Exteriores, 1974 -

V. semestral

1. Brasil — Relações Exteriores — Periódicos. I. Brasil,
Ministério das Relações Exteriores.

327(081)(05)
R433

SUMÁRIO

III Reunião de Cúpula dos Países Ibero-Americanos

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, ao receber do Governo espanhol a Secretaria *Pro-Tempore* da III Reunião de Cúpula dos Países Ibero-Americanos, em Madri, em 11 de janeiro de 1993_____9

Brasil e Reino Unido discutem relações comerciais

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, em almoço de trabalho promovido conjuntamente pelas Câmaras de Comércio no Brasil e no Reino Unido, em Londres, em 27 de janeiro de 1993.....13

Seminário sobre Integração Latino-Americana

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, na abertura do seminário organizado pela Canning House sobre Integração Latino-Americana, em Londres, em 27 de janeiro de 1993.....21

O Brasil e a Integração Europeia

Conferência proferida pelo Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, no Royal Institute for International Affairs (Chatham House) sobre o tema "O Brasil e a integração europeia", em Londres, em 28 de janeiro de 1993_____27

III Reunião da Comissão Mista Brasil-Irã

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, na Sessão Plenária da III Reunião da Comissão Mista Brasil-Irã, em Brasília, em 16 de fevereiro de 1993.39

Visita oficial do Chanceler da China ao Brasil

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, durante almoço oferecido em homenagem ao Ministro das Relações Exteriores da República Popular da China, Qian Qichen, no Palácio Itamaraty, em 5 de março de 1993.....43

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de assinatura de atos com o Chanceler da República Popular da China, Qian Qichen, em Brasília, em 5 de março de 1993.....44

Brasil e Japão assinam acordos sobre cooperação no setor ambiental

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de assinatura de acordos, por troca de notas, com o Governo do Japão, sobre projetos ambientais financiados pelo *Overseas Economic Cooperation Fund*, em Brasília, em 12 de março de 1993.....47

Visita do Ministro Fernando Henrique Cardoso ao Chile

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, ao ser condecorado pelo Governo da República do Chile, em cerimônia na Academia Diplomática, com a Grã-Cruz da Ordem ao Mérito, em Santiago, em 23 de março de 1993.49

Conferência proferida pelo Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, no Hemiciclo da Antiga Câmara dos Deputados, sob o patrocínio da Academia Diplomática do Chile, em Santiago, em 24 de março de 1993.....	54
--	----

Ministro Fernando Henrique Cardoso fala sobre a política externa brasileira na Câmara dos Deputados

Apresentação do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em Brasília, em 31 de março de 1993.....	65
--	----

Visita oficial ao Brasil da Ministra das Relações Exteriores da Colômbia

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de condecoração da Ministra das Relações Exteriores da República da Colômbia, Noemi Sanín de Rubio, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no Palácio Itamaraty, em 13 de abril de 1993.....	71
--	----

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de assinatura de atos com o Governo da Colômbia, por ocasião da visita oficial ao Brasil da Ministra das Relações Exteriores da República da Colômbia, Noemi Sanín de Rubio, em Brasília, em 14 de abril de 1993.....	74
---	----

Seminário sobre democracia, desenvolvimento e direitos humanos

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, no Seminário «Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos», realizado em Brasília, em 15 de abril de 1993.....	77
--	----

Instituto Rio-Branco - formatura da turma de 1992

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, na cerimônia de formatura da turma de 1992 do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio-Branco, em Brasília, em 27 de abril de 1993.....	79
--	----

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de comemoração do Dia do Diplomata, no Palácio Itamaraty, em 27 de abril de 1993.	83
--	----

Ministro Fernando Henrique Cardoso visita o Equador

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de banquete oferecido pelo Chanceler do Equador, em Quito, em 29 de abril de 1993.	87
--	----

Vice-Presidente da Comissão Europeia visita o Brasil

Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião de almoço em homenagem ao Vice-Presidente da Comissão Europeia, Manuel Marin, no palácio Itamaraty, em 4 de maio de 1993.....	91
--	----

XI Conferência Interparlamentar Europa-América Latina

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de encerramento da XI Conferência Interparlamentar Europa-América Latina, na sede do Parlamento Latino-Americano, em São Paulo, em 6 de maio de 1993.....	95
---	----

V Assembleia Ordinária do Parlamento Amazônico

Discurso do Presidente Itamar Franco na sessão de abertura da V Assembleia Ordinária do Parlamento Amazônico, em Brasília, em 10 de maio de 1993.....101

Visita Presidencial à Argentina

Discurso do Presidente Itamar Franco durante visita oficial à Argentina, em Buenos Aires, em 25 de maio de 1993.....105

Presidente Itamar Franco na Assembleia Geral do Uruguai

Discurso do Presidente Itamar Franco por ocasião da sessão solene na Assembleia Geral do Uruguai, em Montevideu, em 27 de maio de 1993.....109

Discurso do Presidente Itamar Franco por ocasião da sessão solene realizada em sua homenagem pela Suprema Corte de Justiça do Uruguai, em Montevideu, em 28 de maio de 1993111

Presidente Itamar Franco visita a Associação Latino-Americana de Integração

Discurso do Presidente Itamar Franco por ocasião de sua visita à sede da Associação Latino-Americana de Integração, em Montevideu, em 29 de maio de 1993.....113

Visita do Primeiro Vice-Primeiro Ministro da China ao Brasil

Discurso do Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, em almoço oferecido ao Primeiro Vice-Primeiro Ministro da República Popular da China, Zhu Ronji, no Palácio Itamaraty, em 1º de junho de 1993.....117

Reunião de Chanceleres sobre a situação da Guatemala

Intervenção do Ministro, interino, das Relações Exteriores, durante a Reunião *ad hoc* de Ministros das Relações Exteriores dos Estados membros da OEA sobre a situação política na Guatemala, em 4 de junho de 1993.....121

Discurso proferido pelo Representante do Brasil junto à OEA, Embaixador Bernardo Pericás Neto, por ocasião da Reunião *ad hoc* de Ministros das Relações Exteriores sobre a situação na Guatemala, em 4 de junho de 1993.....122

Reunião de Chanceleres sobre a situação no Haiti

Intervenção do Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Reunião *ad hoc* de Ministros das Relações Exteriores da OEA sobre a situação no Haiti ..125

XXIII Período de Sessões da Assembleia Geral da OEA

Discurso do Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no XXIII Período de Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em Manágua, em 7 de junho de 1993.....127

Posse do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Celso Amorim

Discurso de posse do Embaixador Celso Amorim, no cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, proferido em 30 de junho de 1993.....133

Tratados, acordos e convênios

Convênios de cooperação técnica com a FINEP, visando à realização de estudos que subsidiem atividades do Itamaraty no âmbito da diplomacia econômica e do planejamento político e econômico.....	139
Ata final da III Reunião da Comissão Mista entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Irã.....	144
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o Brasil e a China.....	150
Acordos por troca de notas entre os governos do Brasil e do Japão sobre projetos ambientais financiados pelo <i>Overseas Economic Cooperation Fund</i>	156
Declaração Conjunta Brasil-Chile sobre fortalecimento de relações bilaterais.	160
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Colômbia sobre sanidade vegetal para proteção de zonas fronteiriças e intercâmbio de seus vegetais e produtos derivados.....	166
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Colômbia sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico.....	169
Ata da Terceira Reunião da Comissão Mista Brasil-Colômbia de Cooperação Econômica e Técnica -Brasília, 12, 13 e 14 de abril de 1993.....	171
Ata final da VI Reunião da Subcomissão Econômica e Comercial Brasil-México.	179

Comunicados, notas e mensagens

Itamaraty e CNPq articulam parceria com apoio do PNUD visando à competitividade mundial da indústria de software brasileira.....	185
Posição do Governo brasileiro sobre as negociações do novo Acordo Internacional do Café.....	186
Brasil eleito para a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.	187
Declaração do Grupo do Rio, divulgada em Santiago, em 11 de março de 1993.	187
Segundo ano do Tratado de Assunção.....	188
Comunicado de imprensa emitido pelos Ministros das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia.....	189

Artigos de jornais

Riscos e oportunidades -1 parte (<i>Jornal do Brasil</i> , 12 de janeiro de 1993).....	193
Política externa: a opção universalista (<i>O Estado de S. Paulo</i> , 24 de janeiro de 1993).....	198
Brasil-EUA: maturidade do relacionamento (<i>Correio Braziliense</i> , 1º de fevereiro de 1993) ..	201

Primeiro passo para o desenvolvimento sustentável { <i>Folha de S. Paulo</i> , 24 de fevereiro de 1993}.....	205
O Brasil e Clinton { <i>Zero Hora</i> , 28 de fevereiro de 1993}.....	209
Redimensionando a Ásia { <i>O Estado de S. Paulo</i> , 5 de março de 1993}.....	212
A África e o Brasil { <i>Jornal do Brasil</i> , 18 de março de 1993}.....	215
O Brasil e a lusofonia { <i>Jornal do Brasil</i> , 25 de abril de 1993}.....	219
Comunidade Europeia: modelo e desafio (<i>O Estado de S. Paulo</i> , 4 de maio de 1993).	222

III Cúpula dos Países Ibero-Americanos

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, ao receber do Governo espanhol a Secretaria Pro-Tempore da III Reunião de Cúpula dos Países Ibero-Americanos, em Madri, aos 11 de janeiro de 1993

~

Penhor Ministro de Assuntos Exteriores da Espanha,

Senhores Chanceleres de Países da Área Ibero-Americana,

Senhores Representantes de Chanceleres Ibero-Americanos,

Senhores Embaixadores,

Senhores e Senhoras.

Cumpre-se hoje, conforme previsto em julho de 1992 nesta mesma Madri, capital de Espanha - cuja brilhante evolução político-econômica e história milenar os povos ibero-americanos tanto admiram e respeitam o ritual da passagem da Secretaria Pró-Tempore da Conferência Ibero-Americana ao Brasil.

Senhor Ministro de Assuntos Exteriores de Espanha,

O significativo relato que ouvimos de Vossa Excelência bem reflete o acerto e a oportunidade da instituição deste foro, que complementa - sem interferências injustificadas ou duplicações - o trabalho de tantos foros internacionais de que participamos, autorizados pela diversidade de

nossa geografia, a pluralidade de nossas opções e a multiplicidade de nossos interesses.

O conteúdo desse informe e o interesse que despertou assinalam o avanço importante na cooperação cultural, educacional, científica e tecnológica que em pouco tempo se obteve dos trabalhos da Conferência Ibero-Americana, assim como registram a solidariedade política e econômica que a história compartilhada e a matriz cultural comum naturalmente propiciam a nossos povos.

Presenciamos a retomada bem sucedida, a cada passo, do projeto lançado há dois anos em Guadalajara que o Brasil pretende, com seu empenho, ainda enriquecer, durante os trabalhos que se reiniciarão formalmente em pouco tempo no magnífico cenário da histórica cidade de Salvador da Bahia, berço da administração brasileira e representante emérita do grande esforço ibérico, espanhol e português a um só tempo.

À Bahia de Todos os Santos convergiram influências que, não obstante tão distintas, sintetizam o povo brasileiro, resul-

tante da mescla das culturas e raças do índio, do europeu e do africano. Esse é o Brasil que se honrará em receber Chefes de Estado e Governo, Chanceleres e digníssimas esposas, delegados, calorosamente, entre 13 e 16 de julho próximo.

Naquele cenário trataremos de acen-tuar convergências, aprofundar entendi-mentos e estabelecer nova mescla, desta feita da vontade dos povos ibero-america-nos, que a antevisão de nossas lideranças se encarregou de projetar para o futuro.

Senhores Ministros e Representantes,

Estabelecemos em Guadalajara e Ma-dri as bases conceituais da Conferência Ibero-Americana.

Sólidas, pouco há a acrescentar ao que se pactuou consensualmente nas duas oca-siões, não fora o dinamismo das relações internacionais. Marcos referenciais, ofere-cem-nos motes para glosas políticas prati-camente apenas de atualização:

Entre outros empenhos, «manifesta-mos a vontade de contribuir unidos a um futuro comum de paz, maior bem-estar e igualdade social. Estamos comprometidos com o desenvolvimento económico e so-cial de nossos povos, a plena vigência dos direitos humanos, a ampliação dos cami-nhos democráticos, o fortalecimento de nossos sistemas institucionais e o respeito das normas institucionais», diz a Decla-ração de Guadalajara.

Neste contexto, «A Conferência surge (...) como foro de concertação provido de características próprias e (...) ultrapassa confrontações ideológicas e económicas (...). As novas condições internacionais

impulsionaram avanços em diversas áreas: desarmamento, resolução dos conflitos in-ternacionais, revitalização da ONU (...). A Conferência reconhece (por outro lado) que o desenvolvimento económico e so-cial é objetivo prioritário que deve estar presente como preocupação central na agenda de todos os foros internacionais, especialmente na Organização das Nações Unidas, nos planos e medidas de sua refor-ma e revitalização. (... para que desempe-nhe) o papel que lhe corresponde na nova fase das relações internacionais (e respon-da mais eficazmente à vontade de todos os Estados membros). Tanto na paz e seguran-ça, como no desenvolvimento económico e social dos povos» (registra em distintas pas-sagens a Declaração de Madri).

Senhores Chanceleres ou Represen-tantes,

O Secretário-Geral das Nações Uni-das, em seu relatório sobre o trabalho da Organização (1992), constata que não há espaço para se deliberar diante de uma agenda para a paz sem discutir uma «Agenda para o Desenvolvimento»...

De fato, a Carta das Nações Unidas estabelece como objetivos centrais da Co-munidade Internacional por ela compro-metida «a construção da paz e do desen-volvimento», e confirmando o binómio, os legisladores de São Francisco resumiram em seu preâmbulo esses objetivos como dirigidos a «salvar as gerações futuras do espectro da guerra» e a «promover o pro-gresso social e melhores padrões de vida com mais liberdade».

Por sua vez, a cooperação internacional constitui o mecanismo pelo qual a carta, mais que vislumbra, define como instrumento para a realização de tais objetivos.

Os povos Ibero-Americanos, por intermédio de seus Governos, estão assim duplamente comprometidos: primordialmente pela carta e recentemente pela reiteração, nas declarações de Guadalajara e de Madri.

Cumpre-nos dar conseqüência a tão nobres quanto dramáticos propósitos.

Senhores,

A pobreza crítica, os desequilíbrios regionais, as diferenças de renda, as dificuldades de acesso a seus produtos nos mercados internacionais, a desvantagem nos termos de intercâmbio, as restrições à mais eqüitativa difusão do conhecimento tecnológico, a dívida externa são elementos estruturais que não podem ser dissociados das conjunturas inflacionárias internas dos países latino-americanos e dos custos do ajustamento a que se submetem nossas economias, no esforço de modernização e integração internacional.

Diante desse quadro, o Governo do Presidente Itamar Franco visualiza, na Conferência Ibero-Americana, foro privilegiado para o início de novo diálogo global que avance reflexões sobre o mundo que emerge desde o fim da Guerra Fria. Os temas tentativos da agenda assim proposta nem são dogmáticos nem são exclusivos:

São apenas o enunciado de uma realidade que nos faz a todos igualmente responsáveis pelo futuro de entendimento e

concertação que desejamos rapidamente concretizar.

São os valores mais caros a nossos povos tal como hoje estão definidos em nossas instituições internas e em nossos compromissos externos, que desejamos preservar.

Queremos participar, e em graus crescentes, da definição de nova «Agenda para o Desenvolvimento» que se baseie nos princípios da justiça, da eqüidade e da democracia. E propicie as condições de convivência no pleno entendimento entre as Nações, elegendo por propósito a atenuação das desigualdades atuais, especialmente entre Norte e Sul.

O foro multifacetado e, por que não dizer, híbrido, da Conferência Ibero-Americana oferece a oportunidade de discutirmos sugestões para nova linguagem global que evite, a um só tempo, a retórica desgastada do passado, promova propostas objetivas e acentue as responsabilidades do norte e do sul de maneira criativa.

Parece oportuno, Senhores Chanceleres e Representantes, que prestigiemos o esforço do Secretário-Geral da ONU, estabelecendo na Conferência de Salvador o marco inicial de diálogo construtivo que enriqueça a necessária definição dessa «Agenda para o Desenvolvimento» sugerida, a par e passo que continuemos a tratar, nos foros pertinentes, das matérias relevantes da paz e da segurança internacionais, como preconiza a Carta de São Francisco.

Assim, o tema do desenvolvimento equilibrado é justo, de abrangência global,

com a busca pragmática e realista da redução dos desníveis entre os povos, em um planeta cada vez mais integrado e solidário, deve voltar a figurar como tema privilegiado da agenda internacional, já agora despida dos preconceitos ideológicos do passado.

A Conferência Ibero-Americana pode servir-nos como ponto de intersecção de interesses compartilhados, que se ilustram na força dos 1,3 trilhão de dólares com que contribuimos ao Produto Mundial e, tão importante, na afinidade - que devemos acentuar - da matriz cultural comum a 12 por cento da população global.

Senhores Chanceleres e representantes,

Tratemos de fazer, igualmente, que a reunião de Salvador produza realizações concretas e que a conferência constitua a oportunidade de acrescentarmos volume à cooperação que já encetamos em diversos foros internacionais.

Há programas na área da educação e da cultura, cuja evolução positiva está refletida no relato que acabamos de ouvir; há experiências criativas na área da ciência e da tecnologia que podemos aprimorar; há projetos significativos em matéria de meio ambiente, saneamento e saúde que se podem estimular.

Do calendário que nos aguarda em Salvador, os Chefes de Estado e de Governo Ibero-Americanos disporão de uma tarde, no dia 15 de Julho - depois do almoço de boas-vindas no «Solar do Unhão», construção histórica que simboliza a iniciativa e o comércio na Bahia colonial -, para um

debate inicial sobre o «significado do desenvolvimento», em particular o «desenvolvimento social», para os povos ibero-americanos. Na manhã do dia 14, nossos mandatários continuariam o debate, então sob a ótica da cultura e da cooperação cultural, para a realização do desenvolvimento social, concluiriam seus trabalhos na tarde do mesmo dia, com uma reflexão sobre os meios, modos, foros e tempos de concretizar o diálogo iniciado, no contexto de uma nova «Agenda para o Desenvolvimento».

Desenvolvimento, em especial a dramática necessidade do desenvolvimento social, suas relações com a cultura e a educação, como instrumentos e garantia de sua realização, tornam-se apenas possíveis pela cooperação internacional que este foro privilegia. Eis o enunciado do exercício que poderemos desenvolver na Bahia.

O Governo brasileiro propiciará as melhores condições para que delegados em alto nível avancem negociações sobre documentos finais na terça-feira, dia 13 de julho, e eu pessoalmente me alegrarei em receber meus pares, no dia 14, para deliberações em nível de Ministros de Estado.

Trabalharemos até então em estreita coordenação com as chancelarias dos Estados participantes, a Secretaria Pró-Tempore brasileira estará atenta para os interesses de cada um e aberta às sugestões operativas.

Sejam bem-vindos à Salvador da Bahia! Sejam bem-vindos ao Brasil! Muito obrigado. •

Brasil e Reino Unido discutem relações comerciais

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, em almoço de trabalho promovido conjuntamente pelas Câmaras de Comércio no Brasil e no Reino Unido, em Londres, em 27 de janeiro de 1993

~

Penhores Presidentes das Câmaras de Comércio,

Senhores Empresários,

Senhoras e Senhores,

Minha primeira palavra é de agradecimento pelo convite muito honroso que recebi para participar deste almoço de trabalho com os diretores e associados das Câmaras de Comércio no Brasil e no Reino Unido. Aceitei-o por várias razões. Em primeiro lugar, porque quis significar, na condição de Ministro das Relações Exteriores, a importância que o Governo brasileiro atribui às atividades de ambas as Câmaras como instrumentos promotores da cooperação entre nossos países.

Também considerei ser este momento ideal para imprimir, com renovada vontade política, a necessária vitalidade aos nossos projetos comuns, seja no comércio e nos investimentos, seja nas finanças e na área de ciência e tecnologia.

Mas decidi vir, sobretudo, para trazer-lhes a mensagem de um Brasil transformado, de um Brasil mais confiante. Transformado não em seus compromissos funda-

mentais com os valores e princípios que fazem parte de seu desenvolvimento histórico e se universalizam no bojo das mudanças internacionais contemporâneas. Transformado, sim, em sua consciência democrática e cidadã. Transformado, sim, no fortalecimento da ética como base da ação do poder público e na defesa irrestrita da legalidade constitucional como âncora do Estado de direito.

A transformação, portanto, não é ruptura, nem retrocesso. Atravessamos com serenidade e paciência, com o comportamento maduro de toda a sociedade, uma das experiências mais árduas em nossa vida política e institucional. Comprovamos na prática, como lição histórica das mais fecundas para o orgulho nacional, que as instituições estão acima dos homens. De uma vez por todas, estou certo, aprendemos que o Estado não pode ser gerido pelas ambições pessoais. Não pode admitir a impunidade. Não pode ser palco da corrupção e do desmando.

Por tudo isso, o Brasil é hoje um país mais confiante. Conseguimos nos livrar de certos mitos e falácias que, mais pelo apelo

da retórica do que pela consciência dos atos, contribuíram para o descrédito do Estado. A crise do Estado, obviamente, é um dado da realidade, e dela Governo e sociedade se conscientizaram. Mas crise não significa aniquilamento, mas sim mudança, adaptação. O Estado redefine o seu papel para tornar-se mais útil à sociedade. A própria evolução do sistema capitalista nas nações mais avançadas não impediu que o Estado se mantivesse forte em algumas atividades. Em países como o Brasil, é certo, ele perdeu eficácia como agente económico, consumiu-se em seu gigantismo e fez a sociedade pagar o preço das políticas abusivas de subsídios e do protecionismo empobrecedor.

Mas, por outro lado, o Estado não pode deixar de preservar as funções que lhe são próprias. Tem sido insubstituível na tarefa da promoção do desenvolvimento social e, mesmo em setores como infra-estrutura, mantém sua importância como investidor.

Outra ilusão que felizmente se esvai no Brasil de hoje é o discurso da falsa modernidade. Modernidade mais proclamada do que construída nestes últimos dois anos. Modernidade em meio à recessão e ao desemprego. Modernidade que superestimou o económico e sacrificou o social. Como se modernidade significasse riqueza mal repartida, abundância a grassar ao lado da fome e da miséria.

De 1989 a 1992, o Produto Interno Bruto brasileiro caiu 3,7 por cento e, em termos per capita, considerado o aumento da população no mesmo período, reduziu-se em 9 por cento. Saldo lamentável de uma política que variou entre os sobressal-

tos e as aparências: o Brasil ficou mais pobre, mais desigual, mais injusto, quando se acreditava no caminho do novo e do moderno.

Mas das ilusões, partimos para os compromissos, e dos compromissos vamos para as realizações honestas e eficazes. O Governo do Presidente Itamar Franco não deseja rótulos. Não é um governo de promessas e nem busca antecipar o julgamento da história. Tem consciência das limitações e possibilidades do país. Sabe que é um governo de travessia. Assumiu com seriedade e confiança o papel de preparar o terreno seguro, dentro da estabilidade democrática, para o aprofundamento das reformas políticas, económicas e institucionais. A ele cabe gerir a saída da crise brasileira e mobilizar a sociedade, com políticas de curto e médio prazo, para a consolidação do processo de mudanças.

Nesse contexto, a meta primordial do Governo é a retomada não-inflacionária do crescimento.

Uma crise de muitas faces - como é a crise brasileira, em que a inflação convive com o debilitamento dos setores produtivos, o desemprego com o desequilíbrio das cotas e dos fundos públicos - não há de ser solucionada apenas por instrumentos clássicos de estabilidade económica. O Brasil, pela sua grandeza e complexidade, não comporta simplificações. Não pode prescindir de políticas que tratem de conciliar objetivos económicos e de natureza social ou atacar simultaneamente seus problemas estruturais. Por isso, o combate à inflação não deve ser prioridade que comprometa o crescimento ao mesmo tempo

em que o imperativo do crescimento não deve realimentar a cadeia inflacionária.

Como estabelecido nas diretrizes de ação governamental aprovadas pelo Presidente da República, o Brasil não pode aguardar que se complete a estabilização para retomar seu crescimento. Conciliar o processo de estabilização com o gradual reaquecimento da economia é o principal desafio que se coloca de imediato. Desafio que será possível vencer mediante o estímulo ao crescimento seletivo e cuidadosamente dosado, sem investimentos vultosos, de modo a evitar pressões inflacionárias. Medidas que favoreçam a queda das taxas de juros e a geração de empregos com benefícios para as classes de baixa renda são exemplos daquilo que o Governo pode, deve e vai fazer.

A experiência brasileira tem demonstrado que, dadas algumas condições mínimas de quebra de inércia das expectativas inflacionárias e de restabelecimento de confiança dos agentes econômicos, o país tem uma grande capacidade de recuperação, superando rapidamente as crises conjunturais. Por isso, uma política macroeconômica de caráter restritivo não é de todo incompatível com uma estratégia cautelosa de expansão de setores e áreas específicas.

Nessas condições, pode-se esperar, para o biênio 1993-1994, crescimento econômico da ordem de 5 por cento do PIB, superior à taxa de crescimento demográfico, com a elevação de 2 por cento do PIB per capita.

Para a implementação dessa política, o Governo está comprometido com alguns preceitos fundamentais. A economia será administrada com a garantia da estabilidade das regras e a renúncia a corretivos de choque. Como afirmou o Presidente Itamar Franco, a convivência democrática não permite o recurso a ações arbitrárias que desajustam a vida do cidadão ou os negócios das empresas. Ademais, a inserção competitiva na economia mundial e a intensificação do intercâmbio com as regiões mais dinâmicas - como é e continuará a ser nosso objetivo - não pode prosperar em ambiente de imprevisibilidade e desorganização macroeconômica. Nem a cidadania brasileira, nem os nossos parceiros internacionais serão doravante surpreendidos com atos unilaterais ou medidas voluntárias, de qualquer tipo, que não tenham sido devidamente debatidas.

Internamente, a observância desse compromisso está assegurada pelo revigorecimento das instituições democráticas. Nada será feito sem a participação do Congresso Nacional, órgão em que repousa a legitimidade da soberania popular. No plano externo, a tradição de diálogo e cooperação que caracteriza a presença do Brasil no mundo, e que reflete nosso próprio padrão de sociedade democrática, pluralista e crescentemente aberta, é o melhor penhor dos propósitos que nos animam.

O plano econômico do Governo, avesso a fórmulas que se pretendam mágicas, apóia-se em conceitos que absolutamente não perderam vigência: eficiência, competitividade, integração com a economia mundial.

Por isso, foram mantidos os compromissos relativos à negociação da dívida externa. Nossas relações com a comunidade financeira continuarão normalizadas, do que é prova a recente aprovação pelo Senado Federal do acordo com nossos credores. Prossegue com resultados positivos programa de reestruturação da dívida negociada com o Clube de Paris, e foi nesse âmbito que, há cerca de dez dias, assinamos o acordo do reescalonamento da Dívida com o Departamento de Seguro de Crédito às importações do Governo britânico, no total de 1 bilhão e 150 milhões de dólares, passo fundamental para a retomada dos fluxos de financiamento. Em breve, reiniciaremos as negociações com o Fundo Monetário Internacional em torno do programa económico.

Também como política de curto prazo, o Governo está determinado, como forma de viabilizar a recuperação económica em forma compatível com o combate à inflação, a levar avante a aprovação da reforma fiscal. Seus objetivos incluem aumento da receita, a desoneração do setor produtivo, a simplificação da estrutura tributária, o corte das despesas públicas e a eficiência nos gastos e na arrecadação. A reforma fiscal diminuirá as pressões sobre o mercado financeiro. Fará baixar a inflação e as taxas de juros. Contribuirá para a racionalização da máquina administrativa do Estado. Permitirá o equilíbrio das contas públicas e assegurará os investimentos sociais.

Tais objetivos se articulam com a estratégia económica de médio e longo prazo, voltada para a estruturação de um sis-

tema produtivo moderno e competitivo. Um sistema orientado pelo mercado e centrado na primazia da iniciativa privada na exploração da atividade económica. Um sistema dinamicamente inserido na economia internacional, capaz de expandir-se continuamente e de promover a modernização tecnológica.

Dentro dessa estratégia gradualista, prosseguirá o processo de abertura comercial. Abandonaram-se os sonhos de autarquia e, com naturalidade, aceitamos a exposição criteriosa da economia brasileira à competição internacional. A liberalização do comércio é importante para que a economia nacional absorva novas tecnologias e novas formas de gerenciamento empresarial. É importante também para que incorpore referências de preços externos e padrões internacionais de qualidade como indicadores para a reestruturação produtiva.

O crescimento das exportações continuará a ser estimulado através de uma política cambial realista e de mecanismos de financiamento e incentivo compatíveis com as normas do GATT. As iniciativas comerciais bilaterais, regionais e sub-regionais, em especial os compromissos no Mercosul, estão sendo complementadas pela definição de estratégias comerciais com relação aos países amazônicos e aos grandes blocos económicos, como a Comunidade Económica Europeia, a América do Norte e a Bacia do Pacífico. Ao mesmo tempo, pela nossa condição de *global trader*, manteremos a prioridade do fortalecimento do sistema multilateral de

comércio através da conclusão rápida e satisfatória da Rodada Uruguai do GATT.

Aspecto igualmente crucial para o Brasil é a importância do papel do capital estrangeiro no novo ciclo de desenvolvimento que pretendemos inaugurar. Não podemos, e não iremos, abrir mão dessa contribuição. Do Reino Unido, quinto maior investidor em nosso país, esperamos participação revigorada nesse processo, inclusive através das atividades promocionais das duas Câmaras de Comércio. O empresariado de cada país haverá de encontrar, na consistência e seriedade da política que colocamos em marcha, o necessário estímulo para compensadores negócios, capazes de revitalizar o fluxo de investimentos em benefício da recuperação econômica e do adensamento de nossa cooperação. Um passo firme nessa direção está nas negociações a serem iniciadas proximamente sobre a celebração de um acordo de garantia de investimentos recíprocos entre o Brasil e o Reino Unido.

Outro passo importante será a avaliação, em futuro próximo, do «Sistema de Promoção de Investimentos», que ligará o Setor Comercial da Embaixada em Londres a uma rede de informações composta por pontos focais em diversos Estados brasileiros. O Sistema servirá ao objetivo de aproximar investidores estrangeiros e empresários brasileiros na identificação de oportunidades de investimentos diretos no Brasil e de transferência de tecnologia. O SIPRI constituirá assim um importante instrumento adicional na abertura da economia brasileira - especialmente as pe-

quenas e médias empresas - aos fluxos internacionais e tecnologias.

Estas são tarefas em perfeita sintonia com as aspirações da comunidade de negócios e da sociedade como um todo. Governo e empresariado, como evidenciamos neste encontro, devem trabalhar juntos. Esta sempre foi a minha convicção de político e homem público, que, aliás, acabo de colocar em prática no Ministério das Relações Exteriores ao criar um Comité Empresarial Permanente para assessorar, nesta época em que se abrem tantas esperanças e oportunidades no Brasil, as nossas atividades de promoção comercial e de captação de investimentos.

O Governo brasileiro, nesse mesmo espírito, continuará, como em toda democracia, a tentar fazer das relações entre o Estado e a sociedade, não um cenário de antagonismos e suspeita, mas um vínculo de cooperação e confiança.

Prosseguirá, assim, de forma aperfeiçoada, a política de privatização. O Governo acaba de anunciar suas novas regras e mecanismos. Pretende dar-lhes agora a verdadeira dimensão que deve ter no processo de soerguimento com a política industrial e com a de desenvolvimento científico-tecnológico. Critérios como ingresso de moeda corrente no pagamento das privatizações e flexibilização das condições de participação de capital estrangeiro serão levados em conta. Serviços públicos sob regime de concessão poderão doravante ser abrangidos pelo programa.

Toda essa ação, Senhores empresários, busca tornar o Brasil economicamente

mais eficiente. É um objetivo que se complementa com o de fazer também o país socialmente mais justo, levando plenamente a democracia ao campo social. Eficiência, justiça e igualdade de oportunidades são metas que conferem indivisibilidade ao processo de desenvolvimento, e a preocupação de conciliá-las representa, precisamente, o grande desafio nacional.

Prova de que essa consciência se reforça hoje está no papel central que a questão do meio ambiente passou a ocupar na problemática geral do desenvolvimento. A Conferência do Rio representou um marco e consagrou o conceito de «desenvolvimento sustentável», que define o ideal de um modelo económico que atenda as exigências do presente, sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras.

No Brasil, esta nova mentalidade do desenvolvimento vem acompanhada hoje da expectativa de que vamos também ingressar em uma etapa de modernização política. O plebiscito deste ano irá definir a forma e o sistema de Governo, se republicano ou monárquico, se parlamentarista ou presidencialista. Estou persuadido de que, qualquer que seja a decisão do povo, o Brasil será um país diferente, revigorado tanto em sua fé democrática quanto na vitalidade das instituições. Será, também, um país mais consistente com as transformações económicas e sociais. Será um país afinado com os princípios da funcionalidade do Estado e da universalidade da cidadania.

O aperfeiçoamento da sociedade brasileira é, em suma, fonte e destino das pre-

ocupações do Governo Itamar Franco. Somos uma nação mais do que nunca, convencida das virtudes da democracia. Nela vamos preservar na busca dos objetivos de progresso e bem-estar do nosso povo. Dela, retiramos inspiração para o reforço contínuo em favor da cooperação sempre mais estreita com nossos parceiros da comunidade internacional.

Quando ainda vivíamos a crise do *impeachment*, o próprio Presidente Itamar Franco manifestou essa convicção, com expressivas palavras, ao dirigir mensagem de congratulações aos membros da Câmara Brasileira de Comércio no Reino Unido, por ocasião de seu quinquagésimo aniversário, em outubro último. Louvou a serenidade da classe política brasileira, que soube tranquilizar a nação e dar-lhe a certeza de que nada se faria que pudesse emperrar a engrenagem constitucional. E assegurou, como me permito aqui relatar, que as mudanças ocorridas no país não o afastarão de sua trajetória ascendente e plenamente sintonizada com o mundo de hoje.

O Reino Unido - como a Comunidade Económica Europeia em geral - é uma peça fundamental nessa articulação estratégica do desenvolvimento brasileiro com as possibilidades internacionais. Nossa cooperação, que já é antiga e exemplar, inclusive no campo do meio ambiente, precisa ser expandida e ampliada em seu horizonte. A ciência e tecnologia, motores do crescimento, devem merecer atenção mais detida de ambos os Governos. O avanço tecnológico de países em desenvolvimento como o Brasil não pode ser alvo de suspeitas infundadas, nem de en-

traves ou discriminações. Deve ser visto, ao contrário, como imperativo de progresso que há de ser benefício também para os países desenvolvidos. Seria fundamental que essa cooperação pudesse intensificar-se em proveito da confiança e das vantagens mútuas.

O Brasil adota posição de clara transparência nessa área. Concluímos acordo para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear com a Argentina. Firmamos acordo conjunto de salvaguardas com a AIEA. Em breve colocaremos o Tratado de Tlatelolco em vigor. Estamos implementando mais sistema abrangente de controle de exportações, que incluirá toda a área de mísseis, onde contemplamos, inclusive, as diretrizes do MTCR.

Senhores membros das Câmaras de Comércio,

Reitero muito sensibilizado minha gratidão por esta homenagem. Vinda de gru-

po tão seleta de integrantes da comunidade de negócios de nossos países, só poderia tomar-me de satisfação e orgulho.

Satisfação pela oportunidade de associar-me ao trabalho aqui realizado em prol da cooperação Brasil-Reino Unido e apreciar, na amplitude dos interesses empresariais aqui representados, o potencial que nos cabe ainda explorar.

E orgulho, fundamentalmente, por poder trazer aqui - de coração aberto, como é do bom feitio democrático (eu, Ministro, que deve agora dosar a espontaneidade do político com a formalidade do diplomata) - orgulho de trazer aqui, repito, a mensagem de um Brasil resgatado em sua dignidade. De um Governo que zela pela seriedade e a exercita. De uma Nação - como disse o Presidente que se quer sintonizada com o mundo.

Muito obrigado. ■

• • •

Seminário sobre Integração Latino-Americana

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, na abertura do seminário organizado pela Canning House sobre Integração Latino-Americana, em Londres, em 27 de janeiro de 1993

Senhor Presidente da Canning House,
Viscount Montgomery of Alamein

Senhor Diretor-Geral, Sir Michael Simpson,

Senhores Embaixadores,

Minhas senhoras e meus senhores,

É um grande prazer para mim inaugurar os trabalhos do Seminário sobre Integração Latino-Americana, patrocinado pela Canning House.

Como Ministro do Exterior do Brasil, em visita de trabalho a Londres, venho a este encontro com dupla motivação. Primeiramente, para homenagear os esforços desta instituição que abriga o melhor da tradição de cooperação e diálogo entre a América Latina e o Reino Unido. A Canning House, ao reunir aqui qualificado grupo de personalidades que estudam e vivem o dia-a-dia da vida política e econômica do nosso continente, presta mais um relevante serviço à causa do maior conhecimento dos interesses latino-americanos na Europa e, em particular, do Reino Unido.

Em segundo lugar, interpretei a iniciativa deste seminário como boa oportunidade de reafirmar a visão do Governo brasileiro a respeito do processo de integração regional. O momento é significativo diante das mudanças e das novas estruturas que se delineiam no mundo, tornando cada vez mais complexo o desafio da inserção competitiva do país e de seus vizinhos na economia internacional.

Por vocação histórica, coerência em sua conduta diplomática e por preceito constitucional, o Brasil participa ativamente dos esforços integracionistas na América Latina. Foi membro fundador da ALALC, em 1960, integra o órgão que a sucedeu - a Aladi - desde sua instituição, em 1980, e contribui, através de múltiplas modalidades institucionais de cooperação, para a integração física e o desenvolvimento harmônico na Bacia do Prata e na região amazônica.

Hoje, o impulso dado à integração a partir do entendimento entre Brasil e Argentina a partir de meados da última década e, posteriormente, pela constituição do Mercosul, com o Tratado de Assunção, de

1991, é evidência do engajamento dos governos e das sociedades nacionais nesta obra de grande transformação política e económica.

A integração latino-americana deixa, pois, de ser exercício de retórica, embora não seja tarefa simples ou isenta de dificuldades. Afirmou-se a partir do fortalecimento das instituições democráticas na região o esgotamento do modelo de substituição de importações que prevaleceu no continente ao longo de mais de quarenta anos. Nossos países estreitaram seus laços não só com base na identidade política que se foi revigorando na região com o fim dos regimes autoritários, mas também como consequência da crise económica e social que nos parecia reservar senão um futuro de marginalização.

Consolidou-se, assim, a noção do interesse comum diante das adversidades comuns. Ganhou força, sob o estímulo de interesses compartilhados, a ideia de ações concertadas no plano político-diplomático. Abandonou-se a perspectiva individualista, centrada na competição estéril. Convergência e solidariedade crescentes fizeram das preocupações da América Latina com a questão do desenvolvimento uma agenda de trabalho permanente, refletida nas diversas instâncias deliberativas que hoje nos congregam na região.

Mas foi a partir da aceleração dos fenómenos da globalização e da regionalização económica que a integração adquiriu como projeto diretamente vinculado aos interesses mais abrangentes da sociedade. Tornou-se complemento necessário do programa de modernização de nossas eco-

nomias e de sua articulação com os grandes mercados comuns.

Daí as dificuldades e complexidades da integração. Ela não consiste apenas em um processo de desgravação tarifária. À medida que se vão cumprindo as condições e os prazos de uma associação cada vez mais estreita e que a realidade económica internacional define determinados tipos de estratégia, surgem problemas como a coordenação de políticas macro-económicas, compatibilização de regras fiscais e monetárias, ação conjunta em face de outros blocos económicos.

Hoje, o Mercosul é um componente dos mais importantes de nossa atuação política externa e, ao mesmo tempo, de nossa estratégia económica no cenário internacional. É instrumento valioso para a dinamização do nosso relacionamento com os pólos dinâmicos da economia internacional.

Na verdade, a ordem económica mundial não é mais moldada apenas pela vontade de algumas poucas economias dominantes: a globalização dos circuitos produtivos, dos fluxos de comércio e de investimentos cria enorme rede de interesses.

Como região em desenvolvimento, a América Latina é frágil nessa interdependência com o mundo, porquanto carece do acesso a capitais e fontes externas de tecnologia moderna. Além disso, perdeu espaço nos últimos anos, quando outras regiões, como a Ásia, lograram definir com sucesso um modelo eficiente de participação na economia mundial.

Hoje, os desafios da América Latina continuam múltiplos. A persistência na implantação das reformas internas que cumpram as exigências amplamente reconhecidas da revisão do papel do Estado, abertura econômica, privatização é um imperativo do qual não podemos abdicar. Ao mesmo tempo, é preciso conter com eficácia e determinação política as ameaças a rupturas da ordem democrática. Já se tornou um conceito largamente amadurecido o de que, sem democracia, não há integração, pois a integração não é obra dos governos, mas das sociedades legitimamente representadas em seus anseios e interesses.

O mundo de hoje está a exigir também da integração latino-americana um tipo de definição fundamental quanto aos seus rumos futuros. É a que se impõe mais e mais pela formação dos grandes blocos econômicos e das tendências que se poderiam visualizar para seu modo de articulação com a região. A influência desses blocos será determinante tanto no processo de elaboração final das regras multilaterais de comércio, hoje sujeito às incertezas em torno da Rodada Uruguai do GATT, quanto ao impacto sobre as correntes de comércio e investimentos de cada país.

Dois assuntos adquirem, nesse sentido, especial relevância: de um lado, a entrada em vigor do mercado unificado na Europa este ano, e sua futura fusão com a Área Econômica Europeia, e, de outro, o Nafta e seus efeitos no comércio latino-americano, inclusive à luz das normas da Aladi.

Não sou dos que vêem como alarmantes essas perspectivas da América Latina. Naturalmente, é fator de preocupação o

risco de que o mundo se transforme em blocos econômicos fechados e que aumentem as práticas protecionistas em nível global e que, na região, as iniciativas no campo da integração hemisférica causem prejuízos diretos e indiretos para nossos países, sobretudo com o desvio de fluxos comerciais e de investimentos. Daí a importância dos entendimentos a serem mantidos entre os países do Mercosul e os Estados Unidos no âmbito das negociações 4 mais 1. Daí a importância também das consultas mantidas com a CEE tanto através do Grupo do Rio e do próprio Mercosul.

Mas não creio, por outro lado, que a entrada em funcionamento dos novos blocos seja suscetível de provocar distorções incontornáveis. Após uma adaptação temporária às novas condições, tanto na América do Norte, quanto na Europa, os fluxos de capital e de mercadorias poderão dirigir-se, como sempre, para as melhores oportunidades de mercado no mundo. E nesse caso, os desafios talvez venham a ser de natureza distinta: economias competitivas, estáveis, atraentes para os investimentos de fora, empenhadas na modernização tecnológica estarão aptas para encontrar o seu espaço.

Tenho plena confiança de que o Mercosul, com seu grande potencial, continuará a atrair a comunidade de negócios tanto da Europa quanto dos Estados Unidos, além de outras áreas desenvolvidas como o Japão, tanto em termos de comércio quanto de investimentos. Uma coisa é absolutamente certa: não haverá uma «fortaleza» Mercosul. Os países membros, na

formulação e defesa de suas políticas comerciais, sempre se opuseram a conceitos como «comércio administrado», «unilateralismo», «bilateralismo». Continuaremos a nos recusar a transformar o Mercosul num bloco fechado de livre comércio. Não é do nosso interesse dispor de nível elevado de proteção externa, sobretudo porque o essencial de nosso comércio em bens tecnológicos e nossos principais mercados externos estão na América do Norte, na Europa e no Japão. Seria inconsistente com nossos princípios em matéria de eficiência e competitividade estabelecer tarifas externas restritivas ou proibitivas.

Para o Brasil, especialmente, em sua condição de *global trader*, é fundamental a consolidação de um sistema de comércio aberto e flexível, sem discriminações. Não estamos presos a parcerias excludentes, nem a opções limitadas de mercado. 30 por cento do nosso intercâmbio está concentrado na CEE, 20 por cento nos EUA, 20 por cento na América Latina, outros 20 na Ásia e os 10 restantes distribuídos entre África, Oriente Médio e Europa Oriental.

Senhores,

É compreensível, nesse contexto, que o desafio da integração latino-americana - que, em épocas remotas só podia ser visto como um sonho e, já há algum tempo, como realidade mais próxima - adquiere hoje dimensões novas que enriquecem toda a discussão da problemática de nossa inserção económica internacional.

O próprio Mercosul não é, aliás, o único empreendimento que mobiliza nossas atenções na América Latina em matéria de

integração. A rede de interesses históricos que nos ligam a todos os países da região, onde temos dez fronteiras internacionais, é extremamente vasta e complexa. Abrange desde os contatos humanos na fronteira, a densidade dos vínculos económicos e culturais, até grandes projetos comuns. Essa tradição de cooperação extremamente frutífera está demonstrada em obras de grande vulto como Itaipu e, atualmente, se confirma com a implementação dos acordos de gás com a Bolívia e o projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná.

Com os países amazônicos, o Brasil acaba de deslançar uma nova iniciativa com vistas à maior aproximação económica e comercial. Propusemos aos Governos da Bolívia, da Colômbia, do Equador, do Peru, da Venezuela, da Guiana e do Suriname o aprofundamento dos acordos comerciais bilaterais dentro dos critérios pactados com nossos sócios do Mercosul.

Esta iniciativa servirá para ampliar as possibilidades de cooperação e de integração desses países com o Brasil, ajudando a preparar as bases de uma futura negociação com o Mercado Comum, sem que se excluam outros esforços de integração regional. É uma contribuição importante, em benefício de todos os países latino-americanos, para a desejada articulação entre os esquemas de integração que vimos consolidando na região e que devem confluir, como estabelece o Tratado de Montevideu, de 1980, para a conformação de um mercado comum regional.

Identifico na chamada Iniciativa Amazônica - como nos progressos alcançados no Mercosul, nas programadas negocia-

ções 4 mais 1, nas realizações da Aladi, no dinamismo renovado do Pacto Andino - evidências concretas de que os ideais integracionistas na América Latina não perdem vigor num momento em que a configuração de uma nova ordem económica mundial abre grandes inquietações. São provas de que a região se propõe constantemente buscar as respostas adequadas às novas situações e aos novos desafios. E confirmam, justamente, o que disse o Presidente Itamar Franco na reunião do Grupo do Rio, em dezembro último, em Buenos

Aires: «a América Latina é grande demais, e importante demais, para estar ausente da construção dos novos tempos».

Com essa evocação, desejo formular aos Senhores participantes do seminário os melhores votos de êxito em seus trabalhos e estender-lhes minha confiança de que daqui sairão contribuições muito proveitosas para os esforços de nossos povos em favor da causa da integração latino-americana.

Muito obrigado.

•

• • •

O Brasil e a Integração Europeia

Conferência proferida pelo Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, no Royal Institute for International Affairs (Chatham House) sobre o tema «O Brasil e a Integração Europeia», em Londres, em 28 de janeiro de 1993

Senhoras e Senhores,

Quero expressar, inicialmente, meus agradecimentos pelo convite muito amável para dirigir-me a tão qualificada audiência. É para mim uma honra e um privilégio comparecer a este encontro, sobretudo porque sei que há algum tempo oradores brasileiros têm estado ausentes dos ciclos de palestras aqui promovidos com membros da comunidade acadêmica britânica e europeia. Vivemos uma era de mudanças e desafios, e o tipo de diálogo franco e estimulante proporcionado pela Chatam House tem contribuído para a maior compreensão da realidade internacional contemporânea e dos problemas e aspirações de muitos países, individualmente.

Considero como grata oportunidade a de poder falar-lhes aqui, da perspectiva brasileira, sobre o tema da integração europeia. O Reino Unido, entre os países-membros da Comunidade Europeia, talvez seja aquele em que todo o processo de integração continental, do Tratado de Roma ao Tratado de Maastricht, tenha sido debatido com maior intensidade e

paixão. Maastricht, aliás, talvez não tenha sido submetido a tão minucioso escrutínio no resto da Comunidade como o foi aqui. Além disso, o Reino Unido possui longa tradição de intercâmbio e cooperação com a América Latina e, especialmente, o Brasil. Seu papel como potência global e como um dos grandes contribuintes dos fundos comunitários confere ao Reino Unido posição privilegiada na parceria entre os países latino-americanos e a CEE.

Do ponto de vista do Brasil, a integração europeia desempenha papel central em nossa política externa e em nossa política econômica. Do seu impacto sobre o comércio exterior brasileiro à influência que exerce em questões como a Rodada Uruguai do GATT, globalização econômica, formação de uma nova ordem mundial e a dinâmica em torno dos chamados novos temas, ou outros que se reintroduzem, na agenda internacional - direitos humanos, desenvolvimento sustentável, cooperação para o desenvolvimento, transferência de tecnologias, desarmamento - a Comunidade Europeia afirma-se como ator internacional dos mais relevantes.

Senhoras e Senhores,

Tornou-se lugar comum afirmar que atravessamos um período de transição. Não parece tão evidente, porém, que as mudanças ocorridas no mundo devam ser percebidas não apenas como oportunidades, mas sobretudo como desafios e riscos. As mudanças em si não são fator de paz. As cenas de guerra e violência expostas diariamente na mídia internacional mostram que, apesar das esperanças renovadas por uma era de estabilidade internacional, persistem forças negativas a minarem o efeito das transformações políticas a que vimos assistindo.

O mesmo se aplica ao campo económico: as mudanças globais e a interdependência fizeram reemergir práticas protecionistas, e a ameaça de guerras comerciais torna-se cada vez mais visível no horizonte. A Guerra Fria e as tensões Leste-Oeste foram substituídas por árdua competição entre as nações e grupos de nações. Esta é provavelmente a chave para entendermos tanto a relação entre a CEE e um país como o Brasil quanto o meio internacional como um todo.

Nesse contexto, a integração é um processo sujeito a outras tendências globais, e, como tal, a uma série de pequenas correções em sua trajetória de aperfeiçoamento. O mundo de hoje e, provavelmente, o de amanhã evidenciam claramente que a integração não deve significar isolamento, indiferença ou auto-suficiência. Na opinião do Brasil, a integração, como um marco da era posterior ao fim da Guerra Fria, vem acompanhada por outro concei-

to fundamental dos nossos tempos: a interdependência.

Esta é a razão pela qual penso que o relacionamento entre o Brasil e a CEE e a nossa própria visão da integração europeia serão mais bem compreendidos a partir dos principais elementos da visão brasileira do atual momento de transição. Assim penso porque as mudanças não ocorrem apenas em nível internacional. Ocorrem também dentro do nosso próprio país, afetando, inclusive, a maneira pela qual o Brasil vê o mundo.

O Brasil, que se volta hoje com renovado interesse para a CEE e a Europa em geral, tem promovido nos últimos anos - e, seja-me permitido dizê-lo, particularmente nos meses mais recentes - amplas reformas políticas e económicas que restituíram o orgulho e a confiança ao seu povo.

Nos anos oitenta, enquanto se esgotava o modelo económico baseado na substituição de importações, identificamos a necessidade de uma abertura do país à economia mundial, assim como aos fluxos internacionais de capital e tecnologia, de maneira abrangente, equilibrada e contínua. Hoje, o Brasil leva a cabo um cuidadoso programa de privatização. Reavalia-se o papel do Estado. Não desejamos nem a presença maciça na economia, nem o desmantelamento da máquina administrativa.

Apesar dos problemas estruturais que temos enfrentado, a economia brasileira conserva sua força como a décima economia no mundo e, provavelmente, uma das

mais diversificadas entre os países em desenvolvimento, com poderosa base industrial e amplo mercado a expandir-se através da integração com nossos vizinhos do Cone Sul.

Somos uma economia competitiva em diversas áreas, tanto da indústria quanto da agricultura. Somos também uma economia com crescente projeção internacional: há muito que assumimos a condição de *global trader*, com presença quase universal nos mercados internacionais. É natural que tenhamos grande interesse no mercado europeu, tanto exportador quanto importador, e que possamos discordar sobre as políticas que afetam nossa posição em terceiros mercados e sobre as regras do comércio global.

A democracia é outro importante elemento para compreender a atual situação brasileira. A democracia no Brasil tem funcionado, e os acontecimentos de 1992 foram decisivos para a consolidação do nosso sistema político. Mas a democracia, tal como a concebemos, não é apenas um sistema político. Deve abranger também o sistema social. Deve assegurar a estabilidade social e prover a necessária base para o crescimento da economia. Temos a clara percepção de que as questões internacionais afetam a sociedade brasileira de modo bem diferente do que o faziam no passado. Temos a clara percepção de que um ambiente internacional justo e equilibrado é pré-condição de progresso social. Não é, naturalmente, a única pré-condição, mas é primordial.

As mudanças no Brasil não afetaram apenas a economia ou a política interna do

país. Tiveram igualmente grande impacto nas questões externas.

Um exemplo foi a construção das relações de confiança com a Argentina. Demos importantes passos em matéria de cooperação nuclear e de salvaguardas. Promovemos com êxito emendas técnicas ao Tratado de Tlatelolco de forma a colocá-lo em vigor em toda a América Latina. Além de estar historicamente comprometido com as iniciativas no campo do desarmamento, o Brasil avançou também na causa da adoção de um mecanismo internacional de controle de transferência de tecnologias de uso dual, em bases não discriminatórias, transparentes e aceitas internacionalmente.

Outro exemplo é o processo de integração no Mercosul, que criará, em espaço de tempo relativamente curto, um mercado comum de 200 milhões de habitantes, com metade do PIB da América Latina e a possibilidade de incorporar outros parceiros regionais.

Exemplo, ainda, é o papel ativo que temos desempenhado nos foros multilaterais, políticos e económicos, como as Nações Unidas e o GATT.

Todos estes são sinais que identificam o Brasil como país comprometido com o desenvolvimento. É um compromisso que gera renovados interesses externos e legítimas preocupações pelo atraso que ainda nos mantém distantes do ideal de uma plena democracia social e de uma poderosa economia de mercado engajada no comércio internacional.

O fim da Guerra Fria é, para nós, mais um elemento a ser levado em conta para a perfeita compreensão do mundo de hoje. As mudanças profundas que começaram a ser gestadas antes da queda do Muro de Berlim e o desmembramento do bloco soviético iniciaram o processo de configuração da ordem mundial do século XXI. Muitos são, do ponto de vista brasileiro, os elementos do quadro internacional, a partir dos quais devemos avaliar o impacto da integração europeia sobre o resto do mundo, e em particular sobre o Brasil: a consolidação de vários pólos económicos e tecnológicos; a construção de blocos regionais como a CEE e o Nafta; a ênfase revigorada no multilateralismo não apenas político - com o fortalecimento da ONU - mas também económico - através da Rodada Uruguai; a emergência de novos tópicos na agenda internacional; a expansão da democracia e dos valores da economia de mercado; as novas tensões nacionais e regionais em países do terceiro mundo e na Europa central e oriental; o ressurgimento diferenciado da questão Norte-Sul, com o persistente e crescente desequilíbrio social, económico e tecnológico entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; o predomínio da competitividade económica e da eficiência tecnológica sobre a capacidade militar e estratégica.

Muitos desses elementos que acabo de mencionar estão presentes, em certa medida, nos tópicos que integram o relacionamento entre o Brasil e a CEE. Por esta razão, ao focalizar o tema deste debate, não pude deixar de combinar

umagrande expectativa com certa frustração e algum receio.

A Comunidade Económica Europeia sempre foi um modelo e um desafio para a América Latina. Nos anos 60, acreditávamos que a integração se realizaria exclusivamente em função da vontade política. Não percebíamos naquele momento que por trás do Tratado de Roma havia outros elementos além das cláusulas do próprio Tratado. Anos de aprendizado no acompanhamento cuidadoso dos assuntos da Comunidade e de sua crescente importância como nosso parceiro comercial ensinaram-nos que a integração é o coroamento de um processo progressivo de colaboração entre países que têm em comum algo mais do que suas fronteiras.

Aprendemos que integração significa maiores fluxos de comércio, de investimentos e de cooperação; significa mais do que o mero acréscimo de mercados; que o processo de integração deve ir além da liberalização do comércio; que a integração teria grande impacto sobre certos setores das várias economias envolvidas; que alcançaria não apenas o nível de produção de bens de serviços, mas também o desenvolvimento de tecnologias; que levaria à harmonização das políticas macroeconômicas por meio de um complexo processo de barganha; e que o processo deveria respeitar as soberanias nacionais, a despeito de todas as concessões voluntárias que eram exigidas enquanto, em muitos aspectos, as fronteiras desapareciam.

A Comunidade Económica Europeia, tomada como modelo, inspirou-nos a rea-

lizar projeto similar na América do Sul. Durante anos fortalecemos o comércio intra-regional até que vislumbramos a possibilidade de promover esse comércio e elevar a patamares crescentes os interesses por ele gerados. Nesse sentido, o Mercosul - Mercado Comum do Sul - é um desdobramento do esforço europeu de integração. Mas não apenas nesse sentido. Quando a CEE mostrou-se decidida a caminhar rumo ao Mercado Comum, a comunidade internacional ficou em alerta: a economia mundial passava por uma rápida transformação e aquele poderoso bloco econômico provavelmente desequilibraria todo o sistema econômico do pós-guerra, muito antes do término da confrontação Leste-Oeste.

A CEE foi, assim, um modelo e um alerta contra o risco de marginalização. Tal risco foi provavelmente superestimado ao final dos anos 80, mas ele representava para nós um grande desafio. Vale lembrar que os anos 80 foram uma década perdida para o Brasil e para a maioria dos países latino-americanos, para não falar da maior parte do mundo em desenvolvimento. O Japão e os «Tigres» asiáticos davam sinais de que uma comunidade informal da Ásia e do Pacífico estava em construção; os EUA e o Canadá já haviam assinado o Acordo de Livre Comércio, e a incorporação do México ao que viria a ser o Nafta era apenas questão de tempo. A África e diversas ex-colônias recebiam da CEE um tratamento especial. A Europa Oriental era vista como o próximo satélite da CEE. A China tinha, e ainda tem, seu próprio peso. O risco de marginalização era real e efeti-

vo em algumas regiões da América Latina. Simultaneamente com a derrocada do modelo econômico anterior, baseado na substituição de importações e no endividamento externo, tal quadro levou-nos a modos diversos de ajustes estruturais e de integração.

Ademais de ser um modelo e um desafio, a CEE sempre foi um importante parceiro - o mais importante, e o mais duro também, para o Brasil. Somos parceiros e, força é reconhecê-lo, somos também, numa certa medida, competidores. Na verdade, em larga medida.

Sejamos francos a esse respeito. Temos de discordar, precisamente porque estamos unidos por diversos interesses e porque temos sido capazes de nos pôr de acordo em tantas questões importantes, tanto de natureza política quanto econômica.

Tomemos, por exemplo, a agricultura. A política da CEE tem implicações não apenas sobre a economia, como a brasileira, que não subsidia o setor, mas também sobre todo o processo de negociação da Rodada Uruguai, como um fator significativamente negativo para que se alcance um entendimento final, que, como se sabe, deverá ser um todo equilibrado de mútuas concessões e de passos coletivos rumo à liberalização multilateral do comércio. Seria interessante apenas apresentar os custos efetivos da política agrícola da Comunidade e sua profunda influência sobre o comércio mundial.

Tomemos outro setor - a política industrial. Causa-nos grande preocupação o

fato de que medidas protecionistas tais como investigações *antidumping* sejam usadas como instrumentos de política industrial. Subsídios para programas de alta tecnologia e o rígido cartel da indústria do aço também têm impacto negativo sobre o desenvolvimento industrial e o comércio dos parceiros da CEE.

O próprio comércio é outro campo que nos preocupou. A estrutura tarifária estabelecida pela CEE dificulta seriamente o acesso ao mercado comunitário de bens manufaturados de outros países. Aquilo que se costuma chamar de «síndrome regulamentadora» de Bruxelas contribui igualmente para o desestímulo do intercâmbio comercial, visto que tais regras, por vezes incompreensíveis, são fortemente protecionistas. Esse afã protecionista contrasta com as políticas de abertura executadas pelo Brasil e por vários outros países latino-americanos.

Diversas outras áreas refletem a preocupação que se ia tornando lugar-comum quando os Doze já se preparavam para a plena integração: o temor de que a Europa se tornasse uma fortaleza, contrariando o espírito do Tratado de Roma.

Isso é verdade igualmente com relação à transferência de tecnologias avançadas entre a CEE e os países em desenvolvimento. Pressões políticas, juntamente com uma variada gama de outras condicionantes, fazem-se notar aqui. Restrições ao abrigo de mecanismos de transferência de tecnologia como o MTCR já não são aceitáveis, uma vez que se provou que diversos países ocidentais desempenharam um papel importante no processo de desesta-

bilização, ou mesmo de conflagração, em áreas de interesse vital como o Golfo Pérsico. A política de não-proliferação da CEE tende, ademais, a não considerar as tendências mundiais e esforços de outros países, sempre que se trate de proteger os interesses específicos dos países-membros.

Isso é verdade também com relação ao setor de transportes aéreos, onde as empresas aéreas nacionais dos países-membros são fortalecidas por meio de subsídios diretos *via* fundos públicos, que levam empresas privadas como a VARIG e a British Airways a se confrontarem com uma duríssima competição ao disputarem o mercado do Atlântico Sul com mais de vinte companhias estaduais.

A grande atração exercida pelas economias da Europa central e do Leste sobre a CEE é outro ponto sobre o qual talvez discordamos em certa medida. Reconhecemos os vínculos históricos e culturais que os dois lados da Europa mantêm há décadas, ou mesmo séculos. Reconhecemos também que esses países, na qualidade de vizinhos ou quase-vizinhos, tendem a constituir uma fonte permanente de questões de interesse mútuo. Mas seria justo reconhecer igualmente que a América Latina possui uma classe empresarial mais dinâmica, já familiarizada com negociações internacionais, e contando com uma duradoura economia de mercado, onde a tecnologia, o comércio e o investimento estrangeiros desempenharam importante papel durante décadas de contínuo crescimento económico.

Senhoras e Senhores,

A Comunidade Europeia é, tem sido e tudo leva a crer que continuará a ser o principal parceiro comercial brasileiro. E não estou falando de proporções ou cifras modestas: quase trinta por cento do nosso comércio exterior está concentrado na CEE, à qual, por sua vez, cabe ampla participação nos investimentos estrangeiros em nosso país; nosso intercâmbio global atingiu, nos primeiros dez meses de 1992, o montante de US\$ 12,5 bilhões.

Sentimo-nos frustrados, porém, com o fato de que, à medida que a Europa consolida transformações institucionais profundas, redesenhando a própria dinâmica das relações internacionais, a Comunidade não se tem revelado a parceira que seria legítimo esperar, à luz de seus vínculos históricos com o Brasil e de sua percepção política de nosso processo de desenvolvimento.

No âmbito dos investimentos, apesar do interesse tantas vezes manifestado pelo Brasil, persistiu, nos últimos anos, clara tendência à retração. É bem verdade que tal atitude decorreu, em parte, dos problemas provocados pelos ajustes estruturais da economia brasileira. Mas também contribuiu a falta de estímulo oficial ao investidor privado europeu, em contraste profundo com o tratamento reservado pela CEE ao Leste Europeu. Felizmente, já em 1992, voltaram a aumentar os fluxos de investimento no Brasil, reforçando nossa avaliação de que, com a retomada do desenvolvimento, ganhará novo ritmo o estímulo oficial europeu, em particular no setor de pequenas e médias empresas.

A dívida externa brasileira, por sua vez, assume celeremente a condição de um problema do passado. Fechados um acordo *standyby* com o Fundo Monetário Internacional e um outro, de reescalonamento, com o Clube de Paris, estamos às vésperas de tornar operacional um acordo definitivo com nossos credores comerciais. Nessa área, cabe assinalar que a contribuição europeia em favor de esquemas de negociação mais flexíveis foi muito reduzida, como se houvesse decisão de delegar aos Estados Unidos um protagonismo exclusivo na matéria. Tal atitude não é coerente com a presença de bancos europeus no endividamento brasileiro, nem com o volume dos créditos oficiais a nós concedidos. O serviço da dívida não deve ser um fim em si mesmo, mas mera condição de novos e importantes negócios.

Para nós, o acesso desimpedido à tecnologia de ponta europeia é aporte instrumental para nosso desenvolvimento. Compartilhamos das preocupações dos países detentores de tecnologia sobre a necessidade de garantias nos campos nuclear, balístico e químico. Daí, os renovados compromissos internacionais do Brasil nessa área. E, daí, também, estarmos trabalhando pela aprovação de um sistema de proteção à propriedade intelectual. Nosso desenvolvimento endógeno, bem-sucedido em várias áreas, a diversificação de nossa economia, o tamanho de nosso mercado e nossos compromissos internacionais tornam-se parceiros importantes no setor tecnológico.

No âmbito do meio ambiente, tema tão sensível à opinião pública europeia, a ação

comunitária tem sido surpreendentemente parcimoniosa. Depois de seu papel na formulação doutrinária de aspectos importantes da problemática ambiental, a Comunidade chegou discreta à Conferência do Rio, e mais discretos ainda foram os *seus pledges* para financiar o Projeto Piloto de Florestas Tropicais.

É preciso não esquecer que a simples realização da UNCED, que reuniu mais de 110 Chefes de Estado e de Governo e indicou soluções tão criativas, não assegura a superação dos principais problemas que seguem afetando a todos nós na área do desenvolvimento sustentável. Precisamos passar da retórica a esforços conjuntos. Somente assim estaremos à altura da verdadeira consciência ecológica de nossa época. Apesar das limitações do Projeto-Piloto, ele hoje se torna realidade, com as primeiras contribuições. Mantido o papel construtivo da CEE, o meio ambiente pode ser área de crescente cooperação com o Brasil.

Com relação aos direitos humanos, mais uma vez busca-se uma presença mais ativa da Comunidade. Campanhas promovidas pela imprensa e por organizações não-governamentais mantêm a questão como prioritária perante a opinião pública europeia. Mas isso é pouco. Muito ainda tem de ser feito, em termos concretos. No Brasil, o fortalecimento do regime democrático está-se processando conjuntamente com a retomada do crescimento, com a reforma e a modernização de nossa capacidade produtiva, com a recuperação de uma sociedade desigual e injusta.

O desemprego nos países desenvolvidos é subemprego ou marginalização do mercado de trabalho em países como o Brasil. As deficiências do sistema educacional em sociedades como esta são questões conjunturais. No nosso caso, a agonia é estrutural. A violência que aumenta nos grandes centros urbanos é tão inquietante num lado e noutro do mundo, mas os instrumentos disponíveis para o combate às causas profundas dessa mazela social diferem consideravelmente. Eis um campo altamente propício para a fertilização da cooperação internacional.

O projeto da retomada do crescimento no Brasil implica um importante incremento no seu intercâmbio com o mundo, em regime crescentemente aberto ao exterior. Nossa meta é atingir um patamar de comércio exterior superior aos US\$ 80 bilhões. Estamos seguros de que a Europa estará diretamente envolvida nesse projeto e a ele saberá dar uma resposta positiva.

Senhoras e Senhores,

O Brasil vê a integração europeia como um elo importante para o crescimento da economia mundial. Só o crescimento dinâmico do mundo, com abertura comercial, poderá permitir a integração de países hoje excluídos do núcleo dinâmico da economia mundial, mas que se preparam por suas reformas internas, para a ele aderirem.

A dimensão da economia brasileira, nossos interesses comerciais diversificados, nossos parceiros múltiplos das áreas de investimento e tecnologia determinam a opção universalista de nossa política ex-

terna. A história do Brasil aproxima-nos da Europa, dos Estados Unidos, da África, da Ásia e do Oriente Médio, para não mencionar a América Latina, nosso entorno geográfico imediato e nosso parceiro mais íntimo.

As relações do Brasil com a CEE têm de estar presididas por um encontro criativo de visões de mundo num horizonte de cooperação crescente. A sorte do Brasil de alguma maneira está vinculada à sorte da Comunidade. No momento, a economia brasileira encontra-se à beira de dispor de instrumentos necessários para assegurar sua estabilização, em particular a reforma fiscal, e de lançar-se em novo período de crescimento. Nossos parceiros tradicionais, como a Europa, podem contar com a revitalização das oportunidades no Brasil, onde a economia de mercado é uma realidade; não um objetivo de longo prazo.

No que tange a aspectos doutrinários de como se está processando a integração europeia, destaco a postura britânica de manter, em boa medida, seu vigor liberalizante nas relações comerciais, de ser um parceiro crítico das práticas distorcidas da CEE, de defender a flexibilização da posição comunitária da Rodada Uruguai do GATT. Refiro-me, também, à disposição britânica de estabelecer vínculos bilaterais de cooperação e pesquisa conjunta na Amazônia, atitude que, decerto, explica sua militância no âmbito do G-7 em favor do Projeto Piloto sobre Florestas Tropicais, que, como já indiquei, nasceu grande, mas sobrevive pequeno à espera dos recursos prometidos.

Cito esses exemplos de convergência com o Brasil para ilustrar uma visão de mundo que nós, brasileiros, defendemos com muita convicção: no pós-Guerra Fria, uma Europa fechada é prelúdio de um mundo fechado. E um mundo fechado deverá fazer reviver o antagonismo e o confronto, em termos talvez mais acirrados do que antes. Nos próximos anos, ninguém precisará moderar as divergências para preservar alianças militares necessárias para conter a União Soviética.

O moderador das divergências haverá de ser, portanto, a consciência de que vivemos um mundo global, onde os interesses de uns se entrelaçam forçosamente com os dos demais. É bem verdade que fomos mais competentes em desmontar os esquemas da Guerra Fria do que em construir novas regras promitentes de convivência internacional. Mas ainda há tempo. As mudanças foram tão rápidas que, em muitos casos, não sabemos se já terminaram de ocorrer. Precisamos desenvolver juntos uma visão de mundo que, ao reconhecer as individualidades, promova o interesse comum.

A globalização e a interdependência da economia, para muitos vetor decisivo na superação dos esquemas maniqueístas e excludentes da Guerra Fria, conduziram também à universalização de valores que tendem a balizar o sistema internacional. Se o novo modelo produtivo, à base do mercado e da vantagem comparativa tecnológica, impulsionou a prosperidade e a chamada terceira revolução industrial, a democracia é o respeito mais solidário de

tomada de decisões que haverá de contagiar as relações entre os países.

Não se trata de valores já conquistados, dadas as dificuldades da grande maioria dos países para ajustar suas economias aos novos padrões de eficiência e suas sociedades à plenitude democrática. Trata-se, antes, de valores a serem conquistados, segundo as possibilidades de cada um, em processos quase sempre penosos de transição.

A dinâmica dessas mudanças releva a complexidade do mundo contemporâneo. Aqui e ali, as opções de desenvolvimento percorrem trajetórias distintas. De nossa parte, consideramos que essa evolução é sadia. O Brasil, embora francamente convicto da necessidade de adaptar e modernizar sua capacidade produtiva, abrindo-se ao mercado externo e desregulamentando a presença do Estado na economia, sempre resistiu à proposta de deixar a sociedade entregue a sua própria sorte. A consciência da necessidade da retomada do crescimento avivou a consciência de toda a nação com a nossa dívida social.

Se a globalização e a interdependência da economia tornaram inviáveis posturas isolacionistas, se o fim da Guerra Fria retirou fundamento ao confronto e à intimidação, o século XXI haverá de ser o século da cooperação e da integração. De outra forma estaríamos voltando a 1914, a 1939 ou a qualquer outra data da enlutada memória.

Hoje, quando se fala em «agenda para a paz», nem sempre se tem em mente que ela deve passar necessariamente por uma

«agenda para o desenvolvimento». Será possível defender o êxito de operações de paz em países flagelados pelas causas profundas do subdesenvolvimento? Em coerência com essa visão, as operações de paz devem ser, acima de tudo, *peace-fostering*, e não apenas *peace-keeping*. Como insistia Willy Brandt em começos dos anos oitenta, «while hunger rules, peace cannot prevail. He who wants to ban war must also ban poverty».

A chave para isso pode ser uma relação criativa entre comércio e crescimento. Na década dos oitenta, o comércio aumentou duas vezes e meia mais do que o PIB mundial e, nem por isso, afastou-se o risco de uma recessão. Estudos recentes revelam que, mantidos os padrões atuais, o PIB mundial deverá crescer a uma taxa de 2,5% ao ano até o fim do século. Nesse nível, dificilmente será possível atender aos anseios mais vocais de melhoria de vida nas sociedades industrializadas, quanto mais os dos países em desenvolvimento. Nesse nível, também, é muito pouco provável que o crescimento dos países centrais possa, adicionalmente, ativar o crescimento dos países periféricos e, assim, evitar o agravamento de questões como as migrações maciças e seus corolários - a discriminação, o racismo, a xenofobia, os enfrentamentos éticos.

Nesse contexto, o fechamento dos países em blocos é o caminho mais curto para o confronto, talvez até para o caos. Se o comércio não é uma medida capaz de acelerar o crescimento nos níveis desejados, a opção não é proteger o comércio, o que

desencadearia, forçosamente, uma reação em cadeia, desembocando numa guerra comercial de temíveis proporções. A opção terá de ser investir no crescimento, e em escala internacional.

Isso é que assegurará o combate às causas pioneiras dos conflitos entre as nações. Isso é que criará o ambiente necessário para a fluidez e a harmonia das relações internacionais. A solução pacífica de controvérsias, no plano mundial, e o encaminhamento democrático das divergências internas, fundamentais para a prosperidade da atividade económica, não podem mais ser contemplados sem atenção prioritária aos desequilíbrios estruturais entre países e cidadãos. Superada a divisão entre primeiro, segundo e terceiro mundos, no rastro do fim da Guerra Fria, estaríamos consagrando divisão mais perversa entre países e cidadãos de primeira e segunda classe.

O mundo fechado em blocos é o mundo do protecionismo e do nacionalismo, é o mundo das soluções excludentes, que, como nos revela a história do pós-guerra, é um mundo que não resolve nada ou resolve muito pouco.

O mundo que precisamos construir deve ser um mundo de cooperação. No qual comércio e investimentos possam fluir de país para país. Onde o crescimento económico seja fonte de oportunidades para todas as nações. A Comunidade Europeia, marco industrial da cooperação internacional, tem papel importante a desempenhar na construção desse mundo. Para tanto, o Brasil está comprometido a trabalhar junto com a Comunidade, enquanto avança no seu caminho de reformas económicas e de estabilidade política.

Muito obrigado.

•

• • •

III Reunião da Comissão Mista Brasil-Irã

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores,
Fernando Henrique Cardoso, na Sessão Plenária da III Reunião da Comissão Mista Brasil-Irã, em Brasília, em 16 de fevereiro de 1993*

TlSxcelentíssimo Senhor Ministro Ali Akbar Velayati,

Excelentíssimos Senhores Membros da Delegação do Irã,

Excelentíssimos Senhores Membros da Delegação do Brasil,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É com grata satisfação que estendo ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Irã, Sua Excelência o Doutor Ali Akbar Velayati, bem como aos ilustres integrantes da comitiva que o acompanha, as mais cordiais boas-vindas ao Brasil e, particularmente, ao Itamaraty. Sua presença nos trabalhos desta Comissão Mista é sinal da importância dos projetos comuns que aproximam nossos dois países e confirma o espírito de diálogo e de respeito mútuo com o qual buscamos sempre pausar nossas relações.

A nação que acolhe Vossa Excelência, Senhor Ministro, ao ensejo desta visita para nós muito honrosa, abriga uma sociedade profundamente revigorada em sua fé democrática e em sua consciência ética. Esses valores dão consistência à vocação

de paz e desenvolvimento do povo brasileiro e revitalizam seus vínculos de cooperação com a comunidade internacional.

Mas o Brasil que Vossa Excelência encontra hoje é, sobretudo, uma nação sintonizada com os novos tempos. Uma nação, como sempre, orgulhosa de sua identidade, de seu pluralismo político e cultural, mas, principalmente, uma nação comprometida com a construção de seu destino.

Sabemos que as transformações do mundo contemporâneo não geram apenas esperanças, mas também novos desafios e novas responsabilidades.

As esperanças são fundamentais: as ideologias perderam sua força; fortaleceram-se em escala planetária os valores da liberdade política e econômica; desbloqueou-se a agenda internacional com a superação da ordem bipolar; abriu-se o espaço para discussão de temas vitais para o futuro da humanidade - o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, a erradicação das armas de destruição em massa, o acesso às tecnologias, a proteção univer-

sal dos direitos humanos, o combate à fome e à pobreza.

Os desafios e as responsabilidades tornam-se, por sua vez, mais complexos. Persistem conflitos e ameaças à paz, a despeito do fim da Guerra Fria. Ao mesmo tempo, a formação de blocos económicos e a globalização e sofisticação dos sistemas produtivos suscitam inquietações. Há o risco de acirradas competições comerciais e o da marginalização dos países em desenvolvimento em relação aos principais fluxos económicos, financeiros e tecnológicos do mundo.

É também fator de preocupação a tendência à manutenção de mecanismos decisórios anacrónicos, correspondentes a estruturas internacionais já superadas. Ao integrar no momento o Conselho de Segurança das Nações Unidas, na condição de membro não-permanente, o Brasil se propõe a contribuir não apenas para o encaminhamento das questões que afetam diretamente a paz e a segurança, mas também para o debate eficaz sobre a necessidade de democratização da ordem internacional.

Assim como aspiramos a um mundo política e socialmente mais equânime, perseveramos no caminho da autêntica modernidade de nosso país. Buscamos a retomada do crescimento económico com justiça social. Trabalhamos para a plena realização de nossas potencialidades em colaboração com os múltiplos parceiros aos quais estamos ligados na economia internacional, não apenas em suas áreas mais dinâmicas.

Ao Irã, com seu peso internacional e sua dimensão económica, cabe inegavelmente papel relevante no conjunto das parcerias que unem o Brasil à região do Oriente Próximo. O propósito que hoje nos anima nesta reunião é justamente o de redimensioná-lo em função de nossos interesses recíprocos.

Na Reunião Preparatória deste encontro, as partes brasileira e iraniana realizaram um trabalho conjunto intenso e exitoso, em clima de grande cordialidade. À luz desses resultados, creio que podemos ambas as delegações compartilhar as melhores expectativas quanto à significativa contribuição que esta Terceira Reunião da Comissão Mista certamente trará ao aperfeiçoamento da cooperação bilateral.

Assinalo, por exemplo, que, no campo do comércio, são ativas as trocas entre nossos dois países, com amplas possibilidades de expansão e diversificação. As partes brasileira e iraniana manifestaram disposição para continuar a explorar todas as alternativas de mercado que visem a operacionalizar esquema de pagamentos capaz de sustentar um intercâmbio crescente, dinâmico e mais equilibrado.

Quanto à cooperação técnica e industrial, é possível identificar um vasto horizonte que se abre à participação de tecnologias, equipamentos e produtos brasileiros em setores e projetos prioritários do programa de desenvolvimento do Irã.

Reconhecendo a riqueza e diversidade das culturas iraniana e brasileira, estamos considerando várias iniciativas para dinamizar as relações culturais entre nossos

dois países, aproveitando, para tal finalidade, o marco institucional do Acordo na matéria que celebramos em 1957.

A Ata Final desta Terceira Reunião da Comissão, que ainda hoje muito me honrarei em estar assinando com Vossa Excelência, recolherá nossas deliberações e se constituirá em novo marco de avanço na cooperação entre nossos países.

Além de tratarmos de nossa cooperação, terei ainda grande prazer em manter com Vossa Excelência conversações sobre temas da atualidade da agenda política internacional, com ênfase da atuação de nossos dois países em seus respectivos contextos regionais. Aí, temos, seguramente, uma rica experiência a intercambiar e a estimular nossa própria contribuição aos esforços de construção da nova ordem internacional.

Alegra-me especialmente, Senhor Ministro, que, como parte da programação oficial de sua visita, Vossa Excelência será também recebido pelas máximas autoridades e representantes do mundo empresarial do Estado de São Paulo. Aquela que é a minha terra por adoção não poderia deixar de estar diretamente associada, pelo seu papel protagônico no processo de desenvolvimento brasileiro, às iniciativas de ambos os Governos em prol do aprimoramento de suas relações.

Só temos motivos, portanto, para confiar no futuro da cooperação Brasil-Irã. Estou certo de que, a partir dos entendimentos que formalizaremos ao final dos nossos trabalhos, estarão delineadas, com precisão, realismo e objetividade, as modalidades de ação conjunta a explorar em benefício de nossos povos.

Muito obrigado.

•

• • •

Visita do Chanceler da China ao Brasil

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, durante almoço oferecido em homenagem ao Ministro das Relações Exteriores da República Popular da China, Qian Qichen, no Palácio Itamaraty, em 5 de março de 1993

T-C/xcelentíssimo Senhor Ministro Qian Qichen,

Senhores Membros da Comitativa chinesa,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Tenho, hoje, a honra de dar as boas-vindas ao Ministro das Relações Exteriores da República Popular da China, Qian Qichen. Recebemos Vossa Excelência, Senhor Ministro, com os sentimentos de genuína amizade e admiração pelo povo chinês. Acolhemos também com alegria a comitativa que acompanha Vossa Excelência e fazemos votos de que tenham entre nós uma jornada de trabalho profícuo, além de momentos de prazer, no convívio com nossa gente.

Mantivemos esta manhã reunião de trabalho em que percorremos longa agenda. Verificamos, com satisfação, o largo horizonte de vistas coincidentes da política externa de nossos dois países. Ainda hoje Vossa Excelência visitará o Presidente da República, Itamar Franco, e outras autoridades dos Poderes Legislativo e Ju-

diciário. O programa de Vossa Excelência inclui ainda encontros com autoridades Estaduais e Municipais, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, os dois maiores centros industrial, económico e financeiro do país.

Em seus contatos com os mais altos dirigentes da República, Vossa Excelência poderá colher o testemunho de nossa admiração pela cultura da nação chinesa e de nosso apreço pelas relações com a República Popular da China. Tais foram os sentimentos que nortearam nossa atuação nos 19 anos de nosso relacionamento. Nesse período, construímos vasto e rico património, que se estende da cooperação política, nos mais variados organismos internacionais, até a arrojada cooperação em ciência e tecnologia, nicho do programa de construção conjunta de satélites, e passa pela cooperação cultural, com o intercâmbio de estudantes.

Durante sua estada entre nós, Vossa Excelência terá também a ocasião de ouvir o relato direto e franco de nossas autoridades sobre o momento atual brasileiro, de

nossas conquistas e de nossas esperanças. Somos hoje, Senhor Ministro, uma nação, uma jovem nação que sente orgulho em ver concretizar-se a promessa do amadurecimento político. Outra não é a essência dos fatos ocorridos nos últimos dez anos, em que evoluímos de regime de exceção para regime de plena vigência democrática, em ordem, em paz e segundo a letra da lei.

Recentemente, as instituições do nosso país foram novamente colocadas à prova e mais uma vez assistimos ao predomínio da ordem, da paz e da lei. As grandes cidades brasileiras assistiram a manifestações populares, de que participaram mais de meio milhão de pessoas. Não se registrou um só incidente.

É este Brasil, eu repito, com um novo sentimento de orgulho pela solidez de suas instituições, que hoje se apresta a retomar o curso do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a liberalização da economia corresponde à firme decisão de promover maior integração com os centros internacionais mais dinâmicos, através do aumento dos fluxos de comércio, do inves-

timento de capitais, isoladamente ou em *joint-ventures*, e da continuação de transferência de tecnologia, que torna possível o grande salto qualitativo das estruturas de produção do país.

Senhor Ministro,

O relacionamento entre o Brasil e a China já atingiu sua maturidade, mas está ainda longe de ter explorado e desenvolvido todo o seu potencial. Estamos certos de que a auspiciosa visita de Vossa Excelência contribuirá de modo muito positivo para torná-lo ainda mais denso e produtivo. Esperamos, também, que a visita de Vossa excelência seja seguida, em breve, pelas reuniões dos mecanismos bilaterais conjuntos de cooperação nas áreas econômico-comercial, de ciência e tecnologia, cultural e política.

Com este espírito de amizade e otimismo, convido a todos os presentes a que me acompanhem em um brinde à saúde do Ministro Qian Qichen, a nossos visitantes e ao futuro do relacionamento do Brasil com a República Popular da China.

Muito obrigado.

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de assinatura de atos com o Chanceler da República Popular da China, Qian Qichen, em Brasília, em 5 de março de 1993

Excelentíssimo Senhor Ministro Qian Qichen,

Foi com grande satisfação que assinei, com Vossa Excelência, os novos atos bilaterais entre o Brasil e a República Popu-

lar da China, que hoje se somam aos vinte e oito já existentes.

Ampliamos e aprimoramos a moldura institucional do relacionamento entre nossos dois países, conformando-a às suas

novas realidades. Os acordos em vigor entre o Brasil e a China cobrem, assim, número crescente de áreas de interesse onde é promissora a cooperação.

Nossos países não só alcançaram níveis de desenvolvimento semelhantes em muitos campos, como apresentam características que os aproximam, em sua dimensão continental, abundância de recursos naturais e amplas variedades regionais. No esforço pelo nosso crescimento, desenvolvemos e provamos experiências que podemos compartilhar com grande proveito mútuo.

Acabamos de assinar acordos que disciplinam aspectos novos da cooperação bilateral e se destinam a contribuir de modo muito especial para o dinamismo desse intercâmbio.

O Ajuste Complementar sobre cooperação em matéria de hidreletricidade detalha aspectos antes previstos, em sua generalidade, no Acordo sobre Cooperação Económica e Tecnológica, assinado por ocasião da visita do Presidente Yang Shangkun a nosso país.

Em 1992, visitaram o Brasil dez missões chinesas desejosas de conhecer a experiência brasileira na construção e implantação de usinas hidrelétricas. Tivemos também a honra de promover a visita do Primeiro-Ministro Li Peng a Itaipu, ele próprio engenheiro elétrico por formação e com experiência de vinte anos de trabalho no setor.

Acreditamos que este novo Ajuste Complementar, fruto do esforço conjunto

das autoridades responsáveis pela área de energia do Brasil e da China, ampliará a proveitosa troca de experiências já em curso entre nossos dois países e promoverá a cooperação económica e industrial, fundamentais para o desenvolvimento do setor energético. Desejamos prestar, nessa forma, contribuição muito positiva ao gigantesco esforço do Governo chinês no aproveitamento de seus recursos hídricos.

Na área da cooperação espacial, chegamos felizmente a novo patamar de entendimento. Desejo estender minhas congratulações aos dirigentes e técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e da Academia Chinesa de Ciências Espaciais pelo trabalho realizado e que ensejou a assinatura, hoje, do Protocolo Suplementar sobre Aprovação de Pesquisa de Produção de Satélite de Recursos da Terra.

O Brasil e a China, ao darem início ao projeto de construção conjunta de satélites, abriram um campo inédito na cooperação em ciência e tecnologia entre as nações em desenvolvimento. Desejamos que este seja, também, um passo inicial no longo caminho que temos à frente, para a cooperação em alta tecnologia. Esperamos expandir nossa cooperação nessa área, para incluir outros setores como a energia nuclear para fins pacíficos, química fina e novos materiais.

Por auspicioso, ressalto também nesta ocasião a promulgação, em 19 de fevereiro passado, do Acordo destinado a evitar a Dupla Tributação e prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda, entre o Brasil e a China.

Senhor Ministro,

A visita de Vossa Excelência ao Brasil, além de criar a oportunidade para a finalização dos instrumentos que acabamos de assinar, foi também de grande utilidade para amplo e proveitoso exame dos grandes temas internacionais, bem como da agenda bilateral. Mantemos, assim, viva a tradição já firmemente estabelecida da consulta política periódica,

de alto nível, entre os Governos brasileiro e chinês.

Gostaria de reiterar a Vossa Excelência, em testemunho público, ser minha disposição de realizar, tão logo seja possível, viagem oficial a Pequim, em atendimento ao convite que Vossa Excelência gentilmente me formulou.

Muito obrigado.

•

• • •

Brasil e Japão assinam acordos sobre cooperação no setor ambiental

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de assinatura de acordos por troca de notas, com o Governo do Japão, sobre projetos ambientais financiados pelo Overseas Economic Cooperation Fund, em Brasília, aos 12 de março de 1993

É motivo de grande satisfação para mim proceder à presente troca de notas com o Embaixador do Japão, pela qual nossos governos acordam a contratação de financiamento, em moedas, da ordem de oitocentos e quarenta milhões de dólares, a ser estendido pelo Fundo de Cooperação Econômica Internacional, para a implementação de três importantes projetos ambientais.

Trata-se da primeira participação do Fundo em empreendimento vinculado à área de meio ambiente no Brasil. O pioneirismo deste crédito ocorre no momento em que o Brasil dinamiza sua ação, interna e externa, no campo da preservação ambiental, condição indispensável à consecução do objetivo do desenvolvimento sustentável.

A liberação de fundos que ora formalizamos beneficiará dois dos mais importantes Estados da Federação brasileira: São Paulo e Rio de Janeiro, cujos Governadores muito nos honram - a mim pessoalmente, e ao Itamaraty - com sua presença nesta solenidade. Em São Paulo,

parte da ajuda nipônica se somará a outros aportes financeiros negociados pelo Governo brasileiro para a despoluição do Rio Tietê, via de integração estadual e importante artéria para a oxigenação do maior centro industrial do país.

O segundo projeto a ser financiado no Estado de São Paulo diz respeito à criação de uma usina de reprocessamento de lixo, que terá o duplo efeito benéfico de contribuir, tanto para o equacionamento da questão da limpeza urbana, quanto para a exploração de uma fonte energética alternativa, numa região de crescente demanda por eletricidade.

No Rio de Janeiro, os recursos do Fundo de Cooperação irão somar-se a outros capitais já comprometidos para os trabalhos de despoluição da Baía da Guanabara, passo importante para a promoção da qualidade de vida das populações que vivem nas suas adjacências, além de incentivo à indústria carioca de turismo, fonte de renda relevante daquele Estado.

Este acordo é demonstrativo do vasto terreno de interesses compartilhados pelos

dois países, que se expressam positivamente através da cooperação em projetos de desenvolvimento que, se já tradicionais nos setores agrícola e industrial, inauguram agora um trabalho conjunto na área inovadora e desafiante da proteção ambiental.

Do lado brasileiro, o presente acordo vem coroar, no plano das relações bilaterais, o esforço governamental de regulamentação de seus compromissos financeiros com o Japão, evidenciando a importância que o Brasil atribui ao seu relacionamento com esse país, com quem mantém laços especiais de amizade, magnificados pelo entrosamento cada vez maior entre seus povos.

Estou seguro de que teremos, Senhor Embaixador, muitas outras oportunidades de acordos como este, em futuro próximo, dada a multiplicidade de oportunidades de cooperação já identificadas entre os dois países e o desejo sincero dos dois Governos de estreitarem ainda mais o relacionamento bilateral, de forma criativa e politicamente consentânea com a plena satisfação de seus interesses mútuos.

Procedemos ainda, nesta ocasião, a uma segunda troca de notas, não menos

importante, pela qual nossos Governos acordam atribuir *status* autónomo ao escritório do Fundo de Cooperação Económica Internacional no Rio de Janeiro.

O Brasil e o Fundo têm uma tradição de cooperação de 12 anos, consubstanciada na implementação de projetos que visam a contribuir ao aperfeiçoamento da estrutura portuária nacional, à irrigação de novas áreas cultiváveis no Nordeste brasileiro e em Minas Gerais, à eletrificação rural e, agora, à proteção e recuperação ambientais.

É, portanto, muito auspiciosa a cerimónia de que participamos aqui, Senhor Embaixador, na presença ilustre dos Governadores de São Paulo e do Rio. Ela representa o coroamento de um trabalho sério e perseverante de nossas Chancelarias, como das autoridades estaduais brasileiras, sempre atentas na identificação das oportunidades de maior cooperação bilateral. Protagonizamos hoje, portanto, uma conquista significativa para o relacionamento cada vez mais estreito e mutuamente benéfico entre o Brasil e o Japão.

Muito obrigado.

• • •

Visita ao Chile do Ministro Fernando Henrique Cardoso

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores,
Fernando Henrique Cardoso, ao ser condecora-
do pelo Governo da República do Chile, em
cerimônia na Academia Diplomática, com a
Grã-Cruz da Ordem ao Mérito, em Santiago, em
23 de março de 1993*

E.E/xcelentíssimo Senhor Ministro Enrique
Silva Cimma,

Senhores Embaixadores,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Creio não precisar dizer da emoção com que recebo das mãos de Vossa Excelência a Grã Cruz da «Ordem ao Mérito», distinção que o Estado chileno outorga generosamente aos estrangeiros que considera particularmente amigos.

Para expressar a gratidão que devoto ao Chile e sua gente, fiz questão de atender prontamente ao amável convite de Vossa Excelência para que esta fosse minha primeira visita de caráter oficial ao exterior na condição de Chanceler do Brasil.

Aqui fui acolhido da forma mais amistosa e fraterna quando, no Brasil, passávamos difíceis. Os quatro anos que vivi no Chile constituíram uma das fases mais fecundas de minha carreira acadêmica. Devo-a aos amigos que fiz nos círculos intelectuais, universitários e políticos des-

ta magnífica cidade de Santiago. Devo-a aos alunos que aqui tive e que me estimularam a aprofundar minhas pesquisas na área da sociologia, da ciência política e das questões do desenvolvimento.

Como eu, muitos outros brasileiros se beneficiaram da hospitalidade chilena, e o Brasil também recebeu, sempre de braços abertos, os chilenos, que demandaram a nossa terra por variadas circunstâncias.

Estou seguro, Senhor Chanceler, de que não é por mero acaso que a Nação chilena desperta na sociedade brasileira um sentimento de tão profunda afinidade e admiração.

Um dos maiores historiadores do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda, em curso que ministrou também há trinta anos na Universidade do Chile, já notara que existe um notável paralelismo na evolução e formação de nossos países, expresso, entre outros fatores, «pela adoção de fato de um regime com fortes matizes parlamentares». Na realidade, a normalidade política

para nós sempre foi a democracia. Nunca nos conformamos com sua ruptura.

Sublinhava ainda Buarque de Holanda que essas coincidências exerceram influência «na popularidade real, e não declamatória» que o Chile «desfrutou constantemente no Brasil».

Ao usar a expressão «popularidade real», quis o historiador significar que ela «não necessitou ser insuflada ou fabricada pelos Governos, senão que, pelo contrário, cresceu espontaneamente de múltiplas raízes e está longe de representar uma criação artificial e de emergência». Essas observações parecem-nos perfeitamente atualizadas.

Brasil e Chile possuem um importante patrimônio comum de afinidade e complementaridades que está à nossa disposição, e que deve ser ampliado e melhor utilizado, nos dias de hoje, para ajudar-nos a enfrentar os desafios com que nossas ações se deparam.

Nos tempos em que vivemos destacam-se com clareza três ingentes tarefas para nossas sociedades e Governos:

- a consolidação de uma democracia aberta e moderna;
- a retomada, em termos estáveis, do crescimento económico, para a superação do subdesenvolvimento;
- e a busca de uma posição de força para nossa região, num cenário internacional dominado por blocos económicos poderosos e crescentemente protecionistas.

Acredito não ser exagerado afirmar que um dos principais fatos ocorridos nos

últimos anos no quadro político internacional foi a restauração da democracia na América Latina. Valorizo, sobremaneira, a consciência política de nossas nações, que puderam realizar com êxito a difícil tarefa de viabilizar regimes democráticos a despeito de condicionamentos internos e externos extremamente desfavoráveis.

Devemos ter sempre em mente que muitos de nossos países estão enfrentando difíceis obstáculos, como as desigualdades de renda, a persistência da inflação, o peso do serviço da dívida externa, fatores esses que poderiam induzir a um desalento com a opção pela democracia. No entanto, ao fazer uma avaliação do que já foi alcançado, verificamos que a realidade comprova que a América latina já absorveu o ensinamento basilar de que a democracia é intrinsecamente superior a qualquer forma de autoritarismo, ainda que este acene com benefícios materiais a curto prazo.

A democracia, ao garantir esse bem superior a qualquer outro, que é a liberdade de pensamento e de iniciativa, também demonstra ser tão eficiente quanto toda outra forma de regime para a promoção do desenvolvimento com equidade. Nos dias de hoje, em que o sucesso económico decorre, sobretudo, da criatividade no campo da tecnologia, o regime democrático, ao estimular o florescimento das capacidades individuais, mostra-se particularmente indutivo ao progresso material.

Ademais, convém registrar duas tendências complementares a esta força re-democratizante que empolgou a América Latina:

- a solidariedade entre nossos países na defesa de regimes democráticos ameaçados de ruptura;
- e o empenho com que buscamos aperfeiçoar e purificar nossas instituições políticas e governamentais.

Quero aqui fazer uma menção muito especial à maestria com que a classe política chilena conduziu com êxito o processo de transição, guiada com tanta competência pelo Presidente Patricio Aylwin, assessorado nessa tarefa por homens experientes, sérios e progressistas, como Vossa Excelência, Senhor Ministro Silva Cimma, e muitos outros membros do Governo chileno.

Fora de dúvida, o modelo económico adotado pelo Chile é mais conhecido internacionalmente do que suas instituições políticas. Esse modelo vem permitindo ao país manter, já por um longo período, elevadas taxas de crescimento. Para a América Latina, o sucesso económico chileno só nos dá satisfação. Em primeiro lugar, por vermos afinal recompensados o sacrifício e o esforço pertinazes da nação chilena, assim como a criatividade de suas lideranças empresariais.

Ademais, o exemplo chileno comprova ser o continente latino-americano uma das regiões melhor dotadas para atingir taxas elevadas de crescimento económico, desde que se estabeleçam, através de aporte de capitais, equações corretas de combinação dos fatores de produção, e que se nos garanta o direito de competir nos mercados internacionais.

Infelizmente, o alcance dessas duas metas se vê ameaçado. Em primeiro lugar, contraíram-se fortemente, nos últimos anos, as disponibilidades de capital nos países altamente industrializados. O fluxo de investimentos para a América Latina é, assim, muito reduzido, se o compararmos com os aportes que nos vinham nas décadas de 50, 60 e 70.

Temos hoje de competir por capitais com o Leste Europeu, com os países da Ásia e até mesmo com os Estados Unidos, cujo déficit fiscal o obriga a levantar vultosos recursos nos mercados financeiros internacionais. Os países do Leste Europeu, descapitalizados, atraem sobretudo os fundos de natureza pública, sobretudo provenientes da Comunidade Europeia, que teme o surgimento de focos de instabilidade política na sua vizinhança. Quanto à Ásia, com seus imensos mercados potenciais e a operosidade de suas populações, afinal liberadas dos conflitos ideológicos que as entorpeciam, constitui um poderoso magneto a atrair investimentos do setor privado, sobretudo do japonês, que se propõe a criar um mercado regional alternativo para suas exportações, freadas pelos obstáculos crescentes que se lhe opõem no Ocidente.

Ademais das dificuldades para a obtenção de investimentos sólidos, e não meramente especulativos, enfrentamos um risco ainda maior, que é o da marginalização. Este risco talvez tenha sido superestimado, mas não devemos deixar de ter em mente que a crise no Primeiro Mundo está intensificando tendências protecionistas que tanto nos são prejudiciais.

Ademais da Comunidade Europeia, com sua já tradicional política protecionista, sobretudo na área agrícola, os Estados Unidos também abandonam aceleradamente a prática do livre comércio. O Japão persiste em sua política comercial desenhada para favorecer as importações de matérias-primas e desestimular as de produtos com maior valor agregado. Vemos, assim, a dimensão real dos obstáculos que se erguem contra as justas expectativas dos países latino-americanos de ampliação e diversificação de suas pautas de exportação.

Exemplo dos efeitos nefastos decorrentes da adoção simultânea de políticas protecionistas é o impasse ocorrido nas negociações da Rodada Uruguai, que ameaça causar uma contração brutal do comércio internacional.

Por essa razão, o Brasil considera a integração latino-americana como uma necessidade de natureza estratégica. Precisamos unir-nos para criar, neste mundo de blocos econômicos poderosos, um centro que tenha densidade própria, um mercado que possa garantir uma escala mínima de produção para nossos produtos manufaturados e que estimule o direcionamento de investimentos externos para setores dinâmicos de nossas economias.

Nesse contexto, adquire especial relevância a coordenação política e econômica entre nossos países. Convido meus companheiros chilenos a juntos refletirmos sobre a definição de estratégias novas para

enfrentar aqueles desafios, atuando coordenadamente, de modo a assegurar para nossos países um processo de desenvolvimento auto-sustentável.

Senhor Chanceler Silva Cimma,

Brasil e Chile desenvolveram marcante trajetória no cenário internacional. Desde o início de suas existências como nações independentes, são amplamente reconhecidas nossas contribuições para o pacífico convívio internacional. Senti-mo-nos, portanto, com o direito de reivindicarmos a vigência dos postulados democráticos também nas relações entre os Estados.

Devemos corrigir injustiças e desigualdades, tanto no campo interno como na área internacional. Recentemente, ao contribuirmos, Chile, Brasil e Argentina, para viabilizarmos a entrada em vigor do Tratado de Tlatelolco, e ao nos associarmos à iniciativa para o banimento de armas químicas e biológicas, demos mais exemplos de nossa ação construtiva nesse importante segmento do direito internacional.

Não aceitamos a separação preconceituosa, muitas vezes ainda praticada, entre «nações responsáveis» e «países de segunda classe». Aspiramos, legitimamente, a um tratamento digno, respeitoso e transparente.

Considero também essencial registrar aqui a ação que nossas diplomacias desenvolvem no seio das Nações Unidas,

procurando reforçar sua capacidade pacificadora, ao mesmo tempo que buscamos fazer com que a ONU retome sua vocação de liderança para assegurar o progresso económico e social dos países em desenvolvimento.

Também nesse contexto, é preciso não esmorecer na aplicação dos resultados da Conferência do Rio. Ali se desenvolveu uma nova estratégia para o desenvolvimento, fundada na visão renovada da cooperação internacional. Mais do que isso, operou-se um importante salto conceitual, ao se negar a distinção artificial entre problemas globais e problemas locais. Colocaram-se as questões do desenvolvimento no mesmo plano dos processos globais de comprometimento do meio ambiente que tanto concentram as atenções dos países industrializados.

Passado menos de um ano, no entanto, já se percebe uma tendência a voltar a encarar os resultados da Conferência como recaindo dentro da esfera das questões meramente ambientais. O perfeito entrosamento com que nossos países atuaram na Conferência será importante para assegurar a defesa da posição arduamente conquistada nas negociações internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento.

A brilhante e bem sucedida iniciativa chilena, por nós apoiada desde o primeiro momento, de convocar uma Cúpula de Desenvolvimento Social, constituiu um claro sinal de redefinição de prioridades

daquele Organismo. No mesmo sentido, o Brasil sugeriu a adoção de uma «Agenda para o Desenvolvimento», iniciativa também aprovada e que, esperamos, venha a orientar, em escala mundial, os esforços conjuntos para a superação da pobreza.

Em suma, o grande desafio de nossos tempos é o de criar, ou melhor, de transformar uma cultura centrada na obediência, na confrontação de forças antagônicas e no jogo de poder, em outra, centrada no respeito mútuo e na colaboração. Na responsabilidade, e não no ocultamento. Na verdade, e não na aparência.

Que tipo de sociedade desejamos? Que modelo de Estado queremos? A que padrão de relacionamento humano aspiramos? Na resposta a todas essas perguntas desempenha papel decisivo a vontade de assumir compromissos com coerência e firmeza. Após largos períodos de oscilação entre fases de estabilidade e instabilidade, tudo parece indicar que nossa história está entrando em uma nova órbita.

Juntemos nossos esforços, pois, para estarmos à altura das justas expectativas de nossos povos em prol da liberdade, progresso e paz.

Uma vez mais, agradeço sensibilizado ao Governo do Chile pela distinção que me outorga e pela oportunidade que me deu de falar nesta Academia Diplomática, que forja, como o nosso Instituto Rio Branco, os agentes de uma diplomacia respeitada.

Muito obrigado.

*Conferência proferida pelo Ministro das Relações Exteriores,
Fernando Henrique Cardoso, no Hemiciclo da Antiga Câmara dos Deputados,
sob o patrocínio da Academia Diplomática do Chile
Santiago, em 24 de março de 1993*

Olho à minha volta neste antigo plenário da Câmara dos Deputados e procuro imaginar os embates de ideias que aqui se travaram. Quantos grandes momentos da história do Chile foram refletidos neste recinto. E não só do Chile porque este país tão altivo, tão perceptivo, sempre projetou visões importantes e absorveu e trabalhou as teses que marcaram a trajetória de nosso Continente.

Quem sabe se essas paredes, por alguma lei misteriosa, não guardarão os ecos de tantos discursos radicais, socialistas, comunistas, democratas-cristãos e tantos outros defensores de causas diversas que nesta sala forjaram a liberdade chilena e a alta cultura política de seu povo.

Com humildade ante esses altos antecedentes e neles buscando inspiração gostaria de transmitir-lhes alguns conceitos e comentários sobre a situação presente no âmbito mundial e, em particular, sobre a participação dos nossos países e do nosso continente no quadro global.

Um mundo novo, uma nova ordem?

O término da Guerra Fria criou um cenário cujas características principais poderiam ser a unipolaridade do poder militar, a formação de uma economia global de mercado, a proeminência das políticas liberais na gestão da economia, a progressiva organização da economia e do comércio internacionais em blocos regionais e sub-regionais e a tendência à globalização

de problemas, como os que dizem respeito ao meio ambiente, aos direitos humanos e ao abuso de entorpecentes.

A esses temas sobrepõem-se processos que nada têm de novo, mas que não perderam atualidade. A problemática do desenvolvimento, por exemplo, não deve ser objeto de preocupação menos global ou menos intensa do que as questões que acabo de mencionar. Afinal, o fim da Guerra Fria coincidiu com o encerramento de uma década caracterizada pela aguda deterioração da situação da maioria dos países em desenvolvimento. Outras questões, mais antigas, como a dos nacionalismos ou fortalecem-se com o desaparecimento do sistema bipolar que impunha uma certa «ordem» - mais ou menos precária - sobre uma realidade que, todos sabemos, é essencialmente dinâmica e refratária e enquadramentos dualistas.

Talvez decorra dessa junção de problemas novos, que apontam para o futuro, e de questões velhas, que nos prendem ao passado, a especial complexidade do momento que vivemos. Multiplicam-se, em consequência, os desafios para os formuladores de política externa, incumbidos de definir as ações que projetam o Estado como ator nesse sistema internacional em acelerada transformação e marcado por contradições.

Já se ouve falar no surgimento de uma «nova ordem internacional» pós-Guerra

Fria. Não há dúvida de que se abrem novas possibilidades de evolução do cenário internacional, mas ainda é difícil identificar o significado profundo das mudanças que ocorrem. Qualquer prognóstico deve fazer-se com extrema cautela. O que se pode dizer com certa margem de segurança é que há otimismo prematuro entre os que antevêm a rápida construção de uma nova convivência entre os Estados, fundada na solução pacífica de controvérsias, na democratização dos processos decisórios e na cooperação para um desenvolvimento económico plenamente realizado, sustentado e universal.

A preocupação em contrapor a ordem à força nas relações entre Estados soberanos talvez se tenha articulado a partir do sistema de Westfália. Grócio procurou demonstrar que a soberania não conflitava irremediavelmente com a subordinação dos Estados à jurisprudência. Na ausência de uma autoridade incontestável, capaz de impor a ordem, procurou no Direito Natural os princípios morais que seriam as normas vinculatórias entre os Estados. A partir de Hobbes, por outro lado, firma-se uma visão oposta: a sociabilidade, implícita no conceito Grociano, é negada como condição natural. A primazia do individualismo é incompatível com a ideia de justiça universal. A ordem internacional é configurada - e sua estabilidade garantida - pela distribuição de poder entre os Estados de maior peso militar e económico.

Tanto o equilíbrio de poder que predominou entre 1815 e 1914 como a dissuasão nuclear, que marcou o período de 1945 a 1989, constituíram, para dizer o mínimo,

sistemas de preservação da ordem imprevisíveis e de alto risco. A maior estabilidade relativa lograda pela Guerra Fria deu-se ao custo da «administração» dos inúmeros conflitos regionais por ela exacerbados e de uma corrida armamentista de proporções assombrosas, com gastos estimados em US\$ 500 bilhões anuais para as duas superpotências, o que seguramente terá contribuído para a erosão interna e a derrocada da União Soviética.

O multilateralismo, que tanta esperança suscitou nos chamados «idealistas», em São Francisco, como um sistema mais eficiente e justo de regulação da ordem internacional, teve funcionamento limitado nos últimos quarenta anos. Em alguns campos, como no de direitos humanos, ocorreram, sem dúvida, avanços notáveis. No entanto, não parece existir, ainda, dois anos após a Guerra do Golfo, uma base consensual para a reavaliação do funcionamento e o aumento da eficácia do papel das Nações Unidas. Haverá por cento um difícil caminho a trilhar em direção a um multilateralismo renovado.

A legitimação generalizada da democracia política e do livre mercado é apontada por alguns como indício da culminação de um processo histórico. O capitalismo liberal, é verdade, não tem hoje competidor capaz de ameaçar-lhe a proeminência. Não podemos, no entanto, afirmar que o mundo esteja rumando para algo que se assemelhe a um grande consenso ou uma identidade política única. Pelo contrário, a intensidade do processo histórico permanece inalterada no grande número de conflitos localizados, nos embates de

fundo étnico, cultural e religioso e na disjuntiva entre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Outra característica de nossa época é um aparente descompasso entre o ritmo das transformações no campo político e no campo económico. As rupturas no jogo de poder estratégico-militar são relativamente recentes, embora, é claro, tenham raízes mais profundas. Na economia mundial, por sua vez, vêm-se consolidando há mais tempo mudanças de carácter permanente e não cíclico. Num conhecido e polémico artigo publicado na *Foreign Affairs* em 1986, Peter Drucker afirma que a economia mundial não «está em mudança; ela já mudou». Aponta, em defesa de sua tese, três aspectos: a desconexão entre os produtos primários e a economia industrial; a desconexão entre produção e emprego na economia industrial; e o aparecimento dos fluxos de capital como força impulsionadora da economia mundial e a relação frouxa e imprevisível entre estes e o comércio.

A capacidade de ação política dos Estados está, mais do que nunca, ligada à sua sobrevivência numa economia global cada vez mais competitiva. A supremacia dos Estados Unidos vê-se até certo ponto qualificada pela relativa debilitação de sua economia e a afirmação de outros pólos de poder económico na Comunidade Europeia e no Japão. A afirmação de modalidades de comércio administrado em larga escala leva a uma concentração dos fluxos de comércio e investimento nas áreas mais dinâmicas do planeta. Essa reorganização económico-comercial em

escala mundial, cuja velocidade poderá variar de lugar a lugar, mas que parece irreversível, tenderá a levar, pelo menos em algumas regiões, a uma progressiva dissolução do relacionamento económico bilateral dentro do conjunto maior de cada agrupamento supranacional.

O pano de fundo para essas mudanças tem sido uma profunda desordem económica, cujas origens remontam aos anos setenta. A interdependência crescente, ao mesmo tempo que reduz a capacidade de cada país de influenciar em seu benefício a dinâmica da economia internacional, coincide com o acirramento de práticas protecionistas. A incerteza reinante sobre os resultados da Rodada Uruguai não permite ainda um diagnóstico otimista quanto ao fortalecimento das regras que embasam o comércio multilateral, necessárias para arrefecer as tendências neo-protecionistas do momento. A taxa de crescimento dos países da OCDE situa-se aquém dos níveis mínimos necessários para impulsionar a economia global, cuja gestão revela-se um exercício precário, como demonstra a performance do Grupo dos Sete nos seus esforços de coordenação. O fim da Guerra Fria não liberou recursos, na quantidade e na forma que muitos previam ou desejavam, para o soerguimento da economia internacional. Pelo contrário, alguns de seus corolários imediatos, como o custíssimo processo de reunificação alemã, estão na raiz da presente situação.

A verdade parece ser que a transição para um mundo pós-Guerra Fria apenas começa e que caminhamos nessa direção carregando pesada herança de contradições.

A renovada atualidade do desenvolvimento

Hoje, é freqüente ouvirmos a defesa das vantagens do fim do mundo bipolar em termos quase puramente ideológicos, embora se tenha tornado lugar comum diagnosticar a dissolução generalizada das ideologias que, sob variadas apresentações, ocuparam nossas mentes e esporearam nossas ações por mais de um século. O que se vê é uma forte propensão a que o ideário liberal tome o lugar dos esforços para a superação das distorções e dos desequilíbrios da economia internacional.

No plano interno, as evidências de esgotamento dos modelos autárquicos de desenvolvimento validam, em boa medida, a adoção de políticas económicas orientadas para o mercado, a abertura aos fluxos de comércio, a competitividade e a complementariedade. Todos os nossos países, em distintas escalas de tempo e trilhando caminhos nem sempre coincidentes, perfizeram, ou ainda perfazem, ao custo que todos conhecemos, o caminho das reformas estruturais. Evidentemente, esses esforços não podem acontecer isoladamente, como se não houvesse conexão alguma entre o que acontece dentro das fronteiras nacionais e a economia internacional. Muito menos pode-se esperar que os ajustes internos como que transbordem, provocando uma espécie de ordenamento automático em escala global.

Um dos grandes desafios que enfrentamos pode ser identificado no esmaecimento do grande debate internacional sobre as questões do desenvolvimento, que já vinha perdendo fôlego nos anos oitenta

até atingir um estancamento quase completo no final da década. Permanecem mais urgentes do que nunca as inúmeras questões que afetam diretamente os países em desenvolvimento. O acesso aos mercados dos países industrializados continua sofrendo o efeito de obstáculos não-tarifários, de medidas unilaterais e da discriminação em favor dos próprios países desenvolvidos. Sobre nossas exportações tradicionais continuam a incidir a redução de demanda e a rápida obsolescência provocadas por transformações tecnológicas e mudanças estruturais nos padrões de produção e comércio mundiais. A esse quadro negativo somam-se a reduzida taxa de crescimento dos países industrializados, a persistência de altas taxas de juros, que superam em muito os níveis médios no período em que o atual Primeiro Mundo se desenvolvia, o desnível tecnológico e os esquemas restritivos à transferência de tecnologia e conhecimento, justamente quando a nova estrutura de produção vem-se apoiando em mais informação e conhecimento. Esses fatores dificultam uma inserção dinâmica na economia mundial e acentuam a perda de participação relativa na expansão global do comércio.

Outro obstáculo está centrado na questão da dívida externa, ainda não definitivamente equacionada: a América Latina como um todo foi, durante dez anos, uma região de investimento negativo. A dívida externa está deixando de ser matéria prioritária para os países desenvolvidos, como demonstra a exclusão de seu tratamento nas reuniões do FMI e do BIRD.

Aliado a essas dificuldades, o surgimento de prioridades competitivas para a aplicação de capitais, como, por exemplo, na Europa do Leste (fenômeno que já foi chamado, de forma imprecisa, de inclusão do Leste no Sul), contribui para acentuar um quadro pouco propício à atração de investimentos.

Os elementos que aponte, sem a pretensão de esgotar assunto tão complexo, indicam o quanto permanecem atuais os grandes problemas que dominaram o diálogo Norte-Sul, ainda que o marco desse diálogo se tenha modificado. Aceitar que uma «nova ordem internacional» pós-Guerra Fria possa colocar em segundo plano a cooperação internacional para o desenvolvimento equivaleria a aceitar que os países industrializados tenham plena margem de ação para o ordenamento de seus interesses e suas prioridades econômicas com os países em desenvolvimento. Estaríamos dando livre curso a critérios, como as barreiras à transferência de tecnologias, que apontam para uma nova divisão internacional do trabalho.

O grande desafio, portanto, é o de trazer novamente para o proscênio o tema do desenvolvimento, recorrente em nossa diplomacia. O primeiro passo nessa direção foi dado pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nela, consagrou-se um novo conceito - o desenvolvimento sustentável - que vem resgatar alguns elementos básicos de nossa atuação diplomática, como o direito ao desenvolvimento. O Chile patrocina uma outra iniciativa que certamente terá importância capital: a

Cúpula sobre Desenvolvimento Social, a realizar-se em 1995.

Ao retomar o debate sobre desenvolvimento, estaremos renovando um grande movimento que moldou profundamente o mundo a partir da UNCTAD I, em 1964, quando a feição das relações multilaterais se modifica fundamentalmente a partir do crescente número de países em desenvolvimento que passam a ter voz ativa na diplomacia econômica multilateral.

A partir de então, assistiu-se, paralelamente a um intenso, difícil e em boa medida frustrante diálogo sobre as bases de uma nova ordem econômica internacional, a uma seqüência de ambiciosas negociações multilaterais voltadas para grandes temas como população, direito do mar, espaço. A ótica pela qual eram vistos os problemas e as soluções propostas nem sempre correspondiam aos anseios dos países em desenvolvimento. Isso porque os países ricos focalizavam sua atenção sobre uma agenda seletiva de problemas, como, por exemplo, a questão populacional, sobre as quais queriam agir e reclamavam a plena adesão do terceiro mundo. Por outro lado, a transferência de recursos financeiros para permitir a industrialização, o estabelecimento de melhores condições no comércio internacional de matérias-primas e produtos agrícolas não eram vistos como problemas universais.

De nossa parte, embora tivéssemos plena consciência de problemas como o impacto da industrialização - e da pobreza - sobre o meio ambiente, não aceitávamos subordinar nossas decisões essenciais a ditames supranacionais. Sobretudo, não

podíamos concordar que a agenda internacional fosse ocupada pelos chamados temas globais quando nossas reivindicações no campo do desenvolvimento económico não encontravam resposta satisfatória.

O desafio deu, na verdade, novo alento aos países em desenvolvimento. Graças à sua intensa mobilização, a Conferência do Rio constituiu a primeira grande negociação global após o fim da Guerra Fria. Já se disse que realizou, de certa forma, a aspiração das «negociações globais» recusadas em Cancún, no início da década de 80, no gesto que simbolicamente marcou o fim do diálogo Norte-Sul, apadrinhado pela França de Giscard d'Estaing nos anos 70. Embora não tenha tido a abrangência de todos os temas discutidos na década de setenta, ainda assim cobriu um campo vastíssimo. A expressão «negociações globais» indica, de fato, não só que essas se efetuaram no contexto democrático da Assembleia Geral das Nações Unidas (e não nas instituições de Bretton Woods, onde predomina o voto ponderado) mas também que visaram a abordar globalmente todos os aspectos interligados da economia mundial: moeda, finanças, comércio, ajuda ao desenvolvimento. Apesar da óbvia assimetria de poder, as negociações permitiram uma real participação dos países em desenvolvimento e redundaram em concessões significativas por parte dos países industrializados.

A primeira grande negociação internacional do período pós-Guerra Fria deixou, assim, um saldo positivo no que se refere ao impulso renovado que deu às questões do desenvolvimento, com base numa nova

visão da cooperação internacional. O grande salto conceitual operado foi justamente o de trazer o desenvolvimento para o mesmo plano das grandes questões ambientais que tanto preocupam os países industrializados, responsáveis que são, devido aos seus elevados padrões de produção e consumo, pelos principais fenómenos de comprometimento do meio ambiente. O êxito desse processo que se inicia, a velocidade em que será implantado, permanecem incertos. É certo, porém, que a comunidade internacional nunca dispôs de uma agenda ampla para o desenvolvimento - agora entendido como desenvolvimento sustentável - debatida por praticamente todos os governos, com ativa participação da sociedade civil e aprovada no mais alto nível político.

A evolução recente da América Latina

Não posso deixar de dedicar atenção especial, nestas reflexões, à América Latina. Quais seriam as condicionantes ou as limitações fundamentais de sua inserção no cenário internacional, cujas linhas básicas procurei ressaltar?

Em nosso continente, de modo geral, a reivindicação social (via populismo) e a busca de maiores oportunidades de desenvolvimento económico (via antiimperialismo) precederam a reivindicação propriamente democrática e, até certo ponto, a menosprezaram. Daí os regimes autoritários que se multiplicam entre nós voltados para o fortalecimento do Estado gestor e empresário.

Três circunstâncias principais levaram ao descredito do autoritarismo e à

pressão democratizadora das sociedades. A primeira foi a crescente ineficiência do Estado à medida que se agigantava e se fechava ao mundo exterior. A segunda foi a armadilha do ajuste à globalização da economia mundial via absorção dos dólares reciclados e o conseqüente endividamento. A terceira causa foi o próprio câncer que corrói o Estado autoritário pela degradação dos direitos humanos, pela corrupção, pela ausência de Liberdade, enfim.

Era natural, pois, que a opinião pública se voltasse contra o Estado e aplaudisse as propostas tendentes a destruí-lo sem dar-se conta de que tal opção nem sempre correspondia a seus interesses e sim a de pequenos grupos internos e externos, mais ou menos os mesmos que se haviam aproveitado do Estado tentacular.

É possível que essa revolta antiestado se esteja agora matizando e que a tese liberal do «Estado mínimo» vá sendo substituída pela do «Estado socialmente necessário».

Temos hoje aguda consciência de que a prioridade é a universalização das vantagens sociais. Em nossas economias, seria falacioso pretender que o empresariado, por si só, pudesse atender a demanda de bem-estar até porque há ações que não podem nem devem dar lucro, devem apenas servir ao bem-estar comum e, por isso, não podem ser privatizadas.

Nada, porém, será conseguido se não houver crescimento econômico baseado num critério constante de competitividade segundo o qual a liberdade do mercado só

poderá ser restringida quando o mercado não tiver condições de promover o crescimento.

Para conduzir esse delicado equilíbrio, é preciso a conjunção de esforços do empresário, do político e do sindicalista.

As condições para essa evolução vão-se aos poucos concretizando.

Para a maioria dos países latino-americanos, os anos oitenta foram um período de grande evolução política e de profunda crise econômica. Nos primeiros anos da década de noventa, vai-se generalizando um padrão, iniciado pelo Chile, que dele ainda é o melhor exemplo, de superação da estagnação que marcou o continente na década passada. Em 1985, 8 países latino-americanos apresentavam um crescimento do PIB acima de 3%; 10 tiveram índices menores do que em 1984. Em 1991, 6 países tiveram um crescimento do PIB abaixo de 3% e apenas 5 tiveram índice menor do que em 1990. Os regimes burocrático-autoritários -para usar a expressão conhecida de Guillermo O'Donnell - que marcavam a paisagem na primeira metade daquela década deram lugar aos sistemas democráticos, que são hoje a regra.

Haveria alguma causalidade entre a liberdade política, que pressupõe liberdade econômica, e a melhor performance das economias. Paralelamente, parecem hoje um tanto frustradas as esperanças que os países ricos tinham de rápidos ganhos em toda a imensa região que abandonava o planejamento centralizado. A implantação da economia de mercado na Europa do Leste faz-se mais lentamente do que pre-

visto. O entrosamento da parte oriental da Alemanha é hoje ainda apenas uma pesadíssima fatura e os ex-componentes da União Soviética padecem de graves males. É natural, portanto, que os capitais em busca de aplicação redescubram a América Latina, sua cultura política essencialmente ocidental e sua estabilidade relativamente maior num panorama em que os conflitos cruentos são exceção diminuta.

No novo quadro de generalização de regimes abertos, é visível o fortalecimento das relações entre os países latino-americanos. Curioso lembrarmos que tal, paradoxalmente, não era a situação quando, do Peru para o Sul, todos os nossos países tinham governos militares. Uma possível explicação estaria exatamente na visão militar estratégica que prevê alianças mas que repugna a integração.

Contudo, o contexto na nova América Latina continua problemático. Nada nos permite ignorar a persistência do imenso desnível entre o que se convencionou chamar de Norte e Sul. Professarmos a mesma filosofia política e econômica que as grandes potências não nos iguala automaticamente. As barreiras protecionistas comerciais e tecnológicas não levam em conta a adesão de um país aos princípios liberais, até porque o móvel principal é o lucro. Não quero dizer que não devamos perseguir a abertura dos mercados, a redução do Estado, o fortalecimento da iniciativa privada, mas não basta essa conversão para garantir uma simétrica abertura do mundo desenvolvido. A principal constatação que se pode fazer, portanto, é a da posição relativamente vulnerável de nosso continente.

Um outro engano contra o qual devemos precaver-nos seria tentar afastar-nos de nossa circunstância geográfica e cultural para buscar uma combinação com os grandes pólos econômicos. Esses dois movimentos, o de aproximação entre nós mesmos e o de inserção no mundo, não são excludentes. Pelo contrário, complementam-se. A concertação política e a integração econômica são requisitos para uma projeção mais nítida da América Latina no mundo.

As integrações - idéia e prática

A ideia da união, nas Américas, é mais antiga do que em qualquer outro continente. Por outro lado, nenhum sonho de integração jamais abarcou área geográfica tão extensa. Hoje, a América Latina encontra uma identidade comum que gradualmente se afirma por cima da grande diversidade que nos individualiza.

As condicionantes internas de nossos países atuaram, nas décadas de 60, 70 e 80, em sentido contrário ao da integração, encontrando sempre alternativas como o protecionismo, os subsídios e as reservas de mercado. Daí decorria uma permanente dissociação entre a retórica oficial e a ação negociadora. A desgravação tarifária e a eliminação de restrições não-tarifárias esbarravam em políticas restritivas, decorrentes não só do modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações, mas também da necessidade de ajuste econômico interno em consequência do endividamento externo.

Nos últimos anos, os esforços de integração ganharam velocidade inédita. O

passo decisivo foi dado com a afirmação de maior pragmatismo nas políticas, que passaram a deixar de lado tentativas multilaterais globalizantes em favor de aproximações bilaterais ou por grupos de países, abrindo espaço para o surgimento de subgrupos regionais.

Um dos principais resultados dessa evolução foi o Tratado de Assunção, que está completando seu segundo ano com um balanço onde as expressivas realizações suplantam claramente o elenco de obstáculos. A trajetória do Mercosul consolidou a percepção de que não se trata de um bloco hermético, fechado aos seus vizinhos ou aos outros blocos ou atores individuais do cenário mundial. Pelo contrário, seus objetivos são a formação de economias de escala que permitam maior inserção dos quatro parceiros nos fluxos económicos e comerciais globais.

Apesar de condições internas muitas vezes adversas, o Mercosul já pôde obter êxitos significativos. Além do programa de desgravação tarifária linear e automática, sua espinha dorsal, têm sido levadas a cabo tarefas de harmonização e coordenação económicas, tanto do lado governamental quanto por parte do setor privado, com alto grau de compreensão e entendimentos mútuos. Marco significativo desse processo foi a fixação pelos Presidentes, em novembro de 1992, em Montevidéu, dos níveis de tarifas que orientarão conversações para o estabelecimento, já em 1995, de uma Tarifa Externa Comum que conformará a União Aduaneira entre os quatro sócios.

Os últimos anos viram também o aparecimento de grande número de esquemas concertados, alguns paralelos e outros superpostos, de liberação comercial tendentes ao estabelecimento de zonas de livre comércio, de uniões aduaneiras ou mercados comuns. São exemplos concretos os acordos no âmbito do Grupo Andino, do Grupo dos Três, composto por Colômbia, México e Venezuela e, mais recentemente, da zona de livre comércio integrada pelo México e cinco países centro-americanos, bem como de acordos firmados entre Argentina e Chile, entre estes dois e México, entre Argentina e Venezuela e entre Chile e Venezuela.

Os diversos acordos de formação de zonas de livre comércio apresentam uma similitude básica em seus esforços e nos meios para alcançá-los: a liberação progressiva e linear de todo o universo tarifário dentro de cronogramas predeterminados, a eliminação total de restrições não-tarifárias, e a harmonização de políticas setoriais para assegurar a reciprocidade de benefícios e a competição equilibrada.

Uma dimensão adicional de grande significado começa a marcar a paisagem. Temos dedicado especial atenção às implicações para a América Latina da proposta norte-americana de criação de uma área hemisférica de livre comércio, seja no âmbito da iniciativa para as Américas seja através da possível futura extensão do Nafta. Não há antagonismo nem conflitos insuperáveis entre essa proposta e os processos de intensificação do comércio e de integração em curso na América Latina. É nesse sentido que não identificamos in-

compatibilidades entre o comércio dinâmico mantido entre Brasil e Chile e os caminhos futuros do Chile em direção a um possível ingresso no Nafta. Foi também dentro desse espírito que o Brasil, em 1991, juntamente com seus parceiros do Mercosul, assinou com os Estados Unidos o chamado Acordo 4 + 1, que criou mecanismo de consulta sobre temas econômicos e comerciais.

O Brasil vem adotando uma postura de coerência e continuidade com relação ao tema da integração hemisférica. Os Presidentes dos países do Mercosul já manifestaram a disposição de iniciar, no âmbito do Acordo 4 + 1, conversações preliminares sobre as opções comerciais que se abrem a partir da nova realidade hemisférica.

Esse quadro, em grande medida, determinará a forma como se deverão desenvolver, na década de noventa, as relações econômicas e comerciais na América Latina. A escassa proporção do intercâmbio recíproco no total do comércio exterior entre os países do continente parece indicar que essas relações ainda continuarão a seguir um duplo caminho: de um lado, a busca de uma crescente inserção competitiva no mercado mundial, como requisito e fator dinamizador da modernização produtiva; por outro lado, as próprias dificuldades antepostas a essa inserção levam a uma intensificação dos esquemas de concertação dentro da região, com base em cronogramas de liberação de comércio e no início de uma efetiva coordenação de políticas. Essas duas vertentes - a global e a regional - são aspectos complementares de um mesmo desafio: a ampliação de

mercados como plataforma para a modernização e o aumento da eficiência em um mundo cada vez mais competitivo.

Não haveria êxito na integração econômica nem na luta pelo acesso aos mercados desenvolvidos sem a contrapartida de uma necessária e renovada concertação política. Os últimos anos foram marcados por uma profunda mudança na intensidade e na qualidade do diálogo entre os países latino-americanos, reflexo direto da consolidação de regimes democráticos no continente. Foi justamente para preservar esse patrimônio democrático, duramente conquistado, que surgiu o Grupo do Rio, cuja coordenação cabe, este ano, ao Chile.

O Grupo do Rio é um mecanismo singularmente dotado para a consulta política no mais alto nível, sua vocação fundamental. Caracteriza-se por grande maleabilidade de procedimentos e um grau mínimo de institucionalização. Constitui, em essência, um canal para o que se poderia chamar de uma verdadeira diplomacia presidencial na América Latina. Não se confunde, portanto, com um simples grupo de pressão para a apresentação de reivindicações de ordem econômica ou comercial. A Medida do êxito do Grupo do Rio é dada pela constatação de que nenhum país latino-americano deseja, hoje, manter-se à sua margem. Ao mesmo tempo, não há como subestimar sua importância na contenção de processos que colocam em risco a ordem democrática. Além disso, a América Latina, representada no Grupo do Rio, é reconhecida como interlocutora de outros países e agrupamentos. Participamos, as-

sim, ativamente, das discussões sobre os grandes temas da agenda internacional.

Esses e muitos outros aspectos formariam um complexo mosaico da realidade internacional e do papel, nela, da América Latina. Não sei se consegui mostrar que

não nos convém retomar o caminho das ideologias. As soluções têm de ser pragmáticas e realistas. A atuação deve ser não confrontacionista mas firmemente reivindicatória. Só assim venceremos o desafio maior de começar o terceiro milénio sem a praga da miséria. •

• • •

Ministro Fernando Henrique Cardoso fala sobre a política externa na Câmara dos Deputados

Apresentação do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em Brasília, em 31 de março de 1993

■ ■

U ma Política Externa Brasileira para os anos 90

São características centrais da diplomacia brasileira: tradição, memória, estabilidade, respeito a compromissos assumidos, proteção dos interesses nacionais, visão de futuro.

A diplomacia brasileira integra-se em um todo coerente, pautado por doutrinas e princípios permanentes, ditados pelos interesses nacionais. As diretrizes de ação poderão ser variáveis, em função das mutações do cenário internacional. Sua execução deve, contudo, gozar sempre de alta credibilidade. Para tanto, é fundamental o apoio interno, baseado no consenso, na ampla base de sustentação político-partidária e na interação com as forças sociais do País.

A diplomacia brasileira deve agir com espírito crítico, capacidade de adaptação e anti-imobilismo. Deve verificar as necessidades internas, projetá-las no plano externo e buscar oportunidades de atendimento.

O Brasil tem peso específico no cenário internacional e portanto nível razoável de poder, mas este é limitado pelo poder dos demais países. Essa circunstância acarreta ameaças e oportunidades e a necessidade de harmonizar interesses. A tradicional flexibilidade de nossas posições, a permanente busca de soluções pacíficas e as boas relações que mantemos com todos os vizinhos são um patrimônio valioso no atual momento internacional.

Por que uma nova política externa? Em primeiro lugar, porque o Brasil mudou. No plano político, passamos de uma fase autoritária para uma fase de pleno exercício democrático. No plano econômico, após um período de desenvolvimento acelerado, entramos em uma crise que poderá conduzir à estagnação do crescimento. No plano ideológico, ultrapassamos a etapa do nacionalismo autoritário e do desenvolvimento autóctone para buscar uma inserção competitiva no mundo.

Em segundo lugar, porque o mundo mudou. No plano político, o final da

Guerra Fria redesenhou o esquema de poder. No plano económico, a tendência dominante parece apontar no sentido da globalização. No plano ideológico, a democracia e a economia de mercado são a regra geral.

Uma nova agenda se impõe, tanto para o Brasil como para o mundo. As relações moldadas por financiamento externo abundante e forte presença dos Estados deixaram de existir. As políticas de substituição de importações e de proteção contra a competição externa, que foram positivas no passado, não poderão mais render os mesmos frutos. A estratégia de inserção internacional deve portanto ser redefinida. Cabe ao conjunto das nações, por outro lado, construir um novo ordenamento sobretudo em função do fim da bipolaridade.

A conjuntura mundial enfrenta hoje um período de transição, caracterizado por indefinições e incertezas. Fatores novos e antigos convivem, forças centrífugas atuam. O cenário é complexo e aberto, o que recomenda políticas cautelosas, sem guinadas abruptas.

A conjuntura brasileira também é de transição. Ainda não superamos a instabilidade económica e ainda buscamos um modelo político adequado, o que se evidencia pelo plebiscito e pela revisão constitucional.

A nova agenda diplomática brasileira deve pautar-se por elementos de continuidade e de mudança. As características centrais da atuação externa permanecem as mesmas e também permanecem os mes-

mos os objetivos primordiais: paz, desenvolvimento, estabilidade internacionais.

No mundo de hoje, contudo, a palavra-chave é mudança, o que exigirá grande capacidade de adaptação de parte do Brasil. Os cenários possíveis estão em aberto. Poderá cristalizar-se a tendência mais provável à globalização, mas não seriam de excluir cenários caracterizados pela regionalização e até mesmo fragmentação. O Brasil deverá abrir, e não fechar opções, jogar nos diferentes tabuleiros, buscar parcerias estratégicas e parcerias localizadas, o que exige planejamento estratégico, visão de futuro e adaptação criativa.

Esse esforço deverá ser inspirado pelo realismo: será preciso seguir as regras do jogo, não poderemos mudar essas regras a curto prazo e não queremos ficar fora da cena. Ao mesmo tempo, deveremos perseguir os objetivos de uma ordem internacional mais justa, mais democrática e mais transparente a longo prazo.

Deveremos manter nossas coalizões tradicionais e procurar novas. Temos vocação universal e portanto maior facilidade de variar nossas parcerias. Temos condições de conduzir uma diplomacia diversificada e de caráter universalista.

Nossa inserção na economia global dependerá da estabilidade interna e da retomada do crescimento. Será necessário promover ajustes estruturais e modernização competitiva e eliminar ineficiências. Será necessário manter uma política de abertura para o exterior, para obter integração económica mais profunda, e harmonizar nossas políticas às prevalentes no mercado

internacional. Tal exercício não se fará sem custos, tanto em termos de adaptação da estrutura produtiva, quanto no que se refere a um menor grau de liberdade de escolha e opções. Existirá um núcleo de políticas em torno da questão da integração com a economia mundial (redução de barreiras ao comércio, política industrial, modernização tecnológica, maior participação do investimento estrangeiro, proteção adequada à tecnologia, salvaguardas na área nuclear) que deverá contar com estabilidade e refletir um amplo consenso nacional, uma vez que são essenciais para a inserção internacional do Brasil.

As medidas de liberalização não deverão, contudo, ser gratuitas. As concessões devem ter contrapartidas e ser obtidas mediante nossa tradicional habilidade de negociação. Ao lado da adaptação negociada às regras do jogo e da integração crescente no mundo, deveremos ter presente o objetivo conformista. Assim, não poderemos perder de vista a dualidade brasileira, conduzindo uma atuação diplomática que busque o moderno mas também as necessidades do mundo em desenvolvimento, do qual fazemos parte. Essas duas vertentes da diplomacia brasileira se unem na busca da democratização das relações internacionais, na defesa do multilateralismo económico com regras estáveis e transparentes e na construção de um novo ordenamento multilateral mais eqtitativo.

Paralelamente a uma ação global, impõe-se ao Brasil procurar opções regionais. Nesse sentido, será preciso valorizar uma base sólida na nossa própria região, inclusive para aumentar nosso poder de

barganha. A formação de uma plataforma sul-americana é favorecida pela contigüidade geográfica e poderá ter extensões no Atlântico Sul, na América Central e no Caribe. O processo de integração económica regional não poderá privilegiar vínculos exclusivos, como tem feito o México com relação aos EUA. Seria uma opção empobrecedora. Essa postura não significa, contudo, abandonar a priorização de nossas relações com os EUA, nosso parceiro individual mais importante e com o qual o Brasil tem procurado desenvolver uma agenda positiva. As alternativas da Europa e do Pacífico devem ser enfatizadas. A Comunidade Europeia, em conjunto, é nosso primeiro parceiro comercial, e o Pacífico é a área que cresce mais rapidamente no mundo atual. A regionalização aberta valoriza a contigüidade e favorece a globalização. Alimenta laços crescentes dentro de cada região, sem excluir o desenvolvimento de relações inter-regionais no seio de um sistema multilateral operante.

O Brasil pertence, ao mesmo tempo, ao mundo industrializado e ao mundo em desenvolvimento. Isso não reflete slogans ou fórmulas já ultrapassadas de posicionamento, mas sim uma realidade política, económica e social onde coexistem a modernidade e o atraso. Nossa inserção não é unidimensional. Somos um país com valores essencialmente ocidentais e democráticos. Somos latino-americanos e pan-americanos e compartilhamos com a África nossas raízes étnicas, culturais e históricas e um destino comum de transformação do Atlântico Sul em um espaço económico

vivo de integração. Somos desenvolvidos e em desenvolvimento. Somos um país atlântico mas temos vínculos crescentes com o Pacífico. Somos um país continental, mas não buscamos o fechamento, e sim a integração. Somos o maior país da América Latina, mas não nos anima a hegemonia, e sim a cooperação. Essas características nos permitem desenvolver alianças, coalizões e parcerias em nível global, procurando nichos de oportunidades em diversos quadrantes do planeta.

A problemática semelhante e os interesses coincidentes com outros países de dimensões continentais, como a Rússia, a China e a Índia, poderão ensejar esforços de coordenação muito promissores para o Brasil. Parcerias estratégicas e operacionais podem ser desenvolvidas. As primeiras refletiriam maiores coincidências de pontos de vista e maior potencial de coordenação política. As segundas, mais pontuais e temáticas, se desenvolveriam a partir de interesses mais específicos de cooperação.

No trato dos chamados temas globais, as diplomacias bilaterais e multilateral se confundem cada vez mais, tornando sempre mais necessária a constituição de coalizações de geometria variável para seu equacionamento. O Brasil, por seus interesses e sua dimensões, será sempre participe de muitas dessas coalizões. Temas como narcotráfico, terrorismo, direitos humanos, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e não-proliferação são objeto de discussão multilateral intensa e permanente e demandam atitudes abertas e não recriminatórias e alicerçadas na cooperação interna-

cional com base em regras multilateralmente acordadas. Especificamente na área de não-proliferação, são dignas de nota uma série de iniciativas nos planos interno e externo: envio ao Congresso de projeto de lei de controle de exportações e importações de equipamento bélico, de duplo uso e nuclear; entendimentos com a Argentina e com a AIEA em matéria nuclear; alterações no Tratado de Tlatelolco, para permitir sua plena entrada em vigor para o Brasil; diálogo frutífero com regimes plurilaterais de controles de transferências de materiais e tecnologias sensíveis. O êxito dessas iniciativas, que são componentes essenciais de uma melhor inserção internacional brasileira, depende sempre do apoio do Congresso Nacional, seja em termos de respaldo político, seja em termos de aprovação legislativa.

Na tentativa de estabelecimento de um novo ordenamento internacionais, o Conselho de Segurança assume protagonismo crescente, o que torna imperioso o debate sobre sua ampliação e a distribuição dos assentos permanentes.

O novo ordenamento internacional não estará imune a questionamentos, em cuja apresentação o Brasil poderá ter papel protagônico. Nesse esforço, deveremos agir em prol da crescente democratização das relações internacionais; da retomada da agenda para o desenvolvimento no âmbito das Nações Unidas, onde a categoria do desenvolvimento sustentável deve à constituir o fulcro de nossas atenções; da concessão de marcada ênfase devida às questões sociais; e da conexão entre desenvolvimento e segurança. A Agenda

para a Paz do Secretário-Geral da ONU, ora em debate, não seria de molde a resolver muitos conflitos regionais, que têm origens profundas e para cuja solução o desenvolvimento sustentável harmónico poderia contribuir de forma decisiva. Ela deve ser completada por uma Agenda para o Desenvolvimento.

A tendência à globalização, por sua vez, também se depara com limites e ameaças: focos internos de resistência, com interesses contrários àquela tendência; disparidades regionais; forças centrífugas; e riscos de que as complexidades e desigualdades da conjuntura acarretem estímulos à regionalização, com a formação de blocos fechados e antagónicos, ou mesmo à fragmentação, tendências que estão presentes no mundo atual.

Conquanto deva estar preparada para agir em um mundo globalizado, a diplomacia brasileira não poderá excluir a possibilidade de que as tendências à regionalização e à fragmentação se tornem mais

fortes. A formação de blocos económicos mais fechados é uma hipótese possível, diante da qual a opção por relações privilegiadas com um dos grandes blocos, preferencialmente o hemisfério, poderia tornar-se necessária. O prolongamento do período de transição e o agravamento da desordem internacional também são uma forte possibilidade a ser considerada, caso predominem as forças centrífugas no sentido da fragmentação. Em um mundo fragmentado, se tornam mais complexas as perspectivas para nossa integração; também é verdade que os riscos poderão ser menos graves para o Brasil e América Latina, dadas as suas tradições pacíficas e de relativa homogeneidade.

Em qualquer hipótese, é fundamental que a diplomacia brasileira procure cada vez mais alicerçar-se em instituições internas democráticas e estáveis e, nessa ordem de pensamento, a interação permanente com o Congresso Nacional é fundamental para a elaboração das linhas de ação futura do Itamaraty. •

• • •

Visita oficial ao Brasil da Ministra das Relações Exteriores da Colômbia

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de condecoração da Ministra das Relações Exteriores da República da Colômbia, Noemi Sanín de Rubio, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no Palácio Itamaraty, em 13 de abril de 1993

Exlentíssima Senhora Ministra Noemi Sanín de Rubio,

Com grande satisfação pessoal, saúdo a presença nesta Casa da Senhora Ministra das Relações Exteriores da República da Colômbia, estendendo fraternos votos de boas-vindas à ilustre comitiva que a acompanha.

O Brasil recebe muito honrado a visita de Vossa Excelência. A mim, ela oferece a grata oportunidade de prosseguir o diálogo que temos mantido no âmbito de reuniões multilaterais, especialmente do Grupo do Rio. Ao recebê-la hoje em nosso país, antecipo que nossas conversações servirão para aprofundar o clima de entendimento e colaboração que tradicionalmente preside o relacionamento entre o Brasil e a Colômbia. Este mesmo resultado haverá de ser colhido com as reuniões da Comissão Mista de Cooperação Econômica e Técnica e com a primeira reunião do Grupo Permanente de Cooperação Consular, cuja realização coincide com a visita de Vossa Excelência. Sua vinda ao

Brasil empresta, assim, alta relevância política aos trabalhos dos mecanismos de cooperação bilateral.

Neles, estamos empenhados em encontrar novos interesses comuns com vistas ao adensamento permanente de nossas relações bilaterais, mediante a troca constante de experiências. Buscamos, desta forma, dar fundamento prático e objetivo a uma amizade que se enraíza e se amplia.

Brasil e Colômbia aproximam-se por uma notável identidade de pensamento em relação a diversos e variados temas de interesse mundial e regional. As afinidades culturais, as semelhanças de formação compartilhados por nossos povos espalham-se em grande convergência de pensamento e de vontade política entre nossos Governos, que se tem evidenciado em inúmeras ocasiões no âmbito internacional, onde trabalhamos lado a lado pela paz e pelo desenvolvimento.

Nossos dois países identificam-se igualmente como democracias rejuvenescidas, que, sob a égide de novas Constituições,

buscam consolidar o espaço que lhes cabe no cenário mundial marcado por rápidas transformações. A valorização de ideais democráticos contribui decisivamente para o aperfeiçoamento do diálogo político e para a intensificação de nossas relações económicas e comerciais.

Senhora Ministra,

Não estivéssemos já vinculados pela tradição histórica, pela solidariedade regional e pelas afinidades humanas, quis também a geografia unir-nos de maneira indissolúvel, fazendo-nos nações amazônicas, herdeiras e condôminas de inestimável património, cujo desenvolvimento em benefício de nossos povos devemos promover conjuntamente.

No passado, a Amazónia terá sido a explicação por termos crescido virtualmente de costas um para o outro, debruçados sobre nossos litorais. Hoje, a Amazónia nos une. A extensa fronteira comum que compartilhamos por 1.645 quilómetros, entre os pontos extremos de Tabatinga e Pedra do Cocuí, merece nossa atenção prioritária.

A valorização da Amazónia, para gerar resultados económicos duráveis, tem de basear-se no conhecimento de todos os aspectos daquele imenso conjunto de ecossistemas e incluir ações para seu desenvolvimento sustentável. Requerem-se investimentos consideráveis em pesquisa científica e em desenvolvimento de técnicas novas. A cooperação bilateral neste campo deverá intensificar-se para compensar a escassez do apoio financeiro internacional.

O programa bilateral de cooperação fronteiriça, já em andamento, onde se destaca o Plano Modelo para o Desenvolvimento Integrado das Comunidades Vizinhas ao Eixo Tabatinga-Apapóris, foi o primeiro passo nessa direção. Em nossas reuniões no dia de amanhã, pretendemos acertar os próximos passos que nossos Governos darão para ampliar essa cooperação.

O Tratado de Cooperação Amazônica, edificado sobre os pilares da igualdade e da soberania de cada Estado, constitui património diplomático das nações que compartilham o território amazônico.

Por isso mesmo, o Tratado de Cooperação Amazônica deve ser revigorado para corresponder a sua vocação. É preciso, sobretudo, fortalecer sua estrutura institucional, como maneira de adequá-lo aos desafios de nossos dias e de melhor servir os objetivos para os quais foi concebido. É nesse sentido que deve ser entendida a proposta brasileira de criação de uma Secretaria Permanente em substituição à atual Secretaria Pro-Tempore do Tratado. O fortalecimento institucional do Tratado nos permitirá promover o desenvolvimento económico e social da região, ainda mais quando a propalada preocupação internacional não se traduz em iniciativas de aporte adequado.

Não haverá de correr muito tempo até que as fronteiras que compartilhamos, ainda desertas em muitos pontos, venham a ser ocupadas pelo trabalho pacífico e ordenado de nossos cidadãos. Ali haveremos de somar, no contato direto e diário, muitas vezes em cidades contíguas, como já

acontece no caso de Letícia e de Tabatinga, os esforços em que devemos envolver-nos desde agora.

A visita de Vossa Excelência enseja ocasião oportuna para impulsionarmos iniciativas importantes que tiveram início por ocasião da sempre recordada visita que fez ao Brasil, em setembro de 1991, o Presidente da República da Colômbia, Doutor César Gaviria Trujillo. Dá-nos, igualmente, oportunidade para encetarmos novas ações e de perseverarmos na busca de posições comuns em matérias de interesse mútuo, como é o caso do mercado cafeeiro. Nesse setor, acabamos de dar um exemplo de confiança mútua e de defesa vigorosa dos interesses dos países produtores.

Senhora Ministra,

A Iniciativa Amazônica, anunciada pelo Presidente Itamar Franco na reunião de cúpula do Grupo do Rio em Buenos Aires, em dezembro passado, constitui eloqüente demonstração do interesse brasileiro em aprofundar a integração econômico-comercial com os países latino-americanos. Para o Brasil, a prioridade ao Mercosul não tem caráter excludente. Reitero, nesta oportunidade, a firme intenção de acelerar, no âmbito da Iniciativa Amazônica, o processo de negociação de Acordos de Complementação Económica com os países amazônicos.

Da mesma forma, o Brasil acompanha com interesse os progressos alcançados nos processos de integração de que participa a Colômbia, em especial o Grupo Andino e o Grupo dos Três. A exemplo do Mercosul, entendemos que a dinâmica

própria dos diferentes processos sub-regionais representa importante contribuição, de caráter concreto e pragmático, à integração latino-americana.

Não acreditamos em prosperidade isolada. Sabemos que o progresso de nosso vizinho abrirá oportunidades para o nosso próprio desenvolvimento. Da mesma forma, nosso crescimento contribuirá para o progresso de nosso vizinho. A solidariedade é indispensável.

O Brasil, como a Colômbia, está empenhado em luta que não pode ser mais adiada. Estamos determinados a erradicar a pobreza e a ignorância, a combater as enfermidades, a proporcionar a nossas populações a certeza de um futuro melhor, a confiança no amanhã.

Sabemos perfeitamente que obstáculos existem e que não são poucos nem de pouca monta. Mas a determinação de superá-los também é grande, com realismo e inquebrantável determinação política. Acreditamos na lição de Unamuno, quando ensinava que «não devemos conformar-nos em sermos apenas os filhos de nosso passado, mas devemos animar-nos a ser os pais de nosso futuro».

É essa mensagem de confiança que desejo que Vossa Excelência leve de volta aos nossos irmãos colombianos.

E é com a mesma fé no futuro de crescente cooperação entre os nossos países que cumpro aqui a honrosa tarefa, em nome do Presidente Itamar Franco, de impor a Vossa Excelência as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro

do Sul. Quis o Governo brasileiro condecorá-la, nesta oportunidade, para significar os sentimentos de alta estima e sincera admiração que nutrimos por Vossa Exce-

lência e, ao mesmo tempo, para marcar com esta sua visita um momento singular na história do relacionamento entre o Brasil e a Colômbia.

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de assinatura de atos com o Governo da Colômbia, por ocasião da visita oficial ao Brasil da Ministra das Relações Exteriores da República da Colômbia, Noemi Sanín de Rubio. Brasília, em 14 de abril de 1993

O significado desta ocasião transcende a simples assinatura de atos protocolares, que têm lugar na oportunidade em que visita o Brasil a Senhora Ministra das Relações Exteriores da vizinha e irmã República da Colômbia.

Com efeito, os atos que acabam de ser firmados representam a firme vontade de nossos Governos de ingressar em uma nova e mais amadurecida fase de suas relações bilaterais. Demonstram inequivocamente a determinação política de nossos dois países de colocar nossas significativas convergências a serviço do bem-estar e da melhoria das condições de vida de seus cidadãos.

Porque já não basta, Senhora Ministra, que nossos países constatem que não têm divergências sobre temas de importância no cenário político mundial e que, ao contrário, coincidem em boa parte desses pontos.

É necessário traduzir a identidade de pontos de vista, expressa nas excelentes relações que nossos países felizmente des-

frutam, em atos cujos resultados possam ser sentidos por nossos cidadãos.

A Ata da Segunda Reunião da Comissão Mista de Cooperação Económica e Técnica é um exemplo bem claro do que acabo de dizer. Idealizada no final da década de 50 como instrumento para canalizar a cooperação bilateral nas áreas económica e técnica, a Comissão não se reuniu senão uma vez, e isso há mais de uma década.

Reunida agora, os resultados do encontro demonstram que os tempos são definitivamente outros. Os trabalhos da Comissão foram bem mais ambiciosos que o escopo previsto em seus estatutos. Em dois dias de trabalho profícuo, foram passados em revista temas relativos à cooperação económica e técnica nas áreas de meio ambiente, agricultura, mineração, cooperação fronteiriça, energia elétrica e cooperativismo, entre outros importantes assuntos, sempre com a mesma preocupação, a de melhorar, de alguma forma, as condições de vida de nossos cidadãos, particularmente as daqueles

que vivem em situação tão difícil em nossas regiões de fronteira.

A Ata da Reunião do Grupo de Cooperação consular reflete a mesma preocupação. Pela primeira vez reuniu-se o Grupo, e os resultados de seu trabalho pronto já se farão sentir sobre o cotidiano de nossas comunidades fronteiriças, sobretudo no que diz respeito à saúde, à agilização dos trâmites aduaneiros e à segurança.

O Acordo que acaba de ser assinado entre Brasil e Colômbia sobre sanidade vegetal paraproteção de zonas fronteiriças e intercâmbio de seus vegetais e produtos derivados tem igualmente uma preocupação bastante objetiva: decorre da consciência de que existem pragas, doenças e ervas daninhas exóticas, cuja presença, em qualquer dos dois países, poderia ocasionar graves problemas socioeconômicos. O Acordo visa reduzir ao mínimo os riscos fitossanitários no intercâmbio comercial de produtos agrícolas entre os dois países.

O último dos Atos firmados diz respeito ao exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico. Esse Acordo vem disciplinar o exercício de tais atividades, estabelecendo regras claras para a análise da concessão da autorização pertinente por parte do Estado receptor. Diria que, da mesma forma que os demais Atos hoje firmados, este Acordo preocupa-se também em sanar dificuldades, criando, portanto, condições de vida melhores para nossos cidadãos.

Assim, Senhora Ministra, estou convencido de que a assinatura desses documentos são um firme passo adiante, solidário. São um convite à cooperação continuada, respaldada na certeza de uma amizade fortalecida, que é a base dos documentos que acabamos de firmar.

Muito obrigado.

•

• • •

Seminário sobre democracia, desenvolvimento e direitos humanos

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, no Seminário «Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos», realizado em Brasília, em 15 de abril de 1993

Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça,

Excelentíssimo Senhor Professor Celso Lafer,

Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral,

Senhoras e Senhores.

É com grande satisfação que lhes dou as boas-vindas a esta Casa, para uma reflexão conjunta sobre Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos. O presente seminário responde à necessidade imprescindível de consulta e cooperação entre o Governo e a sociedade brasileira, a fim de melhor prepararmos as posições a serem definidas pela delegação brasileira à Conferência Mundial de Direitos Humanos, a realizar-se em Viena, de 14 a 25 de junho próximo.

Programada na seqüência da Conferência do Rio de Janeiro sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, que o Brasil soube tão bem acolher em 1992, a Conferência de Viena é o segundo conclave universal organizado pelas Nações Unidas nesta década de tantas mudanças. Sua convocação, por

resolução adotada pela Assembleia Geral em 1990, assinala a importância adquirida pelos direitos humanos como «tema global», de interesse prioritário para toda a comunidade internacional.

Se em 1990 o otimismo prevalecente nas relações internacionais com o fim da Guerra Fria tornava oportuna a convocação de evento mundial para analisar os resultados alcançados e obstáculos encontrados pela cooperação internacional em prol dos direitos humanos, hoje, com a multiplicação de focos de tensões e o recrudescimento de práticas que todos críamos superadas, a Conferência se torna ainda mais necessária. E oportuna ela é, também, pelos problemas existentes nessa esfera, dentro da órbita interna de praticamente todos os países, de que não é exceção o Brasil.

Desde o início do processo preparatório da Conferência, acordaram as delegações participantes - entre as quais a do Brasil - que o evento deveria levar em consideração as interrelações existentes entre a democracia, o desenvolvimento e os direitos humanos. Procurou-se, com tal

decisão, não somente valorizar o tema da Democracia, que esperamos ver prevalecer no mundo pós-Guerra Fria, mas sobretudo evitar abordagens unilaterais e simplistas dos direitos humanos, que omitem referência à realidade histórica que influencia sua fruição. Se, por um lado, não existem, no mundo de hoje, possibilidades de condicionar-se a observância dos direitos civis e políticos à obtenção prévia de plenas condições de desenvolvimento, tampouco é plausível imaginar que os direitos humanos possam ser desvinculados da situação econômico-social das populações envolvidas.

O Brasil é, nesse contexto, um dos exemplos mais eloqüentes. Vivemos atualmente período de ampla liberdade, jamais igualado em nossa história. Nossas instituições democráticas funcionam de forma plena. O Governo promove, na área dos direitos humanos, total transparência, mantendo diálogo e cooperação com a sociedade civil, com organizações não-governamentais e com os órgãos competentes da comunidade internacional. A situação dos direitos humanos no país, entretanto, permanece questão muito sensível. Incidentes como o da Casa de Detenção de Carandiru, a situação de

nossas crianças de rua, o fenômeno da violência rural e urbana e até a ocorrência de situações assemelhadas às de escravidão são registros trágicos de nossas deficiências, que somente poderão ser cabalmente resolvidas com o aprimoramento das condições econômicas.

Não podemos, contudo, esmorecer. Ao contrário, devemos persistir na luta pelos direitos humanos, em todas as suas dimensões, buscando aproveitar as oportunidades e, quando possível, tentando construí-las. Neste seminário os Senhores serão informados da iniciativa que estamos impulsionando, no ensejo da Conferência de Viena, em apoio às instituições do Estado de Direito. Caso bem sucedida, ela poderá constituir importante respaldo aos direitos humanos, particularmente nos países em desenvolvimento.

Tenho a convicção de que as reflexões deste seminário serão esclarecedoras e úteis, porque representativas de diversos setores do Governo e da sociedade brasileira. Delas há de emergir uma posição nacional mais sólida para o Brasil na Conferência Mundial de Direitos Humanos

Muito obrigado.

•

• • •

Instituto Rio Branco

- formatura da turma de 1992

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, na cerimônia de formatura da turma de 1992 do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, em 27 de abril de 1993

Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores,

Senhores Chefes de Missão Diplomática,

Senhores Ministros de Estado,

Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores,

Senhor Diretor do Instituto Rio Branco,

Senhores Diplomatas,

Senhores Formandos,

Senhoras e Senhores.

É para mim uma grande satisfação comparecer ao Palácio do Itamaraty para presidir a cerimônia de formatura dos mais novos membros da Casa de Rio Branco.

Quer a tradição dos povos que as passagens marcantes no processo de maturação do ser humano sejam oportunidade de justa celebração.

Ao acolher para a vida profissional aqueles qualificados para as diversas fren-

tes da força de trabalho, a sociedade comemora a sua revitalização.

Inspirados nos serviços prestados ao Brasil pelo patrono da Casa, o Barão do Rio Branco, e por tantos profissionais ilustres que o sucederam; beneficiados por uma formação sólida a que os capacitou a aprovação no exame vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, os formandos deixam agora os desafios e a liberdade da vida acadêmica para assumir a responsabilidade pragmática do agente político comprometido com a defesa do interesse nacional.

Os formandos do Instituto Rio Branco têm muito de que se orgulhar. A Casa cujos quadros passam a integrar distingue-se, no serviço público brasileiro, pela manutenção de alto padrão de desempenho, alicerçado no labor coletivo e na continuidade da ação. O Itamaraty tem sabido preservar uma cultura que lhe é particular, destacando-se pelo procedimento a um tempo disciplinado e criativo de seus quadros.

Formam-se hoje vinte e um novos diplomatas brasileiros.

Assumem a partir de agora o importante compromisso de honrar as tradições desta Casa.

Será preciso, de olhos postos no futuro, e tendo presentes as necessidades e a expectativa da sociedade brasileira, repensar a política externa à luz de um cenário internacional que sofreu radical transformação e continua em acelerada mutação.

Senhoras e Senhores.

Mais do que nunca, são exigidas dos diplomatas perspicácia, decisão e capacidade de compreender as novas configurações da situação internacional, bem como de propor e executar ações políticas destinadas a ampliar a presença do Brasil e de nossa região no cenário mundial.

A construção de novas estruturas de convivência internacional em bases justas é o desafio que nos reservou a história e para o qual serão decisivos os esforços dessa jovem geração de diplomatas que representará o Brasil nas próximas décadas.

Para inspirá-los ante esse desafio, escolheram os formandos como patrono o Doutor Ulysses Guimarães.

Não poderia ser mais feliz a escolha.

Não é possível evocar Ulysses Guimarães sem emoção e sem saudade.

Quanto não deve a Nação brasileira a esse idealista, que fez da coragem na defesa de seus valores um exemplo para todos nós?

A decisão de escolher Ulysses Guimarães para patrono é muito mais que a merecida homenagem a um grande homem público, que tanta falta nos faz.

Reconheço, nessa decisão, a profissão de fé nos valores da democracia como os únicos que nos permitirão encontrar os caminhos para retomar o desenvolvimento, resgatar a dívida social e construir uma sociedade mais justa.

Senhoras e Senhores.

A construção dessa sociedade mais justa é o objetivo central que dá sentido a cada uma das ações de meu Governo.

É por entender que a recessão e o desemprego nos afastam dessa meta que, desde o primeiro dia de meu mandato, questioneei a falsa modernidade que se paga com a miséria do povo ou as receitas económicas que implicam sempre postergar o desenvolvimento.

Houve quem tentasse apresentar como apego ao passado tanto meu questionamento da modernização excludente, como minha convicção de que os problemas do país só se resolverão com a retomada do crescimento.

Nada mais longe da verdade.

Apegados ao passado estavam os que insistiam em manter o povo à margem dos benefícios do progresso. Eram eles os que não entendiam que a presença de uma população marginalizada do progresso económico é característica de sociedades desorganizadas e de modelo arcaico.

Meu compromisso é com as reformas hoje exigidas para que reencontremos o

caminho do desenvolvimento com justiça social.

Confio em que as levaremos adiante, com o apoio do Congresso Nacional.

Estabilizar a economia, voltar a crescer, resgatar a esperança; esses objetivos reclamam verdadeira união nacional.

Em ambiente de plena liberdade democrática, vamos amadurecendo, em benefício de todos, um novo modelo de desenvolvimento, mais aberto, mais dinâmico e mais equilibrado.

O tempo de nosso ajuste é o tempo da Democracia.

Formam-se gradualmente os consensos em que todos os setores da sociedade têm voz ativa. O consenso é garantia de que nossas reformas são legítimas e serão duradouras.

Senhoras e Senhores,

Na construção da sociedade justa a que aspiramos, a política externa tem papel decisivo.

As características centrais de nossa diplomacia sempre foram a defesa dos interesses nacionais, o respeito aos compromissos assumidos, a tradição de uma ação coerente no tempo e sobretudo a visão de futuro.

A nova agenda da política externa brasileira conserva esses valores, ao mesmo tempo em que inaugura uma interação mais íntima com as forças vivas da sociedade. Os contactos com os meios empresariais, académicos, políticos e culturais têm contribuído para que a Chancelaria

expresse de modo mais fiel os interesses e anseios na Nação brasileira.

O direito soberano dos Estados, a solução pacífica das controvérsias, a consolidação da democracia, a superação da pobreza com distribuição eqüitativa da riqueza, o pleno respeito aos direitos humanos, a busca do desenvolvimento sustentável, a garantia de condições de competição internacional para nossa economia, todos esses são ideais compartilhados pela sociedade, que nos apontam os rumos a tomar e os objetivos gerais a perseguir no plano internacional.

A capacidade de sempre atender às necessidades da sociedade mantém a credibilidade e a legitimidade da política externa.

O final da Guerra Fria alterou a distribuição do poder mundial. No plano político, sobressaem a necessidade de maior cooperação multilateral e a aplicação do ideal democrático em nível internacional. No plano económico, a tendência à globalização não deve levar-nos a ignorar as disparidades e assimetrias que distanciam os mais desenvolvidos do resto do mundo.

Ao mesmo tempo, convivemos com os riscos, por um lado, da regionalização excludente, e, por outro, da dramática e explosiva fragmentação de antigos espaços políticos.

Para atuar em consonância com o interesse nacional, a diplomacia brasileira deve orientar-se pelo realismo. Precisarà mobilizar a experiência acumulada e a sagacidade que vem caracterizando a sua ação para procurar influenciar o jogo po-

lítico e económico internacional em favor de nosso desenvolvimento.

Senhoras e Senhores,

Ao refletir sobre o que deve ser uma pauta de política externa brasileira identifique claramente algumas prioridades:

- A defesa do tratamento multilateral e nos seus foros apropriados dos grandes temas internacionais -políticos e económicos -, assim como uma maior transparência e democratização no acesso ao processo decisório internacional;
- O reforço do sistema multilateral de comércio, que poderá ser obtido por uma conclusão satisfatória da Rodada Uruguai, para cujo sucesso já foram dedicados tantos anos de esforços negociadores;
- A consolidação de nosso processo de integração regional, que nos abre novas perspectivas e oportunidades no campo económico e comercial, e que deverá reforçar a base política com que poderemos contar para o apoio a nossos pontos de vista no cenário internacional.

Essas vertentes da atuação diplomática brasileira se unem na construção de um novo sistema internacional, mais equitativo e mais apto a atender às necessidades dos países em desenvolvimento.

Senhoras, Diplomatas.

Somos um país que deseja a integração.

Nesse sentido, será preciso valorizar nossa própria região. A América Latina, em particular a América do Sul, sempre foi

e deve continuar a ser área privilegiada de atuação de nossa política externa.

Devemos não apenas levar adiante o êxito do Mercosul em termos de aproximação política entre seus membros, de fortalecimento da democracia e de reforço da competitividade, é exemplo a ser valorizado. Trata-se de iniciativa que não pode subordinar-se às flutuações da conjuntura económica ou política.

No campo regional mais amplo, temos em nossas relações bilaterais importante acervo a ser preservado e enriquecido.

O relacionamento com os Estados Unidos mantém-se em patamar próprio de densidade e importância.

O evidente peso dos Estados Unidos no cenário internacional e a intensidade de nossas relações tornam fundamental que os entendimentos com esse país, hoje nosso principal parceiro individual, sejam marcados pela fluidez e pela maturidade de diálogo.

É sólida a base de nossas relações com a Europa. O Velho Continente faz parte de nossas origens. Temos, com os países europeus, relações tradicionais, e esperamos que as perspectivas de expansão económica da Comunidade Europeia pre-nunciem novas oportunidades para o nosso intercâmbio.

Compartilhamos com a África raízes étnicas e culturais, bem como a aspiração ao desenvolvimento e à transformação do Atlântico Sul em um espaço vivo de integração.

As relações com as economias emergentes do Pacífico devem merecer atenção

especial. Há muito o que fazer em termos de conjugação de esforços.

Com o Japão, devemos desenvolver as múltiplas áreas em que há claro potencial de cooperação.

Temas como desenvolvimento sustentável, direitos humanos, desarmamento, são objeto de discussão multilateral intensa e permanente e demandam atitudes transparentes, abertas e não-discriminatórias, apoiadas na cooperação internacional com base em regras multilateralmente acordadas.

Os jovens diplomatas da classe de 1992 têm o privilégio de começar suas carreiras sob a orientação de um Chanceler que reúne as mais altas qualificações intelectuais e acadêmicas. Parlamentar experiente e realista, homem de diálogo, de espírito aberto e criativo, o Ministro Fernando Henrique Cardoso traz para a condução da política externa um acervo de realizações, caracterizado por um irrepreensível comportamento ético e um inabalável compromisso com a democracia.

Os diplomatas que hoje se formam não poderão faltar com seu patriotismo e espí-

rito público, e, nisso, haverão de inspirar-se no exemplo da paraninfa da turma, Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, ex-diretora do Instituto Rio Branco e, hoje, nossa Representante em Viena. Seu reconhecido talento profissional e sua aguda sensibilidade diplomática são a marca da brilhante trajetória que a levou ao ápice da carreira.

A cada um dos formandos e às suas famílias, minhas congratulações.

Peço que aceitem, com os colegas bolsistas da Eslováquia, do Paraguai, da Romênia e do Suriname, os meus votos de êxito profissional e de felicidade pessoal.

Senhores formandos da Turma de 1992,

Que no futuro possam ser os representantes de uma sociedade menos desigual, mais livre e mais desenvolvida.

Que no futuro possam representar essa sociedade em um mundo menos desigual, mais livre e mais desenvolvido.

Muito obrigado.

Declaro encerrada esta cerimônia.

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de comemoração do Dia do Diplomata, no Palácio Itamaraty, em 27 de abril de 1993

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Itamar Franco,

Excelentíssimos Senhores Chefes de Missão Diplomática,

Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia,

Excelentíssimo Senhor Diretor do Instituto Rio Branco, Embaixador Sérgio Bath,

Excelentíssima Senhora Embaixadora Thereza Quintella, Parainfa da Turma de 1992,

Senhores Diplomatas,

Meus jovens formandos,

Minhas Senhoras ? meus Senhores,

O Itamaraty tem a honra de receber Vossa Excelência, Senhor Presidente, na comemoração do Dia do Diplomata. Confirma-se a tradição pela qual os diplomatas recém-formados pelo Instituto Rio Branco ouvem do Chefe de Estado palavras de orientação e de estímulo para o exercício das funções que acabam de assumir. Ao mesmo tempo, para orgulho da instituição, a presença de Vossa Excelência nesta cerimônia demonstra a confiança que a Nação deposita no profissionalismo, no espírito público e no patriotismo do corpo de servidores do Ministério das Relações Exteriores.

Interpretamos essa confiança como reveladora da importância de que se reveste a política externa no contexto da ação global do Governo de Vossa Excelência. No Brasil democrático que Vossa Excelência preside, não há política externa divorciada das demais políticas do Governo. A política é uma só, dentro e fora do País. Exprime coerência e legitimidade. Está fundada nos interesses nacionais e nos valores e aspirações da cidadania. Canaliza-se através de diferentes órgãos do Estado e de múltiplos setores representativos da sociedade.

O Itamaraty, que me cabe hoje o privilégio de dirigir, é apenas uma peça dessa engrenagem, com responsabilidade insti-

tucional pela execução da política exterior. O Ministro, egresso da Universidade e do Parlamento, sente-se autorizado a dar esse testemunho: a Universidade e o Parlamento - como o empresariado, os sindicatos, os partidos políticos, o mundo da cultura e da ciência - mantêm com esta Casa uma tradição de diálogo e cooperação que só enriquece o acervo de realizações do Brasil no campo das relações internacionais.

As linhas de ação que Vossa Excelência definiu para a política externa brasileira, e que irá mais uma vez reiterar aqui, serão seguidas por todos nós com lealdade e entusiasmo.

Ao Ministro das Relações Exteriores, incumbe dizer aos jovens diplomatas que hoje se formam o significado desta cerimônia para o Itamaraty. Ela traz, como qualquer ritual, conotações de tradição e de renovação. Tradição, porque a diplomacia está ancorada na história. Nutre-se dos ensinamentos do passado e da experiência de tantos servidores que engrandeceram o seu nome, muitos deles ilustres homens públicos e estadistas, a começar por aquele que é o seu patrono, Rio Branco. Renovação, porque a diplomacia cresce também na passagem das gerações e deve sempre incorporar a perspectiva do futuro.

A cada ano, nessa mesma época, novos diplomatas passam a integrar os quadros do Itamaraty, após concluírem o curso do Instituto Rio Branco. É para eles e suas famílias motivo de natural orgulho o ingresso na carreira.

É também para o Itamaraty motivo de envaidecimento a cerimônia desta data. Confirma o padrão de excelência desta Casa, assegurado pela manutenção - desde 1945, quando se criou o Instituto Rio Branco - de regras objetivas, democráticas e transparentes de admissão, formação e seleção de diplomatas.

O Ministério das Relações Exteriores, dedicado a funções de caráter essencial para o Estado, demonstra que é possível ter um setor do aparelho burocrático com padrões de eficiência, motivação e correção dos mais elevados. Mas as transformações a que vimos assistindo, tanto no Brasil quanto no mundo, exigem o aprimoramento contínuo da instituição e a valorização de seus recursos humanos. A esses objetivos, tenho atribuído a mais alta prioridade em minha gestão como Ministro das Relações Exteriores.

Estão prestes a concluir-se os estudos a cargo da Comissão presidida pelo Secretário-Geral, e a partir de junho pretendo iniciar a implementação das medidas necessárias ao aperfeiçoamento das práticas administrativas do Ministério.

Esta é uma tarefa em que toda a Casa está colaborando, em clima de diálogo, participação e transparência. A muitos tenho ouvido pessoalmente, de muitos tenho recebido ideias e sugestões por escrito. Temos organizado seminários, inclusive com a contribuição de personalidades de fora da Casa, e nem mesmo dispensei a experiência dos Embaixadores aposentados e do quadro especial, a quem reuni no velho Itamaraty do Rio de Janeiro para

uma avaliação conjunta dos rumos da Instituição.

Creio que, em nenhum outro período da história do Itamaraty, tenha sido feito tamanho esforço de reflexão sobre as prioridades da política externa e os meios necessários à sua execução.

Ao Secretário-Geral, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, devo meu reconhecimento especial pela colaboração lúcida e competente que me tem prestado no encaminhamento dessa e de todas as demais questões que fazem parte do trabalho cotidiano da Casa.

O Itamaraty, Senhor Presidente, quer estar afinado com os novos tempos, para manter-se à altura de suas realizações históricas.

Aos formandos da Turma de 1992, caberá boa parte dessa responsabilidade. A eles, meus votos de felicidade em suas carreiras e em suas vidas pessoais. A diplomacia é uma profissão plena de atrativos, mas também de dificuldades. Em suas funções, serão invariavelmente requeridas qualidades de dedicação ao serviço público, de disciplina e sacrifício, de criatividade intelectual, de capacidade de adaptação a outras culturas e a outros modos de vida.

Tendo estudado nos anos de 1991 e 1992 as grandes questões das relações internacionais contemporâneas, os novos diplomatas terão podido verificar diretamente as transformações ora em curso e, ao mesmo tempo, a perplexidade que causaram em todo o mundo. Tudo o que aprenderam agora terá que ser submetido ao teste da prática e à evolução das condi-

ções concretas do exercício da diplomacia, que se transformam ao longo do tempo, com as mudanças tecnológicas, económicas e políticas.

Mais do que conhecimentos factuais, o que o Instituto Rio Branco lhes terá ensinado é uma atitude crítica diante da realidade e uma capacidade de apreender o novo, mesmo ao preço dos mais arraigados e confortáveis hábitos mentais. A capacidade de aprender o novo lhes permitirá estar sempre em dia com o presente, mas a atitude crítica lhes dará uma salutar desconfiança em relação ao que se apresenta como definitivo.

No patrono maior da diplomacia brasileira, cuja memória e cuja obra reverenciamos nesta data, haveremos de encontrar sempre a inspiração correta. Dele, herdamos um Brasil desenhado em seus limites e aberto à convivência com seus vizinhos americanos. Caberá à geração que hoje se inicia na diplomacia imaginar, desenvolver e implementar uma diplomacia brasileira para o século XXI, em que as fronteiras deixarão de ser um fenómeno apenas geográfico para separarem as nações por seus diferenciais tecnológicos ou de bem-estar.

A turma que hoje se forma escolheu como seu patrono uma das maiores figuras de nossa vida política, um dos maiores

brasileiros deste século. Ulysses Guimarães foi exemplo das maiores qualidades que se pode atribuir a um político: coragem, imaginação e liderança.

Quero também felicitar os formandos pela escolha de sua paraninfa, a Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, que colocou suas reconhecidas virtudes profissionais ao serviço do Instituto Rio Branco durante os quatro anos e meio em que ocupou sua direção.

Senhor Presidente,

Reitero vivamente os agradecimentos do Itamaraty, e os meus próprios, por sua presença nesta cerimónia. A vinda de Vossa Excelência hoje a esta Casa coincide com um momento de reafirmação dos objetivos políticos e dos valores éticos que inspiram seu Governo, empenhado na retomada do crescimento económico com justiça social.

Quero que leve deste encontro, Senhor Presidente, quando celebramos a festa maior da diplomacia brasileira, a certeza de que o Itamaraty e todos seus servidores - do Ministro de Estado ao funcionário mais humilde - não faltarão jamais com sua contribuição para a grande tarefa de resgatar a esperança do Brasil e de seu povo.

Muito obrigado.

•

• • •

Ministro Fernando Henrique Cardoso visita o Equador

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de
banquete oferecido pelo Chanceler do Equador,
em Quito, em 29 de abril de 1993*

☞

Penhor Ministro,

As palavras de Vossa Excelência ultrapassam o gesto de acolhida fraternal e indicam a determinação de preservar e fortalecer a tradicional solidariedade entre nossas Pátrias. Minha esposa e eu - e todos os membros da delegação que me acompanham - guardaremos na lembrança a grata recordação do convívio desta noite e da hospitalidade com que nos distinguiram a Senhora de Paredes e Vossa Excelência.

É grande minha emoção ao retornar às terras do Equador, onde a beleza da natureza só encontra paralelo na amabilidade de sua gente.

Sinto-me especialmente honrado por retornar ao Equador como Chanceler do Brasil, atendendo ao gentil convite de Vossa Excelência. Ao aceitá-lo, foi minha intenção deixar clara a prioridade que o Brasil concede às suas relações com os países da região amazônica e - entre eles - ao Equador.

Pareceu-me esta uma ocasião oportuna, não apenas para reafirmar velha e segura amizade, mas também para explorar as bases de novo diálogo, fraternal, franco

e objetivo entre o Equador e o Brasil. É o momento de nossas histórias nacionais para estreitarmos a colaboração entre nossos países. Estou certo, Senhor Chanceler Paredes, de que nosso encontro contribuirá para esse magno objetivo.

Na verdade, ao rever o Cotopaxi - na manhã de hoje - reafirmou-se em mim, nítida e imediata, a certeza de que o Brasil e Equador estão bem próximos. A curta viagem que me trouxe aqui desmente a impressão de distância que nos sugerem os mapas.

A confluência de nossos interesses confirma igualmente a proximidade de nossos dois países, unidos por um destino indivisível, como nações americanas que compartilham interesses comuns. Todas as coincidências de herança material e espiritual que nos avizinham e a estreita cooperação que temos desenvolvido, tanto em nossas relações bilaterais como em foros multilaterais, consolidaram a confiança e a solidariedade entre brasileiros e equatorianos.

É com esse espírito que venho a Quito, certo também de que devemos honrar com

novas realizações a herança de um passado de impecáveis relações.

Senhor Ministro,

Como povos amazônicos, brasileiros e equatorianos somos condôminos de valioso patrimônio, cujo desenvolvimento temos o compromisso impostergável de promover.

Para esse fim, serão necessários investimentos consideráveis em pesquisa científica e em desenvolvimento de técnicas novas. A cooperação bilateral neste campo deverá intensificar-se para cobrir a falta de apoio financeiro internacional que, até aqui, não tem correspondido ao interesse que demonstraram governos e povos de outras regiões.

O Tratado de Cooperação Amazônica tem-se constituído em foro apropriado para a discussão de temas de interesse comum dos países amazônicos. Construído sobre a base sólida da igualdade e da soberania inalienável de cada Estado Parte sobre a porção amazônica de seus respectivos territórios, o TCA tem como vocação atuar como catalisador, despertando interesses, identificando prioridades, multiplicando as oportunidades de trabalho em comum.

Ao renovar as bases da convivência internacional na Amazônia, o Tratado veio reafirmar que não existem alternativas para a cooperação, em um momento de relativo imobilismo e frustração em muitos foros internacionais e regionais. Esse entendimento possibilitou a formação de posições conjuntas em relação a problemas comuns, exemplar-

mente recolhidas no texto da Declaração de Manaus com vistas à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Possibilitou, igualmente, em nossos dias, Senhor Chanceler, a instalação de um saudável clima de distensão e diálogo político entre os países da região, consensualmente entendido como a única forma possível de tratar problemas comuns e de encontrar soluções definitivas e mutuamente satisfatórias para os mesmos. É esse o espírito, que o Brasil saúda entusiasticamente e ao qual empresta sua mais irrestrita solidariedade, que preside o diálogo político estabelecido no mais alto nível entre os Governos do Equador e do Peru.

Pensamos, contudo, que o Tratado de Cooperação Amazônica necessita fortalecer sua estrutura institucional, como forma de adaptar-se aos desafios de nossos dias e melhor cumprir os objetivos para os quais foi concebido. Estamos certos de que a Chancelaria do Equador haverá de trazer aportes importantes derivados de sua experiência aos debates que, sobre este tema, terão lugar nas próximas reuniões do Conselho de Cooperação Amazônica e na Reunião de Chanceleres.

A propósito, quero ressaltar o reconhecimento do Governo brasileiro pelo trabalho exemplar que a Chancelaria equatoriana tem desenvolvido no exercício da Secretaria Pro Tempore do Tratado de Cooperação Amazônica, ao longo dos últimos três anos. Com efeito, coube à Chancelaria do Equador gerenciar a etapa de transição do TCA entre o período pioneiro e sua atual etapa de amadurecimento, com im-

portante acervo de realizações em benefício de nossos oito países.

Senhor Ministro,

Como que sedimentando nossa identidade de propósitos, a geografia encontrou uma maneira tão original quanto definitiva de assegurar a união de nossos países, ao fazer nascer, das encostas orientais do Cotopaxi e do Antisana, os mananciais do caudaloso Napo, também tributário do Amazonas, famoso por ser o rio pelo qual desceu Orellana e pelo qual subiu Pedro Teixeira, em 1657, até chegar a San Francisco de Quito. É o que nos lembrava Miguel Maria Lisboa, nosso primeiro representante diplomático por estas terras, em 1866. Já nos alertava então para a possibilidade de utilização dessa via como ligação entre nossos dois países, pois parte das águas que o Amazonas atira no Oceano Atlântico, origina-se, na verdade, em solo equatoriano, em suas fontes, em suas neves, em suas chuvas.

Senhor Chanceler,

Tomemos, pois, a nossa unidade amazônica como fonte inesgotável de inspiração. A Chancelaria brasileira - asseguro a Vossa Excelência - está sempre aberta ao exame conjunto com a Chancelaria equatoriana, não apenas dos assuntos que nos interessam em base mútua e bilateral, mas de toda a problemática continental e mundial com que se defrontam nossa política externa e nossa atuação diplomática. Ainda recentemente, no início deste mês de abril, as possibilidades de ação conjugada de nossos países ficaram demonstradas de

forma inequívoca em Santa Cruz de la Sierra, na reunião do Grupo do Rio.

Exploremos juntos os terrenos abertos pela revolução científica e tecnológica, nos quais se torna especialmente necessária a conjugação vigorosa de esforços entre países da América Latina. O esforço de cooperação mútua, entre nações irmãs nas necessidades e nas aspirações mais generosas, há de repousar na base de uma autêntica solidariedade continental, requisito indispensável da desejada integração latino-americana. Quero assegurar a Vossa Excelência que o Brasil não se poupará no empenho de contribuir para que essa base se torne cada vez maior e mais sólida.

Foi essa preocupação que determinou a iniciativa do Presidente Itamar Franco, ao propor, no início deste ano de 1993, a assinatura de um conjunto de Acordos de Complementação Económica, no âmbito da Aladi, com os países da Região Amazônica, hoje conhecida como Iniciativa Amazônica.

Lembrava então, o Presidente Itamar Franco, que democracia enquanto modo de vida e democracia como regime político só existem, com vigor e permanência, nas sociedades em que os homens atuam como cidadãos, e não se reduzem apenas a consumidores. Esta concepção básica nos orienta a todos, tanto no plano interno quanto no relacionamento que infatigavelmente temos privilegiado no contexto latino-americano.

A proposta brasileira da Iniciativa Amazônica decorre da constatação de que o dinamismo assumido pelos esquemas

nossas instituições científicas. A agroindústria, a biotecnologia, a saúde, as telecomunicações são campos férteis para a cooperação. Na área cultural, torna-se urgente um maior conhecimento recíproco e uma troca mais intensa de experiências. As possibilidades de cooperação são muito grandes, sobretudo no que diz respeito à educação.

Estou certo de que nosso entendimento continuará a ser, como sempre tem sido, fluído e permanente, sobretudo neste momento histórico em que se consolida um consenso universal -e que felizmente é uma realidade em nosso Hemisfério - sobre os valores democráticos e sobre a consecução de seus componentes. Nossas Nações perseguem os mesmos caminhos em busca do progresso de nossos concidadãos, dentro da concórdia, do diálogo e da paz.

É com essa certeza que, em nome do Presidente Itamar Franco e em nome do Governo brasileiro, convido a todos os que se reúnem em torno desta mesa a erguerem suas taças pela prosperidade da nobre e amiga Nação equatoriana, pelo continuado êxito de Sua Excelência o Senhor Presidente Durán Ballén e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Paredes.

• • •

Vice-Presidente da Comissão Europeia visita o Brasil

Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião de almoço em homenagem ao Vice-Presidente da Comissão Europeia, Manuel Marin, no Palácio Itamaraty, em 4 de maio de 1993

É uma honra poder dar-lhes as boas-vindas em nome do Governo brasileiro. Ao reencontrá-lo aqui em Brasília, poucos dias após o proveitoso encontro entre os Chanceleres do Grupo do Rio e da Comunidade Europeia, quero expressar a certeza que nos anima de que a visita que Vossa Excelência realiza ao Brasil muito contribuirá para avançar ainda mais as relações entre o nosso país e a Comunidade.

A importância da Comunidade Europeia como grande ator internacional e como principal parceiro comercial do Brasil dá o tom que vai inspirar as conversações que Vossa Excelência inicia hoje no Brasil. Referência e paradigma, a Comunidade inspira-nos em nosso próprio esforço de integração regional e figura como interlocutor privilegiado no mundo de hoje graças à influência que exerce nas principais questões que figuram na agenda política e económica internacional.

Joaquim Nabuco, notável figura de diplomata e intelectual brasileiro, escreveu certa vez que os brasileiros não vamos, mas voltamos à Europa. De fato, a Europa

legou-nos não apenas uma permanente herança histórica, cultural e lingüística, mas também uma visão de mundo e um conjunto de valores e princípios que fazem a base do nosso próprio projeto histórico. Com seu dinamismo reencontrado através do grande esforço de integração que está consolidando, a Europa dos Doze demonstra que a via da integração e da cooperação é a única possível num mundo interdependente. Seu peso económico e político são a um tempo um fator de atração e um modelo a analisar e a perseguir.

Senhor Vice-Presidente,

Hoje, as relações entre o Brasil e a Europa têm duas dimensões complementares. No plano bilateral, a Europa é nosso mais importante parceiro económico e interlocutor de primeira grandeza para a política externa brasileira. Em um plano distinto, o Brasil relaciona-se com a Comunidade também através do mecanismo de diálogo e cooperação estabelecido entre o Mercosul e a Europa dos Doze.

O Mercosul tem na Comunidade, de certa maneira, a sua génese.

A Comunidade foi inspiração e desafio. A inspiração veio já a partir de 1957, com o Tratado de Roma, que estimulou de forma inequívoca o surgimento de processos congêneres de integração regional, entre os quais a antiga ALALC, hoje Aladi.

O desafio veio sob a forma da indicação inequívoca de que o mundo do limiar do século XXI seria mais interdependente e mais competitivo e de que seria na integração, e não no isolamento, que se encontrariam as melhores condições para gerar escala, aumentar a produtividade e intensificar a geração e os fluxos de comércio, investimentos e tecnologia. Esse desafio foi crucial para que adotássemos finalmente um curso objetivo e pragmático para dar forma concreta ao velho ideal integracionista latino-americano. Hoje, falamos menos em Bolívar e mais em cronogramas, em desgravação, em tarifa externa comum, em prazos exíguos. E temos um novo nível de interlocução com o mundo.

Em 1991, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai tomaram a histórica decisão política de criar o Mercado Comum do Sul - Mercosul -, que já vem estreitando seus vínculos, reforçando suas afinidades e explorando juntamente com a Comunidade Europeia o considerável potencial de cooperação entre as duas áreas de integração econômica.

Com a assinatura, em Santiago, do Acordo Interinstitucional entre a Comissão da CE e o Conselho do Mercado Comum, a cooperação Mercosul-CE tem sido uma das vertentes mais dinâmicas

do relacionamento externo dos países do Mercosul.

Pouco mais de um ano de vigência desse acordo já foi suficiente para pôr em andamento significativa gama de projetos de cooperação, abrangendo desde programas de formação de pessoal até projetos de divulgação, no âmbito das instituições comunitárias, dos mecanismos de cooperação com o Mercosul.

Senhor Vice-Presidente,

O relacionamento entre o Brasil e a Comunidade Europeia, por sua vez, alcançou notável dimensão na última década. É natural que assim tenha sido. Somos a mais forte economia latino-americana, a mais diversificada e a que maior e mais maduro relacionamento econômico e comercial mantém com a Europa dos Doze.

Apesar de nossos inegáveis problemas conjunturais, temos intensa familiaridade com os mecanismos do mercado e com os investimentos estrangeiros e participamos do comércio internacional com ânimo competitivo e dinâmico.

O intercâmbio comercial Brasil-CE tem impacto relevante em nossa economia e sem dúvida na economia dos países-membros da Comunidade. As cifras são expressivas. Os fluxos comerciais passaram de US\$ 8,9 bilhões em 1981 para US\$ 15,2 bilhões em 1992. Os investimentos da Comunidade no Brasil alcançavam, em março de 1991, o montante de US\$ 12,8 bilhões, equivalentes a 35,8% dos investimentos globais no país.

O Brasil tem assim um perfil equilibrado em seu comércio internacional e atua

de fato como um *global trader* com interesses bem distribuídos entre a Europa, a América do Norte, a Ásia e o mundo em desenvolvimento. Esse dado incide diretamente na importância que a Comunidade tem para o Brasil e que o Brasil deve ter para a Comunidade entre seus parceiros em desenvolvimento.

Tal intensidade no intercâmbio bilateral, associada à ampla coincidência de pontos de vista com relação a diversos itens da agenda internacional, tem exigido, por parte do Governo brasileiro e da Comunidade, um esforço renovado no sentido de desenvolver uma moldura institucional adequada ao aprofundamento dos fortes laços de cooperação existentes.

Esse é o sentido da assinatura, em Brasília, em junho de 1992, do Acordo-Quadro entre o Brasil e a Comunidade, ora em tramitação no Congresso Nacional. Esse Acordo constitui moderno instrumento jurídico que deverá propiciar o aperfeiçoamento e a intensificação da cooperação entre o Brasil e a Europa dos Doze, além de traduzir, em sua forma mais avançada, o firme intento das duas partes em estabelecer bases institucionais sólidas para tal cooperação.

A solidez e a importância dos nossos laços nos dão condições para manter um diálogo franco e amistoso com as Comunidades. Nesse diálogo, há espaço para muitas convergências e também para divergências, que exploramos com sentido de pragmatismo e com a consciência da importância recíproca.

Nesse processo voltado permanentemente para o aperfeiçoamento das nossas relações, a Comissão da Comunidade tem um papel decisivo. Daí a importância que atribuímos à visita de Vossa Excelência e ao continuado exercício de consulta, informação e troca franca de impressões que ela representa.

É por essa razão que, em nome do Governo brasileiro, quero uma vez mais saudar a presença de Vossa Excelência entre nós e expressar confiança no estreitamento cada vez maior das relações entre o Brasil e a Comunidade Europeia.

Com esse espírito, convido todos os presentes a brindarem à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência, ao progresso das relações entre o Brasil e as Comunidades Europeias e ao bem-estar de todos os nossos povos.

Muito obrigado. •

• • •

XI Conferência Interparlamentar Europa-América Latina

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores,
Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de
encerramento da XI Conferência Interpara-
mentar Europa-América Latina, na sede do Par-
lamento Latino-Americano, em São Paulo, em 6
de maio de 1993*

Penhor Presidente do Parlamento Lati-
no-Americano,

Senhor Presidente do Senado Federal,

Senhores Membros do Parlamento La-
tino-Americano,

Senhores Membros do Parlamento Eu-
ropeu,

Senhores Membros do Corpo Diplo-
mático,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Concluí hoje mais um exercício de diá-
logo e coordenação parlamentar entre a
Europa e a América Latina. Em nome do
Excelentíssimo Senhor Presidente da Re-
pública, Doutor Itamar Franco, e no meu
próprio, quero expressar o quanto o Brasil
sentiu-se honrado em sediar este encontro
e em contribuir para a consolidação deste
foro e para o êxito de suas deliberações.

Aqui o Brasil compareceu com expres-
siva delegação parlamentar, liderada pelo
eminente homem público e Senador Hum-
berto Lucena, Presidente do Senado Fede-
ral, que é minha casa de formação política

e à qual me orgulho de pertencer em repre-
sentação do Estado de São Paulo.

Como um todo, a América Latina aqui
se fez representar com importante e di-
versificada delegação. Com isso, o Parla-
mento Latino-Americano mostrou que é
uma realidade tangível a serviço do diá-
logo entre nossos povos e do fortaleci-
mento continuado da democracia em nos-
so continente.

O Parlamento Europeu dignificou
igualmente esta Conferência, por meio de
destacada delegação, sinal inequívoco da
importância que atribui ao diálogo com a
instituição homóloga da América Latina.

Nas diversas sessões desta Conferên-
cia que hoje se encerra com êxito e brilho,
parlamentares dos dois continentes apro-
fundaram a análise de temas fundamentais
para o relacionamento entre a Europa e a
América Latina e para a própria inserção
das nossas regiões em um mundo em ace-
lerada transformação histórica.

Centrada na democracia, na integração
e na cooperação entre a Europa e a Amé-

rica Latina, esta Conferência acrescenta uma contribuição expressiva ao já alentado património de diálogo, concertação e intercâmbio construído ao longo de dez outras Conferências Interparlamentares Europa-América Latina.

Neste foro que espelha o rico universo da democracia representativa em mais de trinta países, os parlamentares europeus e latino-americanos puderam, com franqueza e objetividade, trocar impressões e informações e avançar reflexões que serão úteis no trabalho diário em seus respectivos Parlamentos. Como representantes de seus povos, é legítimo e inspirador que os parlamentares se dediquem também à tarefa de aprimorar as relações entre os países e de buscar novas fórmulas de cooperação e diálogo entre os Estados.

Este processo tem sido possível entre nós porque a democracia se afirmou como tendência universal neste final do século XX e porque a América Latina, antes submergida em regimes de exceção, antecipou a grande onda de redemocratização que marcou a História política mundial. A democracia e a economia de mercado foram as melhores armas na superação da Guerra Fria, não as armas nucleares ou as estéreis confrontações ideológicas e militares.

Orgulho-me, em minha condição de parlamentar, de saber que neste foro estão representadas forças que, de um lado e do outro do Atlântico, e muitas vezes com heroísmo, lutaram para fazer deste um mundo mais aberto e livre, mais sensível aos valores do humanismo e mais atento aos direitos humanos, às liberdades demo-

cráticas e ao pluralismo político, étnico, religioso e cultural.

Senhores Parlamentares,

Vivemos no Brasil a experiência da redemocratização com a consciência de que a democracia não é um fim em si mesma, mas um instrumento da transformação e do aperfeiçoamento das sociedades. Recriamos as instituições democráticas com a certeza de que a elas caberia representar um país transformado, mais pujante economicamente, mais presente na cena mundial, mais diversificado, mas também necessariamente mais justo.

É em ambiente de franca participação que se fortalece a ideia de que a democracia não se resume a eleições periódicas e à alternância de partidos no poder em seus diversos níveis. Ela é um instrumento de transformação qualitativa da sociedade.

A democracia tem seus próprios tempos e não seria legítimo esperar que um regime democrático atue, fora da esfera política, com autoritarismo, como se fosse possível separar as duas dimensões indissociáveis da política e da economia. Foi esse o sentido da revolução democrática com que a América Latina antecipou o que hoje se vê como tendência irreversível em todo o mundo.

Também no plano económico os brasileiros estamos completando, através de uma cuidadosa engenharia política, a revolução de abertura e ajuste por que vem passando o continente como forma de adaptar-se às condições económicas de um mundo mudado, onde a capacidade tecnológica e a competitividade são os

fatores efetivos na criação da riqueza e do bem-estar.

São, portanto, muito grandes os desafios que temos enfrentado. A eles se somam desajustes herdados, a dívida social contraída junto a grandes contingentes de população, as falhas em matéria de direitos humanos, a impunidade de criminosos, a fragilidade na aplicação das leis.

Por essa razão, a modernidade entre nós significa muito mais do que a aplicação de fórmulas macroeconômicas pagas com o sofrimento do povo e com a persistência dos desequilíbrios, das iniquidades e da injustiça social. Não há modernidade sem progresso social, sem a participação de todos nos benefícios do desenvolvimento económico e da riqueza. Não há modernidade sem um Estado capaz de prover educação, saúde, habitação, trabalho e infra-estrutura que permitam um desenvolvimento equilibrado, sustentável e politicamente estável porque baseado em critérios sociais justos.

Porque a dimensão do nosso desafio é tão ampla, a interação com outras regiões que experimentaram formas diversas de desenvolvimento, com ritmos diferentes e com diverso impacto na estrutura social, é para nós fundamental. A Europa, nesse sentido, inspira e desafia, ao mesmo tempo em que oferece modelos a contemplar com vivo interesse e problemas a evitar.

Senhores Parlamentares,

Senhoras e Senhores,

A realização da Conferência Interparlamentar Europa-América Latina oferece precisamente aos parlamentares europeus

a oportunidade de, mais uma vez, presenciar os avanços que essa dupla revolução silenciosa, a da democracia e a da transformação económica, vem registrando em nosso continente.

Mantemos com a Comunidade Europeia um relacionamento sólido e maduro. A imensa maioria dos nossos países têm na Comunidade o seu principal parceiro comercial e sua principal fonte de investimentos. Nosso interesse pelo processo de consolidação do Mercado Comum é motivado por uma grande variedade de pontos que nos afetam direta ou indiretamente.

As lições de pragmatismo e determinação da Comunidade inspiram hoje os vários processos de integração regional latino-americana, do Mercosul ao Pacto Andino, da América Central ao Grupo dos Três. Estou certo de que, ao debruçar-me sobre a questão da integração, esta Conferência Interparlamentar terá mais uma vez dado contribuição expressiva aos nossos próprios processos de integração regional e explorado formas de acentuar ainda mais a cooperação entre a Comunidade Europeia e a América Latina.

Essa contribuição certamente virá juntar-se a outro mecanismo atuante de diálogo e concertação entre a Comunidade Europeia e a América latina, aquela que se processa por meio de encontros institucionalizados entre os Chanceleres da Comunidade e os do Grupo do Rio. Em Copenhague, há menos de duas semanas, esse mecanismo provou toda a sua utilidade como foro de consulta e cooperação, abrindo promissoras perspectivas para a

intensificação das relações entre a Comunidade e a nossa região.

Senhores Parlamentares,

Do impacto da integração europeia sobre o comércio exterior latino-americano, na condição de maior parceiro da grande maioria dos países da nossa região, à influência que exerce em questões como a Rodada Uruguai do GATT e à projeção que tem no tratamento da diversificada agenda política do mundo pós-Guerra Fria, a Comunidade Européia afirma-se como ator internacional dos mais relevantes para o continente.

Sei do interesse com que o Parlamento Europeu se dedica a muitos dos tópicos da nova agenda, como a proteção e a promoção dos direitos humanos, a proteção ambiental, a paz, a não-proliferação. A eles, certamente o ponto de vista latino-americano acrescenta outros, como a transferência de tecnologia, a cooperação para o desenvolvimento sustentável, a superação dos entraves ao comércio internacional.

Em todos eles, a Comunidade Europeia e muito singularmente o Parlamento Europeu desempenharam papel de primeira importância como atores e como interlocutores. Este diálogo parlamentar certamente constitui um instrumento comum de europeus e latino-americanos para avançar conjuntamente na discussão e no progresso desses temas de tão singular importância e impacto para nós.

Não coincidimos sempre no tratamento desses diversos tópicos, é preciso admiti-lo. Podemos divergir, entretanto, porque muitas vezes coincidimos, e podemos di-

vergir porque nos conhecemos profundamente, com a intimidade dada por muitas décadas, às vezes séculos, de relacionamento complexo, como deve ser entre regiões que guardam forte personalidade e são ciosas de sua independência e do papel a que aspiram no concerto das Nações.

Podemos divergir, na verdade, porque compartimos um legado comum, herdado pela Europa de hoje através do tempo e pela América Latina através do espaço, que permite uma linguagem comum e um mesmo sistema de medida. Por isso mesmo, porque nos julgamos a nós mesmos, na América Latina e na Europa, pelos padrões mais exigentes, surgem aqui e ali divergências, críticas e cobranças recíprocas.

Ecoando perguntas que as nossas próprias sociedades se fazem, somos indagados sobre o que estamos fazendo para proteger nossos indígenas, meninos de rua, trabalhadores rurais, ou o meio ambiente. Da mesma forma, de modo convergente, pessoas na América Latina e na Europa se perguntam o que estaria ocorrendo com a tradicional hospitalidade europeia, com a noção de solidariedade, com a generosidade esperável de sociedades afluentes que podem seja ajudar às mais frágeis seja abrir-se aos fluxos de comércio que podem revitalizar aquelas sociedades do mundo em desenvolvimento capazes de competir no mercado internacional.

É, portanto, esse pano de fundo comum de valores éticos e políticos idênticos que nos faz tão atentos uns aos outros dos dois lados do Atlântico.

Se é a comunidade de valores que permite o diálogo e, portanto, inclusive a divergência, cabe aproveitá-la e aprofundá-la em toda a sua extensão. As sociedades latino-americanas realizaram corajosa e radical transformação de suas realidades políticas e económicas. Empreenderam de maneira particularmente notável o retorno à democracia e a formas mais modernas de economia de mercado.

Mas, devo notar, este fato histórico significativo não foi percebido em todas as suas implicações pelo mundo desenvolvido, aí incluída a Europa dos Doze.

Ambos os processos, o de mudança político-institucional e o de modernização económica, deram-se dentro de um quadro de relações internacionais de grande estabilidade. A paz jamais foi ameaçada por questões territoriais ou de fronteira porventura remanescentes. Não temos apreensões ou sofrimentos provocados por conflitos étnicos. Não há preocupação para a segurança internacional em torno do tema da proliferação de armas de destruição em massa ou convencionais.

A América Latina pode, portanto, considerar-se credora de maior reconhecimento e maior interesse por parte da comunidade desenvolvida por sua contribuição ao fortalecimento da liberdade política e económica e para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Senhores Parlamentares,

O impacto político e as vicissitudes da entrada em vigor da fase final da integração europeia, a partir do Tratado de Maastricht, têm ocupado a maior parte da aten-

ção que se volta para o fenómeno político e diplomático representado pela CE. O temor do fechamento da Europa comunitária sobre si mesma, o crescimento do protecionismo e o receio de que a partir de Maastricht a Europa unida poderá ser um elemento desestabilizador da estrutura económica mundial fazem parte de grande número de reflexões sobre o tema.

Também o que às vezes se identifica com uma vocação intervencionista da Comunidade Europeia chega a causar preocupação em nossos países, ciosos não apenas da sua independência e soberania, mas da sua capacidade de buscar as soluções para os seus problemas. E o temos feito inclusive mediante o diálogo franco e construtivo e a cooperação com outros Governos, com organismos internacionais e com organizações não-governamentais. O diálogo interparlamentar, por sua própria natureza, é canal privilegiado para o tratamento de questões que, por suas conotações, assumem dimensão mais formal no relacionamento entre Estados. Também nessa área esta Conferência terá trazido a sua contribuição.

Para nós, além disso, a questão dos controles comunitários da imigração tornou-se também fator de preocupação, porque temos convivido com as notícias quase diárias sobre restrições praticadas a cidadãos de países em desenvolvimento nos portos de entrada europeus, muitas vezes por inconfessados preconceitos ou com base meramente na presunção de ingresso ou permanência ilegal em território comunitário. Esta é a matéria sensível em nossos Parlamentos e é justo e oportuno que seja

trazida à agenda sempre que possível para um debate franco e objetivo.

Temos reivindicações a fazer junto à Comunidade, porque como a Comunidade estamos todos empenhados, por exemplo, no êxito da Rodada Uruguai e em um novo ordenamento multilateral para o comércio internacional de bens e serviços. Sabemos também que tais passos adiante reverterão em benefício do comércio internacional e terão impacto positivo sobre as economias de todo o mundo, gerando empregos e assegurando a retomada dos níveis de crescimento de que tanto a Europa quanto a América Latina desfrutaram nos anos 60 e 70. E sabemos que, sem a pressão própria dos processos negociadores, pouco ou nada teria sido feito pela Comunidade precisamente porque interesses setoriais são afetados. Cabe-nos a todos mostrar que os interesses setoriais, que tendem a ganhar no curto prazo, perdem no longo prazo.

Senhores Parlamentares,

Este é um foro de pluralismo, um foro em que a liberdade é o valor supremo e a democracia o consenso a partir do qual se deseja construir um mundo melhor.

Estou certo de que aqui se fortaleceu ainda mais essa amizade e renovou-se a confiança recíproca.

Congratulo-me com Vossas Excelências, Senhores Parlamentares, pelo êxito do encontro, e peço-lhes a todos, latino-americanos e europeus, que sejam junto aos seus respectivos povos, os portadores da mensagem de amizade e afeto que lhes transmite todo o povo brasileiro, que muito se honrou por ter podido acolhê-los e homenagear, na pessoa de Vossas Excelências, a instituição do parlamento, síntese da democracia e paradigma do Estado moderno.

Muito obrigado e que tenham um feliz retorno. •

• • •

V Assembleia Ordinária do Parlamento Amazônico

Discurso do Presidente Itamar Franco na sessão de abertura da V Assembleia Ordinária do Parlamento Amazonico, em Brasília, em 10 de maio de 1993

Tenho a alegria de dar-lhes as boas-vindas a Brasília, cidade voltada para o futuro, como a esperança; filha da vontade, da força e da tenacidade dos brasileiros de todo canto.

Recebi com grande honra o convite que o amigo José Curiel Rodríguez me dirigiu, na sua qualidade de Presidente do Parlamento Amazonico, para participar desta Sessão Solene de Abertura da V Assembleia da Casa Parlamentar, onde estão representados, através dos seus Poderes Legislativos nacionais, os povos dos países que ocupam o espaço da Bacia Amazônica.

Considero que minha presença aqui é testemunho do profundo apreço que temos todos os brasileiros pela instituição parlamentar, coluna de sustentação da vida civilizada, porque base da democracia.

A democracia é a pedra de toque que dá vida ao Parlamento Amazonico. O Estatuto desta Casa, em seu artigo primeiro, exige o modo de vida democrático como condição essencial para permitir aos povos da Amazônia aqui se fazerem representar. Portanto, a democracia é valor fundamen-

tal que deve ser preservado, inclusive para que exista o Parlamento Amazonico.

O povo brasileiro participou recentemente de um extraordinário processo de afirmação da Lei e dos Poderes Constituídos do Estado, e fez valer, em todo o país, seu firme desejo de ver cumpridas as previsões constitucionais para a hipótese do impedimento do Chefe do Poder Executivo.

Assim foi feito, em paz e em democracia plena.

É hora de recuperar também a confiança dos brasileiros em dias mais límpidos nos planos econômico e social.

A luta inadiável contra a inflação - o mais perverso dos impostos, porque cobra de quem ganha menos -, essa luta não será vencida com recessão. Ao Brasil digno, consciente de suas dimensões, conhecedor de seus problemas, a este Brasil renovado em seus valores éticos e cívicos, ao nosso país não se ajustam receitas econômicas padronizadas que desconheçam o imperativo do crescimento econômico e das melhores condições de vida para todos os

brasileiros. Crescimento e benefícios hoje, e não num futuro distante e incerto.

Meu Governo decidiu aplicar-se com energia à tarefa de estabilizar a economia; mas, ao mesmo tempo, vamos ampliar rapidamente a oferta de empregos, estimular a atividade de certos setores da economia com grande efeito multiplicador sobre os salários de baixa renda, e combater sem descanso a fome e a miséria.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Tenho a certeza de que a implementação do plano de Governo recentemente anunciado abrirá amplos caminhos para o reencontro do Brasil com o crescimento económico e o desenvolvimento social. Estamos começando a recuperar o terreno que perdemos na década de 80.

Há que redobrar os esforços de combate à fome, à miséria e à doença que açoitam milhões de nossos conterrâneos. Há que recuperar o sentido comum da cidadania latino-americana, embasada na devoção dos nossos povos à paz e à democracia, alimentada por uma cultura comum, fortalecida pela comunhão de esforços que todos dedicamos, a cada dia, à superação do subdesenvolvimento económico e social. Há que unir esforços no debate internacional sobre o desenvolvimento, que queremos ver incluído na agenda internacional em posição condizente com sua importância na construção de uma nova ordem mundial, que não se realizará se persistir a tendência à marginalização de países e regiões em desenvolvimento. A coopera-

ção estreita entre nossos países é essencial para atingir esses objetivos.

Desde a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, em 3 de julho de 1978, nossos países assumiram um compromisso profundo no sentido de conjugar ações para o desenvolvimento harmónico da região. A esse respeito, não esqueçamos as palavras do saudoso Arthur Cezar Ferreira Reis, inspirador do Instituto de Pesquisa da Amazônia, que dedicou sua vida à valorização e defesa da região: «nenhum programa se efetivará com os resultados definitivos se se ignora o homem como centro».

O Tratado de Cooperação Amazônica permitiu que nossos países disponham, agora, do amplo leque de políticas e estratégias. O Tratado cumpre um importante papel de aproximação de nossos países, por meio da institucionalização e da orientação das ações comuns, que levam à cristalização de uma verdadeira consciência amazônica fundada nos princípios da soberania, da cooperação, do equilíbrio entre a proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento económico e da absoluta igualdade das Partes. É nesse mesmo espírito que estamos empenhados em conferir crescente vitalidade e agilidade ao Tratado, inclusive pelo estabelecimento de mecanismo executivo permanente em Brasília.

A cooperação na região amazônica insere-se no contexto maior da integração latino-americana. O Brasil, inclusive por imperativo constitucional, tem como prioridade da sua política externa promover a integração latino-americana. Com esse objetivo, o Brasil esteve entre os fundado-

res tanto da extinta Associação Latino-Americana de Livre Comércio, nos anos 60, quanto da sua sucessora, a Associação Latino-Americana de Integração, no início dos anos 80. A integração latino-americana é o caminho para o fortalecimento da capacidade de negociação externa do conjunto de nossa região, a partir do aprofundamento dos laços económicos e comerciais que nos unem.

Com o mesmo objetivo de impulsar a integração do conjunto da região, assinamos, o Brasil e a Argentina, o Tratado de Integração bilateral de 1988.

O Tratado de Assunção, firmado em 26 de março de 1991, pelo Brasil, pela Argentina, pelo Paraguai e pelo Uruguai representa, como seu próprio texto registra, novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da América Latina, conforme o objetivo de estabelecer gradualmente um mercado comum latino-americano.

Vem o Brasil, assim, desde meados da década passada, buscando ampliar com os vizinhos do Sul do continente americano as dimensões dos diversos mercados nacionais através de processos de integração nos planos regional, sub-regional e bilateral. E o fazemos porque acreditamos que essa integração é elemento fundamental para acelerar e generalizar os processos de desenvolvimento económico, com justiça social.

Os primeiros resultados dessa empreitada comum já se fazem claramente visíveis, por exemplo, no plano comercial; o intercâmbio com os demais países da re-

gião passou de 6,8 milhões de dólares em 1990 para 8,8 bilhões de dólares em 1991, ou cerca de mais de 30 por cento em somente um ano.

Mais notável é a situação entre os sócios do Mercado Comum do Sul: o comércio entre eles passou de 5,1 bilhões de dólares em 1992, ou cerca de mais de 40 por cento naquele curto período.

Nada permite imaginar que essas tendências se enfraquecerão no futuro. Ao contrário, a continuada abertura do mercado nacional às importações - política que será mantida sempre em benefício do consumidor brasileiro, como recentemente determinei no setor farmacêutico - oferecerá oportunidades crescentes aos produtos dos nossos vizinhos.

Foi com essa convicção que, na Reunião de Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, em Buenos Aires, em novembro último, anunciei a chamada Iniciativa Amazônica, que tive a oportunidade de apresentar formalmente aos meus colegas mandatários dos países amazônicos.

A iniciativa tem por objetivo lançar, em termos bilaterais e no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração, as bases comerciais e económicas para a ampla avenida de cooperação que poderá repetir na Amazônia o exemplo de integração que se consolida na Bacia do Prata.

Entendo que o aprofundamento das condições favoráveis ao intercâmbio comercial dos países amazônicos será um passo fundamental para a integração da América do Sul, na medida que contribuirá para articular os dois grandes sistemas

hidrográficos. A própria dinâmica do comércio nos levará inevitavelmente a diversificar e aperfeiçoar as interconexões físicas, de transportes e de comunicações entre o Prata e o Amazonas, e favorecer o fluxo de capitais, de tecnologia e de pessoas entre as duas vertentes hidrográficas maiores que identificam esta parte da América.

Julguei oportuno valer-me desta Assembleia para referir-me mais detidamente à Iniciativa Amazônica porque entendo que este Parlamento, por sua natureza precípua de foro democrático comprometido com o desenvolvimento sustentável da Amazônia, não pode deixar de conhecê-la. Com efeito, a Iniciativa é plenamente compatível com os objetivos desta Assembleia no artigo quarto de seu estatuto.

Este momento é propício para que reafirmemos o direito inalienável dos habitantes da Amazônia ao desenvolvimento social e económico, desafio que incumbe às nossas nações, e a todos os segmentos em cada uma delas, erigir em prioridade de suas políticas nacionais. Estamos unidos pelo desafio que representa o desenvolvimento sustentável desse vasto conjunto de ecossistemas sem igual no mundo e pelo imperativo de levar aos cidadãos amazônicos melhores níveis de bem-estar. Bem sabemos a importância que tem a cooperação internacional para atingir es-

ses objetivos, e a ela estamos abertos. No entanto, em que pese o grande interesse despertado pela Amazônia, essa cooperação não se tem feito disponível com a intensidade ou a qualidade desejáveis.

Estou convencido de que é chegada a hora de levantar, mais uma vez, uma bandeira comum. Construimos em nossa história a extraordinária capacidade de falar em uníssono, e não a podemos perder. Erigimos juntos uma cultura que se destaca no universo pela riqueza e variedade de seu imaginário, vivificado pelos mais diversos aportes étnicos e espelhada em uma sociedade multirracial das mais harmônicas.

Esta é a tarefa maior que temos todos os latino-americanos: o fortalecimento do nosso consenso, a reafirmação de nossa identidade própria. Somos irmãos e assim queremos continuar: livres, fortes, fraternos.

Em nome dos brasileiros, tão honrados em recebê-los, estendo a todos os participantes desta V Assembleia meus melhores e mais sinceros votos de que as decisões que aqui se alcancem contribuam para aproximar-nos ainda mais da Amazônia que almejamos, e da América Latina que construiremos, tenho fé, em liberdade e em democracia.

Muito obrigado. •

• • •

Visita Presidencial à Argentina

Discurso do Presidente Itamar Franco durante visita oficial à Argentina, em Buenos Aires, em 25 de maio de 1993

As amáveis palavras de boas-vindas de Vossa Excelência e a hospitalidade com que somos acolhidos, em Buenos Aires, refletem a cordialidade e a simpatia que surgem naturalmente entre brasileiros e argentinos, e as relações fraternas entre nossos Governos.

Sou-lhes profundamente grato, Senhor Presidente, pelo honroso convite de Vossa Excelência, que me traz de regresso à Argentina, poucos meses depois de haver participado, nesta bela capital, da VI Reunião de Cúpula do Grupo do Rio.

No grato convívio que tivemos na Cimeira do Grupo de concertação política das democracias latino-americanas e em nosso encontro, em Montevideu, durante a Cúpula do Mercosul, pude identificar em Vossa Excelência a exemplar figura do estadista que vem conduzindo os destinos de seu país com sabedoria e determinação, fazendo-se credor da justa admiração da comunidade internacional.

Sinto-me particularmente sensibilizado pela oportunidade que me foi dada de vir a Buenos Aires no dia de maior significado cívico do calendário argentino, e de comparecer, ao lado de Vossa Excelência, às cerimônias comemorativas do 25 de Maio. Esta circunstância histórica é sim-

bólica de uma união que se intensifica, a cada dia, em proveito de nossas sociedades e de nosso Continente.

Ao participar, na manhã de hoje, das solenidades na Casa Rosada, e ao caminhar até a Catedral para, juntos, render graças a Deus pelas conquistas do passado argentino e pelas realizações de seu presente, fizemos também profissão de fé na grandeza de nosso futuro comum.

Ficará para sempre gravada na memória de nossos povos a imagem da confiança e apreço recíprocos retratada neste 25 de maio de 1993, em que a Nação Argentina acolheu o Presidente do Brasil como um dos seus, como um concidadão, na celebração de sua data maior. Esteja certo Vossa Excelência de que retribuiremos com a mesma civilidade este gesto nobre, que muito nos comove, e que imprime a esta visita oficial o significado solene de uma confraternização irrevogável.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência acaba de me impor o grande colar da Ordem do Libertador San Martin. Esta insigne homenagem, que agradeço em meu nome e em nome do povo brasileiro, representa de modo emblemático o entrelaçamento entre nossas nações.

O herói da Independência, cujo nome é sempre recordado com respeito e admiração no Brasil, foi escolhido para denominar o Décimo Nono Regimento de Cavalaria Mecanizada - sediado em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul -, que receberá o nome de «Regimento San Martin», em reconhecimento ao talento e à coragem deste grande militar e estadista argentino.

Senhor Presidente,

Terei, por minha vez, o prazer de recebê-lo, dentro de poucas semanas, na cidade de Salvador, Bahia, primeira capital do Brasil. Lá, em companhia da família ampliada ibero-americana, procuraremos avançar na tarefa de implantar em nosso Continente uma ampla arquitetura integracionista.

Senhor Presidente da Nação Argentina,

Observa-se no Brasil um processo de consolidação da democracia, em que os cidadãos assumem, com crescente convicção, suas responsabilidades individuais no esforço coletivo de articulação de uma sociedade mais justa.

Meu Governo orienta o Brasil na direção do desenvolvimento com justiça social, mediante uma política de estabilização, pautada pelo rigor fiscal e por um esforço gradual de controle inflacionário, transparente e imune a decisões arbitrárias. Mantém e aprofunda o programa de desestatização, permitindo participação do capital estrangeiro - aspecto que terá, certamente, impacto positivo sobre nossa cooperação com o empresariado argentino. Lutamos, também, contra o espectro da miséria e da fome.

Associados na busca dos mesmos objetivos, Brasil e Argentina redescobrem sua identidade mais profunda no processo irreversível da integração, a via natural e segura para o bem-estar de nossos povos.

Situados em uma das regiões mais pacíficas do mundo, argentinos e brasileiros têm sabido trabalhar sobre a folha limpa de uma História que não legou nódoas nem ressentimentos.

Os andaimes da nossa construção já foram erguidos. Os acordos que assinaremos no decorrer de minha visita, em áreas de sensibilidade e atualidade, levam-nos adiante e aperfeiçoam nossa cooperação.

Senhor Presidente,

Os esforços conjuntos de aproximação empreendidos por Brasil e Argentina já produziram resultados notáveis. Haverá poucos exemplos de evolução tão rápida e segura de um relacionamento bilateral como o nosso, que se consolida em patamares cada vez mais elevados de aproximação e entendimento.

No cenário mundial abrem-se novas oportunidades de atuação. Hoje, sabemos que a permeabilidade em nossas relações e sua previsibilidade favorecem a projeção internacional dos dois países.

Esse quadro está solidamente assentado no campo econômico e comercial, que manifesta, hoje, um dinamismo sem precedentes na América Latina, havendo nosso intercâmbio bilateral alcançado, em 1992, cifra superior a 4 bilhões de dólares.

O nível de entrosamento a que chegamos tem suas raízes no Tratado de Assun-

ção, que reúne, além de nossos dois países, o Paraguai e o Uruguai.

Alguns de nossos interesses requerem cuidadosa harmonização. Estou certo, contudo, de que as dificuldades conjunturais ou setoriais que venhamos a enfrentar serão sempre vencidas com as forças do diálogo e da vontade política.

Senhor Presidente,

No momento em que os esquemas regionais de concertação política e integração económica passam a desempenhar papel crescente na definição dos rumos nas relações internacionais, nas decisões sobre destinos de investimento, e na produção das empresas, o espaço comum sul-americano adquire nova importância e um potencial que nos cumpre valorizar.

Já tive oportunidade de afirmar nesta mesma cidade de Buenos Aires, em dezembro passado, durante a última Cúpula do Grupo do Rio: «Nossa região não é apenas um grande espaço económico, mas também - e sobretudo - um espaço democrático onde povos encontram sua identidade numa cultura própria, de valor universal».

Senhoras e Senhores,

Ao saudar a Argentina no seu grande dia cívico, falo por um país irmão, vizinho, companheiro, para dizer a toda a Nação argentina que prosseguiremos com o grande desenho da integração. Uma integração sensível a todos os nossos interesses e, principalmente, exemplar em sua visão de um futuro de prosperidade e de paz.

Muito obrigado.

•

• • •

Presidente Itamar Franco na Assembleia Geral do Uruguai

Discurso do Presidente Itamar Franco por ocasião da sessão solene da Assembleia Geral do Uruguai, em Montevideu, em 27 de maio de 1993

Os parlamentos são as mais antigas e as mais legítimas instituições do Estado. Nesta Assembleia Geral saúdo o grande povo do Uruguai, que aqui se representa, com o seu justo orgulho pela forma de ver o mundo e nele fazer a sua Pátria. Aqui a vontade dos uruguaios se torna lei, e com esta lei faz a sua História.

Graças, em grande medida, à ação de parlamentares, uma realidade se sobressai na História contemporânea de nossa região: a democracia, duramente reconquistada e corajosamente defendida na América Latina, e que encontra a plenitude de sua expressão nos trabalhos desenvolvidos por esta Assembleia Geral.

Senhoras e Senhores,

Trago-lhes a palavra de um Brasil que soube, através do pleno exercício da democracia, com a força das suas instituições, a determinação de seu povo, e a sinceridade dos seus propósitos políticos, sobrepor-se à grave crise que viveu no passado recente.

Hoje, posso falar-lhes de nosso projeto democrático revigorado pela mobilização da sociedade brasileira em torno

de objetivos fundamentais: a retomada do crescimento, o desenvolvimento com justiça social, o combate à inflação sem choques arbitrários, o honrado exercício das funções públicas em nome do interesse do povo.

A normalização das relações com a comunidade financeira internacional chega à sua fase conclusiva, e já nos permite antever uma nova era de cooperação econômica com o mundo industrializado. No plano comercial, prosseguimos com nossa Política de abertura, persuadidos de que agirá como estímulo à nossa produtividade e terá efeito benéfico sobre o conjunto de nossa ação internacional.

É com grande satisfação que vejo intensificarem-se os contatos entre parlamentares latino-americanos, seja no Parlatino, no Parlamento Amazônico, ou na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. O Poder Legislativo passou a ser parceiro do Executivo na administração pública e a compartilhar a responsabilidade pela ação governamental.

O aprimoramento dos mecanismos de consulta e concertação das democracias latino-americanas vem contribuindo, ade-

mais, para a projeção internacional da região. O Grupo do Rio deve ser mencionado, neste contexto, por ser interlocutor ativo e plenamente reconhecido no cenário internacional.

Sob a égide da democracia expandiram-se os horizontes de entendimento e de convergência entre o Brasil e o Uruguai. As relações bilaterais evoluem, presentemente, seguindo caminhos auspiciosos, em áreas que vão da cooperação fronteiriça ao intercâmbio comercial, da consulta política à cooperação cultural, científica e tecnológica.

Senhores Parlamentares,

Sucedem-se, com intensidade cada vez maior, os encontros e as visitas de Chefes de Estado e de autoridades de diferentes níveis e setores, não só do Poder Executivo, como do Legislativo e do Judiciário. Esses contatos são igualmente numerosos nas esferas de administração regional.

A integração regional figura com proeminência entre os objetivos da política externa brasileira, preceito que se encontra consignado em nossa Constituição nos seguintes termos: «A República Federativa do Brasil buscará a integração económica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações».

Com o Mercosul engajamo-nos, juntamente com a Argentina e o Paraguai, em um projeto de integração posto a serviço da ampliação da escala de nossas economias.

Se é verdade que as nossas metas são ambiciosas e os prazos propostos requerem uma grande agilidade negociadora, é também certo que já alcançamos o nível de confiabilidade e de entendimento que nos levará aos objetivos traçados.

Nos países do Mercosul está a metade do produto da América Latina. A área é também servida por moderna infra-estrutura, própria à circulação de bens e serviços. Essa rede de transporte se amplia com obras como as da hidrovía Paraguai-Paraná e do Eixo Rodoviário que unirá o Brasil ao Uruguai e à Argentina.

A integração progressiva de nossos países alterará a paisagem económica e o meio em que se movem os agentes produtivos. Esta participação integrada no comércio internacional aumentará nosso poder de barganha no benefício comum.

Senhores Membros da Assembleia Geral,

Em julho próximo, a cidade de Salvador da Bahia sediará a Terceira Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Esperamos ser mais uma vez honrados com a valiosa presença do Excelentíssimo Senhor Presidente Luís Alberto Lacalle, que tem sabido conquistar a amizade e despertar a admiração dos brasileiros.

O Uruguai foi o primeiro país da América Latina a utilizar o Estado como instrumento moderno de distribuição da renda nacional. A sua política de educação e de previdência social, adotada nas primeiras décadas do século, e alicerçada na defesa de seus interesses económicos no mundo,

propiciou ao seu povo elevados padrões de bem-estar.

As dificuldades posteriores, ditadas pela ordem económica internacional, impostas pelo confronto das grandes potências, atingiram todos os nossos países, mas não conseguiram alquebrar no povo uruguaio seu sentimento essencial de solidariedade.

Senhor Presidente,

Senhores Parlamentares,

Um nome, entre tantos os que construíram esta Nação, conduz as minhas reflexões quando penso em nosso Continente: o de José Artigas. Ao propor, com sua visão de América, a federação meridional, Artigas sentiu que o nosso destino, para ser realmente livre, teria de ser comum. Homem destes campos abertos, ele via as fronteiras como acidentes políticos, que a política poderia apagar um dia, quando todos compartilhassem aquele sentimento que o animava, o de que a pátria dos homens é o mundo, desde que nele todos os homens se sintam livres.

Artiga era o instinto, a bravura do gaúcho, a força da espada e do laço, a herança

charrua do domínio de pampas e coxilhas, a certeza de que o homem transfere às armas, no combate, a sua própria honra. Sinto-me à vontade para dar o meu testemunho de apreço a Artigas.

Artigas era gaúcho, como os nossos gaúchos. Nestes campos sem fim, os marcos podem separar os Estados, mas não separam aqueles fortes propósitos que, para se afirmar, devem recorrer, tantas vezes, à luta. Artigas era da mesma estirpe de Bento Gonçalves e Davi Canabarro, filho nestes amplos horizontes nos quais os ventos carregam os avisos da liberdade.

Senhores Parlamentares,

A oportunidade que o destino nos proporciona de visitar o Uruguai e esta Casa de democracia nos remete à saga da ocupação deste enorme Continente, para reafirmar em nossas mentes e em nossos corações o grande saldo espiritual legado pelos nossos antepassados: somos irmãos e assim queremos continuar, livres, fortes e fraternos.

Muito obrigado.

*Discurso do Presidente Itamar Franco em sessão solene realizada
em sua homenagem pela Suprema Corte de Justiça do Uruguai,
em Montevidéu, em 28 de maio de 1993*

Constitui para mim motivo de elevada honra ser recebido nesta sessão solene pelos Senhores Ministros da Suprema Corte de Justiça da República Oriental do Uruguai.

Interpreto esta acolhida fraterna que me fazem os ilustres magistrados da mais alta Corte de Justiça do Uruguai como uma homenagem ao povo brasileiro, com a qual reafirmam a tradicional e inabalável

amizade entre o Brasil e o Uruguai, países irmãos unidos por fortes vínculos históricos, culturais e religiosos, e pela mesma herança ibérica.

Nossos dois países estão também ligados pelo respeito absoluto à independência e à autonomia do Poder Judiciário, como requisito indispensável para a consolidação e o fortalecimento da democracia e das liberdades públicas.

Não poderia nesta ocasião deixar de lembrar as iniciativas pioneiras do Uruguai, nos primórdios deste século, no campo do direito do trabalho, da previdência social, dos direitos da mulher, do direito da família e em muitos outros aspectos que criaram neste país uma das sociedades mais modernas, tolerantes e criativas.

O forte apego à ordem jurídica está na própria base da existência e da independência do Uruguai. O culto do Direito, praticado internamente neste país, é disseminado pela influência dos juristas uruguaios.

Esta ocasião é, assim, propícia para evocar a brilhante tradição jurídica uruguaia. Diversos bacharéis brasileiros tiveram a enriquecedora experiência de percorrer com imenso proveito, em seus cursos de graduação, as páginas eruditas de autoria de renomados juristas orientais. Ao visitar esta egrégia Corte, guardiã maior da Carta Constitucional do Uruguai, presto reverência aos seus mestres consagrados, que levaram o país à posição de

merecida proeminência no cenário jurídico internacional.

Senhor Presidente,

A aguda crise política que viveu recentemente o Brasil foi superada dentro da estrita observância dos preceitos constitucionais, o que, além de evidenciar o grau de amadurecimento da democracia e da sociedade brasileira, representa vivo testemunho do papel desempenhado por uma Justiça independente e ágil. O Estado de Direito é o alicerce fundamental dos regimes democráticos.

A paz e a ordem social repousam sobre uma correta administração da justiça. A Corte que Vossa Excelência preside representa a garantia fidedigna dos direitos da cidadania. Essa missão é intransferível e constitui a expressão mais genuína da consciência cívica da nação oriental.

O futuro de nossos países e o êxito dos esforços que brasileiros e uruguaios empreendem, a fim de ampliar os já intensos laços de amizade e de cooperação, deverão continuar a sustentar-se sobre os princípios sólidos e sobre os valores do Direito consagrados pela História. Uma ininterrupta conquista da liberdade, respaldada pela ordem jurídica, é a melhor chave para prosseguir com segurança no caminho da integração regional e para oferecer melhores condições de vida e de bem-estar a nossos povos.

Muito obrigado.

• • •

Presidente Itamar Franco visita a Associação Latino-Americana de Integração

Discurso do Presidente Itamar Franco por ocasião de sua visita à sede da Associação Latino-Americana de Integração, em Montevideu, em 29 de maio de 1993

É com justificado contentamento que compareço a este foro onde nossos países tecem, em conjunto, a resistente malha do mais importante projeto latino-americano: o da integração.

Venho a Montevideu em momento de importantes acontecimentos no Brasil. Há algumas semanas, anunciei o plano de ação de meu Governo, as linhas mestras que balizarão os esforços de reforma e aperfeiçoamento do Estado, da economia e da sociedade, com vistas a retomar o processo de desenvolvimento do Brasil, em bases justas democráticas e eqüitativas.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

No plano de ação governamental que submeti à opinião pública, julguei necessário combinar o indispensável combate à inflação com estímulos seletivos ao crescimento económico.

Convencido de que o grande desafio que a sociedade brasileira enfrenta é o da conquista da eqüidade, procurei reorientar

um programa que descurara as carências dos menos favorecidos, na direção de um desenvolvimento com ênfase na justiça social e no combate à fome e à miséria.

Estão nitidamente estabelecidos os parâmetros que guiarão o Brasil durante meu mandato presidencial. Mais adiante, os rumos recentemente adotados ensejarão a emergência de uma nova realidade que - estou convicto - permitirá a gradual correção das flagrantes disparidades distributivas, o aumento do investimento produtivo e a ampliação do consumo popular.

A dimensão latino-americana da política externa brasileira inclui obrigatoriamente o projeto que se desenvolve nesta Organização: o da progressiva integração económica da região sob a égide do Tratado de Montevideu e dos trabalhos empreendidos neste foro.

Aprendemos os onze sócios, em exercício conjunto e exemplar, a reconhecer nossas potencialidades e a aumentar nossa capacidade de atuação regional e internacional.

Sem desobedecer aos princípios do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, e graças à visão pragmática e à inteligência daqueles que conceberam o Tratado de Montevideu, temos sido capazes de criar uma área de preferências económicas, celebrar acordos regionais, multiplicar acordos parciais, e implementar processos de integração sub-regionais. Demos, com todas essas iniciativas corajosas e oportunas, nova feição à economia latino-americana.

A agenda integracionista tem sido enriquecida, em seu conjunto, pelos aportes conceituais relacionados aos objetivos do desenvolvimento sustentável e à preservação do meio ambiente.

Áreas de competência que expandem o raio de atuação da Aladi e favorecem a inserção da região na economia mundial incluem ciência e tecnologia, serviços e propriedade intelectual, além do terreno cultural.

Senhoras e Senhores,

São eloqüentes os dados que demonstram o êxito da integração:

Em 1991, o comércio entre nossos países alcançou 15 bilhões de dólares, ou seja, o dobro do valor observado seis anos antes.

Em 1992, o intercâmbio entre os países-membros da Aladi dobrou novamente, alcançando a cifra de 31 bilhões de dólares.

Nestes últimos seis anos, as exportações da Aladi para todos os mercados cresceram 30%, ultrapassando os 100 bilhões de dólares, enquanto o valor global do

comércio da região com seus parceiros chegou a 200 bilhões de dólares.

No caso específico do Brasil, as cifras ilustram, por si mesmas, a importância e a prioridade que atribuímos ao comércio com os países-membros da Associação para complementar o abastecimento do mercado brasileiro.

O Brasil é, hoje, o mercado regional que mais absorve produtos dos demais países-membros da Associação. Além disso, temos consciência do significado que tem a Aladi para as nossas exportações, principalmente do ponto de vista do valor agregado das mercadorias exportadas. Em 1992, mais de 80 por cento do que vendemos na região foram produtos manufaturados; enquanto para o resto do mundo, no mesmo ano, essa produção não alcançava 42 por cento.

Tendo em conta esse quadro promissor para o futuro da integração regional, julguei oportuno lançar a Iniciativa Amazônica, em dezembro passado, nesta mesma Montevideu.

Em sua essência, a Iniciativa Amazônica busca intensificar as relações do Brasil com cada um dos parceiros na Bacia Amazônica, mediante a negociação de acordos de complementação económica bilaterais, sob a égide do Tratado de Montevideu de 1980. A mais longo prazo, seguramente facilitará a meta final desta Associação: o estabelecimento do Mercado Comum da América Latina.

Senhoras e Senhores,

Temos acompanhado com atenção o processo de negociação do Nafta, ao qual

auguramos votos de pleno êxito. O Brasil confia em que os integrantes do Nafta saberão valorizar as parcerias construídas no Hemisfério em torno das aspirações e interesses comuns. Desejamos que aquela experiência, em muitos aspectos pioneira, aponte na direção de uma interdependência hemisférica mais madura e mutuamente benéfica.

Fortalecer nosso consenso, consolidar o imperativo da democracia, explorar os limites de nossa potencialidade para dar a todos os nossos cidadãos uma perspectiva de vida melhor, no pleno exercício das

liberdades individuais, são os grandes desafios que devemos enfrentar unidos neste fim de século.

Com a certeza de que a via da integração é a garantia de nosso melhor futuro; e com o orgulho de pertencer a um foro que se apresenta como um virtual parlamento da integração latino-americana, quero, ao encerrar esta intervenção, reafirmar o compromisso inabalável do Brasil com os objetivos da Aladi, e assegurar a cada um de nossos parceiros a nossa determinação em levá-los a bom termo.

Muito obrigado.

•

• • •

Visita do Primeiro Vice-Primeiro-Ministro da China ao Brasil

Discurso do Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, em almoço oferecido ao Primeiro Vice-Primeiro-Ministro da República Popular da China, Zhu Rongfi, no Palácio Itamaraty, em 1º de junho de 1993

Penhor Vice-Primeiro-Ministro,

Em nome do Governo brasileiro, dou as boas-vindas a Vossa Excelência e à sua ilustre comitiva.

A presença de Vossa Excelência entre nós, para uma extensa visita ao Brasil, é motivo de especial satisfação para o Governo brasileiro. Vossa Excelência certamente levará impressões muito positivas sobre o Brasil que está conhecendo e sobre o muito que as nossas relações com a República Popular da China podem ainda avançar.

O grande esforço de Vossa Excelência para cumprir uma programação abrangente e extensa, que contempla contatos variados nas esferas governamental e privada, é sem dúvida reflexo da elevada prioridade que o Governo chinês confere ao Brasil. Estou certo de que a visita de Vossa Excelência marcará etapa ainda mais frutífera das relações entre nossos países, cuja

importância se vê refletida no grande número de encontros de alto nível e na promissora relação de empreendimentos conjuntos que vêm ampliando de forma expressiva a cooperação bilateral.

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

O visível progresso nas relações entre o Brasil e a China, de que é reflexo a visita de Vossa Excelência, se dá em etapa de particular importância nas relações internacionais. O fim da bipolaridade tornou mais remota a ameaça nuclear e reafirmou as promessas de paz e segurança no mundo.

O cenário internacional está hoje dominando não mais pela confrontação estratégica entre blocos opostos, mas pela competição econômica, tecnológica e comercial. Um campo promissor se abre para a cooperação internacional, ao mesmo tempo em que a globalização dos mercados exige dos países novos esfor-

ços para enfrentar os desafios da competitividade e da busca de progresso social e económico.

Nesse novo contexto, a cooperação entre países como o Brasil e a China, em suas várias formas, adquire novo sentido.

Nossos países cumpriram nas últimas décadas trajetórias de importantes conquistas. O Brasil, em espaço de tempo relativamente curto, deixou de ser uma economia eminentemente agrária para tornar-se uma economia industrializada, a nona na escala global, com elevado grau de complexidade e uma dinâmica e equilibrada inserção internacional. No presente, enfrentamos o desafio de aprofundar importantes ajustes económicos, preparando o país para nova etapa de desenvolvimento e uma inserção internacional mais competitiva. Procedemos a uma ampla reforma do Estado, para torná-lo mais ágil e eficaz no cumprimento de suas tarefas básicas. Os profundos ajustes económicos, da área fiscal à política comercial, começam a produzir resultados positivos, que vêm sendo bem recebidos pelos agentes económicos e pelos investidores internacionais.

Com esse projeto em curso, não poderíamos deixar de olhar com admiração e respeito a profunda transformação económica em curso na China, hoje a terceira economia mundial, em continuado e acelerado crescimento. A experiência chinesa e os novos padrões de inserção internacional da sua economia são hoje um fato económico e político de primeira grandeza

no universo das relações internacionais pós-Guerra Fria.

Senhor Vice-Primeiro Ministro,

O relacionamento entre o Brasil e a China só poderia beneficiar-se das alterações que projetam um novo perfil de nossos países no cenário internacional.

Temos avançado muito. Estamos longe, porém, de ter explorado e desenvolvido plenamente o enorme potencial de nossas economias em expansão.

Em 1992, o comércio bilateral iniciou franca recuperação, que deverá ser mantida no corrente exercício. Alcançamos, também, novo entendimento para assegurar o encaminhamento do projeto conjunto para a construção de satélites de monitoramento de recursos da terra. Celebramos, por ocasião da visita do Chanceler Qian Qichen, novo acordo, disciplinando a cooperação no setor de hidreletricidade, que deverá abrir nova e ampla avenida de cooperação entre nossos países, através da associação de empresas brasileiras e chinesas.

Estamos certos, Excelência, que a auspiciosa visita de Vossa Excelência contribuirá de modo muito especial para aperfeiçoar e aprofundar este relacionamento, que exhibe renovado dinamismo.

Esperamos também que a visita de Vossa Excelência seja seguida, em breve, pela troca de missões empresariais e técnicas e que seja também seguida pelas reuniões dos mecanismos conjuntos de consultas bilaterais e de cooperação nas áreas

econômico-comercial, de ciência e tecnologia, cultural e política.

Com este espírito de amizade e de otimismo, convido a todos os presentes a que me acompanhem em um brinde à saúde do

Vice-Primeiro-Ministro Zhu Rongji, à prosperidade dos nossos povos e ao futuro promissor das relações entre o Brasil e a China,

Muito obrigado.

• • •

Reunião de Chanceleres sobre a situação da Guatemala

Intervenção do Ministro, interino, das Relações Exteriores, durante a reunião ad hoc de Ministros das Relações Exteriores dos Estados-membros da OEA sobre a situação política na Guatemala, em 4 de junho de 1993



Senhor Presidente,

Desejo saudar, em nome do Governo e do povo brasileiros, o povo da Guatemala pelo encaminhamento pacífico e maduro da solução da crise político-institucional que se iniciou no dia 25 de maio último, com as medidas extraconstitucionais adotadas pelo ex-Presidente Serrano.

2. O fato de que tenhamos aqui hoje, entre nós, uma delegação que representa um Governo guatemalteco legalmente constituído, é testemunha eloqüente da consciência democrática do povo da Guatemala e de sua forma de decisão de manter o seu país afastado de aventureirismos autoritários que pretendem substituir-se à legítima expressão da vontade popular.

3. É para todos nós altamente gratificante que a OEA tenha sido capaz de prestar uma colaboração pronta e eficaz no processo de restabelecimento de uma democracia representativa na Guatemala. A pronta convocação da Reunião de Chanceleres, que se realizou no dia 3 último, em Washington, a missão de observação en-

cabeçada pelo Secretário-Geral e que teve a participação dos Senhores Chanceleres de Barbados, Nicarágua e Uruguai, e a segunda missão, sábado último, em companhia do Senhor Chanceler do Equador, representaram, de forma eloqüente, o apoio da comunidade hemisférica à democracia e ao povo da Guatemala.

4. Somada aos esforços desenvolvidos pelos Presidentes dos países centro-americanos, a solidariedade unânime dos Estados americanos em favor da democracia representativa na Guatemala representou, sem dúvida, elemento decisivo na luta do povo guatemalteco pela recuperação do pleno exercício de seus direitos civis e políticos e pela plena vigência do estado de direito.

5. Agradecemos, assim, a ação do Senhor Secretário-Geral, que, mais uma vez, de forma independente e imparcial, desempenhou importante papel no encaminhamento da solução para uma crise político-institucional em um Estado da região.

***Discurso proferido pelo Representante do Brasil junto à OEA,
Embaixador Bernardo Pericás Neto, por ocasião da Reunião ad hoc
de Ministros das Relações Exteriores sobre a situação na Guatemala,
em 4 de junho de 1993***

Senhor Presidente,

Senhores Chanceleres,

Senhor Secretário-Geral,

Senhores Delegados,

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande preocupação, dos acontecimentos ocorridos na Guatemala em 25 de maio último. O Presidente Itamar Franco, que se encontrava em visita oficial à Argentina, expressou em nota conjunta com o Presidente Carlos Menem sua mais enérgica condenação às medidas de exceção adotadas naquele país centro-americano.

2. A ruptura da ordem constitucional na Guatemala representa grave ameaça para a democracia no hemisfério e, em especial, na sub-região centro-americana. Por suas implicações concretas ou potenciais, merece detida consideração pelos Estados membros da Organização dos Estados Americanos.

3. Ao suspender a vigência da Constituição, fechar o Congresso, interferir na Suprema Corte e na Corte Constitucional, bem como restringir os direitos e garantias individuais, o Presidente Serrano colocou em questão a possibilidade de a sociedade guatemalteca chegar, por meio do diálogo, compreensão e conciliação, a uma saída para as dificuldades internas do país que preservasse o Estado de Direito.

4. Estamos todos plenamente conscientes de que tais eventos representam sintomas de uma crise mais ampla e profunda das instituições democráticas, que encontra suas raízes em causas históricas, econômicas e sociais. A democracia não se limita ao exercício do direito de votar e ser votado, à escolha dos governantes pelos governados. Ela requer também a participação efetiva da sociedade na gestão política e a plena inserção de todos no processo de desenvolvimento econômico e social. Compreendemos plenamente, portanto, as vicissitudes enfrentadas pelo povo e Governo da Guatemala. No entanto, se é verdade que a consolidação da democracia passa pela resolução de graves problemas estruturais, não é menos correto que a preservação das instituições representa condição indispensável para a permanência e o aprimoramento de regimes abertos e participativos. Apenas pela vigência das franquias democráticas, materializada pela divisão e equilíbrio de poderes, pela observância dos preceitos constitucionais e pela garantia dos direitos e deveres do cidadão, é que se legitima o exercício do poder político.

Senhor Presidente,

5. Desejo mencionar o importante papel desempenhado pela OEA no processo de busca de uma solução para esta crise. Sua participação vem contribuindo decisivamente para o encaminhamento da questão e reforçou a solidariedade hemisférica.

Destaco, muito especialmente a missão do Secretário-Geral em companhia dos Chanceleres de Barbados, Nicarágua e Uruguai em cumprimento à resolução do Conselho Permanente.

6. Quero registrar, também, o papel dos Presidentes centro-americanos que imediatamente se reuniram em busca de uma pronta solução ao impasse político surgido na Guatemala.

7. Tendo presente a evolução daqueles acontecimentos e o empenho com que os diversos setores da sociedade guatemalteca estão buscando uma solução pacífica e própria, o Governo brasileiro participa desta reunião com o ânimo de poder contribuir para o pronto equacionamento da questão, através de uma manifestação clara e solidária desta Organização de reafirmação dos valores da democracia representativa e de apoio aos esforços internos dos próprios guatemaltecos.

8. O Brasil está seguro de que o povo e o Governo da Guatemala saberão superar o difícil momento que vivem. Por mais vigorosa que seja a sua ação, a OEA não

pode nem deve substituir-se às instituições dos Estados membros. Seu papel é estender apoio e favorecer estímulos aos Estados membros para que estes encontrem saídas para as dificuldades que possam ter no caminho da democracia e da sua consolidação.

9. Esperamos que se restaure completamente o funcionamento das instituições políticas e que se adotem todas as medidas necessárias à plena vigência dos direitos humanos na Guatemala. O Brasil apoia os esforços da OEA, através inclusive da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no sentido de colaborar com as autoridades guatemaltecas na proteção e defesa dos direitos humanos e restauração total das liberdades públicas.

10.0 Brasil considera igualmente importante que o Secretário-Geral continue a prestar os seus serviços e a oferecer a colaboração da Organização com o objetivo de apoiar a Guatemala na tarefa de assegurar a normalidade democrática e a vigência plena do Estado de Direito. •

• • •

Reunião de Chanceleres sobre a situação no Haiti

Intervenção do Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Reunião ad hoc de Ministros das Relações Exteriores da OEA sobre a situação no Haiti, realizada dia 6 de junho de 1993, em Manágua

Senhor Presidente,

Acabamos de ouvir a palavra do Presidente Jean Bertrand Aristide. Uma vez mais ficou evidenciada a firmeza de seus propósitos e o seu indeclinável compromisso com o futuro do seu povo e os destinos da Nação haitiana.

O Brasil vem participando desde o início das atividades que, no âmbito da Organização dos Estados Americanos, os países deste Hemisfério vêm promovendo, em forma solidária, na busca de uma solução para a crise no Haiti.

Continuamos convencidos do mérito dessa proposta, que obedece a alguns parâmetros claros:

1. O absoluto respeito aos desejos e intenções manifestadas pelo Governo do Presidente Jean Bertrand Aristide, por todos nós reconhecido;
2. A natureza pacífica e o propósito positivo das diversas medidas que adotamos em reuniões anteriores;
3. O papel de nossa Organização, agora com o apoio do sistema das Nações Uni-

das, de promotor e facilitador de um consenso mínimo entre os diferentes setores da sociedade haitiana; e, sobretudo,

4. A preocupação contínua pelo respeito da vontade soberana e pela promoção do bem estar do povo do Haiti.

Sabíamos, desde o início, que seriam inúmeros os percalços nesse caminho. O fato de que, após mais de dois anos, ainda nos defrontemos com esse tema revela, em forma dramática, quão complexa é a tarefa a que nos avocamos.

O Brasil continua comprometido com essa causa e plenamente disposto a apoiar o desenvolvimento de mecanismos que propiciem a efetiva implementação das medidas já adotadas pela reunião de Chanceleres, e mesmo a considerar eventuais novas medidas que se ajustem, no espírito e na forma, aos parâmetros que têm orientado a atuação dos Estados membros da OEA. Em particular, reiteramos nossa convicção de que é necessário que a missão especial criada pelo Conselho para a verificação do embargo tenha pleno funcionamento. A delegação permanente do

Brasil junto à OEA, através do Embaixador Bernardo Pericás, vem postulando uma atuação vigorosa dessa Comissão e é com satisfação que registramos a existência de um sentimento geral de que precisamos agir assim.

Queria também, Senhor Presidente, registrar o papel extremamente positivo que o Chanceler da Bolívia, Doutor Ronald MacLean, vem desenvolvendo na Presidência dessa Reunião *ad hoc* de Ministros das Relações Exteriores.

Por, fim, Senhor Presidente, nunca seria excessivo reiterar a confiança que depositamos na figura de nosso Secretário-Geral, incansável em seus esforços, fiel à causa do povo haitiano e invariavelmente comprometido com a promoção e defesa dos regimes democráticos em nosso Hemisfério.

Sob sua orientação e judicioso conselho, o seu representante pessoal, Doutor Dante Caputo, que acaba de nos prestar valioso relato dos últimos desdobramentos das negociações em curso, deve insistir, com a tenacidade que lhe é característica, em uma solução que atenda não só os legítimos anseios do povo haitiano, mas também reafirme os propósitos e princípios da OEA, tal como consagrados em nossa Carta.

Trago, portanto, uma palavra de alento. O Brasil continua a crer que a busca de uma solução negociada é ainda a melhor forma de afiançar um futuro mais justo e equitativo para a Nação amiga do Haiti. Nesse esforço, a Organização dos Estados Americanos tem função assegurada. •

• • •

XXIII Período de Sessões da Assembleia Geral da OEA

*Discurso do Ministro de Estado, interino,
das Relações Exteriores, Embaixador Luiz
Felipe Lampreia, no XXIII Período de Ses-
sões da Assembleia Geral da Organização
dos Estados Americanos, em Manágua, aos
7 de junho de 1993*

Senhor Presidente,

Desejo, inicialmente, congratular-me com Vossa Excelência por sua eleição para presidir este XXIII Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA.

2. A Delegação do Brasil tem a convicção de que, sob sua orientação e nesta hospitaleira Manágua, poderemos desenvolver trabalho frutífero, que nos permitirá avançar no tratamento de temas de alta relevância para os países aqui representados.

3. Examinaremos, entre outros, o tema fundamental da segurança hemisférica em seu contexto amplo. Trataremos da promoção, fortalecimento e consolidação da democracia no continente e do progresso económico e social dos países americanos. Estes temas - segurança, democracia e desenvolvimento - se acham estreitamente vinculados e dizem respeito à questão central da dignidade do homem e do respeito aos seus direitos fundamentais.

4. A Organização dos Estados Americanos, desde a sua criação, tem persistido no

desempenho da sua missão histórica de oferecer ao homem uma terra de liberdade e um âmbito favorável para o desenvolvimento de sua personalidade e a realização de suas justas aspirações. Sob a direção firme e serena do Secretário-Geral, João Clemente Baena Soares, a Organização tem ganho significativo alento e buscado renovar-se, de conformidade com os propósitos e princípios consagrados na sua Carta.

5. Desde a Assembleia Geral de Nassau, vários passos significativos foram dados na consecução dos objetivos que se propôs a OEA.

6. Recordo a realização em Washington, em dezembro de 1992, de Período Extraordinário de Sessões desta Assembleia, dedicado à reforma da Carta da Organização. Naquela ocasião, se adotou emenda que possibilita à OEA suspender do exercício de direito de participação nas suas atividades governos de Estados membros onde vierem a ocorrer fatos que interrompam pela força o funcionamento do estado democrático. Assinou-se, então, o «Proto-

colo de Washington», no qual se procurou manter o indispensável equilíbrio entre o propósito de promover e consolidar a democracia representativa e os princípios do Direito Internacional, que nos obrigamos a respeitar como membros da OEA e das Nações Unidas. A inclusão de cláusula de suspensão na Carta refletiu, muito claramente, a preocupação em não afetar o compromisso que todos temos com o respeito à vontade soberana dos Estados e ao princípio da não-intervenção. A moldura jurídica em que se move a OEA reflete um necessário e delicado balanceamento entre a defesa da democracia e o pleno respeito à personalidade dos Estados. É esta moldura que permitirá traçar caminho seguro a percorrer neste campo.

7. A emenda foi reforçada, por outro lado, pelo fato de neste empreendimento de reforma da Carta ter sido incluída a noção sociedades e põe em risco o próprio processo democrático. Com efeito, a democracia requer um horizonte de aspirações comuns no rumo da melhoria progressiva dos níveis de vida de nossos povos. Defender a democracia significa, como consagrado no «Protocolo de Washington», não só repudiar a violação da ordem constitucional, mas também zelar pela saúde socioeconômica de nossas nações. A preocupação com a justiça social não se pode dissociar da manutenção e da consolidação do Estado democrático, que deve ter por centro o indivíduo, sua liberdade, seu bem-estar, sua segurança.

8. Temos diante de nós a renitência que caracteriza a situação no Haiti, onde persiste um quadro de ilegitimidade institu-

cional, insegurança social e desproteção dos direitos humanos. O Brasil tem apoiado as resoluções adotadas pelos Chanceleres das Américas a respeito da crise haitiana, inclusive, e em toda a sua plenitude, o embargo comercial ao Haiti, implementado por meio do decreto do Governo brasileiro, que torna obrigatório o seu cumprimento.

9. Respaldamos também as recentes decisões por nós tomadas aqui em Manágua, com a esperança e o propósito de que nossa ação conjunta possibilite a pronta restauração do Governo democrático no Haiti.

10. Preocupou-nos, por outro lado, a interrupção do processo democrático na Guatemala. Ao se associar ao consenso interamericano em deplorar os acontecimentos de 25 de maio último e em tomar as medidas que nos faculta a Carta da OEA, o Brasil formulou seus votos de que a normalidade democrática fosse prontamente restabelecida de forma pacífica naquela nação amiga.

11. As notícias procedentes da Guatemala, que apontam para a normalização constitucional do país, nos permitem agora registrar, com satisfação, a eficaz e pronta ação da Organização enquanto instrumento confiável a serviço dos princípios estabelecidos na Carta.

12. Em particular, desejo destacar o relevante papel desempenhado pelo Secretário-Geral, que, à frente de missão desta Organização, integrada pelos Chanceleres de Barbados, Nicarágua e Uruguai, pôde contribuir positiva e decisivamente no en-

caminhamento da crise política que se instalara no país.

13. Igualmente, deixo registro especial - e o reconhecimento do Governo brasileiro - dos esforços dos Presidentes centro-americanos, que tiveram também importante participação na busca de uma solução para a crise política na Guatemala.

14. Tema central em nossa agenda é o da cooperação para a segurança hemisférica. Foi aprovada, em Nassau, resolução sobre a matéria copatrocinada pelo Brasil, que tratou também, numa clara compreensão da abrangência da questão, dos aspectos não-militares da segurança, incorporando as preocupações sobre o desenvolvimento económico e social como base indispensável para que se possa atingir uma verdadeira segurança hemisférica.

15. A democracia e a segurança se apoiam, para serem estáveis e duradouras, sobre o desenvolvimento económico e sobre justiça social, e estes florescem em condições de respeito à vontade da cidadania.

16. Com o fim da confrontação que dominava o cenário internacional no período da Guerra Fria, afirmam-se universalmente os valores da democracia e esmaece a ameaça de uma conflagração militar de grandes proporções. Paradoxalmente, em momento, pois, em que as atenções e recursos globais estariam liberados para as tarefas de paz e da construção de sociedades material e espiritualmente vigorosas, vemos arrefecer o grande debate internacional sobre as questões do desenvolvimento.

17. A prudência, o bom-senso e a visão do futuro indicam claramente, no entanto, que as questões da conservação ambiental, da prevenção e da repressão do tráfico de drogas e da proteção dos direitos humanos não podem ser tratadas fora do contexto do desenvolvimento económico e social das nações.

18. Aquelas questões, por sua visibilidade e inegável importância, merecem ser tratadas em profundidade e não podem ser corretamente equacionadas se não se levar em conta as disparidades económicas e sociais que marcam as sociedades de nossos países.

19. Permanecem, assim, mais urgentes do que nunca numerosos problemas que atingem diretamente os Estados membros da Organização. A um quadro negativo que afeta, de um modo geral, as relações comerciais de nossos países somam-se a reduzida taxa de crescimento dos países industrializados e os esquemas restritivos a transferência de tecnologia e conhecimento justamente quando a nova estrutura de produção vem-se apoiando mais e mais na informação e no conhecimento.

20. Estes fatores dificultam uma inserção dinâmica da maioria de nossos países na economia mundial e acentuam a perda de participação relativa na expansão global do comércio e na prosperidade dela resultante. Observam-se, assim, neste hemisfério, em maior grau, os sintomas de um processo de deterioração de estruturas económicas e sociais, de agravamento das disparidades na distribuição da renda, que leva a riscos maiores de desagregação social e é generalização de episódios de vio-

lação dos direitos humanos, de depredação do ambiente, de violência e de instabilidade política.

21. Estes elementos indicam o quanto permanecem atuais os problemas da cooperação internacional para desenvolvimento. O desafio da situação económica, do balanço financeiro internacional da região e, em especial, das situações de pobreza crítica que nos afligem, seria sem dúvida, uma contribuição inestimável para a segurança deste hemisfério e para a estabilidade de suas instituições democráticas. As ações com este propósito devem estar no alto das prioridades estratégicas que hoje se definem.

22. A ênfase que dou nestes aspectos, referentes ao imperativo do desenvolvimento, visa a apontar uma faceta essencial da questão da estabilidade e da segurança da região - a de que a América latina requer o entendimento e o apoio da comunidade internacional para o êxito dos árduos esforços que desenvolvem os Estados da região para bem resolver os seus próprios problemas e tornar-se fonte de paz e progresso para o mundo e não teatros de instabilidade e insegurança.

23.0 Grande desafio portanto, é trazer novamente para posição de relevo o tema do desenvolvimento. Passos significativos nesse sentido têm sido dados no âmbito da OEA. A revisão da cooperação técnica, levada a cabo pela Organização, no sentido de torná-la mais adequada à prioridade que os Estados membros atribuem à eliminação da pobreza crítica no continente, encontra-se em estágio avançado de deliberações. A XIX Sessão Extraordinária

desta Assembleia Geral deverá aprovar um conjunto de medidas nesse sentido, que, esperamos, possam tornar a cooperação técnica regional instrumento importante no processo de desenvolvimento dos países americanos.

24. A cooperação técnica é, contudo, um meio relativamente modesto ante a grandeza das necessidades estruturais da maioria dos Estados membros. Temos, certamente, plena consciência de que a responsabilidade primordial de desenvolvimento de nossos países incumbe a nós mesmos individualmente. É essencial, no entanto, que os árduos esforços que fazemos nesse sentido não sejam afetados por fatores externos sobre os quais não temos controle. É preciso, ao contrário, que sejam apoiados e reforçados numa cooperação solidária e de interesse real recíproco.

25. São, portanto, necessárias ações e medidas concretas em áreas variadas que possam efetivamente contribuir para a erradicação das causas da pobreza e do atraso que, em maior ou menor intensidade, afetam todos os nossos países. Seria desejável que essas ações e medidas fossem visualizadas e estabelecidas sob forma de um verdadeiro programa multifacetado e integrado de desenvolvimento que refletisse adequadamente os problemas a equacionar e a superar assim como a maneira e meios de encaminhar este grande e complexo desafio.

26. Apesar do muito por fazer, cabe reconhecer que caminhamos com passos seguros no longo e árduo caminho que leva à consecução dos ideais da Organização. A cada Período de Sessões da Assembleia

Geral vamos somando realizações. Todas fazem parte integrante e essencial da construção da paz, da segurança, da justiça e da liberdade em nosso hemisfério.

27. Temos a nossa frente mais uma oportunidade de contribuir, com o trabalho que partilharemos nos próximos dias, para esta construção. O Brasil acolhe esta oportunidade com ânimo e decisão.

Senhor Presidente,

28.0 Governo brasileiro teve a honra de oferecer a cidade de Belém do Pará para sede da XXIV Período Ordinário de Sessões desta Assembleia. Esperamos que esse convite possa contar com a aceitação dos Estados membros, de forma a que, no próximo ano, tenhamos o prazer de receber suas delegações naquela hospitaleira capital amazônica.

Muito obrigado.

•

• • •

Posse do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Celso Amorim

Discurso de posse do Embaixador Celso Amorim, no cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, proferido em 30 de junho de 1993

Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia,

(Parlamentares e autoridades)

Senhores Subsecretários-Gerais,

Senhores Embaixadores,

Caros colegas,

Senhoras e Senhores,

Minhas primeiras palavras são naturalmente de agradecimento ao Ministro José Aparecido de Oliveira por me ter indicado para ser seu principal assessor na execução da política externa do Governo Itamar Franco. A ele e ao Presidente da República minha gratidão pela confiança com que me distinguiram e a qual procurarei corresponder com o melhor dos meus esforços.

Quero também agradecer as palavras do Embaixador Luiz Felipe Lampreia e dizer que me sinto honrado em receber dele o cargo de Secretário-Geral do Itamaraty, da mesma forma que fora ele quem, há cerca de um mês, me anunciara a intenção do Ministro José Aparecido de designar-me para esta função. Unem-me ao Embaixador Lampreia laços pessoais e

profissionais sólidos e ricos. Sempre admirei a sua inteligência, o seu profissionalismo, o seu dom de convivência humana e o seu caráter íntegro, qualidades que fazem com que a Casa de Rio Branco possa orgulhar-se de seu atual Ministro.

Sem entrar em confidências, não posso esquecer que em um momento crítico da minha carreira, quando buscava reinserir-me no seu leito normal, após algumas aventuras cinematográficas e científicas, foi o Embaixador Lampreia um dos que, com a boa intriga, mais contribuíram para minha aterrissagem suave na volta à Casa. Tenho, ainda, em comum com o Embaixador Lampreia a boa lembrança de ter servido sob as ordens do Ministro Azeredo da Silveira, num dos momentos mais criativos de nossa política externa. Aproveito essa ocasião para desejar a Felipe e Lenir que sejam felizes e sigam sua profícua carreira em Genebra. Estou certo de que os estimulantes desafios profissionais que o Embaixador Lampreia enfrentará e que não são pequenos não lhe deixarão muito tempo para saudades da Secretaria-Geral e do exercício do Ministério.

Estou aqui, como sabem todos, por uma convocação do Ministro José Aparecido, que mereceu a aprovação - honrosa para mim - do Presidente Itamar Franco. E quem conhece o Ministro Aparecido sabe que suas convocações são irresistíveis e indeclináveis. E mesmo que assim não fosse, não teria eu - servidor público por vocação e convicção - como recusar este cargo que traz consigo, ao lado de sacrifícios e deveres, a honra máxima a que pode aspirar um diplomata. E a honra, nos lembra Corneille - que casualmente lia com meu filho caçula no dia da comunicação da minha designação - deve sempre prevalecer sobre o prazer, mesmo que neste se inclua o desafio intelectual de servir ao Brasil em foros tão interessantes e importantes como o GATT, a Comissão de Direitos Humanos e a Conferência do Desarmamento, entre outros.

A posse de um Secretário-Geral do Itamaraty é sempre uma ocasião solene, ainda que não necessariamente festiva. No caso, a festa está *ex officio* adiada, até que o Chanceler Aparecido seja ele próprio empossado, o que ocorrerá muito em breve. Mas a solenidade subsiste. Para a Casa, este momento encerra sempre expectativas inerentes a toda mudança. Para quem assume, faz-se sentir, com todo seu peso, a responsabilidade de ser o elo principal entre o Itamaraty, seus anseios, sua tradição, seus valores e suas percepções e o Ministro, que verdadeiramente encarna o Poder político e de quem emanam a orientação e a inspiração da nossa atividade. Seria tentador, mas possivelmente inapropriado, fazer aqui alguma digressão webe-

riana sobre essas duas vocações, a do Político, tão bem encarnada pelo nosso futuro Chanceler e a do Diplomata profissional, representada pelo Chanceler atual.

Outra tentação a que vou resistir é a de enumerar os Chefes ilustres com quem servi diretamente ou meus antecessores neste cargo sobremodo honroso. A lista seria longa e a mera evocação de certos nomes com a aura que os cerca me faria mais temeroso de não estar a altura das tarefas que me aguardam. Mas não posso, neste momento singular da minha vida profissional, deixar de mencionar o Embaixador Ovidio Melo, meu primeiro Chefe no exterior, a quem devo inúmeras e, espero, aprendidas lições de honradez, patriotismo, coragem e inteligência, exercidas por vezes em condições as mais diversas. A ele e a Ivony, devemos também, Ana e eu, as primeiras lições de diplomacia prática, quando ainda jovens e algo visionários com eles servimos no Consulado Geral em Londres. Ao Embaixador Ovidio Melo, rendo a homenagem, que, a rigor, a História já lhe prestou.

Senhor Ministro, meus colegas.

Não desconheço as dimensões das tarefas que vou assumir, na coordenação da Secretaria de Estado e das atividades das nossas missões e repartições no exterior. A qualidade profissional, a lealdade e dedicação dos quadros do Itamaraty são, entretanto, fator de tranquilidade. O Itamaraty é uma casa singular. Diferentemente do que ocorre em outras instituições igualmente respeitáveis, não pensamos nos seus integrantes como «quadros», mas fundamentalmente como pessoas, como

seres pensantes e criativos, com uma visão do mundo própria, enriquecida por anos de convivência com temas complexos da política e da economia internacionais e por uma experiência multifacetada, fruto da exposição a uma grande variedade de culturas e atitudes de vida. Daí a saudável diversidade de opiniões e de modos de ver que caracteriza os diplomatas.

No Itamaraty toda a unidade de pensamento, toda convergência de ideias não se fazem por comando ou imposição. São fruto de reflexão e discussão coletivas, que cumpre valorizar e estimular. O próprio Ministro e - um grau abaixo - o Secretário-Geral podem ser (e devem ser) fontes de inspiração, mas, não de doutrinas rigidamente estabelecidas. Aqui o respeito à autoridade, que é essencial à natureza e funcionamento da instituição, jamais se confunde com o «argumento da autoridade», que desafia os ditames da Razão. Vejo, pois, nesta diversidade, um fator de enriquecimento e de sabedoria de que procurarei valer-me ao máximo para melhor subsidiar as decisões do Ministro de Estado.

O intervalo de quase um mês entre a minha chegada ao Brasil e a posse, permitiu-me uma visão de conjunto das grandes - e, diria, até das pequenas - questões que preocupam a nossa instituição hoje. Fiquei mesmo tentado a produzir, à moda de um personagem de Stendhal, um relato circunstanciado sobre o «estado das coisas» no Itamaraty. Constatei, em primeiro lugar - e com satisfação -, que não há questionamentos dentro da Casa, quanto às grandes linhas de nossa política exterior. Há

naturalmente nuances e ênfase distintas, percepções diferenciadas sobre o momento para certas decisões, mas raramente pude perceber visões divergentes sobre os grandes temas de política internacional e a atitude do Brasil diante deles. Reflete este fato, a meu ver, um amadurecimento progressivo da nossa ação diplomática, cujas linhas mestras têm sido preservadas dos solavancos por vezes bruscos do nosso quadro político. Essa continuidade ganha significado maior quando se tem em conta a moldura democrática de nossas instituições políticas, o livre e despreconceituoso debate que hoje se trava na sociedade brasileira sobre todos os problemas nacionais. O perfil que surge dessa atuação internacional firme e coerente é o de um país de vocação indiscutivelmente pacífica e respeitador das normas internacionais, fiel ao multilateralismo e à solução negociada de controvérsias, aberto ao diálogo e com atitude transparente ante a comunidade internacional. Mas um país de personalidade marcadamente própria, imune às classificações simplistas e aos modismos passageiros, que não abdica de seu direito de desenvolver-se econômica, cultural e tecnologicamente, ainda que isso possa trazer desconforto para os atuais detentores do poder mundial.

Não me cabe, hoje, naturalmente, discorrer sobre as características da realidade internacional cambiante que vivemos e na qual devemos inserir-nos de forma dinâmica, digna e autônoma. Para respondermos aos desafios e às oportunidades dessa ordem internacional *infern* - marcada pelos riscos da ilusão da unipolaridade e dos

nacionalismos fragmentários - o Itamaraty tem que estar à altura do Brasil que sonhamos e das potencialidades e da criatividade do seu povo. Num mundo crescentemente complexo, teremos que buscar a melhor forma de nele nos inserirmos, por meio da integração regional e da participação em foros globais, entendendo sempre que, por força do nosso peso económico, nossa diversidade cultural, nosso dinamismo histórico, não podemos nunca sucumbir à tentação de jogarmos um papel coadjuvante em agrupamentos sujeitos a hegemônias de qualquer espécie. Até porque - mesmo que o quiséssemos - seríamos rejeitados. Nossa vocação é indiscutivelmente universal, o que não exclui ênfases e prioridades, que o Ministro Aparecido - e não eu - se encarregará de definir.

Não há para o diplomata recompensa maior do que o sentido de bem servir ao Brasil. Ninguém entra para o Itamaraty para amealhar fortuna ou mesmo para fazer carreira política. No primeiro caso, o engano seria total e fatal. No segundo, haveria certamente vias mais rápidas e seguras de êxito. Mas para que possa realizar a sua tarefa, que é ao mesmo tempo seu prêmio, é indispensável que o diplomata tenha condições mínimas de trabalho e garantias de sobrevivência decente para si próprio e para sua família. Sem desconhecer o sacrifício que a atual situação do país impõe a todos, sem distinção, tenho a certeza de que com o inestimável apoio do Ministro José Aparecido e a compreensão do Presidente Itamar Franco, lograremos repor a realidade orçamentaria do Itamaraty em pata-

mar condizente com a necessidade de representar condignamente o nosso país. Este será um empenho permanente do Secretário-Geral e, estou certo, também do Chanceler José Aparecido de Oliveira.

Anotei, também, para o meu ainda imaginário relato, a impressão de que o Itamaraty vive no momento um grande impulso reformista. Este processo, desencadeado por iniciativa do ex-Chanceler Fernando Henrique Cardoso e que contou com ampla participação dos diplomatas da Secretaria de Estado e do Exterior, é essencialmente salutar. Questionam-se desde métodos de trabalhos dos postos até sistemas de promoção e comissionamento. Há nos resultados que já pude ver compilados pela Comissão criada para esse fim um manancial rico de propostas e sugestões que pretendo, após cuidadoso exame, submeter ao Ministro José Aparecido. A formação de colegiados para as tarefas de planejamento político e administrativo bem como para as ligadas ao Serviço Exterior parece-me ideia a ser tida especialmente em conta. Esses colegiados, como monitoradores e condutores de um processo de reforma, que na verdade deve ser permanente, poderão dar corpo, de forma institucional, à sabedoria coletiva da Casa, ilustrada no célebre dito do Ministro Silveira de que a melhor tradição do Itamaraty é saber renovar-se.

A despeito do caráter essencialmente saudável desse élan renovador, não me parece descabida a palavra de cautela que ouvi de um amigo, homem sábio e experiente, e sem vínculo com a nossa instituição, mas que, como a maioria dos brasilei-

ros cultos e bem informados, tem por ela grande apreço. Dizia ele, com sinceridade amiga: «O Itamaraty é uma coisa sagrada para o Brasil. Por isso é preciso muito cuidado com as mudanças». Dito isso, não há como desconhecer uma certa inquietação hoje existente no nosso corpo de funcionários. Como vencer esse sentimento, que felizmente não é generalizado, mas que é preocupantemente perceptível entre os jovens, é uma tarefa primeira de qualquer administração do Itamaraty. Como conciliar o justo anseio dos jovens diplomatas em galgar os postos mais altos da carreira, com a preservação de sua natureza essencialmente competitiva, no melhor sentido, que é a outra face da moeda da excelência, é um desafio lógico e psicológico que deve merecer toda nossa atenção. É essa uma questão que não admite soluções mecânicas ou simplistas. Sobretudo, não deve ser ela um fator de desunião. Na sociedade democrática em que felizmente vivemos, somente soluções consensuais, amplamente discutidas poderão sobreviver. E já que mencionei a excelência - razão principal senão única dessa sacralidade que alguns, como meu citado amigo, nos atribuem -, não posso deixar de mencionar a importância central do sistema de recrutamento, treinamento e aperfeiçoamento dos nossos quadros, notadamente, mas não apenas, o de diplomatas. A qua-

lidade humana dos funcionários do Itamaraty é o nosso bem mais precioso, mais que os vistosos palácios que eventualmente os abrigam. Não permitamos que por uma ilusão de ótica nos afastemos daquilo que para nós é o mais importante: a indisputada e indisputável excelência do nosso serviço exterior.

Quando entrei para o Itamaraty, há cerca de trinta anos, mais ou menos na mesma época que o Embaixador Lam-preia, o Brasil vivia um estado de embriaguez democrática. Sonhos e projetos se produziam incessantemente, muitos deles contraditórios ou irrealistas.

Minha geração conheceu o travo amargo de ver muitos desses sonhos frustrados e muitos desses projetos amputados. Outros, porém, como o de uma Política Externa Independente, frutificaram. O sonho/projeto de San Tiago Dantas tornou-se missão do Itamaraty. Hoje quando a democracia e o pluralismo se consolidam em nosso país, quando a honradez, a sensibilidade social e o sentido de dignidade nacional são as marcas de governo, falar em Política Externa Independente parece pleonástico. Mas a missão segue válida: contribuir para a construção de um país livre, dinâmico, criativo, com presença ouvida e respeitada no concerto das nações. •

• • •

Tratados, Acordos e Convênios

Convênios de cooperação técnica com a FINEP, visando à realização de estudos que subsidiem as atividades do Itamaraty no âmbito da diplomacia económica e do planeamento político e económico

Aos 13 dias do mês de janeiro do ano de 1993, no Anexo I do Palácio do Itamaraty, na cidade de Brasília, Distrito Federal, de um lado a *União*, por intermédio do *Ministério das Relações Exteriores*, doravante denominado *Itamaraty*, neste ato representado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Senador *Fernando Henrique Cardoso*, e do outro lado, a *Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP*, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 92.104, de 10 de dezembro de 1985, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal e escritórios na Cidade do Rio de Janeiro, à Praia do Flamengo nº 200, 13º andar, inscrita no CGC sob o nº 33.749.086/0001-09, daqui por diante denominada *FINEP*, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor *Lourival Carmo Mónaco*, e pelo seu Diretor, Senhor *Sérgio Schiller Thompson Flores*,

Considerando o papel do *Itamaraty* no planeamento, formulação, coordenação, implementação, acompanhamento e avaliação da política externa brasileira;

Considerando o papel da *FINEP* de agência de fomento do Governo brasileiro que tem dentre seus objetivos a promoção

do desenvolvimento científico e tecnológico no País;

Considerando a necessidade de se promover a realização de estudos, cursos, seminários e serviços de consultoria especializados para subsidiar a formulação de posições brasileiras no campo das relações económicas internacionais;

Decidem celebrar o presente *convénio*, que se regerá pelas cláusulas e condições descritas e de acordo com o Decreto-Lei nº 2.300/86.

Cláusula Primeira

O presente *convénio* tem por objetivo promover o desenvolvimento de um programa de cooperação técnica visando à realização de estudos, seminários e cursos que subsidiem as atividades do *Itamaraty* no âmbito da diplomacia económica brasileira, tendo as seguintes áreas prioritárias:

- I) o sistema multilateral de comércio pós-Rodada Uruguai;
- II) o acordo Norte-Americano de Livre Comércio: avaliação de impacto sobre as relações económicas brasileiras - limitações e oportunidades;
- III) a dinâmica do processo de integração europeia: impacto e oportunidades para o Brasil;

IV) novos parceiros econômico-comerciais: a Bacia do Pacífico e o Leste Europeu;

V) a questão dos serviços no comércio internacional: desregulamentação e tendências pós-Rodada Uruguai;

VI) o sistema financeiro internacional, os fluxos de investimento e de capitais, os novos serviços financeiros;

VII) a questão tecnológica em nível mundial: entraves e oportunidades de acesso para o Brasil;

VIII) os acordos internacionais de regulação de mercado para produtos de base: avaliação dos principais acordos existentes e possibilidades futuras;

IX) a cooperação bilateral, regional e multilateral para o desenvolvimento;

X) organização e métodos e informatização como suporte à modernização administrativa da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior;

XI) outras áreas que forem mutuamente acordadas entre as partes.

Cláusula Segunda

Para atingir os objetivos do presente *convênio*, as partes se comprometem:

a) a estabelecer um regime de consulta recíproca visando ao intercâmbio de informações;

b) a avaliar, em conjunto, o grau de oportunidades e a capacidade técnica das instituições brasileiras e especialistas a serem encarregados de realizar

os estudos, cursos e seminários acordados;

c) a realizar conjuntamente, através de coordenadores para tal fim designados, o acompanhamento e a supervisão de cada estudo, seminário ou curso;

d) a promover a divulgação dos referidos estudos, cursos e seminários, no que couber;

e) a *FINEP*, a contratar a empresa, instituição ou especialista encarregado da realização dos estudos, seminários e cursos acordados ou a concorrer, na medida de suas disponibilidades, com os recursos para a realização dos mesmos, no valor, em cruzeiros, de US\$ 600,000 (seiscentos mil dólares americanos), a ser aplicado no período de até 2 (dois) anos;

f) o *Itamaraty*, a indicar os temas que serão objeto da realização de estudos, cursos e seminários de interesse do Governo brasileiro;

g) o *Itamaraty*, a contribuir com meios técnicos, administrativos e de apoio de que dispõe, para a realização dos estudos, seminários e cursos acordados.

Cláusula Terceira

O *Itamaraty* e a *FINEP* designarão individualmente um de seus funcionários para atuar como coordenadores na execução das atribuições relativas ao presente *convênio*.

Cláusula Quarta

O prazo de vigência deste *convênio* é de 2 (dois) anos a contar da data de sua

publicação no Diário Oficial da União, podendo, entretanto, ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo.

Cláusula Quinta

O presente *convénio* poderá, a qualquer tempo, ser rescindido nas seguintes hipóteses:

I - Quando ocorrer inadimplência de qualquer de suas cláusulas contratuais;

II - Quando sobrevier fato ou disposição legal que o torne impraticável;

III - Por iniciativa de qualquer das partes mediante aviso prévio de, pelo menos, 90 (noventa) dias de antecedência. Nesta hipótese, fica assegurada a continuidade dos compromissos anteriormente as-

sumidos que se encontrem em execução no momento da denúncia do *convénio*.

Cláusula Sexta

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer controvérsias originárias do presente *convénio*, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente CONVÊNIO em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Fernando Henrique Cardoso

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Lourival Carmo Mónaco

Presidente da FINEP

Sérgio Schiller Thompson Flores

Diretor da FINEP

Aos 13 dias do mês de janeiro do ano de 1993, no Anexo I do Palácio do Itamaraty, na cidade de Brasília, Distrito Federal, de um lado a *União*, por intermédio do *Ministério das Relações Exteriores*, doravante denominado *Itamaraty*, neste ato representado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Senador *Fernando Henrique Cardoso*, e do outro lado, a *Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP*, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 92.104, de 10 de dezembro de 1985, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal e escritórios na Cidade do Rio de Janeiro, à Praia do Flamengo nº

200,13º andar, inscrita no CGC sob o nº 33.749.086/0001-09, daqui por diante denominada *FINEP*, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor *Lourival Carmo Mónaco*, e pelo seu Diretor, Senhor *Sérgio Schiller Thompson Flores*, com a interveniência da *Fundação Alexandre de Gusmão*, fundação pública vinculada ao *Itamaraty*, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 94.973, de 25 de setembro de 1987, na sua atual redação, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Anexo I do Ministério das Relações Exteriores, 8º andar, doravante denominada *FUNAG*, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor *Gelson Fonseca Júnior*,

Considerando a competência do Itamaraty para executar o planejamento, formulação, coordenação, implementação, acompanhamento e avaliação da política externa brasileira;

Considerando o papel da *FINEP* de agência de fomento do Governo brasileiro que tem dentre seus objetivos a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico no País;

Considerando a necessidade de se promover a realização de estudos, cursos, seminários e serviços de consultoria especializados para subsidiar o processo de planejamento da política externa brasileira;

Resolvem celebrar o presente *convénio*, mediante as seguintes cláusulas, de acordo com as normas constantes do Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, na sua atual redação:

Cláusula Primeira **Do Objeto**

Este *convénio* tem por objetivo promover o desenvolvimento de um programa de cooperação técnica, visando à realização de estudos, seminários e cursos que subsidiem as atividades do *Itamaraty*, no âmbito do planejamento político e económico, tendo as seguintes áreas prioritárias:

- 1.1 O Estado-Nação e a soberania;
- 1.2 o processo de globalização da economia: perspectivas e oportunidade para o Brasil;
- 1.3 a realidade nacional como um embaçamento da política externa: pobreza, meio ambiente e setor externo;

1.4 a cooperação externa para o desenvolvimento nos campos bilateral, regional e multilateral;

1.5 desenvolvimento nacional e política externa;

1.6 o Brasil frente o contexto neo-liberal: constrangimentos e oportunidades;

1.7 a questão da segurança nas relações internacionais;

1.8 a reestruturação do sistema das Nações Unidas nos campos político e económico e as questões de segurança e desenvolvimento;

1.9 organização e métodos e informatização como suporte à modernização administrativa da Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Económico;

1.10 a nova ordem constitucional;

1.11 o diálogo Norte-Sul: situação atual e perspectivas pós-Guerra Fria;

1.12 a questão teórica e prática do planejamento no contexto da chancelaria; e

1.13 outras áreas que forem mutuamente acordadas entre as partes.

Cláusula Segunda **Da Forma de Execução**

Para a execução do objeto do presente *convénio* as partes convenientes acordam em elaborar estudos, seminários e eventos conjuntos que digam respeito ao objeto do presente *convénio*, que serão realizados por intermédio da *FUNAG*.

Cláusula Terceira **Da Coordenação**

O presente *convénio* será coordenado por um representante designado pelo *Itamaraty*, por intermédio da Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Económico, por um indicado pela *FINEP* e por outro indicado pela *FUNAG*.

Cláusula Quarta **Das Obrigações das Partes**

São obrigações das partes convenientes:

- 4.1 estabelecer um regime de consulta recíproca visando ao intercâmbio de informações;
- 4.2 avaliar em conjunto o grau de oportunidades e a capacidade técnica das instituições brasileiras e especialistas a serem encarregados de realizar os estudos, cursos e seminários acordados;
- 4.3 realizar conjuntamente, por meio de representantes para tal fim designados, o acompanhamento e a supervisão de cada estudo, seminário ou curso;
- 4.4 promover a divulgação dos referidos estudos, cursos e seminários, no que couber.

§ 1º O *Itamaraty* se obriga a indicar os temas que serão objeto da realização de estudos, cursos e seminários de interesse do Governo brasileiro, bem assim como contribuir com meios técnicos, administrativos e de apoio de que dispõe, para a realização dos referidos estudos, cursos e seminários.

§ 2º A *Finep* se obriga a contratar empresa, instituição ou especialista encarregado da realização dos estudos, cursos e

seminários acordados ou a concorrer, na medida de suas disponibilidades, com recursos para a realização dos mesmos.

Cláusula Quinta **Dos Recursos Financeiros**

As obrigações assumidas no presente *convénio* serão financiadas com recursos da *FINEP*, não resultando para o *Itamaraty* qualquer aplicação de ordem financeira.

Cláusula Sexta **Da Alteração**

Qualquer alteração às cláusulas do presente *convénio* poderá ser realizada de comum acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo.

Cláusula Sétima **Da Vigência**

Este *convénio* vigorará por 2 anos, a partir de sua assinatura e poderá ser prorrogado, havendo concordância entre as partes.

Cláusula Oitava **Da Denúncia**

As partes poderão denunciar o presente *convénio* mediante notificação, com pelo menos noventa dias de antecedência, ficando assegurada a continuidade dos compromissos anteriormente assumidos e que se encontrem em execução no momento da denúncia.

Cláusula Nona **Do Foro**

Fica eleito o foro da Cidade de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer controvérsias originárias do

presente *convénio*, com exclusão de qualquer outro.

Cláusula Décima Da Publicação

O presente *convénio* será publicado, por extrato, no *Diário Oficial da União*, dentro de vinte dias a contar da data de sua assinatura, às expensas das partes convenientes.

E por estarem justas e acordadas, as partes convenientes firmam o presente *convénio* em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo:

Fernando Henrique Cardoso
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Gelson Fonseca Júnior
Presidente da FUNAG

Lourival Carmo Mónaco
Presidente da FINEP

Sérgio Schiller Thompson Flores
Diretor da FINEP

Testemunhas:

José Israel Vargas
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

Clodoaldo Hugueney Filho
Subsecretário-Geral de Planejamento Político e Económico do Ministério das Relações Exteriores

Ata final da III Reunião da Comissão Mista entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Irã

Com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais e ampliar a cooperação mútua entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Irã, realizou-se, em Brasília, no dia 16 de fevereiro de 1993, a III Reunião da Comissão Mista.

2. A Delegação brasileira foi chefiada por sua Excelência o Senhor Senador Fernando Henrique Cardoso, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e a Delegação iraniana por Sua Excelência o Senhor Doutor Ali Akbar Velayati, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Os nomes dos membros de ambas as Delegações estão relacionados nos apêndices I e II.

3. Durante a sua estada em Brasília, Sua Excelência o Senhor Ministro dos Negó-

cios Estrangeiros do Irã foi recebido em audiência por suas Excelências o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil e o Presidente da Câmara dos Deputados.

4. Em seus discursos de abertura, ambos os Chefes de Delegação enfatizaram a importância que atribuem em aprofundar a cooperação bilateral nos campos do comércio, das finanças, do transporte, da tecnologia, da indústria e cultural.

5. Igualmente se referiram aos aspectos da atual agenda política mundial de maior relevância para as relações bilaterais.

6. Reunião Preparatória da III Reunião da Comissão Mista realizou-se, em Brasília, nos dias 11 e 12 de fevereiro de 1993. A

Delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Fernando Guimarães Reis, Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos, e a Delegação iraniana pelo Embaixador Mahmoud Vaezi, Vice-Ministro para Europa e Américas. Os membros de ambas Delegações estão relacionados nos apêndices III e IV. A Reunião Preparatória contou, ainda com a participação de Representantes do setor privado brasileiro.

7. Os Chefes de ambas as Delegações à Reunião Preparatória concordaram em atribuir respectiva tarefa aos seguintes Três Grupos de Trabalho: I) cooperação em comércio, finanças e transporte; II) cooperação técnica e industrial e III) cooperação cultural.

8. Com base nas conclusões alcançadas pelos três Grupos de Trabalho acima mencionados, as duas Delegações trocaram as seguintes opiniões:

Cooperação em Comércio, Finanças e Transportes

9. Após procederem a uma extensa avaliação do comércio bilateral nos últimos anos, ambas as partes expressaram sua opinião no sentido de que existem reais possibilidades para a expansão e diversificação dos fluxos de exportação e importação entre os dois países.

10. À luz da citada avaliação, ambas as partes concordaram em que o comércio bilateral mais equilibrado constituirá a base para o crescimento sustentado das trocas comerciais entre os dois países.

11. Ambas as partes também concordaram em que o crescimento sustentado do comércio bilateral somente será alcançado

através do aperfeiçoamento substancial dos regulamentos aplicáveis ao sistema de pagamentos.

12. Em consequência, as autoridades bancárias de ambas as partes se encontrarão em data e local a serem definidos em futuro próximo, pelos canais diplomáticos, com vistas a identificar possíveis alternativas para a cooperação entre bancos, incluindo o estabelecimento de um sistema de pagamentos que tome em devida consideração as condições do mercado bancário internacional.

13. Ainda para facilitar a cooperação entre bancos, ambas as partes concordaram em examinar a possibilidade de estabelecer escritórios de representação de bancos comerciais em cada país, de acordo com as regras e regulamentos locais.

14. Visando a contribuir à consecução do mencionado objetivo de comércio mais equilibrado, a parte iraniana indicou seu interesse em realizar compras diretas do Brasil de um volume e número apreciável de itens, dos quais açúcar branco refinado, produtos de soja, carnes, frango, produtos de pesca, metais, aço e peças de reposição foram citados como aqueles de maior demanda no curto prazo. Contatos foram realizados com o setor exportador brasileiro para considerar propostas de negócios, alguns dos quais com resultados concretos.

15. Ambas as partes concordaram em que as respectivas instituições de promoção de exportações, de acordo com suas regras e regulamentos, deveriam ser amplamente

utilizadas para aperfeiçoar o comércio bilateral.

16. Ambas as partes concordaram em que a participação dos setores de exportação em feiras internacionais em cada um dos dois países, informações de comércio, seminários especializados e conferências serviriam ao propósito de aperfeiçoar a cooperação comercial entre os dois países. A parte brasileira indicou que a maior parte dessas atividades seriam desempenhadas pelo setor privado brasileiro interessado.

17. Com o objetivo de promover o comércio bilateral, a parte brasileira tomou nota do desejo da parte iraniana em estudar a remoção e/ou a redução, em bases recíprocas, das atuais barreiras tarifárias e não-tarifárias aplicáveis às importações provenientes do Brasil. Ademais, a parte iraniana considerará a possibilidade de intermediar operações comerciais específicas entre o Brasil e os outros países-membros da «Economic Cooperation Organization» (ECO).

18. Ambas as partes acolheram a sugestão de que os setores privados dos dois países devam explorar meios de aperfeiçoar a cooperação direta entre eles, incluindo a possibilidade de estabelecimento de uma Câmara de Comércio.

19. Ambas as partes recomendaram que os setores privados de cada país deveriam aumentar seus contatos diretos quando da realização das Reuniões marcadas da Comissão Mista.

20. Ambas as partes expressaram sua satisfação pelo financiamento e a participação do Brasil no Projeto Karum III.

21. A parte iraniana informou que o Programa de Reconstrução do Irã, através do II Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1994-1998), continuará a oferecer oportunidades relevantes à participação do setor privado brasileiro na execução de projetos específicos. A parte brasileira acolheu essa informação e declarou-se disposta a entabular negociações sobre o assunto quando e onde a parte iraniana estimasse apropriados.

22. Com respeito ao transporte marítimo, ambas as partes recordaram que Acordo Bilateral sobre Transporte Marítimo, cujo processo de negociação se iniciou em 1991, servirá de base para agilizar e facilitar o tráfego marítimo entre os dois países. Ambas as partes reafirmaram seu interesse na matéria e recomendaram que uma Reunião entre as Autoridades Marítimas dos dois países se realize em 1993 com o propósito de concluir a negociação do Acordo, cuja assinatura seria efetuada em data e local a serem acordados pelos canais diplomáticos.

23. Com vistas a resolver as questões pendentes a favor da «Islamic Republic of Iran Shipping Lines - IRISL», concordou-se em que as partes envolvidas («IRISL», «Government Trading Company - GTC» and «Interbras») manterão negociações diretas conjuntas antes de trinta de julho de 1993. A esse respeito, a «Interbras» planeja enviar um representante ao Irã para encontrar uma solução amigável para a questão antes da citada data. A «Inter-

bras» também acolherá a visita de representação conjunta do Irã para resolver a pendência até a citada data. O resultado das negociações será reportado ao Governo de ambas as partes através dos canais diplomáticos.

Cooperação Industrial e Tecnológica

24. Ambas as partes reiteraram a importância da cooperação bilateral, nos campos da tecnologia, *know-how* e indústria.

25. A parte iraniana expressou seu desejo em cooperar com a parte brasileira nas áreas de troca de informações em consultoria de engenharia e pesquisa e desenvolvimento na indústria automotiva, em peças manufaturadas, maquinário e equipamento para a produção de embarcações, veículos e máquinas industriais e, também, em obter transferência de tecnologia e consultoria especializada em *design*, engenharia e aplicação dos projetos listados abaixo, de acordo com esquema de *buy-back*, financiamento de projetos *joint ventures* ou em outros aspectos técnicos ou financeiros de interesse mútuo:

- a) embarcações e plataformas marítimas;
- b) projetos agrícolas (indústria e maquinário), *i.e.*, cana de açúcar, papel, cimento, óleo, ração animal;
- c) equipamentos e maquinário para a industrialização de petróleo, gás, produtos petroquímicos e cimento.

A parte brasileira acolheu as propostas e indicou que seriam consideradas pelas autoridades competentes, com vistas a in-

crementar a cooperação, e que seriam respondidas logo que possível.

26. As duas partes concordaram em incrementar seu relacionamento econômico mediante cooperação em treinamento, pesquisa e transferência de tecnologia. Com este objetivo, o lado iraniano expressou seu interesse especial nos campos da indústria química e de celulose.

27. As duas partes reiteraram seu interesse sobre *joint ventures* com o objetivo de incrementar a cooperação comercial e industrial.

28. A parte iraniana expressou sua disposição em estabelecer *joint venture* para a criação de uma fábrica de alumina no Irã. A parte brasileira concordou em estudar meios no sentido de desenvolver a cooperação com a parte iraniana na área de produção de alumina, estanho, tungstênio, fábricas de zinco, chumbo e ferro cromo e em outras áreas de prospecção mineralógica. Para este fim, contatos e negociações foram imediatamente iniciados entre as duas partes.

29. A parte iraniana expressou sua disposição em exportar concentrados de zinco e estanho, cromita e chumbo e zinco em barras e chumbo e zinco para o Brasil e importar minério de ferro.

30. Ambas as partes expressaram sua disposição em identificar projetos nas áreas de prospecção mineral, geológica e hidrogeológica, particularmente na exploração mineral e geológica; prospecção geofísica, geoquímica e hidrogeológica; análise laboratorial, cartografia, sistema de informação geográfica e tecnologia mineral;

economia mineral; intercâmbio de especialistas para treinamento.

31. Ambas as partes concordaram em estabelecer estreita cooperação nos campos da engenharia civil, planejamento, participação em feiras de material de construção, intercâmbio de informação científica e técnica, bem como em projetos de habitação.

32. Ambas as partes reiteraram sua disposição em estabelecer mecanismos que agilizem o cumprimento do «Memorandum of Understanding between the Brazilian Enterprise of Post and Telegraphs and the Post Company of the Islamic Republic of Iran», assinado durante a última reunião da Comissão Mista, ocorrida em Teerã, em novembro de 1991.

33. Com relação a telecomunicações, a parte iraniana propôs:

- a) estabelecimento de 5 (cinco) canais diretos de telefone, conectando os dois países;
- b) redução do total das tarifas telefônicas;
- c) uso pelo Brasil dos canais de trânsito telefônico com países da área, com os quais o Irã dispõe de conexões diretas de telefonia;
- d) estreita cooperação de ambos os lados nas Organizações Internacionais relevantes e
- e) troca de informações e de especialistas para melhoria da rede de telecomunicações, incluindo sistemas móveis.

O lado brasileiro acolheu as sugestões e concordou em estudá-las com vistas a incrementar a cooperação nesses campos.

34. A parte iraniana enfatizou o seu interesse em estabelecer com as Autoridades brasileiras cooperação nos campos da pesquisa espacial, em particular para a construção de satélites, de estações rastreadoras e de equipamentos de telecomunicações.

O lado brasileiro tomou nota da proposta e concordou em referi-la à consideração das autoridades relevantes com vistas a uma resposta em breve.

35. A parte brasileira mostrou seu interesse em iniciar imediatamente a cooperação no campo da pesquisa agrícola mediante transferência de *know-how* nas seguintes áreas:

- a) fertilidade e biologia de solos;
- b) manejo e conservação de solos;
- c) agricultura irrigada;
- d) controle biológico;
- e) controle integrado de pragas e doenças;
- f) fitopatologia e entomologia das culturas de soja e algodão;
- g) melhoramento das culturas de soja e algodão;
- h) produção de sementes básicas de soja, trigo, milho, arroz, feijão, algodão e hortaliças.

Ao mesmo tempo, manifestou interesse em conhecer as experiências iranianas de pesquisa em culturas de pistache, uva

de mesa, tâmaras, amêndoas, avelãs e bu-balnocultura.

A parte iraniana tomou nota dessas propostas e concordou em responder logo que possível.

36. Ambas as partes enfatizaram os sérios esforços no sentido de implementar as provisões de *Letter of Understanding*, com data de 2-1-1992, para a cooperação agrícola mútua e foi proposto que cada uma das partes determinará e informará a outra sobre as medidas executórias referentes a seus acordos sobre cooperação agrícola, particularmente sobre o cultivo e indústrias de cana de açúcar, produção e beneficiamento de soja, produção de algodão de fibras longas, transferência de tecnologia para a produção de fibras de sisal, no Irã, e transferência de tecnologia para a produção de eucalipto e produção de papel, a partir do eucalipto, com ênfase na pesquisa e transferência de conhecimento em cada um desses itens.

37. Ambas as partes concordaram em trocar informações e pesquisadores a fim de cooperar em captura e beneficiamento de pescado, cultura de camarões, construção e comercialização de embarcações, comercialização de caviar, criação *dejoint ventures* para operações relacionadas à atividade pesqueira, compra de pescado, pesquisa e treinamento.

Para esse fim, contatos e negociações iniciaram-se imediatamente entre as duas partes.

38. A parte brasileira reiterou seu interesse em cooperar com as autoridades iranianas

competentes sobre o projeto de construção de usinas de açúcar no Khuzestão.

Cooperação Cultural

39. Os dois lados concordaram em que o intercâmbio cultural é campo propício para o aprimoramento da compreensão mútua e para a aproximação entre os dois países, considerando as diversidades e as riquezas das duas culturas, iraniana e brasileira.

40. A este respeito, consideram que o Acordo Cultural existente entre os dois países desde 1957, oferece um quadro adequado para essa cooperação, sobretudo, por meio de:

- a) intercâmbio de professores e pesquisadores para os quais deverão ser oportunamente previstas as facilidades adequadas;
- b) organização de seminários sobre educação e ciências;
- c) troca de informações no campo das tecnologias educacionais e intercâmbio de teses universitárias; e
- d) colaboração em matéria de esporte.

Próxima Reunião da Comissão Mista

41. Ambas as partes expressaram sua satisfação pelos resultados da III Reunião da Comissão Mista e concordaram em realizar a IV Reunião em 1994, em Teerã. A data será acordada pelos canais diplomáticos.

42. Sua Excelência o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irã estendeu convite a Sua Excelência o Senhor Ministro das Relações Exteriores do Brasil para

fazer visita oficial ao Irã. A parte brasileira aceitou e agradeceu o convite para a citada visita, cuja data será acordada através dos canais diplomáticos.

Feito em Brasília, aos 16 dias do mês de fevereiro de 1993, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa, farsi e inglesa, sendo os três textos igualmente autênti-

cos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

Fernando Henrique Cardoso
Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

AU Akbar Velayati
Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Islâmica do Irã

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Económica e Tecnológica entre o Brasil e a China

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Popular da China

(doravante denominados «Partes Contratantes»),

Tendo em vista a importância do setor energético no processo de desenvolvimento e modernização;

Considerando o interesse recíproco em incrementar a cooperação económica e tecnológica no campo da energia elétrica, incluindo a energia hidrelétrica;

Com base no Acordo de Cooperação Económica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, assinado em Brasília, em 18 de maio de 1990 e na seção 4 do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre os dois Governos, assinado em Pequim, em 29 de maio de 1984;

Acordam o seguinte:

Artigo I

As Partes Contratantes promoverão a cooperação entre si em matéria de energia elétrica, incluindo a energia hidrelétrica, em seus aspectos económicos e tecnológicos, com base no princípio de benefícios mútuos.

Artigo II

A coordenação geral e a supervisão do presente Ajuste Complementar serão de responsabilidade do Ministério das Minas e Energia da República Federativa do Brasil e do Ministério da Energia da República Popular da China (o Ministério encarregado da indústria de energia elétrica). As entidades executivas para implementação do Ajuste serão, respectivamente, «Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás», e o Departamento de Cooperação Internacional do Ministério de Energia, doravante denominados como «entidades executoras».

Artigo III

A cooperação de que trata o presente Ajuste Complementar far-se-á de competência das Entidades Executoras, de acordo com a legislação nacional respectiva, mediante contrastes específicos e incluirá, além de outras formas mutuamente acordadas, as seguintes:

- diretamente, pelas Entidades Executoras, serviços de assessoramento em todos os setores de energia elétrica, incluindo a energia hidrelétrica, especialmente a realização de pesquisas e estudos sobre planejamento, construção, operação e administração de novas instalações ou organização e gerenciamento de instalações existentes, em seus aspectos técnicos, administrativos, econômicos, financeiros e comerciais;
- indiretamente, através da participação de empresas de projetos, construção de obras energéticas, montagem e de fabricação de equipamentos em concorrência em ambos os países.

Parágrafo único. A cooperação referida neste artigo deverá abranger:

- a) elaboração conjunta de estudos e projetos em todos os setores de energia elétrica, incluindo a energia hidrelétrica, de acordo com as necessidades de desenvolvimento económico de seus respectivos países;
- b) cooperação de especialistas nas fases de planejamento do sistema elétrico de ambos os países através de atuação conjunta das Entidades Executoras e empresas de engenharia e fabricantes

de equipamentos, tanto na parte de geração como de transmissão;

c) participação das empresas brasileiras de engenharia em associação com empresas chinesas, no desenvolvimento de projeto básico de usinas hidrelétricas e participação na fase do projeto executivo, oferecendo capacitação tecnológica, bem como no planejamento e gerenciamento de construção de empreendimentos hidrelétricos;

d) formação de consórcios sino-brasileiros de empresas construtoras de obras hidrelétricas, para participação em concorrências para construção de obras hidrelétricas na República Popular da China, assegurando-se mecanismos de transferência de tecnologia nas áreas de construção e gerenciamento de obras. Para tanto, em igualdade de condições técnicas e comerciais, assegurar a contratação de tais consórcios com vistas a efetivar tal intercâmbio tecnológico;

e) formação de consórcios sino-brasileiros de fabricantes de equipamentos, inclusive hidromecânicos, destinados à geração e transmissão de energia elétrica;

f) oferecimento de estágios para técnicos em empresas de engenharia de ambos os países, com programas específicos envolvendo permanência temporária em canteiros de obras em andamento;

g) a oferta de financiamento, tecnologia e/ou equipamento para estudos de viabilidade, projetos e construção de

instalações do setor elétrico, incluindo usinas hidroelétricas, de uma a outra das partes nas formas de empréstimo e investimento, devendo os termos de ressarcimento serem acordados separadamente pelas Partes Contratantes.

Artigo IV

A cooperação entre as Entidades Executoras do presente Ajuste Complementar realizar-se-á através do intercâmbio de informações e documentação, missões técnicas, missões de estudo e estágios de treinamento para peritos, além de outras formas de cooperação a serem acordadas entre tais Entidades Executoras.

Artigo V

1. As informações intercambiadas entre as Entidades Executoras poderão ser transferidas a terceiros mediante o consentimento por escrito da Entidade que fornecer a informação. As Entidades Executoras permitirão, entretanto, a utilização, pelas subsidiárias, das informações transferidas entre si.
2. O intercâmbio de informações previsto no presente Ajuste Complementar não incluirá a concessão da transferência de licença de quaisquer patentes, mesmo aquelas em utilização, e não afetará qualquer outro direito de propriedade de patentes da Entidade Executora que detém a informação.
3. Os documentos solicitados por uma das Entidades Executoras serão fornecidos gratuitamente pela outra Entidade Executora, caso se trate de informação de rotina. Se a elaboração do documento so-

licitado envolver despesas, a Entidade Executora solicitante deverá ser comunicada sobre o montante a ser pago, bem como expressar por escrito sua concordância quanto ao total de tais despesas e quanto à forma de pagamento.

4. Quando uma Entidade Executora preparar estudos especiais, fora da rotina de trabalho, a pedido de outra Entidade Executora, as despesas daí decorrentes, referentes somente a pessoal e a uso de equipamentos específicos, tais como computadores, deverão correr por conta da Entidade solicitante, e seu cálculo será acordado entre as Entidades Executoras.

Artigo VI

1. Em base de reciprocidade de visitas e trocas, a parte interessada, que envia a missão, arcará com as despesas de viagem no trecho internacional, enquanto a parte receptora arcará com as despesas em seu próprio país, incluindo viagens e hospedagem em seu território.
2. O total das despesas relativas à participação de peritos em cursos especiais será aprovado previamente pela Entidade Executora que envia tais peritos.
3. Os técnicos e especialistas intercambiados entre as Entidades Executoras, para efeito de implementação do presente Ajuste Complementar, deverão ter seus nomes e *currículo* submetidos pela Entidade Executora que envia à Entidade Executora que recebe, com uma antecedência mínima de um mês em relação à data de início da missão ou do treinamento.

Artigo VII

1. Uma Entidade Executora poderá colocar especialista à disposição de outra Entidade Executora, mediante solicitação desta última, caso haja, a critério da Entidade Executora que envia, disponibilidade de técnicos e especialistas na área de interesse da Entidade Executora solicitante.

2. O período máximo de estada de um especialista colocado à disposição da Entidade Executora solicitante não será, em princípio, superior a 2 anos, salvo entendimento em contrário entre as Entidades Executoras.

3. Durante o período de estada do especialista, a Entidade Executora que o houver requisitado pagar-lhe-á uma remuneração pelo desempenho de serviços especiais, a qual será acordada, em cada caso, entre as Entidades Executoras e o especialista, e especificada em contrato a ser firmado entre a Entidade Executora solicitante e o especialista.

4. As formas de cooperação previstas nos Artigos III e IV do presente Ajuste Complementar também poderão ser realizadas por empresas ou entidades que venham a ser indicadas pela Entidade Executora solicitada, obtendo-se, para cada indicação, o assentimento expresso da Entidade Executora solicitante. As condições de remuneração, nesses casos, serão estabelecidas de comum acordo diretamente entre a Entidade Executora solicitante e as empresas ou entidades indicadas pela Entidade Executora solicitada.

Artigo VIII

As Entidades Executoras indicarão, cada uma, representante e um suplente como responsáveis pela coordenação das medidas a serem adotadas, pelas respectivas Entidades Executoras, com vistas à implementação do presente Ajuste Complementar.

Artigo IX

Para a implementação do presente Ajuste Complementar, será estabelecido um Grupo Misto de Trabalho, com a participação dos representantes e suplentes mencionados no Artigo VIII acima, que se reunirá em local e data a serem acordados pelas Partes Contratantes. O Grupo Misto de Trabalho definirá um programa de atividades de cooperação que será também apreciado pela Comissão Mista Econômica e Comercial e a quem serão comunicados os progressos alcançados na implementação do presente Ajuste Complementar. Eventuais alterações no referido programa de atividades, seja por cancelamento, seja por adição de projetos, no intervalo das reuniões da Comissão Mista, poderão ser realizadas por via diplomática.

Artigo X

O presente Ajuste Complementar poderá ser alterado, por troca de notas diplomáticas, mediante entendimentos entre as Partes Contratantes.

Artigo XI

1. O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura, terá duração de cinco anos e será automaticamente renovado por iguais períodos, a

menos que uma das Partes Contratantes comunique à outra, por escrito e com antecedência mínima de seis meses, sua decisão de denunciá-lo.

2. O término do presente Ajuste Complementar não afetará o desenvolvimento de programas, projetos e contratos em execu-

ção, previstos no presente Ajuste Complementar, salvo se as Partes Contratantes convierem de forma diversa.

Feito em Brasília, aos 5 dias do mês de março de 1993, em dois exemplares originais, nos idiomas português e chinês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Ementa de cerimônia de assinatura de ato internacional bilateral

Data: 5-3-1993

Local: Gabinete do Ministro de Estado

Hora: 12 horas

Neste momento, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China assinam dois atos bilaterais, a saber:

- Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Económica e Tecnológica firmado entre os dois Governos, tendo em vista a relevância do setor energético no processo de desenvolvimento e modernização, promoverá a cooperação em matéria de energia elétrica, incluindo a energia hidrelétrica, em seus aspectos económicos e tecnológicos, com base no princípio de benefícios mútuos;
- Protocolo Suplementar sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra.

Este Acordo tem por finalidade intensificar a cooperação na área espacial, enquanto reafirma e amplia os objetivos do Ajuste Complementar, de 29 de maio de 1984, ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de 25 de março de 1992. Serão envidados todos os esforços para que o primeiro modelo de vôo do satélite sino-brasileiro de recursos da terra seja colocado em órbita até outubro de 1996.

Assinam:

Pela República Federativa do Brasil:
Sua Excelência Senador *Fernando Henrique Cardoso*,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Pela República Popular da China:
Sua Excelência o Conselheiro de Estado *Qian Qichen*,
Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Protocolo suplementar sobre aprovação de pesquisa e produção de satélite de recursos da terra, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Popular da China

(doravante denominados «Partes»)

Tendo presente que a intensificação da cooperação na área espacial é um dos objetivos do Ajuste Complementar, de 29 de maio de 1984, ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de 25 de março de 1982;

Tendo em vista os termos do Protocolo sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra, assinado em Beidjing, em 6 de julho de 1988;

Expressando a sua satisfação diante dos progressos alcançados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Brasil (INPE) e pela Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST) na execução do projeto para a pesquisa e produção conjunta do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos da Terra,

Chegaram ao seguinte entendimento:

1. As Partes decidem envidar todos os esforços necessários para que o primeiro modelo de voo do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos da Terra seja colocado em órbita até outubro de 1996.
2. As Partes concordam em que as atividades de montagem, integração e testes do segundo modelo de voo do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos da Terra serão rea-

lizadas no Laboratório de Integração e Testes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em condições mutuamente acordadas.

3. A Parte brasileira arcará com todos e apenas aqueles custos adicionais decorrentes da realização das atividades de montagem, integração e testes do segundo modelo de voo no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

4. As Partes concordam em que progresso significativo foi alcançado sobre o controle em órbita do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos da Terra durante a Quarta Sessão Ordinária do Comité Conjunto do Projeto e reiteram sua disposição de continuar as negociações sobre esta questão.

5. As Partes concordam em que o Ministério da Indústria Aeroespacial da China e o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil assinarão um Protocolo sobre Pontos Principais para o Desenvolvimento Adicional do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos da Terra.

6. O presente Protocolo entrará em vigor na data de sua assinatura.

Feito em Brasília, aos 5 dias do mês de março de 1993, em dois exemplares originais, nos idiomas português, chinês e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

Acordos por troca de notas entre os governos do Brasil e do Japão sobre projetos ambientais financiado pelo Overseas Economic Cooperation Fund

Brasília, 12 de março de 1993.

A Sua Excelência o Senhor Yasushi Murazumi, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota de Vossa Excelência, data de hoje, cujo teor é o seguinte:

«Excelência,

Tenho a honra de confirmar o seguinte entendimento recentemente alcançado entre os representantes do Governo do Japão e do Governo da República Federativa do Brasil, com relação a um empréstimo japonês a ser concedido nos termos do Plano de Reciclagem Financeira, com vistas a fortalecer as relações amistosas e a cooperação econômica entre os dois países:

1. Um empréstimo em ienes japoneses, até o montante de noventa e nove bilhões e quarenta e cinco milhões de ienes [¥ 99.045.000.000] (doravante denominado «o Empréstimo»), será concedido ao Estado do Rio de Janeiro, ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo e à Companhia de Gás de São Paulo (doravante denominados «os Mutuários Brasileiros») pelo Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina (doravante denominado «o Fundo»), de acordo com as leis e os regulamentos japoneses pertinentes, para a implementação dos projetos enumerados na lista em anexo (doravante denominada «a Lista»), de acordo com a alocação específica na Lista para cada projeto.

2.(1)0 Empréstimo será tornado disponível mediante acordos de empréstimo a serem firmados entre os Mutuários Brasileiros e o Fundo. Os termos e as condições do Empréstimo, assim como os procedimentos para sua utilização, serão regidos pelos respectivos acordos de empréstimo, que conterão, *inter alia*, os seguintes princípios:

a) o prazo de amortização será de dezoito (18) anos, após um prazo de carência de sete (7) anos;

b) a taxa de juros será de cinco (5) por cento ao ano. Entretanto, quando parte do empréstimo for destacada para cobrir pagamento a consultores, então a taxa de juros aplicável a essa parcela será de três e um quarto (3,25) por cento ao ano;

c) o período de desembolso será de nove (9) anos para o projeto nº 1 da lista, seria (6) anos para o projeto nº 2 da lista, e de oito (8) anos para o projeto nº 3 da lista, a partir da data de entrada em vigor do acordo de empréstimo correspondente.

(2) Cada um dos acordos de empréstimo mencionados no subparágrafo (1) acima será firmado após o Fundo se considerar satisfeito com relação à viabilidade do projeto, inclusive quanto às considerações ambientais, a que se refere o acordo de empréstimo.

(3) O período de desembolso mencionado no subparágrafo (1)(c) acima poderá ser estendido mediante a concordân-

cia das autoridades interessadas dos dois Governos.

3. A República Federativa do Brasil garantirá a amortização do principal dos Empréstimos concedidos para os projetos mencionados na lista, assim como o pagamento dos juros a eles relativos.

4.(1)O empréstimo estará disponível para cobrir pagamentos a serem efetuados pelas agências executoras brasileiras aos fornecedores, aos empreiteiros e/ou a consultores de países-fonte elegíveis, em conformidade com os contratos que tenham sido ou venham a ser firmados entre eles para a compra de produtos e/ou serviços necessários à implementação dos projetos mencionados no parágrafo 1, desde que tais compras sejam efetuadas nos países-fonte elegíveis e se refiram a produtos fabricados por esses países ou a serviços por eles fornecidos.

(2) A determinação de países-fonte elegíveis, mencionados no subparágrafo (1) acima, será objeto de acordo entre as autoridades interessadas dos dois Governos.

(3) Parte do empréstimo poderá ser usada para cobrir despesas elegíveis, em moeda local, que sejam necessárias à implementação dos projetos mencionados no parágrafo 1.

5. O Governo da República Federativa do Brasil assegurará que a aquisição dos produtos e/ou serviços mencionados no subparágrafo (1) do parágrafo 4 obedecerá às normas de aquisição do Fundo, que estabelecem, *inter alia*, os procedimentos de licitação internacional a serem seguidos,

exceto quando tais normas forem julgadas inaplicáveis ou inadequadas.

6. O Governo da República Federativa do Brasil isentará o Fundo de todos os impostos ou tributos cobrados na República Federativa do Brasil com relação ao Empréstimo e aos juros dele decorrentes.

7. Com relação ao transporte e ao seguro marítimo de produtos adquiridos nos termos do Empréstimo, o Governo da República Federativa do Brasil respeitará os princípios da competição livre e justa entre as empresas de navegação e de seguro marítimo dos dois países, em consonância com os procedimentos específicos da República Federativa do Brasil.

8. Os cidadãos japoneses cujos serviços possam vir a ser necessários na República Federativa do Brasil, no contexto do fornecimento de produtos e/ou serviços mencionados no subparágrafo (1) do parágrafo 4, terão todas as facilidades necessárias à sua entrada e permanência na República Federativa do Brasil, para o desempenho de suas atividades.

9. O Governo da República Federativa do Brasil buscará tomar as providências necessárias para assegurar que:

a) os recursos do empréstimo serão usados de forma adequada e exclusivamente nos projetos relacionados na lista, e

b) as instalações construídas no âmbito do Empréstimo serão mantidas e usadas convenientemente, para os fins estabelecidos nesses entendimentos.

10. O Governo da República Federativa do Brasil deverá, quando assim for solicitado,

fornecer ou providenciar que os mutuários brasileiros forneçam ao Governo do Japão as informações e os dados relativos à evolução da implementação dos projetos mencionados no parágrafo 1.

11. Os dois Governos manterão consultas bilaterais quando surgir qualquer questão

ligada aos entendimentos já citados.

Tenho igualmente a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, confirmando o acima exposto em nome do Governo da República Federativa do Brasil, passem a constituir Acordo entre os dois Governos, o qual entrará em vigor na data do recebimento, pelo Governo do Japão, da notificação escrita do Governo da República Federativa do Brasil informando terem-se completado as providências internas necessárias para a entrada em vigor do referido Acordo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos da mais elevada consideração.

A Sua Excelência o Senhor Yasushi Murazumi, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão

Excelência,

Yasushi Murazumi

Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão junto ao Governo da República Federativa do Brasil

LISTA

(em milhões de ienes)

1. Projeto de construção do sistema de esgoto da Bacia da Baía de Guanabara	31.475
2. Projeto de Despoluição da Bacia do Rio Tietê	49.427
3. Projeto de Construção de Usina de Tratamento de Lixo Sólido na área Metropolitana de São Paulo	18.143

Tenho a honra de confirmar, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, que o acima exposto é

também o entendimento do Governo brasileiro, e de concordar com que a Nota de Vossa Excelência e esta Nota de resposta constituam um Acordo entre os dois Governos, o qual entrará em vigor à data do recebimento, pelo Governo do Japão, da notificação escrita, por parte do Governo da República Federativa do Brasil, de que se cumpriram as formalidades internas necessárias à sua vigência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta consideração.

Fernando Henrique Cardoso

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil
Brasília, 12 de março de 1993.

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota, datada de hoje, de Vossa Excelência, cujo texto transcrevo a seguir:

«Excelência,

Tenho a honra de referir-me às recentes conversações entre representantes do Governo do Japão e do Governo da República Federativa do Brasil a respeito do estabelecimento de um Escritório de representação do Fundo de Cooperação Económica Ultramarina (doravante denominado «OECF») e da designação de seu representante residente e de seus colaboradores (doravante denominados «Funcionários Residentes») no Rio de Janeiro, com o objetivo de acompanhar a tramitação de empréstimos da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) do Japão concedidos pelo OECF.

As funções pertinentes ao Escritório do OECF são as seguintes:

- 1) Participar, em caráter preliminar, de negociações que conduzam a acordos de empréstimos entre o OECF, de um lado, e o Governo ou empresas estatais ou outros tomadores brasileiros (doravante denominados conjuntamente «Tomadores Brasileiros») de outro;
- 2) Negociar acordos de empréstimo e acompanhar a tramitação dos projetos em implementação, bem como o desembolso dos empréstimos;
- 3) Atuar como ligação entre o OECF e os Tomadores Brasileiros no que diz respeito ao rápido processamento para a implementação dos acordos de empréstimos;
- 4) Recolher informações a respeito da implementação dos acordos de empréstimo.

Tenho ainda a honra de confirmar o entendimento alcançado nas referidas

conversações, de que o Governo da República Federativa do Brasil concederá os seguintes privilégios ou facilidades:

1) Com respeito ao escritório do OECF no Rio de Janeiro, isenções dos direitos alfandegários e impostos sobre importação ou compra de equipamento de escritório e automóveis, necessários ao funcionamento do escritório, assim como sua exportação, dentro de limites aceitáveis de acordo com a legislação brasileira em vigor.

2) Com respeito aos funcionários residentes do OECF e suas famílias, que não sejam nacionais ou residentes permanentes na República Federativa do Brasil:

- a) concessão, a pedido, de visto de entrada para os funcionários residentes, isento de taxas consulares;
- b) isenção de direitos alfandegários e impostos de importação, num prazo de seis meses a partir da chegada, ou subsequente exportação de:
 - i) bagagem pessoal;
 - ii) bens pessoais, domésticos e outros introduzidos no Brasil para seu uso, de acordo com a legislação brasileira em vigor; e
 - iii) um automóvel por cada funcionário residente de acordo com a legislação brasileira vigente (ou alternativamente, a compra de um automóvel de fabricação brasileira isenta de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é opcional).

c) isenção de imposto de renda sobre salários e vantagens percebidas em remuneração de suas atividades para o OECF na República Federativa do Brasil.

3) Os bens e os automóveis mencionados acima poderão ser vendidos ou transferidos de acordo com a legislação brasileira vigente.

Tenho ainda a honra de propor que esta Nota e a de Vossa Excelência em resposta confirmando, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, o entendimento acima constituam um Acordo entre os dois Governos, que vigorará a partir do recebimento, pelo Governo do Japão, de notificação escrita do Governo da República Federativa do Brasil de que se completaram os trâmites internos necessários à entrada em vigor do Acordo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Yasushi Murazumi

Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão junto ao Governo da República Federativa do Brasil

Tenho ainda a honra de confirmar, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, o entendimento constante da Nota transcrita e concordar com que a Nota de Vossa Excelência e esta Nota de resposta constituam um Acordo entre os dois Governos, que vigorará a partir do recebimento, pelo Governo do Japão, de notificação escrita do Governo da República Federativa do Brasil de que se completaram os trâmites internos necessários à entrada em vigor do Acordo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Fernando Henrique Cardoso

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Declaração Conjunta Brasil-Chile sobre o fortalecimento das relações bilaterais

O Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Senador Fernando Henrique Cardoso, aceitando convite do Ministro das Relações Exteriores do Chile, Doutor Enrique Silva Cimma, realizou visita oficial ao Chile entre os dias 23 e 27 de março de 1993. O Chanceler do Brasil veio acompanhado por sua esposa, Senhora Ruth Cardoso e por uma comitiva de alto nível.

No decurso da visita oficial, o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil foi recebido pelo Exce-lentíssimo Senhor Presidente da República do Chile, Doutor Patricio Aylwin Azocar. Nesse encontro, o Chefe de Estado estendeu convite ao Presidente da República Federativa do Brasil, Doutor Itamar Franco, para visitar oficialmente o Chile durante o corrente ano.

O Ministro Fernando Henrique Cardoso entrevistou-se com o Presidente do Senado, Senador Gabriel Valdés Subercaseaux; com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado José Antônio Vieira-Gallo, e com os Ministros das Relações Exteriores, Doutor Enrique Silva Cimma; da Fazenda, Senhor Alejandro Foxley; e da Economia, Senhor Jorge Marshall; com o Secretário-Geral do Governo, Senhor Enrique Corrêa; e com o Secretário-Geral da Presidência, Senhor Edgardo Boeninger.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, juntamente com o Prefeito da Municipalidade de Santiago, Senhor Jaime Ravinet, inaugurou, na intersecção das Avenidas Brasil e Libertador Bernardo O'Higgins, um busto do patrono da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco.

O Ministro visitante foi condecorado pelo Ministro das Relações Exteriores do Chile com a Grã Cruz da Ordem do Mérito.

Por sua vez, o Ministro Silva Cimma foi condecorado pelo Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil com a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco.

O Reitor da Universidade do Chile, em cerimônia realizada no Salão de Honra, conferiu ao Ministro visitante o título de «Doutor Honoris Causa» daquela instituição de estudos superiores.

Durante a conversação, os dois Ministros analisaram a situação internacional e regional e trocaram pontos de vista sobre o estado da relação entre os dois países nas

esferas política, económica, social e cultural. Ao reafirmar a vontade política de seus respectivos governos de continuar desenvolvendo ações tendentes a fortalecer o entendimento recíproco nessas áreas, acordaram a seguinte Declaração Conjunta que registra as coincidências entre os dois Governos:

I. Fortalecimento das Relações Bilaterais

1. Consideraram, em primeiro lugar, o quadro global em que as relações bilaterais se desenvolvem e se congratularam pela tradição de estreita amizade e ampla cooperação que tem caracterizado historicamente a relação entre o Brasil e o Chile desde o estabelecimento, em 1836, de relações diplomáticas entre os dois países. A propósito, expressaram sua convicção de que o aprofundamento dessa relação representa efetiva contribuição para a paz e a solidariedade da região em seu conjunto. Manifestaram, igualmente, sua decidida convicção de manter as relações bilaterais nos mais altos níveis de excelência.

2. Constataram que, nos últimos anos, o Brasil e o Chile percorreram caminhos semelhantes nos processos de transição política rumo à democracia e à consolidação de suas instituições, processo que resultou, com êxito, no fortalecimento das instituições dos dois países, das liberdades individuais, do respeito aos direitos humanos, bem como no crescimento económico e no desenvolvimento social com eqüidade.

3. Assinalaram a importância significativa do intercâmbio comercial entre os dois

países. Reafirmaram a determinação de ambos Governos de explorar conjuntamente fórmulas que permitam o aumento e a liberalização dos fluxos comerciais, procurando a máxima abertura dos respectivos mercados. Neste sentido, os Ministros coincidiram na conveniência de intensificar os vínculos e a cooperação económica entre os dois países e de assinar um Protocolo para a constituição de um Conselho Bilateral de Economia e Comércio que sirva de referência para aprofundar as relações económicas e o comércio bilateral. Tal Conselho estará encarregado, entre outras matérias, de estudar as negociações de um Acordo de Complementação Económica.

4. Reiteraram o que fora expressado pelos Presidentes do Chile e do Brasil, na Declaração Conjunta de Brasília de 1990, no sentido de impulsionar o estudo e a formulação de projetos para materializar a interconexão rodoferroviária entre os Oceanos Pacífico e Atlântico. Neste sentido, acordaram trocar Notas Reversais destinadas a formalizar a constituição de uma Comissão Técnica Bilateral, que se encarregará de estudar o assunto e formular propostas. Ambos países dão grande importância à viagem promocional que um trem especial realizará entre os portos de Antofagasta e Santos, a partir de 14 de abril próximo.

5. Reconheceram a importância e a utilidade dos contatos estabelecidos entre ambas Chancelarias através do atual Mecanismo de Consultas Permanentes que decidiram apoiar da maneira mais plena e decidida. As duas Chancelarias coincidi-

ram em identificar tal instrumento como o meio mais efetivo para avaliar periodicamente os avanços da relação bilateral e para colaborar com a paz, a segurança e a integração hemisférica.

6. Anunciaram seu reconhecimento e apoio ao «Seminário Brasil-Chile na década de noventa», organizado pelo Instituto de Estudos Internacionais da Universidade do Chile e realizado em Santiago, em 1991, bem como à continuação deste evento, que terá lugar no Brasil, patrocinado pela Fundação Simonsen da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo. Observaram que este tipo de seminários e encontros contribui efetivamente para o melhor conhecimento recíproco e para a busca de ideias que possibilitem novas áreas para a relação bilateral.

7. Expressaram sua satisfação pelos êxitos alcançados entre o Brasil e o Chile em matéria de cooperação técnica, pesquisa científica e intercâmbio cultural e académico, que se tem dinamizado com a execução dos respectivos acordos e cuja manifestação prática se expressa nos programas de ação acordados nesta oportunidade.

8. Salientaram o interesse da Academia Diplomática do Chile e do Instituto Rio Branco em estabelecer um mecanismo de cooperação mútua, que incluirá o intercâmbio de visitas em nível de direção, de professores de ambas instituições académicas para cursos específicos e de alunos que possam assistir a um período de estudo válido para o «currículo» em ambas instituições. Os Ministros expressaram seu decidido apoio a esta matéria.

9. Registraram, com satisfação, o notável incremento da cooperação entre universidades brasileiras e chilenas, o aumento do intercâmbio acadêmico e o grande número de projetos conjuntos na área do ensino superior. Observam que tais iniciativas continuam frutificando e que outros acordos de cooperação universitária estão em vias de concretização.

10. Manifestaram seu grande interesse no desenvolvimento deste tipo de atividade, reconhecendo, ao mesmo tempo, a autonomia das instituições de ensino superior dos dois países para estabelecer seus programas de intercâmbio e cooperação.

11. Neste contexto, tomam conhecimento das negociações em andamento para concretizar quatro projetos de cooperação na área universitária, indicados a seguir:

- a) Intercâmbio de experiências sobre reconhecimento de títulos acadêmicos;
- b) Intercâmbio de experiências sobre organização da pesquisa científica;
- c) Criação da cátedra de estudos brasileiros; e
- d) Edição de textos acadêmicos de autores dos dois países.

12. Expressaram sua satisfação pelos trabalhos da Comissão Mista Cultural Brasil-Chile, cuja primeira reunião se realizou em Santiago, em junho de 1990, e manifestaram o desejo de que a segunda reunião seja realizada em breve, para elaborar um programa de trabalho de cooperação cultural bilateral, no qual se contemple, entre outras atividades, a realização de um Encontro Universitário Brasil-Chile.

13. Manifestaram sua satisfação pelas diversas iniciativas conjuntas acordadas na presente visita e pela assinatura dos seguintes documentos:

- a) Protocolo para a Constituição do Conselho Bilateral de Economia e Comércio;
- b) Troca de Notas destinada a formalizar a constituição de Comissão Técnica Bilateral para elaborar estudos técnicos para a interligação do Oceano Atlântico ao Pacífico.
- c) Convênio de Cooperação Turística;
- d) Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico;

Protocolos Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica, e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, relativos a:

- e) Programa de Ação 1993/94 em matéria de Cooperação Técnica.
- f) Programa de Cooperação Bilateral na Área Espacial.
- g) Bases de Cooperação entre o Instituto de Pesquisa Económica Aplicada do Brasil (IPEA) e o Ministério de Planejamento e Cooperação do Chile (Mideplan).

14 Expressaram sua satisfação pela constituição do Comité Empresarial Brasil-Chile por empresários de ambos os países, pertencentes à Confederação da Produção e do Comércio do Chile e ao Conselho

Empresarial Permanente do Ministério de Relações Exteriores do Brasil.

II. Cooperação Regional

15. Reiteraram sua convicção quanto à plena vigência do Mecanismo de Consulta e Concertação Política Institucionalizado no Grupo do Rio. Neste sentido, observaram a notável eficácia e validade de tal instrumento que está permitindo' analisar concertadamente os problemas de maior relevância que afetam nosso continente e, ao mesmo tempo, tem-se constituído em interlocutor com outras instâncias internacionais, do que são exemplos os diálogos estabelecidos com a Comunidade Europeia e com outros países ou grupos de países. Ao mesmo tempo, manifestaram sua decisão de trabalhar conjuntamente na preparação da Reunião de Cúpula Presidencial, que terá lugar em Santiago, em outubro próximo.

16. Reafirmaram sua vontade de continuar envidando esforços com o objetivo de que tenha êxito a tarefa que está desenvolvendo a Missão Civil ONU/OEA no Haiti. Com esse objetivo, reiteraram seu apoio a todas as iniciativas que tem estimulado a Organização dos Estados Americanos e a Organização das Nações Unidas para restabelecer as instituições democráticas e a plena vigência dos direitos humanos naquele país.

17. Deixaram expressa constância de seu decidido apoio às Cúpulas Ibero-Americanas realizadas em Guadalajara e em Madrid. Ratificaram sua firme adesão ao «Documento de Conclusões» assinado em

Madrid, em 24 de julho de 1992, na Segunda Reunião da Cúpula Ibero-Americana. Da mesma forma, expressaram seu firme propósito de cooperar para o êxito da Terceira Reunião de Cúpula que terá lugar no Brasil, durante o presente ano.

18. Destacaram a relevância ao Parlamento Latino-Americano, que constitui valioso meio para a integração e solidariedade regionais, congratulando-se com o Brasil por sediar essa instituição.

19. Reiteraram sua satisfação pela adoção das emendas ao Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina (Tlatelolco), propostas pelo Brasil, Chile, e Argentina, a fim de avançar rumo à plena vigência de tal instrumento e assinalaram os passos dados pelos três países para consolidar a desnuclearização da região.

20. Reconhecendo a importância das tecnologias espaciais para o desenvolvimento dos países e a investigação da mudança global, decidiram dar seu apoio à II Conferência Espacial das Américas que será celebrada em Santiago, Chile, de 26 a 30 de abril de 1993. O Governo do Brasil se fará representar nessa reunião por autoridades do mais alto nível.

III. Concertação no Plano Internacional

21. Expressaram sua renovada adesão aos princípios e disposições consagrados nas Cartas das Nações Unidas e da Organização de Estados Americanos. Manifestaram sua decisão de fortalecer os mecanismos e instrumentos que asse-

guram a manutenção da paz e segurança internacionais.

22. Manifestaram sua firme adesão às instituições democráticas, à plena vigência das liberdades fundamentais e ao respeito aos direitos humanos. Neste sentido, expressaram sua satisfação pela estreita solidariedade que tem surgido ante os frustrados intentos de alterar o sistema institucional no continente.

23. Expressaram sua satisfação pelos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, inclusive a adoção da Declaração do Rio e a assinatura das Convenções sobre biodiversidade e Mudança do Clima, e confirmaram sua decisão de trabalhar ativamente na execução dos programas da Agenda 21.

Concordaram em que, para pôr em prática os acordos da Conferência do Rio e os processos de desenvolvimento sustentável deles decorrentes, é necessário que os programas económicos e sociais, bem como aqueles de proteção e conservação ambiental dos países em desenvolvimento, contem com aportes tecnológicos ambientalmente apropriados e recursos financeiros adicionais.

24. Reafirmaram a importância que ambos os Governos atribuem aos esforços de liberalização do comércio internacional e, nesse sentido, dão seu apoio às negociações da Rodada Uruguai no âmbito do GATT, cuja conclusão positiva permitirá o fortalecimento da economia mundial e tornará viáveis novas oportunidades para

o crescimento das economias dos países em desenvolvimento.

25. Confirmaram a decisão dos dois Governos de apoiar, tanto no campo bilateral como no multilateral, os trabalhos preparatórios da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, convocada para 1995, pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

26. Ao tomar nota da assinatura, no último mês de janeiro, em Paris, da Convenção sobre a Proibição de Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Emprego de Armas Químicas e sobre sua Destruição, renovaram a intenção expressa no «Compromisso de Mendoza» de contribuir ativamente para a proscrição total das armas de destruição maciça tanto em escala global como regional.

Por outro lado, o Governo do Chile convidou o Governo do Brasil para participar do Seminário Regional de Armas Químicas, que será realizado nos dias 6 e 7 de setembro próximo, na cidade de Viña del Mar, destinado a difundir os direitos, obrigações e alcance da Convenção sobre Armas Químicas.

27. Acordaram coordenar suas posições na Conferência das Nações Unidas sobre Pesca em Alto Mar, a fim de alcançar um regime efetivo de conservação dos recursos marinhos vivos, o qual contemple o especial interesse do Estado costeiro nas espécies que se encontram nas águas adjacentes à Zona Económica Exclusiva.

28. Resolveram, ademais, aumentar a cooperação recíproca nos foros do Sistema do Tratado Antártico, mantendo estreita

consulta acerca das negociações para o estabelecimento de uma Secretaria do Tratado Antártico e para o aperfeiçoamento da proteção ambiental naquele dito continente.

Concordaram em intensificar a cooperação científica antártica e a pesquisa oceânica, para o que decidiram convocar uma reunião dos organismos responsáveis pelos respectivos programas científicos.

29. Congratularam-se pelo apoio mútuo oferecido às diversas candidaturas apresentadas pelos dois países em Organismos Internacionais, o qual reflete o alto nível de entendimento e cooperação alcançado entre ambas Chancelarias.

30. Destacaram a importância da candidatura do Senhor Rafael Moreno à Diretoria Geral da FAO, ressaltando que conta com o sólido apoio de toda a região da América Latina e do Caribe. Neste sentido, o Chile deixou constância de seu agradecimento pelas valiosas gestões que a diplomacia brasileira está desenvolvendo em favor desta candidatura, cuja positiva conclusão contribuirá para maior

presença de nosso Continente nos organismos internacionais.

31. Manifestaram sua preocupação pelo grave problema que constitui a produção, comercialização e consumo de drogas ilícitas, estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como o aumento do seu tráfico, destacando as perniciosas consequências económicas e sociais que decorrem destes fatos delituosos. Sobre este assunto, reiteraram sua decidida vontade de cooperar na luta contra o narcotráfico, no âmbito das iniciativas da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos.

O Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil expressou seu especial agradecimento e o dos membros de sua comitiva pelas atenções recebidas por parte do Governo e Povo do Chile durante sua permanência no país.

Fernando Henrique Cardoso
Ministro das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

Enrique Silva Cimma
Ministro das Relações Exteriores
da República do Chile

***Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Colômbia
sobre sanidade vegetal para proteção de zonas fronteiriças
e intercâmbio de seus vegetais e produtos derivados***

A República Federativa do Brasil

e

A República da Colômbia

(doravante denominadas «Partes Contratantes»),

CONSIDERANDO:

Que existem pragas, doenças e ervas daninhas exóticas para os dois países, ou individualmente para cada um deles, cuja presença ocasionaria graves problemas socioeconômicos;

Que um programa harmónico de luta contra os riscos fitossanitários, entre ambos os países e especialmente em áreas de fronteira, facilitaria a tomada de decisões e a aplicação de medidas para exclusão, erradicação e manejo das pragas, doenças e ervas daninhas em cultivos e produtos armazenados;

Que é dever fundamental dos serviços públicos de sanidade vegetal de cada país diminuir ao mínimo os riscos fitossanitários no intercâmbio comercial de produtos agrícolas;

Que o conhecimento das experiências científicas de cada país, em matéria de fitossanidade é vantajoso para o êxito dos programas de controle e erradicação de pragas, doenças e ervas daninhas em ambos os países,

Acordam o seguinte:

Artigo I

As Partes Contratantes estabelecerão um programa coordenado de sanidade vegetal por meio do qual serão fixadas as condições fitossanitárias para importação e exportação de vegetais e produtos de origem vegetal, originários e procedentes do território de uma das Partes Contratantes e destinados ao território da outra Parte Contratante, assim como para o manejo de problemas fitossanitários de interesse comum nas áreas de fronteira.

Artigo II

O Governo brasileiro designa, como entidade executora do presente Acordo, o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, por intermédio

do Departamento Nacional de Defesa Vegetal, da Secretaria de Defesa Agropecuária; e o Governo colombiano designa, com a mesma finalidade, o Ministério da Agricultura, por intermédio da Divisão de Sanidade Vegetal, do Instituto Colombiano Agropecuario (ICA).

Artigo III

Os setores responsáveis pela defesa sanitária vegetal de ambos os países comprometem-se a:

- 1) estabelecer ação coordenada de sanidade vegetal, nas regiões de fronteira entre ambos os países, com a adoção de medidas necessárias a um eficiente controle dos problemas fitossanitários de interesse comum;
- 2) realizar um diagnóstico fitossanitário contínuo para definir as pragas, doenças e ervas daninhas de interesse comum;
- 3) oferecer as garantias e cumprir os requisitos fitossanitários estabelecidos pelas autoridades centrais de sanidade vegetal de cada país, para a importação de vegetais e produtos de origem vegetal, conforme as condições estabelecidas em protocolos acordados;
- 4) manter intercâmbio permanente de informações fitossanitárias da região de fronteira, bem como de relatórios de ocorrências e de metodologias adotadas para detectar e prevenir o ingresso e a disseminação de pragas e doenças dos vegetais, em seus territórios;
- 5) comunicar imediatamente, por via postal ou similar, a eventual aparição,

nas áreas de exportação, de qualquer praga ou doença de importância quarantenária, pormenorizando com exatidão sua localização geográfica, as medidas adotadas para sua erradicação ou controle, inclusive as medidas referentes a garantir a exportação;

6) propor medidas de caráter fitossanitário para o trânsito de produtos vegetais nas zonas de fronteira, com o fim de evitar o comércio ilegal de produtos que possam colocar em risco a sanidade de algum dos dois países;

7) promover o intercâmbio de especialistas em sanidade vegetal, a fim de trocar experiências sobre suas realizações científicas e tecnológicas em matéria de sanidade vegetal;

8) manter cooperação técnica nas esferas relacionadas com o controle de defensivos agrícolas, campanhas fitossanitárias, diagnósticos e combate de pragas e doenças, pesquisa e demais áreas de interesse comum.

Artigo IV

As autoridades centrais das duas Partes Contratantes se entenderão diretamente sobre os assuntos relacionados com a execução do presente Acordo e sobre eventuais modificações do programa de trabalho mencionado no Artigo I deste Acordo.

Artigo V

Para facilitar a aplicação do presente Acordo, será criada uma Comissão mista, formada por representantes das entidades executoras indicadas no Artigo II, designados pelos respectivos Ministé-

rios da Agricultura, a qual terá as seguintes funções:

a) acompanhar o desenvolvimento e a aplicação do presente Acordo e propor a seus respectivos Governos as medidas que devam ser tomadas para obter maior eficácia nas disposições deste Acordo;

b) apresentar, para aprovação de ambos os Governos, as proposições de modificação relativas ao presente Acordo;

c) buscar soluções para dificuldades de caráter legal que surjam da interpretação deste Acordo;

d) submeter, aos respectivos Governos, as propostas de cooperação sobre temas relacionados com o presente Acordo, resultantes de critérios emanados de organismos internacionais reconhecidos como competentes pelas autoridades de ambos os países.

Artigo VI

1. Cada Parte Contratante notificará à outra o cumprimento das respectivas formalidades legais internas para a entrada em vigor deste Acordo, o qual passará a ter validade depois de recebida a segunda notificação.

2. Este Acordo terá duração de 5 (cinco) anos prorrogáveis sucessivamente por igual período, a menos que uma das Partes Contratantes comunique à outra, por escrito e por via diplomática, com antecedência de 6 (seis) meses, sua intenção de dá-lo por terminado.

3. O término do Acordo não prejudicará programas e projetos em execução e que tenham sido iniciados durante o período de sua vigência, a menos que as Partes Contratantes decidam o contrário.

Feito em Brasília, aos 14 dias do mês de abril de 1993, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL,
Fernando Henrique Cardoso
Ministro de Estado das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA DA COLÔMBIA,
Noemi Sanín de Rubio
Ministra das Relações Exteriores

***Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Colômbia
sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes
do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico***

A República Federativa do Brasil
e

A República da Colômbia

(doravante denominadas «Partes Contratantes»)

Considerando o estágio particularmente elevado de entendimento e compreensão existentes entre os dois países; e,

No intuito de estabelecer novos mecanismos para o fortalecimento das suas relações diplomáticas;

Acordam o seguinte:

Artigo I

Os dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico de uma das Partes Contratantes, designado para exercer missão oficial na outra como membro de Missão diplomática, Reparti-

ção consular ou Missão junto a organismo internacional com sede em qualquer dos dois países, poderão receber autorização para exercer atividade remunerada no Estado receptor, respeitados os interesses nacionais. A autorização poderá ser negada nos casos em que:

- a) o empregador for p Estado receptor, inclusive por meio de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista; e
- b) afetem a segurança nacional.

Artigo II

Para fins deste Acordo, são considerados «dependentes»:

- a) cônjuge;
- b) filhos solteiros menores de 21 anos;

- c) filhos solteiros, menores de 25 anos que estejam estudando, em horário integral, nas universidades ou centros de ensino superior reconhecidos por cada Estado; e
- d) filhos solteiros com deficiências físicas ou mentais.

Artigo III

1. O exercício de atividade remunerada por dependente, no Estado receptor, dependerá de prévia autorização de trabalho do Governo local, por intermédio de pedido formulado pela Embaixada junto ao Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores. Após verificar se a pessoa em questão se enquadra nas categorias definidas no presente Acordo e após observar os dispositivos internos aplicáveis, o Cerimonial informará oficialmente à Embaixada que a pessoa tem permissão para exercer atividade remunerada, sujeita à legislação do Estado receptor.
2. Nos casos de profissões que requeiram qualificações especiais, o dependente não estará isento de preenchê-las. As disposições do presente Acordo não poderão ser interpretadas como implicando o reconhecimento, pela outra Parte Contratante, de títulos para os efeitos do exercício de sua profissão.
3. Para os dependentes que exerçam atividade remunerada nos termos deste Acordo, fica suspensa, em caráter irrevogável, a imunidade de jurisdição civil e administrativa relativa a todas as questões decorrentes da referida atividade. Nos casos em que um dependente, nos termos do presen-

te Acordo, que gozar de imunidade de jurisdição penal, de conformidade com a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, for acusado de delito cometido no Estado receptor em relação a tal atividade, o Estado acreditante considerará seriamente qualquer solicitação escrita de renúncia daquela imunidade.

4. Os dependentes que exerçam atividade remunerada nos termos deste Acordo perderão a isenção de cumprimento das obrigações tributárias e previdenciárias decorrentes da referida atividade, ficando, em consequência, sujeitos à legislação aplicável às pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Estado receptor.

5. A autorização para exercer atividade remunerada por parte de um dependente cessará quando o agente diplomático, funcionário ou empregado consular ou membro do pessoal administrativo e técnico, do qual emana a dependência, termine suas funções perante o Governo onde esteja acreditado.

Artigo IV

1. Cada Parte Contratante notificará à outra o cumprimento dos respectivos requisitos legais internos necessários à vigência deste Acordo, o qual entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data do recebimento da segunda notificação.
2. O presente Acordo terá validade de seis anos, sendo tacitamente renovado por sucessivos períodos de um ano, salvo se uma das Partes manifestar, por escrito e por via diplomática, sua intenção de denunciá-lo. Neste caso, a denúncia surtirá

feito seis meses após o recebimento da notificação.

Feito em Brasília, aos 14 dias do mês de abril de 1993, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL,
Fernando Henrique Cardoso
Ministro de Estado das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA DA COLÔMBIA,
Noemi Sanín de Rubio
Ministra das Relações Exteriores

***Ata da Terceira Reunião da Comissão Mista
Brasil-Colômbia de Cooperação Económica e Técnica
Brasília, 12,13 e 14 de abril de 1993***

Paralelamente à visita oficial ao Brasil da Ministra de Relações Exteriores da Colômbia, Doutora Noemi Sanín de Rubio, realizou-se no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, nos dias doze, treze e quatorze de abril de 1993, a III Reunião da Comissão Mista Brasil-Colômbia de Cooperação Económica e Técnica.

A Delegação colombiana foi chefiada pelo Embaixador da Colômbia em Brasília, Doutor Guillermo Alberto González Mosquera, e a Delegação brasileira pelo Chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores, Ministro Luiz Felipe de Macedo Soares. Os nomes dos demais integrantes de ambas as Delegações figuram em relação anexa (Anexo 1).

Após a aprovação da Agenda (Anexo 2), os Chefes das Delegações assinalaram a importância da realização da III Reunião desta Comissão Mista, convocada depois de longo intervalo. Expressaram o interesse dos dois Governos em continuar a fomentar a cooperação económica e técnica,

explorando novos temas de interesse comum. O Chefe da Delegação colombiana ressaltou as ações de cooperação realizadas nas áreas de formação profissional, cooperação científica e tecnológica, intercâmbio de experiências em matéria de cooperativismo e meio ambiente. Salientou a importância de implementar plenamente os acordos firmados sobre cooperação sanitária e sanidade animal. Em seguida, os dois Chefes de Delegação realizaram um sumário das relações econômico-comerciais entre o Brasil e a Colômbia, destacando os processos de abertura comercial e de privatização em curso em ambos os países (itens I e II da Agenda).

Item III
Linhas Gerais de Cooperação
Económica:

a) *carvão*: a Delegação colombiana assinalou que a empresa Carbones de Colômbia - Carbocol está em condições de exportar para o Brasil 150 mil toneladas métricas de carvão mineral («carvão de mescla»), dando prosse-

guimento aos acordos e entendimentos entre os dois Governos sobre a matéria; após ressaltar que no Brasil deixou de existir a empresa estatal que centralizava as importações de carvão, a Delegação brasileira tomou nota do oferecimento colombiano e comprometeu-se a fazê-lo chegar aos órgãos e entidades competentes, com vistas à identificação de compradores potenciais; a Delegação colombiana transmitiu, outrossim, proposta da Carbo-col para o desenvolvimento de um projeto de transferência de tecnologia e pesquisa conjunta em gaseificação e purificação de carvão, bem como para a participação brasileira em exploração de jazida de carvão situada no Departamento do Amazonas (Colômbia) e na construção de uma usina térmica com capacidade de aproximadamente 20.000 quilowatts, à base de carvão de tipo lignito A.

b) *petróleo*: o representante da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) manifestou o interesse de sua empresa em importar petróleo colombiano do tipo «caño limón»; ressaltou que seria necessário encontrar meios de tornar mais competitivos os preços do óleo cru colombiano, como, por exemplo, através de esquemas de petróleo, poderia tornar-se instrumento capaz de promover a expansão do comércio bilateral, em curto prazo, e, ao mesmo tempo, concorrer para seu equilíbrio, atendendo, assim, à preocupação quanto ao déficit em detrimento da Colômbia, manifestada pelo lado colombiano; a

Delegação colombiana tomou nota do interesse brasileiro em importar petróleo colombiano e comprometeu-se a transmiti-lo à Empresa Colombiana de Petróleos (Ecopetrol);

c) *cooperação no setor agropecuário*: a Delegação colombiana referiu-se à importância que seu Governo atribui à cooperação na área de sanidade animal; por sua vez, a Delegação brasileira assinalou a firme disposição de cooperar com a Colômbia nesse setor e recordou que o Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira, de 1985, o Acordo sobre Sanidade Animal para Intercâmbio de Animais e Produtos de Origem Animal, de 1988, e o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Sanitária para a Região Amazônica, de 1991, foram aprovados pelo Congresso brasileiro. Sublinhou que restaria a ratificação desses acordos pela Colômbia para que a cooperação contemplada em seus dispositivos possa ser plenamente implementada; a Delegação colombiana indicou que serão envidados esforços para que esses instrumentos sejam aprovados, com a maior brevidade, pelo Congresso colombiano; ambas as Delegações registraram satisfação com a conclusão das negociações, iniciadas por ocasião da visita ao Brasil do Presidente César Gaviria (setembro de 1991), referentes ao Acordo de Sanidade Vegetal para a Proteção e Zonas Fronteiriças e Intercâmbio de Vegetais e Derivados, a ser firmado durante a visita da Ministra de Relações Exteriores da

Colômbia. A Delegação colombiana submeteu à consideração do Brasil as seguintes demandas de cooperação na área agrícola: desenvolvimento de projetos de comercialização de sementes, fornecimento de germoplasma, produção de hortaliças, desenho de sistemas de informação em *marketing* agropecuário, melhoria da qualidade de bananas e plátanos, toxicologia animal e diagnóstico de agentes causadores de mortalidade embrionária; a Delegação brasileira acolheu positivamente as propostas colombianas e identificou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) como entidade de contrapartida para projetos nessas áreas.

d) *pesca e piscicultura*: a Colômbia propôs a execução conjunta de um plano para o manejo de áreas de pesca na Bacia Amazônica; solicitou assessoria para o manejo do ciclo reprodutivo do tambaqui («cachama») e da tilápia; e propôs o intercâmbio de especialistas em patologia de peixes. O representante da Câmara Setorial de Pesca do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária do Brasil manifestou interesse nas demandas colombianas e indicou a possibilidade de atendê-las, tendo em conta a experiência acumulada pelo Brasil nas áreas indicadas.

e) *turismo*: a Delegação colombiana propôs o desenvolvimento de um projeto para estabelecer um sistema de informação turística entre os dois países, voltado especialmente para a zona de fronteira; ao manifestar interesse na

proposta colombiana, a Delegação brasileira assinalou que a área de turismo está contemplada no Plano Tabatinga-Apapóris, em cujo âmbito se poderia desenvolver o projeto proposto pela Colômbia; em seguida, a Delegação colombiana solicitou assessoria brasileira em matéria de turismo ecológico (capacitação de recursos humanos em regulamentação e normatividade, e prestação de serviços). A Delegação brasileira indicou que a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) estaria em condições de prestar a assessoria solicitada.

Item IV **Educação e Formação de Recursos Humanos**

a) *crédito educativo*: o representante do Ministério da Educação e Desporto (MEC) reiterou o interesse brasileiro em receber cooperação da Colômbia em matéria de crédito educativo, conforme entendimentos já mantidos com o Instituto Colombiano de Crédito Educativo e Estudos Técnicos no Exterior (Icetex), pelo Senhor Ministro da Educação, Murílio Hingel, quando esteve em Bogotá, em novembro de 1992, para participar da II Conferência Ibero-americana de Educação;

b) *intercâmbio acadêmico*: a Delegação brasileira expôs os resultados do Programa de Estudantes-Convênio (PEC) no quadro da cooperação com a Colômbia; registrou que, em 1993, foram matriculados em Universidades brasileiras, no âmbito do PEC, dois

estudantes colombianos de graduação e sete de pós-graduação; na consideração deste subitem, assinalou-se, igualmente, o interesse na constituição de uma «Comissão Especial de Educação», no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), bem como no pleno aproveitamento, por instituições de ambos os países, das oportunidades de cooperação oferecidas pela União das Universidades Amazônicas (Unamaz); a Delegação colombiana manifestou, outrossim, o interesse em desenvolver programa que possibilite o envio de docentes e pesquisadores brasileiros à Universidade da Amazônia (Florência, Departamento do Caquetá), bem como a vinda ao Brasil de estudantes daquela Universidade para a realização de cursos de pós-graduação nas seguintes áreas: biotecnologia, eletrônica, telecomunicações, informática, energia solar, hidrologia e outras.

c) *promoção do ensino do Português e do Espanhol*: ambas as Delegações ressaltaram o interesse na introdução, com a maior brevidade possível, do ensino do português e do espanhol nos *curricula* das escolas primárias e secundárias de cada país, conforme previsto no Acordo de Intercâmbio Cultural, de 1963, e entendimentos sobre o assunto já iniciados entre os respectivos Ministérios da Educação; na oportunidade, a Delegação colombiana sugeriu o desenvolvimento de projeto conjunto em matéria de educação ambiental e promoção do ensino das duas

línguas, voltado especialmente para a zona fronteira;

d) *atenção integral à criança e ao adolescente*: a Delegação colombiana manifestou a disposição de promover o intercâmbio de experiências na área de atenção integral à infância e ao adolescente; mencionou, nesse sentido, a experiência colombiana conhecida como «Escuela Nueva», que abrange desde a pré-escola (4 anos), com suplemento alimentar, até o secundário; a Delegação colombiana também se referiu às experiências colombianas em matéria de unificação e edição de textos escolares, difusão de bibliotecas escolares e emprego de professores aposentados em serviços comunitários, como alfabetização de adultos. Na consideração deste item, a Delegação brasileira mencionou a experiência do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Pronaica), que administra os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Caies), e manifestou o interesse em lançar as bases de um projeto de cooperação bilateral para trocar experiências em matéria de Caies e «Escuela Nueva»;

o) *formação de recursos humanos*: o representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) fez exposição sobre os resultados da cooperação entre sua entidade e o Serviço Nacional de Aprendizagem (Sena), da Colômbia, assinalando que, entre 1981 e 1992, aproximadamente uma centena de técnicos colombianos receberam

treinamento na entidade brasileira, nas mais diversas áreas (curtimento de couros, manufatura de couros, têxteis, saneamento básico, microcomputação e eletrônica aplicada); manifestou que o Senai está interessado em manter e ampliar a cooperação com o Sena e referiu-se a dificuldades que se teriam registrado, do lado colombiano, para o envio de técnicos ao Brasil, no corrente ano; a Delegação colombiana reiterou o interesse em manter a cooperação Sena-Senai e assinalou que, em 1993, as dificuldades para o envio de técnicos ao Brasil se deveram ao atual processo de reestruturação do Sena; uma vez concluído esse processo, seria reiniciado o envio de técnicos ao Senai; ambas as Delegações coincidiram na caracterização da cooperação Senai-Sena como exemplo de experiência bem sucedida, que merece amplo apoio dos dois Governos.

ItemV

Linhas Gerais da Cooperação em Ciência e Tecnologia:

a) *modernização da cooperação em Ciência e Tecnologia*: as duas Delegações coincidiram na apreciação da crescente importância de modernizar as modalidades de cooperação em ciência e da tecnologia. Nesse contexto, recordaram atividades conjuntas no âmbito do Programa Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (Cyted) e do diálogo do Grupo do Rio com a Comunidade Europeia sobre cooperação científica e tecnológica. Ressalta-

ram, também, a conveniência da pronta negociação e conclusão do Acordo-Quadro sobre Cooperação Científica e Tecnológica, ora em estudo pelos países-membros da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi). A Delegação brasileira relatou as atividades que o Brasil vem realizando para implantar a Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla), organismo regional de desenvolvimento científico e tecnológico. A Delegação colombiana informou que estudará a conveniência de vir a aderir ao Ato Constitutivo do referido organismo.

b) *cooperação tecnológica*: no que respeita às linhas gerais da cooperação bilateral, acordou-se concentrar esforços nas áreas indicadas abaixo.

- **Qualidade e Produtividade**: a Delegação brasileira destacou seu interesse nessa área, em função dos imperativos da competitividade internacional e da integração regional. A Delegação colombiana manifestou interesse em receber cooperação da Associação Brasileira de Controle da Qualidade no que respeita ao seu cadastro nacional de consultores, bem como em estabelecer cooperação para o apoio aos sistemas educacionais que incorporem conceitos de qualidade e produtividade. Nesse setor, expressou especial interesse em conhecer a experiência brasileira no setor de controle de qualidade de produtos alimentícios.

■ **Incubadoras de Empresas, Planejamento, Prospeção e Gestão Industrial:** a Delegação colombiana manifestou interesse em conhecer a experiência brasileira nos campos da gestão e planejamento industrial, bem como na criação de incubadoras de empresas; a Delegação brasileira identificou amplas possibilidades de cooperação nesses campos, comprometendo-se a transmitir à parte colombiana modelo de procedimentos de cooperação relativa à organização de incubadoras de empresas, bem como a identificar a entidade brasileira de contrapartida.

■ **Monitoramento da Floresta Amazônica:** a Delegação brasileira registrou o oferecimento à Colômbia de utilização do satélite brasileiro de sensoriamento remoto, em especial em atividades que visem à uniformização de metodologia para o monitoramento do desmatamento na região amazônica. O representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) manifestou a disposição de sua entidade de receber pesquisadores colombianos para atividades de treinamento e de pesquisa conjunta, bem como de pós-graduação (mestrado); assinalou, igualmente, o interesse de associar a Colômbia ao projeto Panamazonia (monitoramento de áreas desmatadas); ofereceu, finalmente, cooperação em matéria de pesquisa sobre o fenômeno climático «El Niño». A Delegação colombiana destacou a

importância desses oferecimentos, os quais serão transmitidos ao Instituto Agustin Codazzi. A Delegação colombiana manifestou, igualmente, interesse em cooperar com o Brasil no estabelecimento de um centro de pesquisa tropical na Amazônia colombiana; a Delegação brasileira acolheu positivamente essa iniciativa.

- **Gemologia e recursos minerais:** as duas Delegações coincidiram na conveniência de desenvolver atividades conjuntas de aperfeiçoamento de recursos humanos da área da gemologia, para o que o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) comunicou dispor de um centro de treinamento de nível técnico no Estado do Rio Grande do Sul.

No que respeita à cooperação na área de minérios, as duas Delegações passaram em revista os acordos celebrados até o presente, e reconheceram ser necessário verificar o estágio atual da cooperação mantida com base nesses instrumentos. A Delegação colombiana propôs o desenvolvimento de estudos para a exploração conjunta de jazidas auríferas situadas na Amazônia colombiana.

- **Gestão de Recursos Hídricos:** a Delegação brasileira sublinhou as possibilidades de cooperação sobre o recurso água; destacou a importância de assegurar-se um elevado conteúdo científico e tecnológico nas atividades cooperativas relacionadas com a área social, a fim de maximizar o seu impacto, bem como

para evitar tendências assistencialistas. Ressaltou, nesse sentido, a conveniência de uma ação concertada entre os dois países em programas de cooperação nessa área, ora em estudos no âmbito da Aladi e da Comunidade Europeia.

- **Energia Elétrica:** a Delegação colombiana manifestou interesse em estabelecer cooperação na área de perdas não-técnicas de energia elétrica, a respeito da qual recebeu, da parte brasileira, proposta de termos de referência elaborados pelas Centrais Elétricas do Estado de São Paulo (CESP), que atuará na matéria em conjunto com o Ministério das Minas e Energia do Brasil; a Delegação colombiana prontificou-se a transmitir ao Instituto Colombiano de Energia Elétrica (ICEL) o oferecimento brasileiro.

Item VI

Linhas Gerais da Cooperação Técnica:

a) *construção de moradias populares:* a Delegação colombiana ofereceu partilhar com a parte brasileira a experiência daquele país no desenvolvimento de tecnologias de construção, com parâmetros elevados de produtividade e de qualidade, de moradias para populações de baixa renda, com a participação dos setores público (Sena) e privado. Nesse quadro, destacou as possibilidades de intercâmbio na área de mobilização comunitária e autoconstrução, mencionando a cooperação prestada pela Colômbia nessa matéria a

outros países; a representante do Ministério do Bem-Estar Social (MBES) manifestou interesse na troca de informações e experiências com a Colômbia, em matéria de construção de moradias para populações de baixa renda, assinalando que o tema também vem sendo objeto de atenção pelo Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP).

b) *transporte hidroviário:* o representante das Centrais Elétricas do Estado de São Paulo (CESP) destacou a experiência que sua empresa adquiriu na operação da hidrovía Tietê-Paraná, a qual poderia ser compartilhada com a Colômbia; respondendo a indagação da parte colombiana, informou sobre a participação da iniciativa privada no aproveitamento e exploração da referida hidrovía, em setores como a construção de portos, transporte de grãos, transporte intermodal; manifestando interesse em explorar possibilidades de cooperação com a CESP, a Delegação colombiana ressaltou a importância que seu Governo atribui à execução de projetos bilaterais de construção de canais fluviais na zona fronteira;

c) *cooperativismo:* o representante do Departamento Nacional de Cooperativismo (Denacoop) manifestou interesse em conhecer a experiência colombiana nas áreas de telefonia rural, eletrificação rural e cooperativismo aplicado ao crédito rural e urbano; a Delegação colombiana indicou que haveria possibilidade de atender às demandas brasileiras de intercâmbio nessas áreas.

Foram apresentadas informações sobre os resultados de recente visita de Missão colombiana ao Brasil (novembro e dezembro de 1992), no quadro dos programas vigentes de cooperação em matéria de cooperativismo, bem como sobre visita de Missão brasileira à Colômbia, a realizar-se em fins de abril de 1993, cuja organização ficará a cargo da Federação Nacional de Cafeicultura da Colômbia (Federacafé).

d) melhoria da qualidade da produção artesanal: a representante do Ministério do Bem-Estar Social assinalou o interesse do órgão em estabelecer intercâmbio com as entidades colombianas dedicadas ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade do artesanato; mencionou os setores de normatização e legislação para apoio ao artesanato, crédito, inovação e comercialização da produção artesanal, instalação de centros de ensino e capacitação (áreas: fibras vegetais, couros, têxteis, cerâmica, madeiras); reconhecendo que a Colômbia já tem acumulada significativa experiência nos setores mencionados, a Delegação colombiana prontificou-se a transmitir o interesse brasileiro à entidade «Artesanias de Colômbia», vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Económico, com vistas à obtenção da informação requerida e ao estabelecimento de cooperação na matéria.

Item VII

Meio Ambiente:

a) *meio ambiente urbano*: a Delegação colombiana formulou solicitação da

assessoria brasileira no desenvolvimento, em 19 cidades da Colômbia, do projeto «Assistência Técnica para Estabelecer Regulamentação para o Ordenamento e Gestão Ambiental Urbana», em fase inicial de implantação naquele país; a cooperação bilateral consistiria em completar os perfis ambientais, definir os planos e programas de gestão, e criar regulamentação para a política ambiental voltada para esses centros urbanos; tal proposta, segundo esclareceu a Delegação colombiana, tem como objetivo principal reproduzir a experiência de planejamento urbano de Curitiba; a este respeito, o Chefe da Delegação colombiana ressaltou a importância que seu Governo atribui à visita à Colômbia, em fins de maio próximo, do ex-Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, ocasião em que poderão ser discutidas as bases da cooperação solicitada.

b) *Amazônia*: a Delegação colombiana reiterou o interesse na plena execução dos projetos contemplados no Plano de Desenvolvimento Integrado das Comunidades Vizinhas do Eixo Tabatinga-Apapóris, em especial nas áreas de saneamento básico, piscicultura, manejo de recursos florestais, produção silvopastoril, educação rural e saúde. A Delegação do Brasil coincidiu com a Delegação da Colômbia no apoio aos projetos previstos no quadro do Plano Tabatinga-Apapóris. Ambas as Delegações acordaram sobre a necessidade de renovar solicitações conjuntas de financiamento a agências financeiras

internacionais para a execução dos referidos projetos. Salientaram, a propósito, a importância da próxima reunião das Unidades Técnicas do Plano Tabatinga-Apapóris e da convocação de reunião da Comissão Mista Brasil-Colômbia de Cooperação Amazônica, em cujo âmbito são decididas ações conjuntas referentes ao Plano citado. O Chefe da Delegação colombiana manifestou, outrossim, o interesse de seu Governo em enviar técnicos para formação e treinamento no Instituto de Pesquisas Amazônicas (INPA).

c) *Foros Internacionais*: ambas as Delegações assinalaram a importância da coordenação das posições sobre meio ambiente nos foros internacionais, tal como sucedeu na Conferência Rio-92.

Ao término dos trabalhos, a Delegação colombiana registrou oferecimentos adicionais de cooperação nas seguintes áreas: ordenamento territorial, administração e gestão tributária, formulação e avaliação de projetos de investimentos, prevenção de desastres e atenção primária em matéria de saúde.

Finalmente, ambas as Delegações se congratularam pelos importantes resultados logrados na presente Reunião.

Feita em Brasília, aos quatorze dias do mês e abril de 1993, em dois exemplares em língua portuguesa, de idêntico teor.

Luiz Filipe de Macedo Soares
Chefe do Departamento das Américas
do Ministério das Relações Exteriores

Guillermo Alberto González
Embaixador da Colômbia

Ata final da VI Reunião da Subcomissão Económica e Comercial Brasil-México

A VI Reunião da Subcomissão Económica e Comercial Brasil-México teve lugar em Brasília, nos dias 10 e 11 de junho de 1993. A delegação brasileira foi presidida pelo Embaixador Rubens Antônio Barbosa, Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Económicos e Comerciais do Itamaraty. Por sua parte, a delegação mexicana foi presidida pelo Licenciado Rogélio Granguillhome, Diretor-Geral de Relações Económicas para a América Latina da Secretaria de Relações Exteriores. Encontram-se em anexo a esta Ata a Agen-

da da Reunião, a composição de ambas as delegações, bem como projeto destinado a formalizar mecanismo de consulta comercial entre Brasil e México.

Intercâmbio de Informação sobre a Evolução e Política Económica do Brasil e do México

As delegações do Brasil e do México apresentaram resumo da evolução económica recente. A delegação mexicana expressou que a estabilidade de preços e o equilíbrio fiscal continuam sendo propos-

tas básicas da política económica de seu país, para lograr crescimento e gerar recursos para o desenvolvimento social. A delegação brasileira ressaltou de sua parte que o seu Governo mantém em seu plano de estabilização objetivos de controle de inflação, equilíbrio nas contas públicas, abertura comercial e privatizações.

Assuntos Comerciais

A delegação brasileira manifestou a importância de que se reveste o comércio bilateral e ressaltou as perspectivas favoráveis para o seu crescimento. A delegação mexicana manifestou sua satisfação com os crescentes níveis de intercâmbio bilateral, sublinhando, ao mesmo tempo, que existe campo para uma maior diversificação em termos de produtos e de incremento das vendas mexicanas.

Ambas as delegações ressaltaram a importância da participação dos setores privados dos dois países no desenvolvimento do intercâmbio bilateral. Examinaram também as possibilidades de novas iniciativas institucionais para dar maior previsibilidade aos operadores económicos.

Por sua parte, a delegação mexicana comentou os resultados do comércio bilateral, com destaque para a importância que tem para o México a exportação de produtos energéticos, basicamente petróleo bruto e seus derivados. Nesse sentido, a delegação brasileira assinalou que, diante da nova definição de buscar fontes de abastecimento desses produtos em nível regional, o Brasil está com a melhor disposição de iniciar consultas com o México para

explorar as possibilidades de abastecimento desses produtos.

De sua parte, a representação mexicana, tomando em conta a capacidade produtiva de ambos os países, sublinhou, com base nas favoráveis perspectivas de crescimento da economia brasileira, a importância de identificar mecanismos que permitam uma maior diversificação do comércio bilateral.

A delegação brasileira assinalou que a renegociação dos acordos firmados no âmbito da Aladi, com vistas a compatibilizá-los com o cronograma da tarifa externa comum do Mercosul, será levada a efeito de acordo com critérios estabelecidos pelos países integrantes do Mercosul. Nesse sentido, a delegação brasileira manifestou-se disposta a manter conversações com vistas a promover um intercâmbio transparente de informação.

Assuntos Financeiros

A delegação mexicana apresentou um panorama geral sobre as atividades de financiamento do desenvolvimento no México, em particular a *Nacional Financiam, SNC*.

A representação mexicana manifestou seu interesse em desenvolver um programa de trabalho que permita identificar mecanismos de intercâmbio de experiências, assistência técnica e capacitação, assim como impulsionar projetos de coinvestimento, alianças estratégicas e a realização de negócios. Com esse propósito, a *Nacional Financiera* informou da abertura de um escritório de representação para consolidar sua presença no Cone Sul. Encon-

tram-se em anexo elementos para um programa de trabalho entre a *Nacional Financiem* e suas contrapartes brasileiras.

A delegação brasileira mostrou-se interessada em reformular os objetivos do Acordo-Quadro de Cooperação Fazendário-Financeira, à luz de desenvolvimentos em ambos os países, de modo a enriquecê-lo com temas mais concretos. A representação mexicana concordou com a conveniência de avaliar o Acordo, com vistas a incluir os temas que sejam atualmente de interesse dos setores fazendário e financeiro, para dinamizar as relações bilaterais, assinalando que, independentemente do Acordo, têm-se realizado reuniões e trocas de informação sobre a matéria.

A delegação mexicana prestou informações sobre os resultados da recente visita do Diretor-Geral do Banco Nacional de Comércio Exterior do México ao Brasil. Nesse sentido, mencionaram-se os resultados em matéria de promoção comercial. No âmbito creditício, o Banco Nacional de Comércio Exterior assinou com o Banco do Brasil uma linha de crédito de USD\$ 10 milhões para financiar exportações de produtos e serviços mexicanos, com prazos de 6 meses a 5 anos. Essa linha de crédito é parte de um esforço de cooperação visando à expansão do intercâmbio comercial entre os dois países.

O Bancomext assinou, igualmente, com a Petrobrás outra linha de crédito de USD\$ 10 milhões, para servir de sustentação financeira às ofertas apresentadas por empresas mexicanas em licitações de bens e serviços abertas pela Petrobrás.

O Bancomext e a Petrobrás concordaram com o intercâmbio de missões técnicas que permita, tão logo possível, iniciar processo de homologação mútua de seus respectivos fornecedores.

A representação mexicana manifestou a disposição de iniciar no mês de novembro de 1993, na Cidade do México, negociações sobre um acordo bilateral em matéria de bitributação.

Ambas as delegações sublinharam as importantes iniciativas que vêm sendo desenvolvidas no âmbito financeiro e suas perspectivas no curto e médio prazos.

Assuntos Energéticos

• Comercialização

No marco das relações de cooperação energética entre os dois países e com o objetivo de incrementá-las, a Petrobrás e a Petróleos Mexicanos Internacional (PMI) acordaram o seguinte:

- 1) o interesse das partes em manter o contrato de óleo cru do tipo Maya, cujo vencimento está previsto para agosto de 1993;
- 2) o interesse da Petrobrás em revisar as condições do referido contrato, de maneira a melhor refletir as características do mercado brasileiro;
- 3) o deslocamento de missão da Petrobrás ao México, em fins de junho do corrente, ocasião em que serão examinadas em conjunto as propostas adiantadas durante a presente reunião, para a renovação do referido contrato;
- 4) com relação à comercialização de produtos de petróleo, a PMI manifes-

tou à Petrobrás a possibilidade de incrementar o intercâmbio bilateral de produtos destilados e residuais, aproveitando a complementação existente quanto a qualidades e disponibilidades;

5) no tocante à questão de crédito, a Petrobrás expressou seu interesse em que se outorgue crédito aberto para reduzir o custo das cartas de crédito para a importação de óleo cru, a exemplo do que já está sendo feito com a comercialização de produtos. A PMI comprometeu-se a examinar a questão.

- *Projetos*

Foram tratadas, igualmente, questões ligadas ao interesse do México, tanto em nível governamental, quanto em nível privado, em vir a participar do segmento brasileiro do projeto de Gasoduto Brasil-Bolívia, seja em termos de financiamento, seja em termos de prestação de serviços ou em associação com empresas brasileiras. Petrobrás e Banco de Comércio Exterior, do México, (Bancomext) darão seguimento às conversações para aprofundar o conhecimento das etapas do projeto com vistas ao exame das possibilidades de sua participação no empreendimento.

Assuntos de Integração Regional

A Delegação brasileira manifestou, de acordo com os compromissos no âmbito no Mercosul, a intenção de iniciar, a partir do segundo semestre de 1993, o processo de renegociação dos acordos subscritos no âmbito da Aladi, os quais sempre poderão

manter sua vigência até 31 de dezembro de 1994.

A Delegação do México, por sua vez, assinalou que, em conformidade com sua política comercial, buscará concluir acordos amplos de comércio e investimento que incluam os avanços alcançados por meio dos acordos assinados no marco da Aladi.

A esse respeito, a Delegação do Brasil assinalou que, no mês de junho, em conversações com os demais membros do Mercosul, iniciar-se-á a definição dos critérios comuns para a mencionada renegociação. Uma vez definidos tais critérios, a Delegação brasileira estará habilitada a iniciar conversações com o México.

Nesse sentido, o México reiterou sua plena disposição de iniciar conversações, no momento em que o Brasil concluir o processo de definição de critérios comuns no âmbito do Mercosul.

Ambas as Delegações concordaram em sublinhar a importância de que a Aladi acelere os trabalhos destinados ao estabelecimento de normas comuns mínimas para assuntos relacionados com o comércio, tais como, entre outros, solução de controvérsias, salvaguardas, regime de origem, incentivos à exportação.

Apoio ao Setor Privado

Ambas as Delegações manifestaram seu interesse em desenvolver trabalhos que permitam identificar os setores prioritários para as relações comerciais bilaterais e ensejar o fomento de missões comerciais com objetivos claramente definidos.

Seminário Nafta e Mercosul

Considerando o interesse de ambos os Governos em aprofundar o conhecimento recíproco dos processos sub-regionais de que fazem parte, as duas Delegações expressaram concordância com a iniciativa de realizar seminários sobre o Nafta e o Mercosul. Nesse contexto, a Delegação do México informou que promoverá seminário sobre o Nafta, na cidade de São Paulo, no próximo mês de agosto de 1993. A Delegação brasileira informou, por sua vez, que, em fins de junho de 1993, enviará uma proposta para a realização, no México, de seminário sobre o Mercosul.

Coordenação Comercial

A delegação brasileira, levando em conta as dimensões do intercâmbio bilateral e suas perspectivas de crescimento, manifestou interesse em pôr em prática mecanismo de consulta permanente no âmbito comercial, com especial ênfase na possibilidade de estabelecimento, de acordo com a proposta em anexo, de mecanismo ágil, em nível bilateral, para examinar qualquer tema de natureza comercial, inclusive eventuais contenciosos bilaterais, que possam surgir entre as partes, sem prejuízo do possível recurso a mecanismos de soluções de controvérsias de que ambos os países sejam partes e de conformidade com as disposições pertinentes do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio.

A Delegação do México comprometeu-se a submeter essa proposta à consideração das autoridades internas competen-

tes, com vistas a manifestar reação no mais curto prazo.

Comissão Século XXI

No marco das conversações que ambos os Governos estão conduzindo com vistas à implementação da Comissão Século XXI, as duas Delegações sugeriram que os temas económicos deverão centrar-se na análise em nível multilateral e bilateral, destacando, no primeiro caso, a perspectiva hemisférica e a incidência dos processos sub-regionais e, no segundo, as perspectivas do Nafta e do Mercosul para as economias dos dois países. Concordaram, ainda, em ressaltar que os trabalhos da Comissão deverão permitir contar com um equilíbrio das relações bilaterais no ano 2000 e, com base nesse equilíbrio, identificar as ações para aprofundar a relação bilateral no médio e longo prazo.

Na cidade de Brasília, aos onze dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e três, em dois originais, um em português e outro em espanhol, ambos igualmente idênticos.

Pelo Brasil

Rubens Ant3nio Barbosa

Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econ3micos e de Promoção Comercial

Pelo M3xico

Rog3lio Granguillhome

Diretor-Geral de Relações Econ3micas com a Am3rica Latina

• • •

Comunicados, Notas e Mensagens

Itamaraty e CNPq articulam parceria com apoio do PNUD visando à competitividade mundial da indústria de software brasileira

A assinatura no Itamaraty, em 2.2.93, do Projeto «Desenvolvimento Estratégico da Informática» constituiu o mais recente exemplo da implantação de um novo tipo de parceria entre o Ministério das Relações Exteriores, as autoridades e a comunidade de ciência e tecnologia, e o empresariado nacional.

O projeto, assinado pelos Ministros Fernando Henrique Cardoso, das Relações Exteriores, e Israel Vargas, da Ciência e Tecnologia, bem como pelo Representante Residente, interino, do PNUD no Brasil, Nikhil Chandavarkar, prevê apoio direto ao setor da Informática nacional.

Com um custo total estimado em aproximadamente US\$ 28 milhões, o projeto tenciona promover, nos próximos quatro anos, o fortalecimento institucional do setor em quatro frentes principais:

- a) mudanças estruturais na indústria nacional de *software*;
- b) apoio à pesquisa estratégica;
- c) apoio à Rede Nacional de Pesquisa; e
- d) articulação dos esforços nas três áreas supracitadas. Os beneficiários diretos do projeto são os centros de pesquisa e desenvolvimento, o setor privado da indústria de *software* e as demais instituições brasileiras do seg-

mento de Ciência e Tecnologia da Informática.

A formulação do referido projeto envolveu estudos do quadro internacional e iniciativas complementares dos setores privado e governamental. Identificaram-se, por meio delas, oportunidades para a entrada de novos atores no mercado internacional de software, hoje da ordem de mais de 100 bilhões de dólares e que cresce cerca de 10% ao ano. Relativamente desconcentrado, esse mercado representa um novo paradigma industrial, que o Brasil pode aproveitar, por já dispor de pré-condições básicas que o Projeto visa a levar ao nível dos principais concorrentes internacionais.

A indústria nacional de informática produz anualmente cerca de 7 bilhões de dólares, o que equivale a aproximadamente 2% do PIB brasileiro. As empresas nacionais conseguiram, apesar das dificuldades do último decênio, não só estabelecer-se no mercado interno mas, de alguns nichos específicos, como a automação bancária, alcançaram níveis de competitividade internacional.

No momento em que a abertura do mercado interno se configura como mecanismo de estímulo à modernização competitiva da economia brasileira, o segmento da informática começa a voltar-se para

o mundo e identificar as oportunidades que se perfilam no mercado global.

A contribuição do Itamaraty para o Projeto, coordenada pela sua Divisão de Ciência e Tecnologia, envolve a rede de setores de Ciência e Tecnologia nos Postos no Exterior, que integram o Sistema de Informação Científica e Tecnológica do Exterior, Sictex. A modernização desse sistema e a renovação das modalidades de cooperação internacional em ciência e tec-

nologia são importantes objetivos do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Itamaraty, que além do Projeto «Desenvolvimento Estratégico da Informática» vem colhendo resultados significativos em outras frentes, como a primeira participação brasileira no Projeto *Eureka*, da Comunidade Europeia, e a criação de programa específico de alta tecnologia com a França, primeiro a envolver o setor privado na cooperação internacional.

Posição do Governo brasileiro sobre as negociações do Novo Acordo Internacional do Café

Nota do Governo brasileiro a propósito da declaração conjunta sobre as negociações para a conclusão de um novo Acordo Internacional do Café, emitida pelos presidentes da Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e Venezuela, reunidos em Caracas, no dia 12 de fevereiro de 1993:

«Os presidentes da Colômbia, México, Venezuela e dos produtores centro-americanos de café, reunidos em Caracas após a Reunião de Cúpula dos produtores latino-americanos de banana de Guayaquil (11-2), decidiram emitir declaração à imprensa endereçada aos países consumidores, de apoio às negociações para a conclusão de um novo Acordo Internacional do Café (AIC).

2. Na declaração, os mandatários latino-americanos ressaltam os esforços envida-

dos por seus Governos para adaptar-se às exigências formuladas pelos países consumidores na recente reunião de Londres e lamentam a reduzida flexibilidade revelada pelos consumidores quanto ao atendimento dos justos pleitos dos produtores. Assinalam, igualmente, a importância do AIC como instrumento para assegurar a recuperação das economias cafeeiras da região e a reversão da tendência da queda dos preços internacionais do café, que, nos últimos anos, atingiram seus níveis históricos mais baixos.

3. O Brasil, na condição de maior produtor mundial de café, está ativamente envolvido nas negociações do Acordo, em íntima coordenação com os demais países produtores. O Governo brasileiro partilha integralmente das preocupações manifestadas pelos presidentes reunidos em Caracas na declaração conjunta, que considera

oportuna. Com efeito, como eles, propugna a conclusão de um AIC equilibrado, que reflita adequadamente as legítimas aspirações dos produtores, como passo essencial para a estabilização da economia cafeeira mundial e, por conseguinte, para a recuperação da economia dos produtores latino-americanos, mediante preços remunerativos.

4. A exiguidade de tempo para completar a negociação nos prazos previstos torna indispensável uma clara definição de compromisso político com o Acordo, por parte dos países consumidores, em geral, e dos Estados Unidos, maior consumidor mundial, em particular, a fim de superar as dificuldades decorrentes da pouca flexibilidade que tem caracterizado suas posições até o momento».

Brasil eleito para a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

O Brasil foi eleito, em 16 de fevereiro de 1993, pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas (Ecosoc) para integrar a Comissão de Desenvolvimento Sustentável. A Comissão, criada durante a XLVII Sessão

da Assembleia Geral, tem por objetivo implementar as disposições da Agenda 21, documento adotado por ocasião da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92).

Declaração do Grupo do Rio, divulgada em Santiago, em 11 de março de 1993

«Los países integrantes dei Grupo de Rio expresan su decidida condena a la ocupación de la Embajada de Nicaragua en Costa Rica por parte de un grupo armado y a la mantención, em calidad de rehenes, de los funcionarios de esa misión diplomática.

«Junto con reiterar el respaldo a los avances logrados en los procesos de democratización y participación en Centroamérica, rechazan energicamente to-

dos aquellos actos de fuerza que atenten contra el Estado de Derecho y los principios consagrados de la Carta de Naciones Unidas y de la Organización de Estados Americanos.

«Los miembros dei Grupo de Rio confían en que esta delicada situación será solucionada en el más breve plazo, resguardando debidamente la integridad de los rehenes y de acuerdo a las normas consagradas en el Derecho Internacional».

Segundo ano do Tratado de Assunção

O dia 26 de março de 1993 marca a passagem do segundo ano da assinatura do Tratado de Assunção, celebrado em 1991. A decisão do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai de constituir um mercado comum - o Mercosul - até o final de 1994 representa o início de nova etapa nos esforços de integração na América Latina.

O Mercosul já exhibe, hoje, significativo acervo de realizações. De acordo com o cronograma de desgravação tarifária, já está em vigor margem de preferência de 68%. Na última reunião de cúpula, realizada em Montevideu em dezembro de 1992, os Presidentes dos quatro países chegaram a importante entendimento sobre os princípios para o estabelecimento de tarifa externa comum.

O processo de construção do Mercosul reflete-se na expressiva dinamização das relações econômico-comerciais entre os países membros. Em 1990, o comércio do Brasil com a Argentina, Paraguai e Uruguai limitava-se, nos dois sentidos, a US\$ 3,6 bilhões. No ano passado, essa cifra atingiu US\$ 6,3 bilhões, o que reflete um crescimento de 75% em dois anos. Em 1992, os parceiros do Mercosul absorveram 11,4% das exportações brasileiras, contra 4,2% em 1990.

O Mercosul não se limita, hoje, à dimensão econômico-comercial. No âmbito do Tratado de Assunção, foram criadas

Reuniões de Ministros da Educação, da Justiça e da Agricultura, bem como Reuniões Especializadas de Ciência e Tecnologia, Cultura, Meio Ambiente e Turismo.

O engajamento do setor privado no Mercosul tem sido elemento essencial para essa mostra de vitalidade. Multiplicaram-se as iniciativas de associações, investimentos diretos *ejoint ventures* entre empresas dos países-membros. A partir de 31 de março, em iniciativa paralela ao Mercosul, poderão ser formalmente constituídas empresas binacionais brasileiro-argentinas.

Esses avanços não devem fazer esquecer o fato de que, em uma iniciativa do alcance e da complexidade do Mercosul, conduzida em meio a dificuldades enfrentadas por nossos países, é natural o aparecimento de tensões conjunturais. No entanto, a vontade política no sentido de concretizar o Mercosul contribui de forma decisiva para a superação das dificuldades inerentes ao processo.

O Mercosul, além dos benefícios recíprocos já sentidos pelos países membros, deu novo impulso aos esforços de integração da América Latina. Representa, igualmente, contribuição altamente significativa para a modernização de nossas economias e sua inserção competitiva na economia internacional.



Comunicado de Imprensa emitido pelos Ministros das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia

A Ministra das Relações Exteriores da República da Colômbia, Doutora Noemi Sanín de Rubio, realizou uma visita oficial ao Brasil entre os dias 13 e 16 de abril de 1993, atendendo a convite do Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Senador Fernando Henrique Cardoso.

Durante sua estada, a ilustre visitante desenvolveu um programa de atividades oficiais, entre as quais cabe salientar uma entrevista com o Presidente da República Federativa do Brasil, Itamar Franco, oportunidade que lhes permitiu analisar assuntos de interesse regional e bilateral. A Ministra Sanín de Rubio manteve reuniões de trabalho com o Ministro de Educação e Desporto e com o Ministro da Justiça e realizou visitas aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Supremo Tribunal Federal. O programa da Chanceler colombiana prevê ainda audiências com os Governadores dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, com os Prefeitos das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, além de encontros com personalidades e empresários.

Nas reuniões que mantiveram, os dois Chanceleres expressaram seu pleno apoio à Conferência de Direitos Humanos, a realizar-se em Viena, de 14 a 25 de junho próximo. Manifestaram, a propósito, a aspiração dos respectivos Governos no sentido de que a Conferência, além de consolidar as conquistas alcançadas pelas Nações Unidas nos esforços de promoção e

proteção dos direitos humanos, fortaleça tais conquistas, tanto através da reafirmação de compromissos nessa esfera, quanto através do estabelecimento de novas formas de cooperação internacional, inclusive técnica e financeira, em apoio aos projetos nacionais incidentes sobre o fortalecimento de instituições do Estado de Direito. Ressaltaram, ainda, a importância de que a Conferência dedique atenção adequada às interrelações existentes entre direitos humanos, democracia e desenvolvimento.

Brasil e Colômbia concordaram em que as discussões em torno da composição de uma «Agenda para o Desenvolvimento» devem constituir um dos temas centrais de debate na XLVIII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. A renovação do diálogo mundial sobre o desenvolvimento económico é pré-requisito indispensável da implementação, pela ONU, de uma verdadeira «Agenda para a Paz», capaz de evitar a eclosão de conflitos armados nas próximas décadas.

Os dois Chanceleres consideraram conveniente que, ao aproximar-se o cinquentenário das Nações Unidas, em 1995, seja realizado amplo debate sobre a questão da composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao qual compete a tarefa essencial de garantir a paz e segurança internacionais. Os dois Ministros entendem que as mudanças ocorridas no mundo, a partir de 1945, recomendam a ampliação do número de membros permanentes no Conselho, a ser regida por crité-

rios de representatividade e equilíbrio internacionais.

Os dois ministros convieram em que se deveria buscar promover a expansão do intercâmbio comercial. Nesse sentido, a inclusão do petróleo na pauta das exportações colombianas para o Brasil poderia constituir-se em instrumento para a consecução de tal objetivo a curto prazo, na medida em que aumentaria as vendas colombianas ao Brasil.

No tocante à cooperação na área das negociações multilaterais sobre café, os dois ministros lamentaram que, apesar do esforço dos países produtores e dos países consumidores, não tenha sido possível concluir o processo negociador de um novo Convénio Internacional do Café.

Notaram, no entanto, como importante corolário do processo negociador a união que, a partir do entendimento entre Brasil e Colômbia, foi lograda entre os Produtores em torno de uma plataforma comum negociada na cidade do México.

Concordaram na necessidade de manter coordenação bilateral com vistas a evitar efeitos negativos das políticas nacionais respectivas sobre o mercado internacional do café, buscando a recuperação do valor representativo do grão no mercado.

Manifestaram, ademais, firme apoio dos seus respectivos Governos à Organização Internacional do Café e à sua preservação, introduzindo os ajustes derivados da última negociação em Londres.

Os dois Ministros concordaram sobre a importância que assumiu para o dinamismo económico da região a abertura econó-

mica e o livre fluxo de bens, capitais, investimentos, serviços, informação e tecnologia, assim como um comércio não discriminatório.

Os Chanceleres oferecem seu total apoio para estimular encontros entre empresários de ambos países, para o mútuo conhecimento das oportunidades de investimento e comércio, necessário para dinamizar o desenvolvimento e a integração regional.

Destacaram a importância que têm os atuais processos de integração e cooperação regional em marcha como mecanismos adequados para assegurar uma maior participação e presença da América Latina no âmbito internacional. Sublinharam a importância da Aladi em prol da integração regional e assinalaram, em particular, a relevância que atribuem ao Acordo de Complementação Económica a ser celebrado entre o Brasil e a Colômbia.

Os Chanceleres tomaram nota das observações efetuadas pelos setores importadores e exportadores de ambos países, relativas às limitações existentes atualmente em matéria de transporte aéreo para carga e passageiros entre Colômbia e Brasil; nesse sentido, consideram que o assunto deve continuar a ser objeto de exame por parte dos Governos dos dois países, para alcançar com rapidez uma solução mutuamente satisfatória para o problema.

Os Ministros encerraram a segunda reunião da Comissão Mista de Cooperação Económica e Técnica, onde foram avaliados os programas e instrumentos bilaterais existentes, assim como a primeira reunião

do Grupo de Cooperação Consular, que tratou de temas de interesse comum para os dois países e avançaram nos entendimentos quanto à natureza e ao fonnato da Comissão de Vizinhaça entre os dois países; reiteraram, outrossim, a necessidade de que a mesma seja criada com a brevidade possível.

Os dois Chanceleres subscreveram um Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, e um Acordo sobre Sanidade Vegetal para a Proteção de Zonas Fronteiriças e Intercâmbio de seus Vegetais e seus Produtos.

Determinaram reativar os trabalhos do Plano de Desenvolvimento das Comunidades Vizinhas ao Eixo Tabatinga-Apáporis, de forma a concluir a etapa de formulação de projetos, e sua execução, buscando apoio financeiro internacional.

Decidiram impulsionar os trabalhos da Comissão Mista de Inspeção de Marcos da Fronteira Brasileiro-Colombiana e a densificação de marcos sobre a fronteira e decidiram convocar a X Reunião da mencionada Comissão para reunir-se entre os dias 24 a 28 de maio vindouro.

Os dois Chanceleres ressaltaram a importância do Tratado de Cooperação Amazônica como foro que congrega os oito países aos quais pertence a maior área florestal do planeta. Concordaram sobre a

necessidade de fortalecê-lo institucionalmente. Nesse sentido, reiteraram a importância da próxima reunião ordinária do Conselho de Cooperação Amazônica, a ser realizada em junho próximo, em Quito, ocasião já prevista para tratar da criação de uma Secretaria Permanente com sede em Brasília, em substituição ao atual sistema de Secretaria *Pr o Tempore* do Tratado.

Em cumprimento ao Artigo XIX do Acordo Cultural firmado em Bogotá, em 20 de abril de 1963, ambas as Partes acordaram negociar, por via diplomática, um plano de trabalho, que será subscrito em prazo não maior que três meses.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil aceitou com satisfação o convite formulado por sua colega, em nome do Governo da Colômbia, para visitar esse país, em data a ser oportunamente fixada.

A Ministra das Relações Exteriores da Colômbia, Doutora Noemi Sanín de Rubio, agradeceu, em nome próprio e no da comitiva que a acompanhou, as atenções recebidas durante sua permanência no Brasil.

Brasília, aos 14 de abril de 1993.

Fernando Henrique Cardoso

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Noemi Sanín de Rubio

Ministra de Estado das Relações Exteriores da República da Colômbia •

• • •

Artigos de Jornais

Riscos e oportunidades

(Jornal do Brasil, 12 de janeiro de 1993)

Fernando Henrique Cardoso
Ministro das Relações Exteriores

▲
A sociedade brasileira tem confrontado problemas internos de caráter econômico, social e político de tal magnitude que não tem podido conceder a necessária atenção às nossas relações internacionais. As mudanças contemporâneas no sistema produtivo e a acelerada transformação da natureza mesma das interações entre os Estados, entretanto, não permitem que qualquer país possa cultivar indiferença, lentidão ou imobilismo em face das oportunidades e riscos que a conjuntura internacional apresenta.

A consciência dessa necessidade de diagnosticar e avaliar em profundidade, e sobretudo de agir com velocidade, torna-se a cada dia mais intensa e mais visível no Congresso, na imprensa, na Universidade, nos meios empresariais e sindicais. Manifesta-se ainda de forma tópica, reagindo a temas de impacto direto e imediato na sociedade e na economia brasileiras, tais como a dívida externa, as negociações na Rodada Uruguai, o Mercosul, a questão tecnológica e a questão ambiental. Muitas vezes são grupos específicos que se posicionam sobre temas de seu interesse ou que apelam para a sua sensibilidade política, ética ou cultural.

Um país das dimensões do Brasil - territoriais, demográficas, mas sobretudo econômicas e culturais -, com seu peso específico, não pode, contudo, mostrar-se tímido em sua análise do momento histórico que atravessa o mundo. É preciso ampliar o debate sobre a política externa brasileira, não só quanto a seus participantes - o que o Itamaraty vem buscando fazer através do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) -, mas sobretudo quanto a seu foco. A discussão, em suma, deve abandonar o plano tático e o caráter reativo, definidos pelo horizonte temporal do curto prazo, e voltar-se para o nível estratégico e prospectivo, que se referem ao longo prazo.

Esta mudança de foco - que não abandona o nível do imediato, mas o incorpora em um processo mais abrangente de reflexão e ação - deve obrigatoriamente incluir em sua pauta a arquitetura do próprio sistema internacional, tanto no plano econômico como no político-institucional e de segurança. À diplomacia brasileira caberá um papel importante na construção de um sistema internacional mais igualitário e portanto mais pacífico. Nossa diplomacia somente poderá alcançar sua plenitude se

recorrer ao mesmo tempo à legitimidade de um mandato concedido pela sociedade brasileira e à riqueza do acervo de ideias, valores e percepções de nossa cultura e experiência histórica.

O processo de mudanças que se iniciou com a Constituição de 1988 e nossa agenda diplomática oferecem estímulos excepcionais para esse exercício coletivo. O Brasil acaba de assumir um assento como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, por um período de dois anos. Voltamos ao Conselho pela sétima vez - a última foi de 1988 a 1989 -, conscientes da época singular em que vivemos. Pela primeira vez, com o fim da Guerra Fria, a Carta das Nações Unidas e todos os órgãos por ela instituídos podem trabalhar como previsto por seus redatores.

O Conselho, a quem cabe a responsabilidade principal na manutenção da paz e da segurança internacionais, vem desempenhando papel central na solução dos mais variados conflitos regionais. A presença brasileira demandará um acompanhamento competente e tempestivo das diversas questões na agenda internacional e um constante esforço de reflexão e de identificação do interesse nacional. Estamos preparados para esse desafio e seguros de que representará uma ocasião única para diálogo aberto sobre nossa política externa, envolvendo os mais diversos setores da sociedade brasileira.

Esta reflexão deve partir da constatação de que o fim da bipolaridade, tanto militar como ideológica, liberou os países de alinhamentos e fidelidades excluden-

tes. A confrontação exigia alianças militares e ortodoxia ideológica. A nova conjuntura internacional, em que o tema do *doux commerce* volta a emergir, estimula o pluralismo de parceiros e de modelos econômicos. As políticas externas da maioria dos países deixam de ter um caráter totalizante, seja de origem endógena, ou exógena, que ocorria sob a forma de um contrato de adesão a visões de mundo hegemônicas. Passam a buscar ser a expressão fiel da multiplicidade dos interesses nacionais nas diversas áreas do convívio internacional.

Essa nova maneira de fazer diplomacia é contemporânea da nova visão do Estado trazida pela progressiva expansão da democracia e da economia de mercado. A participação plena dos cidadãos na condução dos negócios públicos impede a diplomacia secreta e autocrática, as visões excludentes e as decisões táticas que carecem de legitimidade moral. A economia de mercado, por sua vez, pulveriza os centros decisórios e deixa aos empresários a decisão última sobre o que comprar e vender, a não ser nos setores estratégicos ou sensíveis. Novos padrões de competitividade exigem dos países uma constante atualização de suas técnicas gerenciais, de sua ciência e tecnologia, de seu marketing e de seu desenho industrial.

A sociedade internacional passa a funcionar antes a partir dos mecanismos de negociação do que daqueles de coerção. É da natureza da discussão econômica a transação, a concessão, a ideia de que o ganho pode ser mútuo, ainda que desigual. As negociações sobre questões de guerra

e paz, território e soberania, que caracterizam a diplomacia no passado, não permitem grande flexibilidade política, além de se prestarem a um tratamento emocional e, às vezes, demagógico. Um dos trunfos de nossa diplomacia reside, como se sabe, no fato de o patrono do Itamaraty, o barão do Rio Branco, nos ter legado uma pauta diplomática sem contenciosos nessa área sensível. Todos nossos recursos diplomáticos podem ser direcionados para a busca de uma melhor inserção do Brasil na economia e na sociedade internacionais, sem as hipotecas que gravam a atividade de outras Chancelarias.

Essa realidade não cauciona, sabe sublinhar, a visão simplista de que o econômico superou o político na vida internacional. A sociedade internacional, como qualquer sociedade, resolve suas questões através do exercício da política. Não é a matéria que se negocia, sua origem e motivação primeiras, ou sua finalidade última, o que define a natureza da atividade, mas o processo que lhe dá forma e legitimidade. Qualquer negociação bilateral ou multilateral - nas Nações Unidas, no GATT ou no FMI -, é o exercício da política por Estados nacionais que buscam resolver pacificamente conflitos de interesses.

O que ocorreu não foi a obsolescência do político, mas a relativa e talvez ainda prematura ou precária obsolescência do fator militar, no plano global e estratégico, que sempre foi restrito às superpotências. Esta expectativa de um mundo liberado do equilíbrio do terror, e portanto em paz, teve que ser rapidamente matizada pela constatação da persistência e mesmo do

surgimento de diversos focos de tensão e de conflito no âmbito regional, que embora não ameacem a sobrevivência da humanidade, trazia dor e sofrimento para populações inteiras.

O mundo não se resume, portanto, a uma paisagem onde persistem diferenças apenas na área econômico-comercial. Resistem ou despontam focos de tensão internacional, de origem étnica, cultural ou religiosa, enquanto a fome e a pobreza representam outra fonte de ameaça à estabilidade do sistema internacional.

Essa medida de tendências positivas e outras carregadas de ameaça compõe a agenda internacional que a sociedade brasileira deve discutir.

Temos que debater como vai ser a relação Brasil-Estados Unidos, levando em conta que essa Nação tem presença significativa em todos os aspectos da vida internacional - político, econômico, militar, cultural - e que para nós, latino-americanos, apresenta a característica adicional de integrar nosso espaço continental. Nesse contexto, é preciso debater sem preconceitos a proposta norte-americana de uma integração vertical. Frente a essa e outras alternativas, cabe reagir com maturidade, identificando o interesse nacional no contexto das opções que se apresentam.

Temos que aprofundar nosso relacionamento com nossos vizinhos imediatos de forma igualitária e reciprocamente satisfatória, conservando e sublinhando a identidade da América do Sul como uma região com características especiais na área de paz e segurança, de cuja evidência

crescente e por contraste com outras regiões do mundo podemos auferir vantagens em termos de investimentos e tecnologia. A vocação reiterada da América do Sul e, hoje, da América Latina como um todo para a paz, a boa vizinhança e o desenvolvimento são trunfos que não podem ser desperdiçados em uma conjuntura internacional marcada pela escassez de capitais e pela persistente instabilidade político-militar de várias regiões.

Cabe aprofundar os processos de integração e coordenação tanto na direção do sul como na direção do norte. É preciso sublinhar de modo enfático que o Brasil é um só, apesar de cada região ter naturalmente suas próprias prioridades e seus relacionamentos econômicos preferenciais. O Mercosul não é um projeto que apenas interesse aos Estados do Sul do Brasil, assim como o Tratado de Cooperação Amazônica não interesse apenas aos Estados do Norte. O Brasil todo tem muito a ganhar com o aprofundamento desses e de outros projetos semelhantes.

Outra região que requer uma reflexão aprofundada é a África. Temos aí interesses importantes e laços afetivos e culturais de grande relevância, sobretudo com os países de fala portuguesa.

Ao Brasil se impõe praticar o que o Presidente De Gaulle chamava de estratégia *touts azimuts* - em todas as direções -, sem exclusões ou omissões. Uma dessas direções mais relevantes é a do pacífico, onde encontramos mais próximo de nós o Chile e mais adiante o Japão e a China.

Essas alusões não têm caráter exaustivo e hierarquizante. São meras indicações da multiplicidade de oportunidades que se nos apresentam.

Uma estratégia multidirecional, apontada para todos os pontos cardeais, se reveste, no caso brasileiro, de um caráter natural e necessário, se observarmos as características de nossa sociedade, de nossa economia, de nossa geografia e, como já vimos antes, a própria forma de que a sociedade internacional se vai revestindo.

A pluralidade étnica, cultural, política e ideológica da sociedade brasileira inviabiliza parcerias excludentes.

A diversidade e a escala da economia brasileira inibe qualquer tendência à concentração em determinados mercados, por maiores e mais dinâmicos que sejam.

Nossa geografia, ao contrário do que ocorre com tantos países, também não nos condena a relacionamentos prioritários.

Finalmente, a complexidade, diversidade e fluidez do quadro internacional tornam obsoletas políticas externas totalizantes, baseadas em fórmulas fáceis e na aplicação automática de seus pressupostos à realidade.

Em resumo, a política externa brasileira terá cada vez mais que atender à complexidade da sociedade brasileira em todas as suas legítimas demandas através de uma adequada compreensão e utilização das oportunidades oferecidas por uma conjuntura internacional igualmente complexa.

A hora não pede frases feitas ou iniciativas mirabolantes. A diplomacia brasilei-

ra terá que ser ao mesmo tempo consistente e criativa, confiável e inovadora. Não será difícil consegui-lo. Temos o patrimônio de nossos princípios e um acervo significativo de realizações comuns com nossos principais parceiros. Temos também

disposição para ouvir a sociedade brasileira e buscar atender a suas necessidades crescentes em um quadro externo de grande fluidez. Estamos, em suma, abertos ao diálogo e à necessidade de rumos, quando necessário.

Política externa: a opção universalista

(*O Estado de S. Paulo*, 24 de janeiro de 1993)

Fernando Henrique Cardoso
Ministro das Relações Exteriores

✶

É o mundo de hoje, em que política externa e política interna entrelaçam-se mais intimamente do que nunca, o esforço da retomada do crescimento e de elevação do bem-estar do povo brasileiro tem de ser visto, também, do ângulo mais amplo das relações internacionais.

Vivemos processo de mudanças profundas. Se o fim da Guerra Fria eliminou o confronto Leste-Oeste e afastou o risco do holocausto nuclear, não gerou ainda um sistema internacional infenso a conflitos, persistindo as ameaças à paz e à segurança. Alenta-nos pensar que a superação do maniqueísmo ideológico de quase meio século tenha permitido desbloquear a agenda internacional e que, agora, os temas mais relevantes para o interesse coletivo possam ser debatidos mais objetivamente, sem compromissos políticos e doutrinários pré-determinados e sem o tom confrontacionista de ontem.

As novas circunstâncias, contudo, não foram ainda suficientes para concretizar os anseios de maior abertura e participação no processo decisório internacional. Para uns, uma nova ordenação do modelo de hegemonia do sistema internacional substituiu a bipolaridade da Guerra Fria, pela unipolaridade norte-americana. Para outros, estaria em formação uma espécie de consórcio de poder (EUA/Alemanha/Ja-

pão, ou os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, ou, ainda, os membros do G-7), em cujo nível estariam sendo definidas as prioridades da agenda política econômica. Finalmente, para alguns, abre-se a possibilidade de articulação de um novo sistema internacional mais democrático e guiado por regras multilateralmente acordadas.

Uma consequência imediata do desbloqueio da agenda política foi a priorização das questões econômicas. Nesse âmbito, forças poderosas estimulam, de um lado, as tendências à globalização e à economia de mercado, em ambiente altamente competitivo e com ênfase crescente nos avanços tecnológicos, e, de outro, o processo de consolidação de grandes espaços econômicos por meio de arranjos regionais. Embora aqui não seja o espaço apropriado para uma análise mais profunda sobre a medida em que esses dois processos se contradizem ou se complementam, o fato mais importante é que eles indicam claramente que a alternativa do crescimento autárquico deve ser excluída do universo de opções à disposição das sociedades.

Não bastassem essas mudanças internacionais, também o Brasil atravessa momento de inflexão. Depois de décadas, recobramos uma democracia que reabre a discussão sobre todos os temas da agenda

nacional. Esse processo atingiu inclusive o Palácio do Planalto, no governo anterior, pois também a ética na função pública passou a motivar a agenda política, sob pressão da sociedade.

Para um país que quer retomar o crescimento, precisa debelar a inflação e, ao mesmo tempo, resgatar sua enorme dívida social. O êxito dessa nova política passa pelo setor externo e, nesse sentido, instrumenta-se em nossa diplomacia. Partindo da premissa de que está excluída a opção do desenvolvimento autárquico, torna-se inadiável avaliar qual a melhor forma de garantir esse crescimento com integração na economia mundial e como melhor reforçar nossa inserção internacional.

Para um país que se pode caracterizar como potência média, cuja economia é a décima maior do planeta e cujo traço distintivo mais marcante é a diversificação - diversificação da produção econômica, da sua pauta de comércio e também diversificação de interesses externos - a busca de uma nova forma de inserção no núcleo dinâmico das relações internacionais é condição necessária para o desenvolvimento do país. Buscamos mercados, recursos financeiros e, especialmente, tecnologia, num mundo onde só tem acesso a essas molas propulsoras do progresso quem tiver condições de se apresentar como parceiro atraente e de influir no traçado das regras ora em definição na cena internacional.

Nosso peso específico na economia mundial abre-nos o caminho. Nosso desempenho na reconstrução da democracia, que foi fortalecido no duro teste recente do

impeachment; na questão dos direitos humanos, em que, apesar de episódios negativos, não se pode pôr em dúvida nosso firme compromisso de sua observância; na do meio ambiente, demonstrado por nossa atuação na Rio-92, quando contribuímos, com êxito, para aproximar posições inicialmente tão distantes entre nós e os países desenvolvidos; na do desarmamento, com as iniciativas no setor de armas químicas e bacteriológicas, como a que tomamos ainda este mês assinando o Tratado de Paris, e na da não proliferação nuclear, depois do Acordo assinado com a Argentina e a AIEA, situa-nos na melhor tradição ocidental e, por isso, habilita-nos a participar ativamente na construção de um novo sistema de relações internacionais mais equitativo e democrático.

A distribuição de nosso intercâmbio com o mundo (31% para a CEE, 21% para os EUA, 16% para a Ásia e 11% para a América Latina) e nossa posição geopolítica, como país de proporções continentais, com relações políticas e econômicas com dez vizinhos, além de nossa ação solidária no âmbito da América latina, mostram, para nossa felicidade, que não temos que fazer opções excludentes. Como parceiros globais, devemos buscar nossos interesses onde quer que eles estejam.

Como *global trader*, o Brasil continuará defendendo a conclusão satisfatória da Rodada Uruguai do GATT. Precisamos de regras consensuais e universais que impeçam a desordem nos termos de intercâmbio mundial. Como país industrializado e criativo, temos interesse em definir as regras concretas para os serviços, e entre elas

incluímos a necessidade de aprovar-se uma lei de patentes nova.

Outro dado crucial a ser levado em conta é a consagração do fator humano como fonte de progresso. Assim, o que se convencionou chamar de Terceira Revolução Industrial consiste, em suas linhas mais elementares, na afirmação do conhecimento, da educação e do investimento em ciência e tecnologia como molas mestras do crescimento e da prosperidade.

Ao enfatizar nossa vocação universalista, devemos definir com precisão nossos interesses e prioridades. E eles nos parecem bem claros: a América Latina, pela vizinhança, pelo passado compartilhado e pelo futuro que estamos escrevendo junto no Mercosul e na nossa fronteira norte; os EUA nosso maior parceiro econômico, país com o qual compartilhamos valores e interesses e, com o novo governo Clinton, a perspectiva de uma agenda bilateral revitalizada; a nova Europa, com a qual já lançamos as bases de uma relação mais aberta e promissora, convictos de que saberá abrir-se para o mundo e superar as pressões minoritárias em sentido contrário; os países da Bacia do Pacífico - área de maior crescimento no mundo e que se abre para outras regiões, consciente de suas responsabilidades acrescidas - com os quais devemos definir novas relações, à altura das nossas potencialidades. A es-

sas parcerias regionais acrescenta-se a vitalidade das nossas relações com um significativo grupo de países do Oriente Médio, do Leste Europeu e da África, sobretudo a Austral.

No passado, víamos o desenvolvimento do Sul quase que autonomamente, e como um fator fundamental para a estabilidade, para a paz e para a segurança do mundo. Hoje, embora continuando a acreditar que o desenvolvimento é peça essencial da segurança mundial, estamos convencidos de que o crescimento dos países industrializados e nossa relação com eles são decisivos. Assim como o Brasil não é viável sem crescimento, numa economia global integrada nenhum país é viável sem que o conjunto - onde os países industrializados têm enorme peso - cresça significativamente. Isto requer, portanto, um pacto pelo crescimento, como elemento indispensável para derrotar os nacionalismos, o racismo, as pressões migratórias, o desemprego, a fome e a miséria, para construir uma ordem internacional mais justa e democrática. Somos um país em desenvolvimento com graves carências sociais. Nessas circunstâncias, uma política externa de cunho universalista e de tradição ligada aos valores ocidentais deve engajar-se no esforço nacional de dar resposta ao nosso maior desafio: a luta pelo desenvolvimento com justiça social.

Brasil-EUA: maturidade do relacionamento

{*Correio Braziliense*, 1º de fevereiro
de 1993)

Fernando Henrique Cardoso
Ministro das Relações Exteriores

O início de uma nova Administração nos Estados Unidos, com a posse do Presidente democrata Bill Clinton, a 20 de janeiro, é acontecimento que convida à reflexão no que tange às expectativas que possa gerar no relacionamento com o Brasil. Em primeiro lugar, dentro da noção de tempo da diplomacia, não existem datas mágicas capazes de alterar por si só atitudes num ou noutro lado. Há, naturalmente, uma particularidade auspiciosa no fato de a transição norte-americana coincidir com o começo da gestão do Presidente Itamar Franco como titular efetivo do Governo brasileiro. Há, também, a circunstância de ocorrer em momento internacional significativamente distinto ao que predominou durante a maior parte do último período republicano. Mas, em política externa, é fundamental manter o olho na conjuntura, sem perder a visão da história. E a história ensina que Brasil e Estados Unidos estão ligados não apenas pela comunhão dos valores democráticos, base de suas sociedades, como também por uma tradição de convivência de diálogo permanentemente amadurecida.

Não haveria, pois, que antecipar grandes mudanças. O que já pudemos construir no passado, os progressos contínuos da cooperação bilateral, a superação de contenciosos, as convergências que se vão

acentuando na atuação internacional de cada país, tudo configura um patrimônio que assegura a continuidade, a fluidez e o bom nível do entendimento com Washington. As novas administrações nos EUA e no Brasil encontram totalmente desobstruídos os canais de interlocução bilateral. Não se defrontam com o antigo clima de discordâncias em matéria de dívida, comércio, tecnologia, temas já há algum tempo discutidos entre os dois países de forma adulta, com objetividade e franqueza. O Governo Clinton lidará com um parceiro que persiste no seu caminho próprio de reformas econômicas e de modernização, no qual sobressai indiscutivelmente a necessidade de superação das imensas desigualdades sociais. Mas, principalmente, não deixará de nos considerar como o país que acaba de viver experiência do ponto de vista político e institucional, com um desfecho que orgulha a cidadania brasileira e fortalece os princípios da democracia.

De tudo quanto foi analisado a respeito da plataforma eleitoral do Presidente Clinton, depreende-se justamente que a ênfase por ele colocada no campo dos valores, em coerência com a política tradicional do Partido Democrata, pode vir a constituir fator de aproximação revigorada. Demo-

cracia, direitos humanos, meio ambiente, combate às drogas, não proliferação são bandeiras comuns aos dois países. Isso porque o debate internacional dessas questões assume gradativamente dimensão mais cooperativa do que confrontacionista, como também o Brasil, em particular, promoveu soberanamente avanços substanciais que lhe conferem credenciais incontestáveis.

A democracia entre nós, hoje mais do que nunca com a solução da crise do *impeachment*, está vigorosamente preservada, e exercitada em sua plenitude. Os direitos humanos estão protegidos não apenas pela lei e pela política de transparência do Governo, inclusive com nossa adesão às diversas convenções internacionais que regulam a matéria, mas primordialmente pela consciência da sociedade brasileira, e nenhum episódio, por mais trágico e moralmente condenável que seja, como o do presídio de Carandiru, há de afastar o Estado e a coletividade daquele objetivo. Com a Conferência do Rio, demos contribuição expressiva para a promoção dos esforços internacionais na questão do meio ambiente, em torno da qual emergiu o conceito fundamental de «desenvolvimento sustentável» como base de um novo espírito de cooperação que desejamos fazer prevalecer, com a decidida participação dos países desenvolvidos. Temos reafirmado permanentemente nossa vocação pacífica, lastro fundamental da tradição diplomática brasileira, com uma série de atos e decisões de grande importância: o acordo de salvaguardas nucleares com a Argentina, a próxima entrada em vigor do

Tratado de Tlatelolco, o Compromisso de Mendoza sobre Armas Químicas, firmado com vários países latino-americanos, além da Convenção Mundial concluída posteriormente sobre o mesmo assunto. O Brasil participou de sua negociação e irá assiná-la no dia 13 de janeiro, em Paris, juntamente com os demais Estados Partes.

Tudo isso nos assegura um diálogo muito fértil e construtivo com os Estados Unidos, que em rigor transcende qualquer ímpeto de inovação voluntarista nas relações em função de mudanças de governo. Resultados de política externa não podem ser submetidos a uma escala imediatista. Há, para a compreensão desse aspecto, um fator decisivo: Brasil e Estados Unidos são as duas maiores democracias do hemisfério, e é isso que dá precisamente maturidade e solidez ao relacionamento. E justamente porque temos no Brasil uma democracia em plena vitalidade, com as instituições a funcionarem plenamente como expressão legítima da vontade nacional, que os Estados Unidos devem compreender, por exemplo, que as negociações em torno da questão da propriedade intelectual estão sujeitas, em nosso País, a decisão do Congresso Nacional. A ele cabe deliberar dentro de suas prerrogativas constitucionais, sobre o projeto de lei que lhe foi oportunamente submetido pelo Poder Executivo. O cumprimento desse trâmite legal é da essência do regime democrático e não tenho dúvida de que haverá de enriquecer as perspectivas de cooperação entre os dois países.

Além do aspecto da democracia, prevalece entre nós a convicção de que os

Estados Unidos representam, historicamente, parâmetro essencial na condução dos esforços de desenvolvimento da sociedade brasileira. Modernizar a nossa economia, torná-la cada vez mais competitiva, abri-la ao comércio e aos investimentos pressupõe necessariamente uma estratégia de expansão crescente de nossas relações bilaterais. Mas é importante reconhecer que o Brasil não é um país de responsabilidades e interesses internacionais limitados. Essas responsabilidades e esses interesses ultrapassam as nossas fronteiras imediatas. Vão além da América latina e do próprio hemisfério. Queremos maior aproximação com os EUA, sim, mas queremos e necessitamos também de crescentes vinculações com a Comunidade Económica Europeia e o Japão. Por várias razões, entre as quais similitudes demográficas, territoriais e económicas, precisamos intensificar os laços com a Índia e a China. Tampouco se pode esquecer a África, sobretudo os países de expressão comum, como Angola, onde tem sido destacada a nossa presença política e comercial. O Oriente Próximo é outra área de relevo, onde o Brasil dispõe de boas oportunidades em termos de comércio e atração de capitais.

Para a política externa brasileira, não há, portanto, opções excludentes. Elas são múltiplas e se complementam. Sabemos privilegiar os bons sócios, valorizamos nossos parceiros principais, mas isso não recomenda políticas reducionistas, inclusive dada a diversificação de nosso comércio exterior. Daí a importância para o Brasil, em sua condição de *global trader*, da

conclusão satisfatória da Rodada Uruguai do GATT. Não podemos prescindir de um sistema internacional de comércio estável e aberto. Daí também, o papel do Mercosul como espaço económico ampliado em nossa região e seu potencial como pólo de articulação com outros blocos económicos regionais, como a própria CEE, o Nafta e os países amazónicos, com os quais temos vínculos muito próximos e que agora pretendemos fortalecer ainda mais com uma iniciativa própria de expansão comercial na região. Pelo mesmo motivo, preocupamos o fato de que medidas restritivas às exportações brasileiras ao mercado norte-americano continuem a ser adotadas, como no caso dos produtos siderúrgicos. Por isso também é essencial para nós que sejam efetivamente cumpridos os compromissos financeiros assumidos na Conferência do Rio por parte dos países desenvolvidos, de forma a materializar os benefícios que haverão de ser proporcionados à comunidade internacional como um todo a partir da consagração do conceito de «desenvolvimento sustentável».

Tenho certeza de que essa variedade de interesses externos é reconhecida e aceita naturalmente pelos Estados Unidos, justamente porque ela exprime o carácter fundamental do Brasil como sociedade pluralista, democrática e crescentemente aberta, o que representa todo um conjunto de valores que compartilhamos com a grande nação do norte. Relações tão ricas e densas como as que mantemos com os EUA não comportam simplificações, nem dependem de receitas impostas. O Brasil, por

exemplo, promove as suas reformas económicas em ambiente de liberdades plenas e por vontade exclusiva de seu povo e de sua sociedade. Se tudo isso nos aproxima dos Estados Unidos, só temos motivos para confiar em um futuro de entendimento e cooperação. Não há outro caminho em um mundo que já sepultou a confrontação

ideológica e universaliza os valores da economia de mercado e dos direitos humanos, com crescente conscientização em torno da solução dos problemas dos desenvolvimentos em escala global, sobretudo da necessidade de erradicação da fome e da miséria.

Primeiro passo para o desenvolvimento sustentável

{Folha de S. Paulo, 24 de fevereiro
de 1993}

Fernando Henrique Cardoso
Ministro das Relações Exteriores

DXcecentemente, um grande jornal brasileiro, ao fazer a retrospectiva do ano de 1992, dedicou não mais do que doze linhas à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O texto acentuava o caráter não-obrigatório dos documentos conclusivos da Conferência.

Todos se lembram da Conferência do Rio, ou Rio 92, que, em doze dias agitados em junho do ano passado, dominou os meios de comunicação e atraiu a atenção mundial para o Rio de Janeiro. Mais de cem chefes de Estado e de Governo aqui desembarcaram para, com sua presença, realçar a importância do evento. Centenas de organizações não-governamentais também estiveram presentes.

Um registro tão sumário daquela que foi a maior conferência internacional de nossa época pareceria sugerir que tudo não passou de um grande evento promocional, sem maior consequência além da criação de mais uma instância da burocracia internacional onde os países continuariam a discutir, infundavelmente, as questões de meio ambiente e desenvolvimento.

Nada poderia estar mais longe da verdade.

Como todas as ideias renovadoras, o desenvolvimento sustentável - conceito fundamental consagrado pela Conferência - não existe apenas no plano das abstrações. Isto porque responde a um problema tão atual que já se tornou emblemático de nossa época: como produzir, consumir, criar riqueza hoje sem comprometer a capacidade das gerações futuras de, por sua vez, produzir, consumir e criar riqueza. Em outras palavras, como assegurar que a nossa qualidade de vida não se mantenha ao custo do empobrecimento da base natural que a sustenta.

Ao lado da Declaração do Rio, onde estão expressos princípios fundamentais, a Conferência aprovou um extenso programa global de ação conhecido como Agenda 21, uma espécie de repositório daquilo que é preciso fazer para tornar o desenvolvimento sustentável uma realidade.

É bem verdade que a vastidão da tarefa e os custos envolvidos tornam-na proibitiva a curto prazo para os países que desejem agir individualmente, especialmente países em desenvolvimento como o Brasil. A cooperação internacional é, por conseguinte, o principal caminho para a implementação da Agenda 21.

O Brasil acaba de dar um passo importante nessa direção ao assinar, no último dia 28 de dezembro, com o Uruguai, um Acordo de Cooperação em Matéria Ambiental. Trata-se do primeiro acordo internacional adotado à luz da Conferência do Rio e, portanto, a incorporar os principais conceitos por ela aprovados.

Sua orientação é eminentemente prática e moderna. Veja-se, por exemplo, como trata a difícil questão dos impactos ambientais fronteiriços, ou seja, dos impactos ambientais provocados no país vizinho por atividades desenvolvidas do outro lado da fronteira. Nenhum país quer ver seu desenvolvimento inibido por restrições externas de qualquer ordem - entre essas se incluem com frequência argumentos relativos ao meio ambiente. A uma reclamação de que certa atividade - por exemplo, o funcionamento de uma fábrica perto da fronteira - estaria prejudicando o país vizinho, a reação que muitas vezes se tinha era a invocação da soberania nacional.

O funcionamento da usina termelétrica de Candiota, a sessenta quilômetros da fronteira com o Uruguai, vem causando preocupação naquele país. Haveria indícios de depósitos ácidos de origem atmosférica, que poderiam ter origem nas emissões, pela usina, de óxido de enxofre e nitrogênio. Ambos os países estão realizando um trabalho coordenado na região para conhecer a extensão do problema e averiguar se realmente vem da Candiota. Trata-se de tarefa complexa, que envolve consideráveis recursos financeiros e tecnológicos.

Mas, como proceder uma vez obtidos os resultados desse levantamento? A inovação do acordo está no fato de que trata a questão com total objetividade. As partes se comprometeram a prevenir, reduzir e combater os impactos ambientais significativos que atividades desenvolvidas em seu território possam produzir no da outra parte. Também trocarão informações sobre suas atividades. Uma Comissão de Cooperação em Matéria Ambiental integrada pelos dois governos - e que terá concurso não só de entidades universitárias de pesquisas públicas e privadas mas também de representantes das comunidades fronteiriças - elaborará uma série de parâmetros de impacto ambiental. Poderá, por exemplo, definir os níveis aceitáveis de acidez dos corpos hídricos da região. O monitoramento permanente do ar, dos solos, dos rios e lagos permitirá identificar quando os índices vierem a superar os parâmetros estabelecidos, entrando numa faixa que permita ao país afetado ou a um seu cidadão solicitar uma compensação pelo dano ocorrido, uma vez comprovada a origem transfronteiriça desse dano.

A assinatura do acordo não significa, obviamente, que o Brasil tenha qualquer intenção de abrir mão de sua soberania. Quando um país assume livre e espontaneamente um compromisso internacional, aliena sempre um pouco de sua liberdade individual em benefício das partes envolvidas. Além disso, se algum problema efetivamente ocorre, o que interessa é corrigi-lo, inclusive porque também estarão sendo afetados os brasileiros que vivem na região.

O mecanismo de cooperação por danos materiais aplicar-se-á na região fronteira, o ponto de contato de duas populações, que freqüentemente compartilham os mesmos problemas. Hoje, nossa fronteira meridional é área de grande atividade, e os dois governos têm de ouvir as populações lindeiras e abrir oportunidades para seu desenvolvimento. É por essa razão que o acordo dá atenção preferencial à região fronteira também como um espaço cooperativo por excelência.

A Comissão de Cooperação em Matéria Ambiental cuidará de um amplo espectro de iniciativas que poderão ser desenvolvidas conjuntamente visando à elevação dos níveis de bem-estar econômico dos habitantes da região fronteira. Entre seus objetivos figuram a proteção da saúde humana e animal, a gestão, conservação e uso racional dos recursos naturais e a harmonização da legislação ambiental. Podem-se apontar exemplos específicos onde são óbvias as vantagens da cooperação: controle do uso de fertilizantes e defensivos químicos na agropecuária, interligação ou estabelecimento de sistemas comuns de tratamento de resíduos, saneamento e águas servidas de cidades e áreas urbanas fronteiriças contíguas.

Dessa descrição do acordo depreendem-se duas outras características que decorrem diretamente dos princípios aprovados pela Conferência do Rio: em primeiro lugar, a indissociabilidade da preservação ambiental e do desenvolvimento social e econômico; em segundo lugar, o alto nível de participação e informação públicas na

formulação e implementação das iniciativas comuns.

O acordo aplica-se também em dois outros planos que transcendem a região fronteira: o nacional e o global. No âmbito nacional, Brasil e Uruguai trocarão informações e desenvolverão programas sobre questões tão variadas e importantes como prevenção de acidentes e catástrofes, tratamento de dejetos, substâncias nocivas ou perigosas e resíduos sólidos, desertificação, meio ambiente urbano, educação e informação.

O plano global refere-se àqueles fenômenos, objeto de grande preocupação na atualidade, cuja origem e efeitos não estão circunscritos a um quadrante determinado do planeta e cuja superação depende necessariamente da ação conjunta de toda a comunidade internacional. Brasil e Uruguai trocarão informações e cooperação na aplicação de medidas relacionadas com os esforços internacionais para a proteção da camada de ozônio, conservação da diversidade biológica, atenuação dos processos de aquecimento da atmosfera e controle do movimento fronteiriço de resíduos perigosos.

Diante do vasto alcance das decisões tomadas na Conferência do Rio, não surpreende que até o indivíduo mais engajado se sinta imbuído de algum ceticismo. Afinal, trata-se de transformar hábitos arraigados e de mudar fundamentalmente nossa percepção imediatista dos custos e benefícios da atividade produtiva. A instabilidade provocada pelos conflitos regionais que hoje conturbam o cenário mundial,

bem como as limitações de uma economia ainda à sombra das tendências recessivas dos últimos anos são também fatores que militam contra a implementação expedita da Agenda 21. No entanto, ao assinar o Acordo de Cooperação em Matéria Am-

biental, o Brasil e o Uruguai deram um exemplo, que poderá ser seguido por outros países, de como já é possível dar passos importantes para a superação desse grande desafio que é tornar realidade o desenvolvimento sustentável.

O Brasil e Clinton

{Zero Hora, 28 de fevereiro de 1993}

Fernando Henrique Cardoso
Ministro das Relações Exteriores

O retomo dos democratas ao poder nos Estados Unidos marca um ponto de reflexão na política norte-americana, após doze anos da era republicana, e é obrigação da diplomacia brasileira avaliar as implicações dessa mudança e explorá-las em benefício das relações bilaterais. Como as duas maiores democracias do hemisfério, Brasil e EUA possuem afinidades políticas naturais a sedimentarem um relacionamento maduro e historicamente denso. Com a posse do Presidente Bill Clinton, esse ambiente favorável a uma maior aproximação deve e pode acentuar-se ainda mais.

Sob um ângulo estritamente político, não deixa de ser bem-vinda a ênfase anunciada pelo novo Governo norte-americano em questões como democracia, direitos humanos, meio ambiente e - agora, como declarado pelo novo Secretário do Tesouro às autoridades da área econômica brasileira - também no combate à pobreza na América Latina. Esse tipo de bandeira só dividia os dois países no tempo dos regimes autoritários. Hoje, há total coincidência. Ninguém mais do que os próprios brasileiros quer a democracia preservada entre nós - e nisso demos soberanamente prova cabal na crise do *impeachment*; ninguém mais do que nós deseja o meio ambiente protegido para proveito das gerações futuras, nossa juventude livre da

ameaça das drogas e os objetivos do desenvolvimento econômico e da justiça social plenamente realizados.

Abre-se neste momento outra importante via de diálogo e colaboração no campo político com a presença do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Queremos aproveitar nosso mandato de dois anos naquele órgão, como membro não permanente, para tentar aprofundar a discussão sobre a necessidade da redemocratização da ordem internacional. Uma ordem em que os Estados Unidos convivem com outros significativos pólos de poder, como Japão e Alemanha, e ao mesmo tempo com regiões em desenvolvimento que aspiram legitimamente a uma maior participação nos processos decisórios internacionais.

Do ponto de vista das relações econômico-comerciais, obviamente há incógnitas a serem esclarecidas, mesmo porque a prioridade da Administração Clinton nestes seus primeiros meses tem recaído sobre questões internas. É preciso, por exemplo, avaliar até que ponto se confirmarão os indícios mais recentes de recuperação da economia norte-americana. Disso dependem as perspectivas de expansão do próprio comércio mundial como um todo, sobretudo quando se prenunciam acirradas competições entre os grandes blocos econômicos ante as pro-

longadas indefinições da Rodada Uruguai. É preciso saber se os Estados Unidos se manterão na prática como defensores do livre comércio ou se não irão resistir às tentações protecionistas.

Sinal preocupante, sem dúvida, foi dado pela decisão norte-americana, confirmada nos primeiros dias da Administração Clinton, de aplicar restrições às nossas exportações de produtos siderúrgicos, sob a alegação de serem subsidiárias ou objeto de *dumping*. Foi uma medida que não visou exclusivamente ao Brasil (ao contrário, 19 países foram atingidos, inclusive Japão e Comunidade Europeia) e que, em nosso caso, encontrou a única resposta possível: acionamos os recursos apropriados seja no âmbito bilateral, seja no GATT.

A questão da propriedade intelectual é outro aspecto delicado. A legislação norte-americana impõe regras e prazos unilaterais, em termos quase de ultimatum, difícil de conciliar com as circunstâncias e particularidades da política brasileira. Da parte do Governo brasileiro, não falta ânimo de diálogo e entendimento. É indiscutível seu empenho na aprovação da nova Lei de Patentes. Acabo, inclusive, de presidir uma reunião de trabalho no Itamaraty, com a presença dos Ministros da área económica, os Líderes do Governo e dos Partidos Políticos nas duas Casas do Congresso, além de empresários, para discutirmos os detalhes da legislação que interessa ao país adotar e colocar em prática.

Em matéria de ciência e tecnologia, o acesso às altas fontes do conhecimento é

um princípio do qual não abdicamos. Esperamos que os EUA adotem política mais flexível nesse campo, pois do contrário menor será nossa capacidade de aperfeiçoar e modernizar o sistema produtivo brasileiro. Temos aprofundado as coincidências entre os dois países em relação aos temas da não-proliferação e das tecnologias sensíveis. Fizemos acordo de salvaguardas totais com a Argentina e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Estamos colocando o Tratado de Tlatelolco em vigor e, ao mesmo tempo, adotando uma política na área de mísseis que deverá contemplar as normas do MTCR (Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, adotado pelos países industrializados).

A dívida externa, por sua vez, há muito deixou de ser um problema nas relações Brasil-EUA. Nosso diálogo com a comunidade financeira internacional está normalizado e rende seus dividendos práticos, como na recente visita do Ministro Paulo Haddad a Washington.

Quanto ao tema muito atual da integração hemisférica, esta é uma discussão que também ganha relevo à medida que, por um lado, avançam as iniciativas de alcance regional com o Mercosul e o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) e, por outro, aumenta cada vez mais a necessidade de uma articulação entre os dois processos. Para o Brasil, a consolidação do Mercosul é a prioridade, e por isso as negociações devem fazer-se, não individualmente, mas na base 4 mais 1, ou seja, Mercosul e Estados Unidos,

estes na condição de membro mais importante do Nafta.

A agenda Brasil-EUA com Clinton é, portanto, muito rica e, sem as incompreensões do passado, pode ser revitalizada. Não nos preocupam eventuais divergências, pois elas, na verdade, são próprias dos relacionamentos caracterizados pela amplitude de interesses recíprocos. Quando estive em Washington em janeiro, a convite pessoal do Partido Democrata para comparecer à posse do novo Presidente, pude perceber que a maturidade do relacionamento bilateral é algo que transcende os governos e as correntes partidárias. Senti o melhor espírito construtivo da parte de todos meus interlocutores que então se preparavam para integrar a nova Administração. A busca de soluções para os

problemas atuais que enfrentamos na área do comércio é uma tarefa perfeitamente realizável quando existe adequado nível de diálogo político.

Nesse sentido, o Presidente Itamar Franco, que coincidentemente iniciou sua gestão poucas semanas antes da posse de Clinton, tem o firme propósito de empenhar-se pessoalmente nesse processo de revalorização das nossas relações com os Estados Unidos. Afinal, a construção de uma democracia forte, estável e moderna, como a que desejamos para o Brasil - na qual a democracia política venha acompanhada de democracia econômica e, sobretudo, democracia social - é um empreendimento que não pode prescindir da colaboração daquele que é o nosso principal parceiro no mundo.

Redimensionando a Ásia

{*O Estado de S. Paulo*, 5 de março de 1993)

Fernando Henrique Cardoso
Ministro das Relações Exteriores

■
...t/studos do GATT e do Banco Mundial/FMI confirmam ser a Ásia a região que vem demonstrando maior dinamismo económico, quer no que diz respeito a índices de crescimento propriamente ditos, quer em termos de participação no comércio mundial. Esse quadro de prosperidade vem se refletindo nas cifras do comércio exterior brasileiro: a soma do nosso intercâmbio, nos dois sentidos, com aquela parte do mundo, que era de US\$ 400 milhões em 1970, totalizou mais de US\$ 7,9 bilhões em 1991. Na década de 80, para nos atermos a uma série histórica mais próxima, o intercâmbio com a área cresceu a índices mais elevados que os do comércio global brasileiro. Em 1990, foi o mercado de destino para 16,8% das exportações brasileiras; em 1991, essa participação alcançou 18,8%, inferior apenas à da CEE (30,9%), muito próxima da dos EUA (19,8%) e superior à representada pelo mercado da América Latina (16,6%).

Ao lado desse dinamismo económico, verifica-se na região um movimento também acelerado no sentido do diálogo diplomático e da distensão política, superando-se, assim, antagonismos históricos e inserindo-se o continente na nova realidade mundial representada pelo fim da bipolaridade. Muitos fatos recentes podem ilustrar essa afirmação: o prosseguimento,

agora com a Rússia e três outras repúblicas limítrofes, da aproximação iniciada pela República Popular da China com a URSS; uma «nova era» nas relações entre a China e a Índia; o engajamento do Conselho de Segurança das Nações Unidas - com o decidido apoio de governos da região - na pacificação do Camboja; a retomada do diálogo entre Tóquio e Moscou e o início de conversações regulares entre as duas Coreias; a aproximação de rivais históricos, como a China e a Coreia do Sul; as iniciativas tendentes a criar uma «comunidade económica» do Pacífico, etc. O reaquecimento do diferendo indopaquistanês em torno de Cachemira, de conotação eminentemente regional e não ideológica, é exceção que não chega a comprometer a tendência geral à distensão e à estabilidade na região.

Países do continente asiático, por sua vez, buscam postura mais ativa no cenário político mundial, vide o novo protagonismo que se verifica na política japonesa; o ingresso coreano nas Nações Unidas; a maior participação australiana em temas regionais, seu papel nas negociações agrícolas da Rodada Uruguai e a atuação da diplomacia daquele país na questão do banimento das armas químicas; a firme atuação da Malásia em temas globais e em especial, no diálogo Sul-Sul. A Índia, se

não mais conta com a liderança carismática da dinastia Nehru-Gandhi, reafirma sua posição de potência regional e desponta como candidata natural, a exemplo do Japão, à participação permanente num Conselho de Segurança ampliado e mais representativo. A China, deixadas para trás as turbulências de Tianamen, prossegue de forma decidida no seu processo de abertura económica. Os ventos liberais da privatização são abraçados em terras onde antes não prosperavam: Índia, Paquistão, China.

Por si só, esse cenário extremamente positivo, dos ângulos político e económico, justifica a atribuição de alta prioridade à região na política externa brasileira, sobretudo se se levar em consideração a existência de avenidas de cooperação e de entendimento ainda escassamente exploradas com a maioria dos países da área.

Permito-me aqui repisar a premissa de que, em política externa, a colheita de resultados obedece a uma noção de tempo própria à diplomacia, que pressupõe o paciente - e por vezes aparentemente longo - trabalho de fincar raízes, de criar laços de confiança mútua. O tradicional entendimento que mantemos com a Índia nos foros económicos multilaterais, o património comum de realizações que construímos com o Japão - enriquecido pela dimensão humana representada pelos movimentos migratórios nos dois sentidos -, o alto nível de diálogo político que atingimos com a China, esses são apenas alguns exemplos de que a base está montada para novas iniciativas que correspondam efeti-

vamente às potencialidades de nosso relacionamento com a Ásia e a Oceânia.

No que diz respeito ao Japão -terceiro país investidor na economia brasileira, segundo credor do Brasil e nosso segundo parceiro comercial e individual -, uma vez retomado o fluxo de financiamentos tornados possíveis pela normalização das nossas relações com a comunidade financeira internacional, cabe definir, em sintonia com outras áreas governamentais e da sociedade brasileira, uma nova proposta de parceria que venha a incorporar, em maior escala, o empresariado privado nacional - até agora virtualmente ausente dos grandes empreendimentos binacionais, marcados pela presença estatal. A dar densidade - e dimensão estratégica - a essa parceria reformulada, estaria o diálogo político entre as Chancelarias dos dois países, o que estou tratando de intensificar lançando mão do mecanismo de consultas que negociamos com os japoneses em 1989.

Com a China, cuido de valorizar as relações de cooperação na área de ciência e tecnologia, na qual se destaca o projeto sino-brasileiro de construção de satélites de sensoriamento remoto. Na esfera comercial, contudo, temos de tomar providências para dar novo impulso ao intercâmbio, que momentaneamente conhece certa retração: não podemos deixar de aproveitar as oportunidades de um mercado de mais de 1 bilhão de consumidores e cujo nível de renda e de consumo está em franca expansão. É nesse sentido que o Itamaraty está prestando todo o seu apoio a empresas brasileiras que lá bus-

cam se inserir no amplo mercado de prestação de serviços, notadamente no setor hidrelétrico.

No tocante à Índia, cabe capitalizar o tradicional entendimento a que me referi em empreendimentos concretos que espalhem o peso dos dois países no concerto das nações. Há amplas complementaridades a serem exploradas em ciência e tecnologia, inclusive em setores de ponta. Possibilidades semelhantes exploraremos com o Paquistão, com quem teremos agora, momento em que ambos temos assento no Conselho de Segurança, oportunidade para um diálogo político mais intenso.

A inserção do continente asiático como um dos focos prioritários da política externa brasileira passa, também, pela construção de outras parcerias, mediante a intensificação do diálogo político tendente ao aproveitamento ou expansão de nichos de oportunidade nas áreas de captação de investimentos (aos tigres asiáticos: Hong-cong, Taiwan, Coreia e Cingapura), de cooperação em ciência e tecnologia - a Coreia, com quem assinamos recentemente acordo nessa área, poderia tornar-se parceiro relevante nesse campo -, de prestação de serviços e de cooperação técnica e tecnológica (Malásia, Tailândia, Indonésia e Filipinas, integrantes da Asean).

Nossos interesses com relação à área não se esgotam, contudo, no plano puramente bilateral. A diplomacia brasileira, cumprindo sua missão precipuamente política, e com responsabilidades acrescidas na cena mundial pela sua presença no Conselho de Segurança, não pode deixar de estar atenta às grandes transformações que estão ocorrendo no cenário asiático, hoje um dos eixos principais do sistema internacional.

Não posso, por fim, deixar de ressaltar o significado altamente positivo, para o processo de aproximação com o continente asiático, das novas linhas aéreas que ligam o Brasil àquela área do mundo. Passados 20 anos, durante os quais essa ligação se restringiu à pioneira linha para Tóquio, temos hoje voos regulares para a Coreia, para a Tailândia e para Hong-cong. Estamos em fase de conclusão de acordos aéreos com a Malásia e Cingapura. Trata-se de gigantesco passo que em muito facilita e facilitará não só o trânsito de pessoas como o intercâmbio de mercadorias com aquele continente. Espero ainda ver complementado esse processo de aproximação viária com o Oriente através da viabilização da nossa saída terrestre para o Pacífico.

A África e o Brasil

(Jornal do Brasil, 18 de março de 1993)

Fernando Henrique Cardoso
Ministro das Relações Exteriores

Us países que almejam participar do núcleo dinâmico das relações internacionais estão inevitavelmente empenhados, neste momento, na revisão e atualização de suas prioridades. É o caso do Brasil, que vem despendendo um grande esforço para manter o pleno domínio das situações novas que modificam, em grande velocidade, o cenário mundial.

A vertigem do novo, no entanto, não pode servir para abalar convicções quanto a temas que vêm consistentemente ocupando a agenda da nossa política externa. Assim como não podemos desperdiçar as oportunidades novas que se abrem nos dias de hoje, não podemos tampouco, depreciar os fatores políticos e geográficos que historicamente nos favorecem. Estaríamos transgredindo uma elementar regra de bom-senso se, em nome de um imediatismo míope, redeseñássemos o mapa de nossos interesses no mundo e voltássemos as costas para tradições diplomáticas estabelecidas.

Tenho dito em outras ocasiões que a política externa brasileira não comporta opções excludentes: se precisamos, de um lado, estar permanentemente preparados para a conquista de fronteiras diplomáticas, devemos também, com idêntico sentido de prioridade, valorizar o patrimônio político que já conseguimos reunir.

Ao refletir sobre as relações entre o Brasil e o continente africano, essas considerações adquirem um vigor singular. Nossa presença na África já assume feições de tradição, da qual não podemos recuar sob pena de fazer ruir, como castelo de cartas, o inestimável capital de boa vontade acumulado por nossa experiência naquela região - da qual somos culturalmente tributários e com a qual compartilhamos uma imensa porção oceânica que pretendemos voltada para a paz e a cooperação.

O registro das ações mais recentes da diplomacia brasileira demonstra que continua viva, talvez mais do que nunca, a atenção que devotamos à África. Basta mencionar o papel de protagonista que legitimamente o Brasil vem desempenhando em assuntos relacionados a dois países africanos de língua oficial portuguesa: Angola e Moçambique.

A ação diplomática do Brasil em busca de uma solução para o presente conflito angolano é movida por um genuíno sentimento de solidariedade. Se Angola hoje necessita, mais do que nunca, do apoio internacional para superar as incertezas do momento, o Brasil -primeiro país a reconhecer o Governo angolano, em 1975 - não poderia omitir-se. País no qual os interesses brasileiros se têm avolumado ao longo dos anos. Angola vem mantendo

com o Brasil um nível exemplar de cooperação, além de respeitar com rigor todos os compromissos assumidos. Nem mesmo nos momentos mais árduos da guerra civil naquele país, foram interrompidos os fornecimentos regulares de petróleo com os quais Angola vem saldando religiosamente a dívida contraída junto ao Governo brasileiro.

No Conselho de Segurança das Nações Unidas - onde voltamos a ocupar agora mandato de dois anos - e em contatos diretos com diferentes países interessados, a diplomacia brasileira vem-se batendo por uma solução pacífica e democrática para a questão angolana, com base no pleno respeito aos acordos de paz firmados em 1991 e às resoluções do Conselho de Segurança sobre a matéria. Não podemos aceitar que as primeiras eleições naquele país, realizadas em setembro de 1992, reconhecidamente livres e justas, sejam flagrantemente desrespeitadas pelo partido derrotado, sob o olhar complacente da comunidade internacional.

A expressiva presença brasileira em Angola - traduzida, neste momento, por obras de vulto, como a construção da hidrelétrica de Capanda e a exploração de petróleo e diamantes, além de importantes projetos de infra-estrutura - legitima esse engajamento do Brasil, que já se traduz em resultados concretos. A Resolução 804 recentemente adotada pelo Conselho de Segurança reflete, em vários aspectos, o trabalho de convencimento que a Delegação brasileira realizou junto aos demais membros daquele foro, e, no plano bilateral, junto aos países da chamada Linha de

Frente, aos países africanos de língua portuguesa e aos países observadores do processo de paz angolano -Portugal, Estados Unidos e Federação Russa.

Por outro lado, estamos buscando neste momento intensificar nossa participação no processo de paz de Moçambique, país devastado por uma guerra civil de 16 anos, ao qual estamos unidos pela língua, por uma presença cultural ativa e por interesses económicos concretos, além de diversos programas de cooperação técnica, muitos dos quais financiados por terceiras fontes. Em atendimento a convite do Secretário-Geral da ONU, o Governo brasileiro designou um Oficial-General do Exército para comandar o contingente das Nações Unidas que supervisionará o processo de pacificação em curso naquele país. O referido convite ao Brasil certamente foi motivado pelo excepcional desempenho de nossos oficiais na missão das Nações Unidas em Angola (Unavem). Nunca é demais recordar que coube também a um General brasileiro o primeiro comando militar da Unavem.

Ainda com relação a Moçambique, determinei as providências necessárias para que prestemos assistência à implantação da infra-estrutura eleitoral daquele país, com vistas à realização, em futuro próximo, das primeiras eleições da história moçambicana. Contamos, com tais medidas, acrescentar aos nossos laços significação política maior, ao lado da presença brasileira no comando da operação de paz da ONU. São atos concretos de apoio ao processo de democratização e pacificação daquela nação irmã, que, somados ao reforço

dos programas de cooperação técnica, confirmam o tipo de prioridades que, na atual conjuntura, cabe ao Brasil continuar a seguir em sua política no continente africano, com ênfase na comunidade de países de expressão portuguesa.

Tanto em Angola como em Moçambique, nossas iniciativas não teriam atingido o atual patamar de visibilidade e respeitabilidade internacionais se não fossem orientadas pela estrita observância das linhas mestras de nossa política externa africana. Tem sido determinante para o êxito de nossas postulações o peso da tradição diplomática brasileira na África. O trabalho que estamos desenvolvendo nesses países revitaliza a credibilidade da ação do Estado brasileiro perante a comunidade internacional e traz como consequência imediata o fortalecimento, pela via política, de nosso prestígio na África.

Fizemos, há 18 anos, uma opção clara pela África, e esta opção não tem sido e não deve ser desvirtuada - nem quando sobrevêm prioridades pontuais que possam desviar nossa atenção para outras partes do globo. Nosso relacionamento com aquele continente ribeirinho - fronteira oriental do Brasil - deverá florescer, apesar de todas as dificuldades de um e de outro lado do Atlântico. Nenhum interesse remotamente hegemônico orientou a formulação da política brasileira para a África. Nossa presença na área sempre foi construtiva. Nações africanas sempre receberam nosso apoio fraterno, na organização de suas instituições e na luta contra o racismo remanescente. Se soubermos, sob regime autoritário, conduzir uma po-

lítica externa fundada na soberania, na não-ingerência e na cooperação, mais razão temos agora para revitalizar esses princípios, adicionando-lhes um conteúdo democrático que nos confere ainda mais autoridade como interlocutores de países traumatizados pela experiência colonial e totalitária. Deve-se levar em conta também, neste contexto, que a ausência de paternalismo em nossa cooperação com a África contrasta nitidamente com os diversos interesses internacionais que - seja em época de polarização, seja em tempos de desideologização - vêm contribuindo para perpetuar o verticalismo das relações dos países africanos com o mundo desenvolvido.

A política externa brasileira reuniu, ao longo dos anos, considerável acervo de conhecimentos sobre a realidade africana, a partir de uma visão objetiva e sóbria que já nos distingue perante a comunidade internacional. Soubemos manter, no continente vizinho, uma linha política consistente, o que nos tem habilitado a acompanhar, em posição privilegiada, o desfecho dos processos de descolonização, de desmonte do *apartheid*, de pacificação em Angola e Moçambique e o abandono dos regimes unipartidários, entre outros desenvolvimentos internos que temos tido a oportunidade de testemunhar. É nossa obrigação transferir para as gerações futuras a possibilidade de ampliar esse acervo de conhecimentos.

Não há ação diplomática que se sustente quando lhe falece coerência. A dimensão africana da política externa brasileira tem sido, nesse sentido, de uma continui-

dade admirável, a despeito das conhecidas dificuldades internas para obter financiamentos e outros meios operacionais. Essa trajetória é sujeita a tropeços e frustrações, mas a diplomacia é uma atividade extremamente complexa, que demanda enorme esforço e paciência. Para alcançar seus objetivos, é necessário que o formulador de política externa se adapte, a cada momento, a cenários em constante mutação, nos quais os êxitos pontuais são frequentemente comprometidos por óbices imprevisíveis, que apenas o talento político consegue transpor.

Decidi, nesse contexto, relançar a iniciativa brasileira da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, que bem expressa os interesses que compartilhamos com nossos vizinhos da região. A Zona de Paz, cabe lembrar, foi concebida em circunstâncias internacionais diferentes das de hoje: ainda existia a Guerra Fria; a Namíbia estava sob a ocupação sul-africana; as reformas do regime do *apartheid* pareciam

um sonho; era preocupante o apoio externo aos protagonistas da guerra civil em Angola; o impasse em torno da questão das Malvinas representava fator de tensão. Hoje, a percepção brasileira é a de que a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul tem diversas vocações que podem e devem ser estimuladas em benefício de seus objetivos originais: a proteção do meio ambiente marinho, a formalização de um tratado de desnuclearização (como se fez com Tlatelolco em relação à América Latina), a cooperação esportiva, a expansão do comércio.

A política africana do Brasil já chegou a uma idade adulta e caberá, por isso mesmo, adaptar-se às variações de um contexto internacional que apresenta uma carga inédita de desafio e oportunidade. Adaptação não significa recuo, mas aprofundamento - a partir de uma reflexão para a qual nos credenciam a continuidade e o amadurecimento de nossa experiência naquele continente.

O Brasil e a lusofonia

(25 de abril de 1993)

Fernando Henrique Cardoso
Ministro das Relações Exteriores,

▲
A política externa brasileira para a África apresenta, como particularidade, uma preocupação constante com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, os chamados PALOPs (Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique). Desde 1975 -quando se consumaram os traumáticos processos de independência que se sucederam naqueles países - até esta data, as relações que vimos mantendo com os PALOPs são marcados pela absoluta correção de propósitos e pelo crescente espírito de fraternidade, através de um diálogo franco e direto que só é possível entre nações com indiscutíveis afinidades étnicas, culturais e históricas.

Por esses motivos, é junto àqueles países que encontramos a oportunidade de levar a efeito, em sua expressão mais plena, a mais rica vocação de nossa política externa: a defesa da soberania e da não ingerência e o esforço pela superação do subdesenvolvimento económico e social. A solidariedade inequívoca que estendemos aos PALOPs manifesta-se, sem qualquer viés paternalista, pela via da cooperação e pelo apoio na organização de suas instituições.

Tem sido determinante para o êxito de nossas ações naqueles países o peso da tradição diplomática brasileira na África. O trabalho que estamos desenvolvendo no

continente ribeirinho revitaliza a credibilidade da atuação do Estado brasileiro perante a comunidade internacional e traz como consequência imediata o fortalecimento de nosso prestígio na África.

Para tornar eficazes os instrumentos de nossa atuação diplomática na África, somos obrigados a utilizá-los de maneira diferenciada, respeitando a diversidade étnica, cultural e histórica do conjunto das nações africanas, classificadas segundo critérios que não deixam de levar em conta a identidade lingüística e a natureza de suas ligações com as ex-metrópoles.

Nessa perspectiva, é natural que aos PALOPs seja reservado um espaço privilegiado nas atenções que dedicamos ao continente africano. Por esta razão, buscamos acrescentar um novo instrumento de ação política que se destine a pavimentar e sedimentar institucionalmente nossas iniciativas junto aos países africanos lusófonos. Reside aí o sentido da criação de uma Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa.

A lusofonia é, de fato, uma realidade incontestável no cenário internacional. Os países de expressão portuguesa abrigam uma população superior a 200 milhões de habitantes, e seu idioma é o terceiro mais falado no mundo ocidental, sendo superado apenas pelo inglês e pelo espanhol.

A ideia de integrar esses países sempre despertou interesse nos meios políticos, acadêmicos e sociais: no âmbito governamental, Brasil e Portugal definiram no Tratado de Amizade e Consulta, de 1953, como figura de direito público, a comunidade luso-brasileira, que não tinha porém àquela altura a dimensão africana que viria a adquirir depois que se completou no continente vizinho o processo de descolonização.

Hoje, o reordenamento das relações internacionais que se segue ao fim da Guerra Fria cria estímulo adicional à criação da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa. Além da língua e da herança cultural comum, seus traços de união serão os ideais democráticos, o respeito aos direitos humanos e o repúdio ao racismo, amparados nos princípios tradicionais da boa convivência entre os Estados: soberania, integridade territorial, a não-intervenção e solução pacífica das controvérsias. O primeiro desafio da novel comunidade estará em ajudar Angola e Moçambique a superar o trágico processo de pacificação interna, marcado ainda hoje por guerras fratricidas.

A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa não é movida por sentimentalismos. Sua criação corresponde a uma tendência da atual conjuntura internacional, com o fim da bipolaridade, que abriu espaço para novas iniciativas de aproximação entre países com afinidades, ora derivados de interesses económicos, ora fundamentadas em valores políticos ou culturais. Já se tem dito que o mundo está ingressando em uma era das «coalizações

de geometria variável»; grupos de nações aglutinam-se em torno de temas específicos ou genéricos, com objetivos duradouros ou efêmeros.

O novo foro que pretendemos criar com a comunidade lusófona tem vocação tão duradoura quanto a que inspira o processo de cooperação no seio dos países ibero-americanos - que se desenvolveu com ímpeto nestes últimos anos, tendo ensejado, a partir das comemorações do Descobrimento da América, duas conferências de Chefes de Estado e de Governo, estando prevista uma terceira, que se realizará brevemente no Brasil.

A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, iniciativa em tão boa hora concebida pelo Presidente Itamar Franco, confirma, por outro lado, a diversidade das opções de nossa diplomacia, dentro da sua tradição universalista. Sem prejuízo dos interesses e prioridades que informam nossa atuação em outros âmbitos, a comunidade lusófona assume nitidamente uma feição histórico-cultural que não substitui as iniciativas integracionistas de natureza económica ou geográfica, como o Mercosul, os Tratados da Bacia do Prata e de Cooperação Amazônica, o Grupo do Rio ou a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul. Esta última, por sinal, exprime a essência dos vínculos que desejamos manter e desenvolver com o continente africano, embora se restrinja geograficamente a nossos parceiros banhados pelo mar comum.

Foros e mecanismos de cooperação não são, portanto, excludentes e sim complementares. Não há incompatibilidade

entre, de um lado, o estímulo político à cooperação que deriva da identidade comum forjada na língua e na cultura e, de outro, as obrigações económicas e comerciais decorrentes dos vínculos com outros agrupamentos. Na *common-wealth*, o Reino Unido é membro da CEE; o Canadá, do Nafta; o Zimbábue, da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC); a Malásia, da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean); e Trinidad e Tobago, da Comunidade do Caribe (Caricom). Exemplos semelhantes podemos encontrar entre os países que constituem a «Francofonia».

A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa tem uma vocação clara de mecanismo de concertação e consulta política, destinado a dar aos nossos países um instrumento adicional para a coordenação de suas posições em torno de temas da agenda internacional, para promover em conjunto seus interesses comuns e para avaliar, de seu próprio ponto de vista e com uma base permanente, a evolução da conjuntura política e económica internacional. A concertação política, a exemplo do que já fazemos no âmbito latino-americano com o Grupo do Rio, terá papel fundamental em temas que nos dizem respeito tão diretamente, a pacificação e a democratização da África Austral, em que a influência da comunidade lusófona será

por certo relevante em termos políticos e diplomáticos.

Cabe reconhecer que a Comunidade enfrentará obstáculos consideráveis em razão da relativa fragilidade económica dos citados países africanos e da incerteza quanto à evolução dos processos políticos por que passam Angola e Moçambique. Uma solução pacífica e democrática para o conflito que vitima o povo angolano e a boa condução das iniciativas de pacificação em Moçambique são condições importantes para o êxito do projeto comunitário.

Foi pelas razões acima expostas que o Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira, foi instruído a visitar os cinco países africanos de expressão portuguesa, a fim de encetar os entendimentos destinados à criação da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa. A futura entidade insere-se perfeitamente na nossa postura externa para com a África, cujas bases foram por mim delineadas em artigo publicado, no dia 18-3-1993, no *Jornal do Brasil*.

A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa será também um dos temas centrais da agenda que ocupará a próxima reunião de cúpula Brasil-Portugal, quando o Presidente Itamar Franco visitar Lisboa, em julho próximo, para concretizar a II Cimeira Brasil-Portugal.

Comunidade Europeia: modelo e desafio

(4 de maio de 1993)

Fernando Henrique Cardoso
Ministro das Relações Exteriores

U Brasil recebe, nestes dias, a visita do Comissário das Comunidades para a América Latina, Manuel Marín. Sua visita desperta um grande interesse no Governo brasileiro porque possibilita que passemos em revista, com uma alta autoridade comunitária, o amplo quadro do relacionamento Brasil-CE. Será também a ocasião de mostrar-lhe que, apesar de inegáveis dificuldades enfrentadas pelo Brasil, o país continua sendo a mais forte economia latino-americana, a mais diversificada e a que maior e mais maduro relacionamento econômico e comercial mantém com a Europa dos Doze.

A visita de Marín traz também a oportunidade de, mais uma vez, contrastar os nossos problemas conjunturais com a tradição de dinamismo da nossa economia, que ainda ocupa lugar de realce entre as que mais cresceram no mundo nas últimas décadas, e com a familiaridade que temos com os mecanismos do mercado, com os investimentos estrangeiros e com as formas de gerenciamento empresarial da economia.

A integração europeia desempenha papel central em nossa política e em nossa inserção internacional. Do seu impacto sobre o comércio exterior brasileiro, na condição de nosso maior parceiro comercial, à influência que exerce em questões como

a Rodada Uruguai do GATT e à projeção que tem no tratamento da diversificada agenda política do mundo pós-Guerra Fria, a Comunidade Europeia afirma-se como ator internacional dos mais relevantes para o Brasil.

O fim da Guerra Fria e as novas modalidades de convivência internacional têm ressaltado cada vez mais a importância da CE como grande ator internacional com interesses globais. Em todos os grandes temas da agenda internacional contemporânea, da segurança dos direitos humanos, do meio ambiente à não-proliferação, da transferência de tecnologia à cooperação para o desenvolvimento, a CE é interlocutora de primeira importância e parceiro imprescindível. Podemos até divergir, mas não há como ignorar o peso político com que as Comunidades reforçam o seu poder econômico no mundo de hoje.

O impacto político e as vicissitudes da entrada em vigor da fase final da integração europeia, a partir do Tratado de Maastricht têm ocupado a maior parte da atenção que se volta para o fenômeno político e diplomático representado pela CE. O temor do fechamento da Europa comunitária sobre si mesma, o crescimento do protecionismo e o receio de que a partir de Maastricht a Europa unida poderá ser um elemento desestabilizador da estrutura

económica mundial fazem parte de grande número de reflexões sobre o tema.

Para nós, além disso, a questão dos controles comunitários da imigração tornou-se também fator de preocupação, porque temos convivido com as notícias quase diárias sobre as restrições praticadas a cidadãos brasileiros nos portos de entrada europeus quando sobre eles incide a suspeita de que tentam um ingresso ilegal em território comunitário.

Mas a CE não pode ser vista apenas como preocupação e temor. O Brasil tem tido um relacionamento exemplar com a Comunidade, que vai muito além das naturais diferenças de visão que surgem em qualquer relação complexa. Se é certo que divergimos em algumas áreas e temos receios recíprocos em outras, é também certo que podemos assumir essas diferenças porque assim o permite a maturidade e a complexidade do nosso relacionamento.

O Brasil que hoje se relaciona com a CE é muito diferente daquele que viu nascer a Comunidade em 1957. Somos hoje uma complexa economia industrial que fortaleceu sua base agrícola. Somos um *global trader* não apenas porque comerciamos com todo o mundo, mas porque a nossa pauta comercial é diversificada e fazemos concorrência a diversas outras economias, em seus próprios mercados ou em terceiros mercados. Faz parte do relacionamento entre parceiros com graus elevados, ainda que diversos, de desenvolvimento, defender com afinho seus interesses próprios e procurar explorar áreas de coincidência. Assim é com a CE.

Quase trinta por cento do nosso comércio exterior está concentrado na CE, à qual, por sua vez, cabe ampla participação nos investimentos estrangeiros em nosso país; nosso intercâmbio global atingiu, em 1992, o montante de US\$ 12,5 bilhões. No perfil relativamente equilibrado do comércio exterior do Brasil, a CE aparece como um elemento decisivo que ajuda a fazer do Brasil um país com interesses comerciais relativamente bem distribuídos pelos principais pólos da economia mundial.

Temos uma tradição de relacionamento com as Comunidades que se beneficia, sem dúvida, das boas relações que cultivamos sempre com cada um dos seus integrantes. Foi um relacionamento que amadureceu à medida em que a CE se consolidava como espaço económico integrado com intensa projeção internacional à medida que a economia brasileira se diversificava e ampliávamos o nosso comércio exterior tanto qualitativamente como espacialmente.

Desse amadurecimento, que ocorreu aqui e lá, decorreu necessariamente uma intensificação das relações e o desenvolvimento de áreas crescentes de convergência e de competição entre os dois pólos.

O Brasil vê a integração europeia como um elo importante para o crescimento da economia mundial. Só o crescimento dinâmico do mundo, com abertura comercial, poderá permitir a integração de países hoje excluídos do núcleo dinâmico da economia mundial, mas que se preparam, por suas reformas internas, para a ele aderirem.

A dimensão da economia brasileira, nossos interesses comerciais diversificados, nossos parceiros múltiplos nas áreas de investimento e tecnologia determinam a opção universalista de nossa política externa. A história do Brasil aproxima-nos da Europa, dos Estados Unidos, da América Latina, nosso entorno geográfico imediato e nosso parceiro mais íntimo.

As relações do Brasil com a CE têm de estar presididas por um encontro criativo de visões do mundo num horizonte de cooperação crescente. A sorte do Brasil de alguma maneira está vinculada à sorte da Comunidade. No momento, a economia brasileira encontra-se à beira de dispor dos instrumentos necessários para assegurar sua estabilização, em particular a reforma fiscal, e de lançar-se em novo período de crescimento. Nossos parceiros tradicionais, como a Europa, podem contar com a revitalização das oportunidades no Brasil, onde a economia de mercado é uma realidade, não um objetivo de longo prazo, como ocorre em outras áreas reconhecida-mente de interesse das Comunidades.

Mas não é só pela parceria comercial e econômica que a CE exerce um atrativo especial para o Brasil. A Comunidade Europeia sempre foi um modelo e um desafio para a América Latina. Nos anos 60, acreditávamos que a integração se realizaria exclusivamente em função da vontade política. Não percebíamos naquele momento que por trás do Tratado de Roma, que tanto inspirou a criação da antiga ALALC, havia outros elementos além das cláusulas do próprio Tratado.

Anos de aprendizado no acompanhamento cuidadoso dos assuntos da Comunidade e de sua crescente importância como nosso parceiro comercial ensinaram-nos que a integração é o coroamento de um processo progressivo de colaboração entre países que têm em comum algo mais do que suas fronteiras.

Aprendemos que integração significa mais do que o mero acréscimo de mercados; que o processo de integração deve ir além da liberalização do comércio; que a integração teria grande impacto sobre certos setores das várias economias envolvidas; que deveria alcançar não apenas o nível de produção de bens e serviços, mas também o desenvolvimento de tecnologias; que levaria à harmonização das políticas macroeconômicas por meio de um complexo processo de barganha; e que o processo deveria respeitar as soberanias nacionais, a despeito de todas as concessões voluntárias que eram exigidas enquanto, em muitos aspectos, as fronteiras desapareciam.

A Comunidade Europeia, tomada como modelo, inspirou-nos a realizar projeto similar na América do Sul. Durante anos fortalecemos o comércio intra-regional até que vislumbramos a possibilidade de promover esse comércio e elevar a patamares crescentes os interesses por ele gerados.

Nesse sentido, o Mercosul - Mercado Comum do Sul - tem como referência o esforço europeu da integração. Mas não apenas nesse sentido. Quando a CE mostrou-se decidida a caminhar rumo ao Mercado Comum, a comunidade internacional

viu surgir os contornos de uma nova realidade: a economia mundial passava por uma rápida transformação e aquele poderoso bloco económico do após-guerra, muito antes do término da confrontação Leste-Oeste, apontava os rumos que poderão ser a estrutura da economia mundial nas próximas décadas.

A CE foi, assim, um modelo e um alerta contra o risco de marginalização. Esse risco representava para nós um grande desafio, em uma conjuntura em que o Brasil e a maioria dos países latino-americanos, para não falar da maior parte do mundo em desenvolvimento, sofriam particularmente os efeitos da sua perda de vigor económico e da persistência de elementos típicos do cenário mundial.

Simultaneamente com a suplantação do modelo económico baseado na substituição de importações e no endividamento eterno, tomávamos consciência de que a

sobrevivência no mundo dos anos 90 dependia de opções corretas em matéria de abertura económica e ajuste estrutural e de boas parcerias operacionais. Entre elas, em destaque, a CE.

É sobre essa parceria operacional especialmente produtiva e promissora que vamos prosseguir no diálogo de alto nível com a Comunidade. São relações que apresentam numerosos elementos de permanência e interesses de longo prazo de ambas as partes. O Presidente Itamar Franco tem a intenção de participar pessoalmente do relançamento das relações com a CE. A consciência que desenvolvemos em ambos os lados, no Brasil e na CE, sobre a importância relativa desse relacionamento será instrumento para garantir a supremacia dos interesses de longo prazo sobre as vicissitudes do curto prazo, e das coincidências sobre as diferenças. •

• • •

ESTA OBRA FOI FORMATADA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
CEP 70604-900, BRASÍLIA, DF,
EM 1997, COM UMA TIRAGEM
DE 1.000 EXEMPLARES

